

ORGANIZADORES

ALISSON BALHEGO
JOÃO OCTÁVIO FRANÇA TEIXEIRA
DOUGLAS REISDORFER
THIAGO CEDREZ DA SILVA

PODER MEMÓRIA INTERMIDIALIDADE E ENSINO

ANAIS DO V ENCONTRO DISCENTE DO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

ORGANIZADORES

ALISSON BALHEGO
JOÃO OCTÁVIO FRANÇA TEIXEIRA
DOUGLAS REISDORFER
THIAGO CEDREZ DA SILVA

PODER MEMÓRIA INTERMIDIALIDADE E ENSINO

ANAIS DO V ENCONTRO DISCENTE DO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS



Porto Alegre
2024

Copyright ©2024 dos organizadores.

Direitos desta edição reservados aos organizadores, cedidos somente para a presente edição à Editora Mundo Acadêmico.

Importante: as opiniões expressas neste livro, que não sejam as escritas pelos organizadores em seu(s) capítulo(s), não representam ideia(s) destes. Cabe, assim, a cada autor a responsabilidade por seus escritos.



**Atribuição - Não Comercial - Sem Derivadas 4.0 Internacional
(CC BY-NC-ND 4.0)**

LICENCIADA POR UMA LICENÇA CREATIVE COMMONS

Você é livre para:

Compartilhar - copie e redistribua o material em qualquer meio ou formato. O licenciante não pode revogar essas liberdades desde que você siga os termos da licença.

Atribuição - Você deve dar o crédito apropriado, fornecer um link para a licença e indicar se foram feitas alterações. Você pode fazê-lo de qualquer maneira razoável, mas não de maneira que sugira que o licenciante endossa você ou seu uso.

Não Comercial - Você não pode usar o material para fins comerciais.

Não-derivadas - Se você remixar, transformar ou desenvolver o material, não poderá distribuir o material modificado.

Sem restrições adicionais - Você não pode aplicar termos legais ou medidas tecnológicas que restrinjam legalmente outras pessoas a fazer o que a licença permitir.

Este é um resumo da licença atribuída. Os termos da licença jurídica integral estão disponíveis em: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/legalcode>

Capa e diagramação:

Thiago Cedrez da Silva

Editor:

Marcelo França de Oliveira

Conselho Editorial Casalettras

Prof. Dr. Amurabi Oliveira (UFSC)

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Lopes (UFPEL)

Prof. Dr. Elio Flores (UFPB)

Prof. Dr. Fábio Augusto Steyer (UEPG)

Prof. Dr. Francisco das Neves Alves (FURG)

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas (UFPEL)

Prof^ª Dr^ª Maria Eunice Moreira (PUCRS)

Prof. Dr. Moacyr Flores (IHGRGS)

Prof. Dr. Luiz Henrique Torres (FURG)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P7518 Poder, memória, intermedialidade e ensino: Anais do V encontro discente do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Pelotas / Alisson Balhego; João Octávio França Teixeira; Douglas Reisdorfer e Thiago Cedrez da Silva (Org.) [Recurso eletrônico] Porto Alegre: Mundo Acadêmico, 2024.

282 p.

Bibliografia

ISBN: 978-65-89475-55-2

1. História - 2. Ensino - 3. Memória - I. Balhego, Alisson *et al.* - II. Título.

CDU: 900

CDD: 900



EDITORA MUNDO ACADÊMICO

Um selo da Editora Casalettras

R. Gen. Lima e Silva, 881/304 - Cidade Baixa

Porto Alegre - RS - Brasil CEP 90050-103

+55 51 3013-1407 - contato@casalettras.com

www.casalettras.com/academico-livros

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
“COMO V. S. COMPREENDE É UMA NECESSIDADE CONTRA OS VAGABUNDOS.” IMPrensa E PRECONCEITO RACIAL NO IMEDIATO PÓS-ABOLIÇÃO (PELOTAS, RS - 1888-1900). ALISSON BARCELLOS BALHEGO	13
A FORMAÇÃO DAS JOVENS ARISTOCRATAS DE LESBOS: UM ESTUDO SOBRE A EDUCAÇÃO FEMININA NO PERÍODO ARCAICO POR MEIO DA ANÁLISE DOS FRAGMENTOS DE SAFO ANA BEATRIZ DE SANTANA BANDEIRA SANTOS.....	26
“AS NOSSAS REUNIÕES MARCARAM UMA ÉPOCA NO PALÁCIO DO CATETE”: NAIR DE TEFFÉ E A POLÍTICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1910-1922) BETHÂNIA LUISA LESSA WERNER	41
FILMES DE FICÇÃO CIENTÍFICA COMO FONTES HISTÓRICAS: VISUALIZAÇÃO, REPRESENTAÇÃO E HORIZANTE DE EXPECTATIVA. CRISTIANO GASTAL.....	51
AS TRAQUÍNIAS E O DISCURSO FEMININO DARCYLENE PEREIRA DOMINGUES	60
BANDITISMO E CARRETEIROS: UM CASO DE EXTRAVIO DE MERCADORIAS (PELOTAS, 1884) DÁRIO MILECH NETO.....	71
CRIMINALIDADE ESCRAVA EM UMA ZONA PORTUÁRIA: O CATIVEIRO URBANO ATRAVÉS DE UM PROCESSO-CRIME DE ROUBO (RIO GRANDE, 1862). DOUGLAS REISDORFER	80
UM ESTUDO SOBRE A TRAJETÓRIA DE VÍTIMAS DE FEMINÍCIDIOS, CONSUMADOS E TENTADOS, NA CIDADE DE PELOTAS/RS (2014-2022) ELISIANE MEDEIROS CHAVES.....	95
“HOW FULL OF TOIL IS MY LIFE!”: BREVE ANÁLISE DE UM RECORTE DO PROJETO DE PESQUISA “RELEITURAS DO MEDIEVO: A RECEPÇÃO DA IDADE MÉDIA (MITTELALTERZEZEPTION) DO SÉCULO XIX AO XXI” (2018-2021) GREGORY RAMOS OLIVEIRA.....	105
O ANTIFASCISMO BRASILEIRO EM DISPUTA: A MEMÓRIA DA “BATALHA DA PRAÇA DA SÉ” (1934) GIOVANI BERTOLAZI BRAZIL	121

A AMEAÇA DO "COMUNISMO DESTRUIDOR": O ANTICOMUNISMO CATÓLICO DE O APÓSTOLO (1874 - 1875) JOÃO VITOR DE ARMAS TEIXEIRA.....	133
REVISTA VEJA: O HABITAT NATURAL DO NEOLIBERALISMO JOÃO OCTAVIO FRANÇA TEIXEIRA.....	145
MAMMIES À BRASILEIRA: SENTIDOS DE CULTURA RELACIONADOS AO SERIADO FILHOS DA PÁTRIA (2017 – 2019). UM ESTUDO DE CASO SOBRE LUCÉLIA. JOYCE SILVA CARDOSO	154
NEOMEDIEVALISMO E PRINCESAS DISNEY: PONDERAÇÕES SOBRE JASMINE, RAPUNZEL E MERIDA JULIANA AVILA PEREIRA; DANIELE GALLINDO GONÇALVES	164
“SOU EU ANDANDO DE RÉ”: GILBERTO GIL – TRAJETÓRIA E MÚSICA DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985) LEANDRO DOS SANTOS FERNANDES	176
O JAPÃO EM TETSUO: COMO O PAÍS É PERCEBIDO EM AKIRA (1988) LUCIANA DE ÁVILA FREITAS	192
O QUE REVELAM AS CARTAS DE ALFORRIAS DE MULHERES ESCRAVIZADAS? (PELOTAS, RIO GRANDE DO SUL, 1871-1888) MARINA RIBEIRO CARDOSO	203
AVANÇADO ENTRE OS CONSERVADORES E TÍMIDO ENTRE OS RADICAIS? ARAÚJO CASTRO E A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE NA REUNIÃO DOS NÃO-ALINHADOS NO CAIRO (1961) MATEUS JOSÉ DA SILVA SANTOS.....	216
SINDICALISMO RURAL DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR: A MEMÓRIA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SÃO LOURENÇO DO SUL (1966-1976) PATRÍCIA SCHNEID ALTENBURG	235
ASSOCIAÇÕES DOCENTES EM PELOTAS E SUAS INTERVENÇÕES NA DEFESA DA CLASSE DOCENTE NO GOVERNO DE VARGAS TAMIRES FERREIRA SOARES	247
O HOMOSSEXUAL PÁTICO EM PRIAPO: AS MASCULINIDADES ROMANA ‘(A)NORMAIS’ VITOR NAOKI MIKI GOMES	257
FACETAS DA HONRA NA IMPRENSA: O CASO CÂNDIDO DE OLIVEIRA E ALESSANDRO D’ATRI (1888) VITOR WIETH PORTO.....	272

Comissão Científica Organizadora do Evento

Alisson Balhego

Douglas Reisdorfer

Jéssica R. B. Peres

João Octavio França Teixeira

Joyce Silva Cardoso

Marina R. Cardoso

Mateus José da Silva Santos

Milena Lima Sire

Patrícia Schneid Altenburg

Rafael Ferreira Costa

Tamires Ferreira Soares

Vitor Wieth Porto

Programação Básica:

Mesa de Abertura – Crise e Democracia

Cristiano Engelke (FURG)

Mesa de Encerramento – Ensino de História

William Bonete (UFPEl) - Jara Fontoura (FURG)

Grupos Temáticos (GTs):

GT 1 – Estado: Entre Poder, Tensões e Autoritarismo

GT 2 – Trajetórias: Entre Identidades, Memória e Conflito Social

GT 3 – Imagens: Entre Iconografia, Cultura Visual e Intermidialidade

GT 4 - Grupo Temático Virtual

Minicursos:

- 1- O Brasil que sai das urnas em direção ao mundo: desafios do novo governo Lula na Política Externa
- 2- Pesquisa em Ensino de História: Possibilidades Investigativas
- 3- Imaginando Idades Médias: caminhos e perspectivas para o estudo da recepção do medievo na atualidade.

APRESENTAÇÃO

Este Anais compila reflexões desenvolvidas no *V Encontro Discente do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH)* do Instituto de Ciências Humanas (ICH) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Realizado bianualmente, o evento de 2022 teve como tema "*Poder, Memória, Intermidialidade e Ensino*".

Promovido sob os auspícios do Pós-Graduação e Pesquisas em Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Artes e Linguagem (CEHUS) e pelo ICH, o encontro ocorreu de 30 de novembro a 01 de dezembro de 2022, nos turnos da manhã, tarde e noite. Durante o evento, foram oferecidos minicursos, palestras, conferências e simpósios temáticos.

Cabe destacar que a relevância do V Encontro Discente do PPGH-UFPel reside não apenas na promoção de debates acadêmicos de alta qualidade, mas também na criação de um espaço vital para a troca de conhecimentos e experiências entre estudantes e pesquisadores. Por sua vez, os textos presentes nestes Anais representam também a diversidade e a profundidade das investigações conduzidas pelos discentes, refletindo temas relevantes e atuais. Ao abordar questões como, por exemplo, preconceito racial, educação feminina na Antiguidade, e a memória do antifascismo, dentre tantos outros temas, os artigos aqui compilados demonstram o compromisso dos pesquisadores com a análise crítica e a produção de conhecimento histórico rigoroso. Estes trabalhos não apenas enriquecem o campo da História, mas também estimulam a reflexão sobre nosso presente e futuro.

Desta forma, apresentamos a seguir, uma síntese dos trabalhos completos submetidos e aprovados para publicação, proporcionando a você uma visão abrangente das pesquisas acadêmicas desenvolvidas por diversos pesquisadores e pesquisadoras que contribuíram para criar uma rica experiência neste evento.

“COMO V. S. COMPREENDE É UMA NECESSIDADE CONTRA OS VAGABUNDOS.” IMPRENSA E PRECONCEITO RACIAL NO IMEDIATO PÓS-ABOLIÇÃO (PELOTAS, RS - 1888-1900), de autoria de Alisson Barcellos Balhego, investiga o processo de racialização das relações sociais no período pós-abolição, analisando como a imprensa e os processos criminais da época contribuíram para a construção de estereótipos racializados e a perpetuação de preconceitos contra a população negra de Pelotas.

A FORMAÇÃO DAS JOVENS ARISTOCRATAS DE LESBOS: UM ESTUDO SOBRE A EDUCAÇÃO FEMININA NO PERÍODO ARCAICO POR MEIO DA ANÁLISE DOS FRAGMENTOS DE SAFO, de Ana Beatriz de Santana Bandeira Santos, explora a educação das jovens aristocratas na Ilha de Lesbos durante o período arcaico, utilizando os fragmentos da poetisa Safo como fonte principal. A pesquisa busca compreender aspectos da vida religiosa e social das meninas de Lesbos sob uma perspectiva feminina.

“AS NOSSAS REUNIÕES MARCARAM UMA ÉPOCA NO PALÁCIO DO CATETE”: NAIR DE TEFFÉ E A POLÍTICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1910-1922), de Bethânia Luisa Lessa Werner, analisa a trajetória política de Nair de Teffé, primeira dama durante a Primeira República, com foco no episódio da Noite do Corta Jaca. A pesquisa utiliza memórias e registros da imprensa para discutir os limites e possibilidades de atuação das mulheres no campo político naquele período.

FILMES DE FICÇÃO CIENTÍFICA COMO FONTES HISTÓRICAS: VISUALIZAÇÃO, REPRESENTAÇÃO E HORIZONTE DE EXPECTATIVA, de Cristiano Gastal, propõe uma reflexão sobre as metodologias de análise de filmes de ficção científica como fontes históricas, utilizando os conceitos de presentismo e expectativa de futuro para compreender as construções de perspectivas futuras presentes nesses filmes.

AS TRAQUÍNIAS E O DISCURSO FEMININO, de Darcylyene Pereira Domingues, dedica-se à análise da tragédia grega "As Traquínias", de Sófocles, explorando o discurso feminino representado pela personagem Dejanira e o coro feminino. A pesquisa investiga a construção discursiva e o papel das mulheres na sociedade androcêntrica da Atenas clássica.

BANDITISMO E CARRETEIROS: UM CASO DE EXTRAVIO DE MERCADORIAS (PELOTAS, 1884), de Dário Milech Neto, estuda um episódio de extravio de cargas na cidade de Pelotas em 1884, envolvendo carreteiros e uma quadrilha de salteadores. A pesquisa utiliza processos criminais e fontes jornalísticas para entender as redes de parentela e solidariedades na região da Serra dos Tapes.

CRIMINALIDADE ESCRAVA EM UMA ZONA PORTUÁRIA: O CATIVEIRO URBANO ATRAVÉS DE UM PROCESSO-CRIME DE ROUBO (RIO GRANDE, 1862), de Douglas Reisdorfer, examina o cativo urbano na cidade

portuária de Rio Grande na década de 1860, a partir de um processo-crime de roubo envolvendo escravizados. A pesquisa busca entender as relações sociais e as motivações dos escravizados no contexto urbano.

UM ESTUDO SOBRE A TRAJETÓRIA DE VÍTIMAS DE FEMINÍCIDIOS, CONSUMADOS E TENTADOS, NA CIDADE DE PELOTAS/RS (2014-2022), de Elisiane Medeiros Chaves, investiga feminicídios na cidade de Pelotas, analisando o impacto da Lei do Feminicídio de 2015. A pesquisa utiliza análise documental de processos judiciais para compreender a persistência da violência de gênero.

“HOW FULL OF TOIL IS MY LIFE!”: BREVE ANÁLISE DE UM RECORTE DO PROJETO DE PESQUISA “RELEITURAS DO MEDIEVO: A RECEPÇÃO DA IDADE MÉDIA (MITTELALTERREZEPTION) DO SÉCULO XIX AO XXI” (2018-2021), de Gregory Ramos Oliveira, apresenta resultados de pesquisa sobre a recepção de Carlos Magno e a Idade Média, analisando a construção de um banco de dados e a aplicabilidade das recepções catalogadas em estudos futuros.

O ANTIFASCISMO BRASILEIRO EM DISPUTA: A MEMÓRIA DA “BATALHA DA PRAÇA DA SÉ” (1934), de Giovani Bertolazi Brazil, aborda a disputa pela memória do antifascismo no Brasil durante a década de 1930, focando na "Batalha da Praça da Sé" e nas narrativas de militantes envolvidos no episódio.

A AMEAÇA DO "COMUNISMO DESTRUIDOR": O ANTICOMUNISMO CATÓLICO DE O APÓSTOLO (1874-1875), de João Vitor de Armas Teixeira, analisa o anticomunismo católico nas páginas do periódico "O Apóstolo" nas décadas finais do século XIX, contribuindo para a historiografia sobre o fenômeno no Brasil.

REVISTA VEJA: O HABITAT NATURAL DO NEOLIBERALISMO, de João Octavio França Teixeira, examina como a revista "Veja" dissemina premissas neoliberais, utilizando uma revisão de literatura para analisar a continuidade do comportamento neoliberal da revista.

MAMMIES À BRASILEIRA: SENTIDOS DE CULTURA RELACIONADOS AO SERIADO FILHOS DA PÁTRIA (2017 – 2019). UM ESTUDO DE CASO SOBRE LUCÉLIA, de Joyce Silva Cardoso, observa a relação entre cultura midiática e sociedade, focando na personagem Lucélia do seriado "Filhos da Pátria" para compreender construções culturais sobre mulheres negras na televisão.

NEOMEDIEVALISMO E PRINCESAS DISNEY: PONDERAÇÕES SOBRE JASMINE, RAPUNZEL E MERIDA, de Juliana Avila Pereira e Daniele Gallindo Gonçalves, discute as construções neomedievais nas animações "Aladim", "Enrolados" e "Valente", analisando como essas produções contemporâneas utilizam cenários neomedievais para dialogar com o tempo presente.

“SOU EU ANDANDO DE RÉ”: GILBERTO GIL – TRAJETÓRIA E MÚSICA DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985), de Leandro dos Santos Fernandes, analisa a obra musical de Gilberto Gil durante a ditadura civil-militar, destacando três álbuns para compreender as interpretações do autor sobre o contexto social, cultural e político do período.

O JAPÃO EM TETSUO: COMO O PAÍS É PERCEBIDO EM AKIRA (1988), de Luciana de Ávila Freitas, enfoca a representação do Japão pós-Segunda Guerra Mundial no filme "Akira", utilizando a análise corporal do personagem Tetsuo como metáfora para o país.

O QUE REVELAM AS CARTAS DE ALFORRIAS DE MULHERES ESCRAVIZADAS? (PELOTAS, RIO GRANDE DO SUL, 1871-1888), de Marina Ribeiro Cardoso, investiga as cartas de alforria de mulheres escravizadas em Pelotas, analisando os ofícios praticados por elas e suas trajetórias rumo à liberdade.

AVANÇADO ENTRE OS CONSERVADORES E TÍMIDO ENTRE OS RADICAIS? ARAÚJO CASTRO E A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE NA REUNIÃO DOS NÃO-ALINHADOS NO CAIRO (1961), de Mateus José da Silva Santos, discute as controvérsias da aproximação do Brasil com os países Não-Alinhados durante a Política Externa Independente de Jânio Quadros, utilizando o relatório de Araújo Castro para analisar as tensões e expectativas do período.

SINDICALISMO RURAL DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR: A MEMÓRIA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SÃO LOURENÇO DO SUL (1966-1976), de Patrícia Schneid Altenburg, examina a atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul durante a ditadura civil-militar, utilizando a História Oral para compreender as características do trabalho realizado e as relações construídas no âmbito sindical.

ASSOCIAÇÕES DOCENTES EM PELOTAS E SUAS INTERVENÇÕES NA DEFESA DA CLASSE DOCENTE NO GOVERNO DE VARGAS, de Tamires

Ferreira Soares, analisa a atuação das associações docentes em Pelotas durante o governo de Getúlio Vargas, destacando a defesa dos educadores frente às políticas educacionais coercitivas da época.

O HOMOSSEXUAL PÁTICO EM PRIAPO: AS MASCULINDADES ROMANA ‘(A)NORMAIS’, de Vitor Naoki Miki Gomes, apresenta uma análise dos sujeitos homoeróticos na Roma Antiga, utilizando os poemas da "Priapea" para explorar a diversidade identitária sexual e a normalização desses sujeitos.

FACETAS DA HONRA NA IMPRENSA: O CASO CÂNDIDO DE OLIVEIRA E ALESSANDRO D’ATRI (1888), de Vitor Wieth Porto, investiga a importância da honra e reputação para os homens do século XIX, analisando o rumor de um duelo entre o senador mineiro Cândido de Oliveira e o agente de imigração italiano Alessandro D’Atri como um exemplo das batalhas travadas na imprensa da época.

Por fim, estimamos que todos se sintam incentivados a continuar participando deste evento, que se consolida na área discente de História do extremo sul do país, apresentando reflexões de pesquisas inéditas, de qualidade e novos desafios. Desejamos uma ótima experiência de leitura!

Organizadores deste Material

Alisson Balhego
João Octávio França Teixeira
Douglas Reisdorfer
Thiago Cedrez da Silva

“COMO V. S. COMPREENDE É UMA NECESSIDADE CONTRA OS VAGABUNDOS.” IMPRENSA E PRECONCEITO RACIAL NO IMEDIATO PÓS-ABOLIÇÃO (PELOTAS, RS - 1888-1900).

ALISSON BARCELLOS BALHEGO ¹

Resumo: Na transição do século XIX para o XX e com os vários dispositivos criados por aquela sociedade, visando a repressão e o controle das camadas mais pobres, especialmente aqueles oriundos do cativo, ocorre um forte processo de racialização das relações sociais, uma busca por colocar esses sujeitos como um sub-grupo. Toda essa movimentação resulta em vários tipos de processos criminais, matérias da imprensa escrita cobrando posições sobre a situação dos agora libertos, de mazelas que assolavam o ambiente social, e a reprodução de um imaginário preconceituoso dessa sociedade. Nesse sentido, os periódicos jornalísticos somados a outras fontes como os processos criminais, corroboram para a fundamentação da observação dessa sociedade. Portanto, nesse contexto, a imprensa não apenas reproduzia o preconceito racial presente na sociedade brasileira da época, como era produtora de estereótipos racializados, contribuindo com a construção de uma visão preconceituosa a respeito da população negra local. Logo, o presente trabalho tem por objetivo analisar algumas matérias produzidas e divulgadas na imprensa pelotense entre os anos de 1888-1900, no sentido de construir uma reflexão sobre a construção do preconceito racial em Pelotas nesse período.

Palavras-chave: Pelotas/RS; Imediato Pós-abolição; Racismo.

¹ Universidade Federal de Pelotas, Doutorando em História, alissonbarcellos@hotmail.com

Introdução

O presente texto tem por objetivo apresentar e debater sobre algumas nuances dispostas em um periódico jornalístico e que evidenciam o tratamento disposto por aquela sociedade para as pessoas pretas, pardas, livres e libertas, no período imediatamente posterior a abolição da escravatura. Assim sendo o recorte da documentação abordada trata de uma datação que leva em conta os anos de 1888 até 1900 e que dizem respeito a cidade de Pelotas/Rs, mas nessa abordagem inicial iremos apresentar recortes datados do ano de 1888 para evidenciar um momento delicado tanto no país como na localidade, pois a abolição da escravatura traria novas disposições no ambiente social e nas relações de trabalho.

O avanço do século XIX para o XX é acompanhado pela criação de dispositivos criados, que visavam a repressão e o controle das camadas mais pobres, especialmente aqueles oriundos do cativo. Nesse contexto ocorre uma forte racialização das relações sociais, uma busca por colocar esses sujeitos como um sub-grupo. Toda essa movimentação resulta em vários tipos de processos criminais, matérias da imprensa escrita cobrando posições sobre a situação dos agora libertos, de mazelas que assolavam o ambiente social, e a reprodução de um imaginário preconceituoso dessa sociedade.

A cidade de Pelotas, assim como diversas regiões do país, sentiu o fim da escravidão, especialmente nas charqueadas. E para aquela sociedade era fundamental a disciplinarização das classes populares para o trabalho e para a noção de progresso, por isso o esforço para tornar as penas mais pesadas, abrangentes e criminalizar a conduta do desocupado, em virtude de a percepção daquele meio social ser de que a pena constituiria uma regeneração moral.

Como diversos autores indicam, esse movimento inicia com força após a abolição da escravatura e nesse momento vários dispositivos são instituídos embaixo de uma retórica de progresso e alcance de uma civilidade. O Código Penal de 1890 foi parte importante desse processo e comportou mecanismos de perseguição às camadas populares, em sua grande maioria pretos e pardos libertos. Nele foi criminalizada a chamada “vadiagem” e a capoeira no mesmo tipo penal, dessa maneira especificando o alvo a quem se dirigia o projeto punitivo da República, sob as vestes da correção moral pelo trabalho.

Esse tipo de demanda não era uma novidade, visto que durante o período do Império mendigos, vagabundos e ébrios eram coactados a assinar um termo de bem viver, uma disposição imposta pelas autoridades policiais. E através desse documento aquela pessoa estava se submetendo a viver de forma “decente”.

Esse termo detinha uma cláusula corretiva que previa o confinamento para quem rompessem com a convenção estipulada nos autos. Ademais, o Código de Processo Criminal de 1832, estabelecia ao termo de bem viver uma relação com o Código de 1830 e em seu artigo de número 12, concedia ao juiz de paz dos distritos o poder impor ao indivíduo a pena que seria “repetida quantas forem as reincidências”. Importa destacar que pouco tempo depois, os poderes inicialmente concedidos ao juiz foram estendidos ao chefe de Polícia, delegados e subdelegados, como previsto na Lei n. 261 de 3 de dezembro de 1841 (TEIXEIRA; SALLA; MARINHO, 2016).

Outra medida tomada foi a inserção da capoeira como crime no Código Penal republicano, em razão da ação de capoeiras como capangas políticos. No texto do código a menção estava no tópico “Dos vadios e capoeiras”. Portanto, a criminalização era política e social. A capoeira durante a maior parte do século XIX até as três primeiras décadas do século XX, esteve associada ao mundo do crime. Sendo poucas vezes percebida como prática cultural pertinente à sociedade brasileira (OLIVEIRA, 2009).

Junto a esse conjunto de ações, a imprensa não apenas reproduzia o preconceito racial presente no contexto brasileiro da época, como era produtora de estereótipos racializados, o que proporcionava os meios para a construção de uma visão preconceituosa a respeito da população negra local. Estereótipos de vagabundagem, alcoolismo, criminalidade, promiscuidade também contribuíam para a criminalização dessa população exigindo a necessidade de um controle social e policial sobre os seus corpos. Os casos de linchamento e xingamentos de brancos contra pretos e pardos ocorridos no cotidiano podem ser reflexos desse imaginário preconceituoso reforçado pela imprensa local.

Ainda assim, algumas considerações necessitam ser feitas e um exemplo de escrito da imprensa local será destacado no corpo do texto, para que possamos deslindar as relações racializantes desse período. Para tanto, iremos apresentar a seguir algumas explanações sobre o tipo de fonte utilizada e a localidade que está em foco e na sequência um exemplo de publicação apresentada em um periódico local.

Algumas ponderações sobre o uso do periódico jornalístico como fonte histórica.

A lida com jornais apresenta diversas possibilidades de averiguação como a observação da construção de um estereótipo. Principalmente quando levamos em consideração algumas diretrizes para a formatação dessa investigação. Ou seja, se atentarmos ao tratamento que era dado pela imprensa pelotense às pessoas pretas e pardas no período imediatamente posterior ao 13 de maio de 1888 ou a forma como era representado o cotidiano dos personagens de cor, fragmentos de histórias de vida, dinâmicas sociais no espaço público, a desigualdade social e racial, indícios de linchamentos raciais, embates vividos e estratégias pensadas pela população negra, formas de inserção no mundo do trabalho livre, dentre outros aspectos do cenário complexo do pós-abolição em Pelotas, dentre outros.

Nesse sentido, Maria Helena Capelato ressalta que a imprensa, pensando aqui o jornal impresso, permite ao historiador compreender muito do percurso realizado pelas pessoas no passado, e pode ser percebida como um espaço em que se representa a realidade vivida. Ela se concebe como resultado de uma série de práticas sociais de determinada época, e aqueles que a produzem formatam imagens da sociedade que serão certamente reproduzidas em outras épocas históricas (CAPELATO, 1994).

Contudo, o texto jornalístico precisa ser explorado de forma crítica para que a pesquisa não seja comprometida, se deixando influenciar pelo discurso exposto na fonte e, acabando por, estabelecer uma análise precipitada, sem crítica e superficial da fonte histórica. A historiografia mudou sua percepção em relação ao uso da imprensa como fonte de pesquisa. Tânia Regina de Luca (2008), explica que na década de 1970, existiam poucos os trabalhos que utilizavam jornais e revistas como fontes de pesquisa. E aponta que já existia a preocupação de escrever a história da imprensa, mas se resistia em escrever uma história através da imprensa (LUCA, 2008).

A pesquisa desenvolvida por Sidney Chalhoub intitulada de *Lar, trabalho e botequim* (2012), faz o uso de jornais, processos criminais, discursos oficiais e por intermédio dessas documentações o historiador constrói um estudo que observa uma sociedade que vivia as transformações do fim do século XIX e começo do XX. Nesse estudo Chalhoub apresenta diversas páginas de jornais em que as matérias publicadas

apresentam elementos daquele cotidiano. Somado a outras fontes, o historiador consegue demonstrar vários elementos políticos dos discursos construídos por essas narrativas.

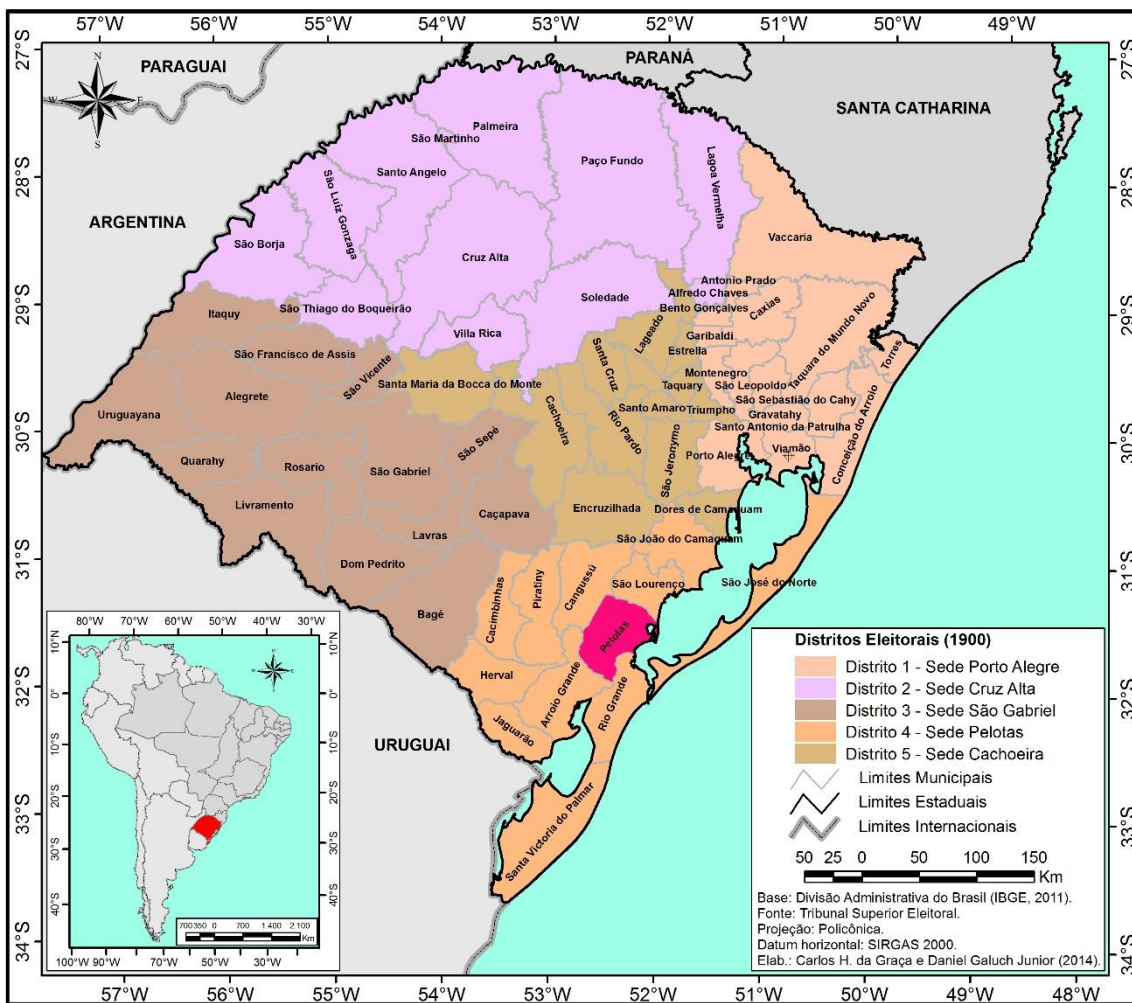
Através desse trabalho é possível observar as medidas que a sociedade brasileira tomou no sentido de controlar a população mais pobre oriunda do cativo. Ficam expostas as disputas entre os imigrantes vindos de Portugal, os brasileiros brancos pobres, os libertos e ex-cativos. E por intermédio do cruzamento de documentações, por esse estudo é possível observar que tanto a imprensa, como os processos criminais apresentam o preconceito racial no pós-abolição. Ou seja, o tratamento para as pessoas negras é construindo no sentido de as inferiorizar, as colocando como uma sub-classe (CHALHOUB, 2012).

Logo, o uso do periódico jornalístico, somado a outras fontes e a uma análise que leve em conta as preocupações de historiadores como (CAPELATO, 1994), (LUCA, 2008), e (CHALHOUB, 2012) corrobora para a fundamentação de uma averiguação daquela sociedade pelotense do fim do século XIX e começo do XX.

Uma localidade no extremo sul brasileiro.

A passagem do periódico que iremos apresentar mais à frente, trata de um ofício enviado para a Câmara Municipal da Cidade de Pelotas. Desse modo, é importante construir um breve recorte histórico da localidade e apresentar informações sobre a população negra que é diretamente afetada pelos projetos impetrados no imediato pós-abolição.

Para tanto, é preciso salientar que Pelotas está situada sul do Brasil, o que poderemos observar no mapa abaixo, e que a localidade teve seu reconhecimento formal como Vila adquirido ainda na vigência do Primeiro Reinado (1822-1831) em 7 de dezembro de 1830, por intermédio de lei provincial. Nomeada como Vila de São Francisco de Paula, foi instalada no dia 7 de abril de 1832, durante o Período Regencial (1831-1840) (MAGALHÃES, 1993).



MAPA Rio Grande do Sul 1900 Graça, Carlos H. da Galuch Júnior, Daniel 2014. Fonte: Biblioteca Digital da Justiça Eleitoral. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/655>>

Em 27 de junho de 1835, por meio de outra lei provincial, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, outorgou a ela o título de cidade, denominando-a como Pelotas. Antes, na vigência do chamado Período Joanino (1808-1822), um alvará de 7 de julho de 1812, havia promovido o então distrito da Vila do Rio Grande à condição de freguesia, o que possibilitou a criação de uma igreja matriz desligada da Matriz de São Pedro, ainda assim, administrativamente, permanecia vinculada ao município vizinho (MAGALHÃES, 1993).

Com a instalação da Vila, em 1832, a Câmara Municipal foi estruturada sendo composta por sete vereadores e detentora dos poderes executivo e legislativo, segundo o preceito parlamentarista. Em condições normais, o vereador mais votado era

automaticamente o presidente da Câmara, competindo a ele dar execução às leis elaboradas pelo órgão colegiado. Esse mecanismo vigorou entre 1832 e 1889. Com a implantação da República, sob o regime presidencialista, verificou-se a divisão de poderes: de 1889 a 1934 o chefe do executivo municipal passou a ser chamado de Intendente e a câmara legislativa, de Conselho Municipal (MAGALHÃES, 1993).

Além disso, Pelotas teve destaque como o grande complexo charqueador do Império do Brasil. O charque e os couros foram os principais produtos da pauta das exportações rio-grandenses durante quase todo o século XIX e essa característica contribui para constituir a diversidade populacional do local (VARGAS, 2013).

Nesse aspecto, a concentração de cativos era expressiva, em 1814 em que 50,7% de seus habitantes eram trabalhadores escravizados. Na década de 1870, Pelotas contava com uma população de aproximadamente 25 mil habitantes, sendo pelo menos 8 mil cativos. Pesquisas mais recentes apontaram para a existência de um número importante de cativos mesmo nas vésperas da abolição. No que diz respeito, a redução da população escravizada o historiador Jonas Vargas demonstrou que este declínio começa apenas após 1874 e ganhou intensidade entre 1877 e 1884. No Rio Grande do Sul, entre 1874 e 1884, ocorreu uma diminuição de 15.302 escravos, boa parte deles transferidos para o sudeste (VARGAS, 2013).

Ou seja, existe um número expressivo de pessoas pretas e pardas na localidade desde o século XIX, o que também ocorre no período pós-abolição. Abordar Pelotas levando em conta esse recorte histórico é necessário, pois o campo de estudos do pós-abolição não é desagregado dos estudos da escravidão, muito menos um tipo de legado daquele período, o que diferencia é o foco nos diálogos abertos com a abolição. O pós-abolição é um campo de estudos que oferece possibilidades de análises, cujo problema histórico está centrado nas experiências de liberdade, e especialmente de cidadania, de pessoas escravizadas e seus descendentes após a abolição da escravidão, identificados e hierarquizados nas relações sociais por termos que evocam uma ideia de raça (SILVA, 2017).

Debruçar o olhar sobre o contingente populacional de Pelotas, coopera para a formatação de um contexto que propicie uma análise com folego para tornar nítidas as dificuldades que ocorriam nas relações sociais e fomentar a percepção que se tem daquele período histórico.

Isso posto, podemos avançar para a leitura dos recortes de um periódico jornalístico, conhecido como *Echo do Sul*, que é construído na cidade de Rio Grande, vizinha de Pelotas, mas que em suas duas primeiras páginas apresenta diversas notícias sobre a Princesa do Sul.

Nos dias posteriores a abolição do sistema escravista, no referido jornal são veiculadas repetidas notícias relacionadas a condição dos libertos posteriormente a Lei Nº 3353 ter sido promulgada. Esses textos fazem menção a elementos como à vadiagem e à necessidade de um tipo de vigilância sob quem fosse oriundo do cativo. Notícias essas da imprensa local eram bastante diretas.

O que podemos aferir na matéria intitulada “Contra a vagabundagem”, reproduzida no *Echo do Sul* de 23 de maio de 1888:

O ofício que a honrada presidência da Câmara Municipal dirigiu ao Sr. delegado de polícia, relativamente à repressão da vagabundagem, não dá somente testemunho de uma intenção louvável. Foi em prol da tranquilidade, segurança e comodidade dos cidadãos. Por efeito da lei da abolição do cativo, deve ter crescido o número dos ociosos e dos vagabundos. É verdade que nem a Câmara e nem a polícia podem dar trabalho aos libertos e aos desocupados, mas podem impedir que uns e outros entreguem-se ao vício e ao crime, e para isso basta que a polícia exerça ativa vigilância sobre os cortiços e vivendas onde essa gente habitualmente se reúne.²

Com esse recorte podemos compreender um pouco das dificuldades enfrentadas pela população preta pelotense, o que não é distante do que aconteceu em outros locais do país. A matéria apresenta uma imagem depreciativa dessas pessoas e aponta que o trabalho era compreendido como a cura dos problemas sociais atribuídos a população negra. Junto a isso, o trabalho seria o caminho da redenção, para uma regeneração e a “preocupação” de as empurrar para o trabalho, e de perseguir quem destoasse não era exclusiva da região.

A pesquisadora Yacy Mata destaca um pouco do contexto das relações e disputas sobre a liberdade um ano antes da abolição e que evidencia que esse período seria atribulado, além de que havia um pensamento que presava pela manutenção das relações escravistas, através de alguns subterfúgios:

² CONTRA A VAGABUNDAGEM, JORNAL ECHO DO SUL, Rio Grande, 23 de mai. 1888. Maio. 1888.

As ações de alguns proprietários foram no sentido de não se alterar qualquer aspecto da relação escravista. Assim, muitas vezes antecipando-se aos abolicionistas, solicitavam a certidão de matrícula dos escravos; recusavam-se a arbitrar um valor que permitisse ao escravo ser libertado pelo fundo de emancipação; encaminhavam recurso à Presidência da Província, quando da declaração de liberdade de algum de seus escravos pelo mesmo fundo; apelavam ao Tribunal da Relação, quando das decisões favoráveis à liberdade; representavam contra juízes que concediam alforrias; além disto, costumavam não acatar decisões judiciais favoráveis aos escravos. (MATA, 2007, p. 166)

Nos casos mais extremos, com o intuito de não permitir qualquer interferência na relação entre senhor e escravizado, alguns proprietários lançaram mão de violência contra os abolicionistas, constantemente colocando-os como alvos de agressões, além de enviarem críticas e denúncias às autoridades policiais (MATA, 2007).

O final da escravidão, provocou uma das primeiras fissuras na organização do trabalho, pois a extinção do trabalho escravizado representava “a separação entre o trabalhador e sua força de trabalho” (CHALHOUB, 2012, p. 65). E para as ambições daquele contexto social a “marcha para a civilização” teria continuidade se o liberto fosse persuadido a vender sua força de trabalho para o capitalista empreendedor (CHALHOUB, 2012).

Esse esforço pode ser dividido em dois momentos, o primeiro, seria uma parte mais prática da questão, criar mecanismos para empurrar essas pessoas para o trabalho. O segundo dava conta de que para que esse movimento fosse efetivo era necessário um esforço de construção de valores que iriam formar uma nova simbologia do trabalho, deixando de lado o caráter degradador característico do trabalho em uma sociedade escravista, para tomar um valor positivo e fomentar a implementação de uma ordem burguesa no Brasil (CHALHOUB, 2012).

Essas mudanças reverberaram e nos rincões maranhenses e Matheus Gato também encontrou modificações nas relações raciais. Ele analisou através de periódicos jornalísticos e demonstrou que a construção social da liberdade no Brasil foi um processo diferenciado e desigual. O autor estudou o pós-abolição maranhense, observando a relação entre a luta social pelos significados da liberdade na derrocada do mundo senhorial e o progressivo estabelecimento da categorização racial enquanto critério hegemônico de subordinação de grupos. Nesse sentido, o historiador averiguou as especificidades do processo de racialização, atentando ao modo como as classificações de cor e outras de grupo vigentes na sociedade imperial e escravista brasileira (como

“libertos”, “moleques”, “negrinhas” etc.) se tornaram portadoras das ideias raciais modernas oitocentistas que se disseminaram no país, alimentando um senso comum e prático acerca da inferioridade biológica e cultural dos negros (GATO, 2019).

Em estudo que observa São Carlos- SP, Karl Monsma indica casos de linchamento no oeste paulista. A análise foi construída em cima de Jornais, documentação policial, processos crime e outros. Na Pesquisa, Karl evidenciou que pouco tempo depois da abolição, ainda que em número muito menor em relação aos Estados Unidos, porém com características parecidas com os casos estadunidenses e que tiveram grande repercussão no âmbito local (MONSMA, 2014).

No decorrer do período escravista brasileiro, as identidades raciais tinham correspondentes sociais e jurídicos nítidos, ainda assim, após a abolição esses correspondentes foram diluídos em outros elementos. Sendo assim, a ideia de raça passou a ser acionada como fator de diferenciação no Brasil e fundamentou ações mesmo com a abolição da escravidão. Essas movimentações não passaram despercebidas e a população negra brasileira buscou formas de combater esse cenário. E mais do que isso, a pesquisadora Fernanda Silva, por exemplo, persegue elementos informados pela antropóloga brasileira Lélia Gonzalez e pela historiadora norte-americana Bárbara Fields, logo, os clubes negros são entendidos como construções culturais, comuns aos grupos negros nas Américas, fomentados a partir de configurações sociais racializadas, que conferem inteligibilidade e densidade histórica à experiência de racialização vivenciada na emancipação e no pós-abolição das Américas (SILVA, 2017).

Além disso, os exemplos acima expostos através dos trabalhos de Yaci (2007), Gato (2019) e Monsma (2014) ajudam a formatar um pouco o cenário vivenciado pela população negra no Brasil, situações de violência vividas antes e imediatamente após a abolição do sistema escravista.

Considerações finais

O presente texto objetivou a apresentação de algumas representações feitas em relação as pessoas negras em periódicos jornalísticos que tratam da cidade de Pelotas no ano de 1888. No sentido de evidenciar um pouco da repressão e violência vivenciada por esse conjunto populacional.

Durante a escravidão a raça era um indicativo de condição social de escravidão, após vários projetos foram estabelecidos no sentido de colocar as pessoas negras “em seus lugares”. O projeto de repressão a ociosidade, a criação das casas de correção, a caopearagem dentro do código criminal, foram medidas que dentro de seus requisitos, estabeleciam situações contempladas pelos recém livres, são exemplos desses movimentos.

Assim, raça passa a ter um teor diferente do que exercia durante a escravidão, e elementos de diferenciação, estão colocados entre os livres. Dentro desse ambiente, a população negra brasileira não acessa todos os direitos atribuídos ao que se entendia como liberdade, ou seja, a cidadania não era garantida. E a partir disso, várias formas de inserção e de luta por direitos são propostas por essa camada social que constituía a mão de obra trabalhadora do país.

A imprensa da época tratava-se de uma importante mobilizadora da opinião pública e construtora de imaginários e estereótipos, contribuindo negativamente com a inclusão dos libertos na sociedade brasileira. E como são poucos trabalhos que relacionam fontes como jornais, processos criminais, no pós-abolição no Rio Grande do Sul, o projeto aqui exposto pode contribuir para compreender como se deu essa experiência em Pelotas.

Bibliografia

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador**. In: História das Américas: fontes e abordagens historiográficas [S.l: s.n.], 2015.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. 3a ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca. **Além da Escravidão. Investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.**

CRUZ, Heloisa de Faria. **São Paulo em Papel e Tinta: Periodismo e vida urbana (1890-1915)**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013.

GATO, Matheus. “**Raça e cidadania no pós-abolição maranhense (1888-1889)**”. *Afro-Ásia*, v. 59, 2019, pp. 235-74.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos. *Encontro Nacional da História da Mídia*, v. 10, 2015.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINKSY, Carla Bassanesi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

MATA, Iacy Maia. “Libertos do 13 de maio” e ex-senhores na Bahia: conflitos no pós-abolição. *Afro-Ásia*, 35 (2007), pp. 163-198.

MAGALHÃES, Mario Osorio. **Administração**. In: Beatriz Ana Loner, Lorena Almeida Gill, Mario Osorio Magalhães, [organizadores]. *Dicionário de História de Pelotas* [recurso eletrônico] 3. Ed Pelotas: Editora da UFPel [FAU - Fundação de Apoio Universitário] 2017. 295 p.

MONSMA, Karl. **Linchamentos raciais no pós-abolição: uma análise de alguns casos excepcionais do oeste paulista**. In: Flávio Gomes; Petrônio Domingues. (Org.). *Políticas da raça: Experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil*. 1ed. São Paulo: Editora Selo Negro, 2014, p. 195-210.

OLIVEIRA, Josivaldo Pires de; LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. **Capoeira, identidade e gênero: ensaios sobre a história social da capoeira no Brasil**. EDUFBA, 2009.

SILVA, Fernanda Oliveira da. **As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no Pós-abolição (1870-1960)**. Porto Alegre: UFRGS, 2017. (Tese de Doutorado).

TEIXEIRA, Alessandra, Salla, Fernando Afonso e Marinho, Maria Gabriela da Silva Martins da Cunha. VADIAGEM E PRISÕES CORRECIONAIS EM SÃO PAULO: MECANISMOS DE CONTROLE NO FIRMAMENTO DA REPÚBLICA. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro) [online]**. 2016, v. 29, n. 58 [Acessado 23 dezembro 2021], pp. 381-400. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S2178-14942016000200004>>.

VARGAS, Jonas Moreira. “**Pelas margens do Atlântico**”: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas,

Rio Grande do Sul (século XIX). 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

A FORMAÇÃO DAS JOVENS ARISTOCRATAS DE LESBOS: UM ESTUDO SOBRE A EDUCAÇÃO FEMININA NO PERÍODO ARCAICO POR MEIO DA ANÁLISE DOS FRAGMENTOS DE SAFO

**ANA BEATRIZ DE SANTANA BANDEIRA
SANTOS³**

RESUMO: O presente texto, criado a partir da comunicação apresentada no V Encontro Discente do Programa de Pós-graduação em História, tem por objetivo apresentar o desenvolvimento da pesquisa sobre a formação das jovens aristocratas da Ilha de Lesbos de acordo com os fragmentos de Safo, poetisa grega que viveu entre os séculos VII a.C. e VI a.C. A análise desses fragmentos é utilizada nessa pesquisa para compreender aspectos da vida religiosa e social das meninas de Lesbos, que também aparecem nas composições da poetisa, fontes importantes na compreensão de uma História das Mulheres sob o ponto de vista feminino, algo de extrema importância no contexto do estudo da História Antiga, que possui uma predominância de escritos feitos por homens. Analisar os fragmentos de Safo também nos permite observar a realidade feminina na Antiguidade grega fora de uma ótica atencêntrica, apresentando um recorte espacial de uma colônia grega localizada na Ásia Menor, tornando possível observar os diferentes costumes e culturas que faziam parte da civilização grega. Em meio a essa análise, a pesquisa desenvolvida tem como principal hipótese a afirmação de que Safo de Lesbos teria um círculo de jovens, às quais estariam sendo ensinadas por ela, aspectos voltados à religiosidade e participação destas na vida ritualística da *pólis*.

PALAVRAS-CHAVE: Fragmentos poéticos; Educação feminina; Antiguidade grega; Safo de Lesbos.

³ Mestranda em História pelo Programada de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. Email: anabiiii. absbs@gmail.com.

Introdução

O estudo da Antiguidade é diverso e cheio de possibilidades de pesquisa, com vários povos, locais, culturas e temporalidades a serem analisadas. Ao escolher seu recorte espacial e temporal ainda existem várias fontes e objetos que podem ser escolhidos. Na análise da Grécia no Período Arcaico, por exemplo, existem vários pesquisadores com diferentes objetivos e hipóteses, de acordo com a fonte que estão analisando, pois existe uma riqueza cultural, política e econômica que permite essa diversidade, além da curiosidade de estudar uma época onde várias fontes escritas foram perdidas. As canções de Safo de Lesbos são um exemplo de fonte escrita que sofreu com a passagem dos milênios, chegando até a atualidade em estado fragmentário, dificultando a análise da vida de Safo e até mesmo uma compreensão total de sua obra.

O que sabemos através de informações coletadas por outros autores da Antiguidade é que Safo foi uma poetisa que teria vivido entre os séculos VII a.C. e VI a.C., na Ilha de Lesbos, que fica localizada na costa da Ásia Menor. Algumas informações que temos da sua vida pessoal é que ela seria filha de Cleis e Escamandrônimo⁴, seus irmãos seriam chamados Caraxo, Eurígio e Lárico. Ela pode ter sido casada em algum momento, e teria uma filha chamada Cleis, assim como sua mãe. Ela pode ter tido um amante chamado Fáon, uma informação que surge a partir do autor Menandro e que foi usado por Ovídio para a construção da décima quinta epístola da obra *As Heróides*. Outro destaque é que ela também poderia ter relações amorosas com outras mulheres.

Apesar da vida enigmática de Safo, o aspecto mais impactante da sua vida é a sua obra. A poesia de Safo é chamada mélica, um gênero que, de acordo com a pesquisadora Giuliana Ragusa, é “basicamente, o das composições destinadas à performance cantada em coro ou solo, com acompanhamento da lira – no caso da modalidade coral, junto a outros instrumentos” (2013, p. 12). Hoje nós tratamos a obra sáfica como poesia, pois a

⁴ Existem outros nomes que podem ser referentes ao pai de Safo, segundo o Suda, Safo também poderia ser filha de “Símon, ou de Eumeno, ou de Eerigio, ou de Écrito, ou de Semo, ou de Cámon, ou de Eparco”. (Σ 107 apud Flores, 2017, p. 614).

melodia que acompanhava as letras que hoje chegaram a nós foi completamente perdida, provavelmente na passagem para o suporte escrito.

Com cerca de 200 fragmentos restantes atualmente, sendo apenas um encontrado em sua completude, o *Hino a Afrodite*, a mélica sáfica tem sua mais conhecida transcrição no século III a.C., na Biblioteca de Alexandria, local onde diversas obras do mundo antigo foram transcritas e organizadas. É de acordo com a organização feita nessa época que muitas edições de traduções da mélica é organizada, com 8 livros catalogados de acordo com a métrica e 1 livro de canções epitalâmicas⁵.

As composições de Safo eram muito respeitadas na Antiguidade, fazendo com que a poetisa fosse mencionada por autores como Estrabão, Heródoto, Platão e Ovídio. Ela faz parte do cânone dos nove grandes poetas do Período Arcaico grego, juntamente à Alcman (Esparta, séc. VII a.C.), Alceu (Ilha de Lesbos, séc. VII e VI a.C.), Estesícoro (Hímera, séc. VII e VI a.C.), Íbico (Régio, séc. VI a.C.), Anacreonte (Teos, séc. VI a.C.), Simônides (Ilha de Ceos, séc. VI e V a.C.), Baquírides (Ilha de Ceos, séc. VI e V a.C.) e Píndaro (Tebas, séc. VI e V a.C.), sendo a única mulher do grupo.

Mesmo com suas mélicas em estado fragmentário e uma biografia majoritariamente construída através da visão de outros autores, Safo ainda é uma fonte de pesquisa historiográfica rica, com diversas problemáticas a serem analisadas. Essas temáticas são estudadas por diversas áreas do conhecimento, com destaque para a Linguística e a História Antiga. Em meio a todos esses estudos, três acabam se destacando pela quantidade de abordagens existentes nas diversas áreas.

A primeira a ser mencionada é a voltada aos estudos sobre a sexualidade de Safo e se a poetisa teria vivido ou não relações homoeróticas com as meninas que frequentavam o seu círculo. Essa abordagem traz como justificativa a prática da pederastia, que foi característica da Atenas Clássica, na qual a educação se misturava com

⁵ Canções epitalâmicas são músicas que eram feitas para os ritos de casamento.

uma relação de cortejo entre o *erastés*⁶ e o *erómenos*⁷. Esse aspecto educacional pode ser visto como prova de que a cultura na Grécia Antiga aceitava relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo, mas na verdade essa é uma prática com várias regras para o não comprometimento da masculinidade dos envolvidos. Essa visão se originou na própria Antiguidade com autores como Ovídio⁸ e Máximo de Tiro⁹, que citavam a possível sexualidade de Safo em seus escritos. Nikos A. Vrissimtzis é um dos pesquisadores que abordam essa corrente ao trazer um capítulo em seu livro *Sexo, amor e casamento na Grécia Antiga* que trata sobre a homossexualidade feminina e usa como exemplo Safo, porém sem deixar de problematizar essa concepção acerca da poetisa.

Outra forma de abordagem acerca da menção de garotas nos fragmentos sáficos é a análise das práticas poético-musicais e ritualísticas presente neles. Esse questionamento geralmente é feito pelos estudiosos das letras clássicas que estão mais empenhados em questões acerca da tradução dessa mélica. Giuliana Ragusa trata principalmente das representações de Afrodite nos fragmentos sáficos, algo muito presente já que o tíaso de Safo era voltado para o culto da deusa. Entretanto, a autora também trata de outras questões envolvendo os fragmentos, como é o caso da coralidade em grupos de jovens não casadas, público alvo desse círculo. Ragusa (2009) lembra que esses grupos não eram exclusivos de Safo ou de Mitilene e que existiam em outros locais da Grécia Arcaica.

Outros pesquisadores concordam com a opinião de Ragusa, como é o caso de Franco Ferrari e Anna Maria Alexi¹⁰, que se atentam aos aspectos acerca do círculo sáfico, porém, outros discordam desse ponto de vista e tratam como uma construção das testemunhas e da manutenção do discurso patriarcal. Dimitrius Yatromanolakis questiona o papel de Safo como educadora de jovens mulheres, justificando que essa é uma visão proveniente das interpretações de comentários feitos por autores da Antiguidade e da

⁶ O amante. Deveria ter mais de vinte anos, uma idade em que é suposto que ele tenha conhecimento social e cultural para transmitir. (VRISSIMTZIS, 2002, p. 104).

⁷ O amado. O início da formação deste deveria começar a partir do período da puberdade e seria inaceitável que se estendesse além do fim da adolescência. (VRISSIMTZIS, 2002, p. 104).

⁸ Ovídio, *Heroides*, 15: “De Safo para Fáon” (2003).

⁹ Máximo de Tiro, *Orações* 18.9 apud FLORES, 2017, p. 619.

¹⁰ Para Franco Ferrari temos a obra *Sappho's Gift: The Poet and Her Community* e para Anna Maria Alexi o texto *The status of woman in Archaic Societ: Sappho's Circle*.

comparação dos poemas sáficos com os de Alcman, poeta espartano que cantava sobre grupos de coros femininos.

Nossa pesquisa concorda com a vertente de Ragusa, Ferrari e Alexi, abordando a problemática que envolve o entendimento do que seria esse círculo de Safo, de como se dava a formação das jovens que estariam nesse grupo e como ele se relacionava com as práticas culturais e religiosas da Ilha de Lesbos. A partir disso, temos como objetivo analisar o contexto da educação aristocrática no Período Arcaico na Grécia Antiga a partir do recorte da Ilha de Lesbos; investigar as práticas ritualísticas que as jovens aristocratas deveriam participar no período analisado, levando em consideração principalmente o rito do casamento; refletir a importância da preservação da métrica sáfica para o estudo do cotidiano das mulheres na Grécia Arcaica; e compreender as dinâmicas sociais dos *típos*, principalmente aquele pertencente a Safo de Lesbos, através da análise dos fragmentos da poetisa.

A nossa principal fonte para analisar a realidade das jovens aristocratas de Lesbos, participantes do círculo de Safo, é justamente os fragmentos que temos da poetisa. Apesar de estarem corrompidos, dificultando a análise destes, os fragmentos da métrica sáfica ainda possuem um importante valor para o entendimento da realidade dessas jovens, de como seria a religião na Lesbos dos séculos VII a. C. e VI a.C., além da dinâmica que teria o grupo que acompanhava Safo.

Outro aspecto importante para a investigação dessa problemática é o entendimento do que seria a educação feminina no Período Arcaico, para isso precisa-se compreender como era a educação na Grécia Antiga. O conceito que melhor explica o que seria a educação grega é *paideia*, palavra dada pelos próprios gregos ao ato educacional. Como esclarece o pesquisador Werner Jaeger,

Não se pode evitar o emprego de expressões modernas como civilização, cultura, tradição, literatura ou educação; nenhuma delas, porém, coincide realmente com o que os gregos entendiam por *paideia*. Cada um daqueles termos se limita a exprimir um aspecto daquele conceito global e, para abranger o campo total do conceito grego, teríamos de empregar-los todos de uma só vez. (1995, p.1)

Nesse sentido, a paidéia é constituída por um conjunto de conceitos que exprime como o ensino era realizado na Antiguidade grega. No Período Arcaico, em específico, a cultura que incorporava a paidéia era a oral e musical, onde os “estudantes” – que recebem diferentes nomes dependendo do círculo que participavam¹¹ – aprendiam o uso de instrumentos musicais, de cantos para a performance e, unido a isso, as práticas da vida social e política, no caso dos homens da aristocracia. Para isso, os jovens gregos teriam tutores e participavam de eventos sociais e ritualísticos onde faziam apresentações para o público.

Esses aspectos poderiam ser analisados através de outras fontes, como por exemplo os fragmentos de Alcman, entretanto as narrativas sobre mulheres na Grécia Antiga foram feitas majoritariamente por homens, algo que dificulta na compreensão do que seria a verdadeira realidade delas e o que seria uma construção em prol da organização social. Dessa forma é importante entendermos a realidade feminina através do ponto de vista de uma mulher, que participava da vida religiosa, que fala sobre vestimentas, sobre o casamento, sobre o peso do envelhecimento no corpo feminino, tudo isso é importante para entendermos a vivência das meninas aristocratas.

Diante dos quase 200 fragmentos disponíveis para análise, selecionamos 6 que auxiliam na construção das nossas hipóteses. Os fragmentos 2, 16, 17, 58, 71 e 81 possuem em seu *corpus* detalhes sobre como seria a vida ritualística, a relação de Safo com a religião, suas interpretações e usos de histórias mitológicas, além da presença de referências à instrumentos musicais.

De acordo com a nossa visão, o conjunto de fragmentos 58, composto pelos fragmentos 58 A, 58 B e 58C, consistem no principal ponto da nossa pesquisa, pois apresentam aspectos da musicalidade e da ritualística, além de representar a conexão de Safo com as garotas de seu círculo e o que ela pretendia ensinar a elas.

fa]ça-se agora a f]esta
] sob o chão me abrace

¹¹ Nos círculos pederásticos, onde havia uma interação masculina, os meninos eram chamados de *erómenos*, já no caso dos círculos femininos, principalmente no contexto da mélica, as garotas eram chamadas de *pathernoi*.

a glória das Mus]as mais imensa como [bem] mereço
que todos se espan]tem como agora sobre o chão me chamam
de linda andorinha] cristalina [s]e ao tocar na harpa
no bárbito ou mesmo na tes]tude nestas casas canto.
(SAFO, Fragmentos completos, IV, fr. 58A)

] . [] . da[] . a
]fugia[]]ava
] . [. .] . . []s d[.]uses[.]mas[.]ida
] . cto . [.]ati . [. . . .]osa
]nte a você [multin]ome
]aos l[áb]i[o]s concedeu sucesso
(SAFO, Fragmentos completos, IV, fr. 58B)

vocês deveriam perseguir] dons das vio[le]as Musas
seguir ó crianças a] testude de cristalocanto

meu corpo passado delica]do se envelhece à pele
grisalhos ficara]m meus cabelos que ondulavam negros

meu [p]eito me pesa ai os joelhos [nã]o se firmam frágeis
tão ágeis que foram para danças como fortes faunos

<assim> eu condenso meus gemidos mas por que motivo?
pois é impossível prosseguirmos ininelhecíveis

outr[o]ra a Aurora rosibrácea amorosa alçara
Titono em seus braços e o levou rumo aos confins da terra

pois tinha beleza e juventude mas velhice cinza também o tocou mesmo ao
fruir dessa imortal amada

]costumeira
]as acompanhasse

Eu amo a fineza]pois pra mim sim
O amor concedeu todos fulgores que no sol assombram.

□
(SAFO, Fragmentos completos, IV, fr. 58C)

O conjunto de fragmentos 58 está presente no Papiro de Oxirrinco 1787, que contém a maior parte dos fragmentos do livro IV de Safo, organizado através da métrica composta por Hiponacteu ou Tetrâmetro Jônico Maior. Esse documento é datado entre os séculos II e III e foi publicado no ano de 1922. Também temos registro do conjunto no Papiro de Halle 3, publicado anteriormente, no ano de 1914, assim como no Papiro

Oxirrinco 2166, publicado em 1941. O Papiro de Colonia 21351 e 21376, hoje localizado na Universidade de Colonia, foi publicado em 2004, sendo um dos achados mais recentes abrangendo os fragmentos de Safo.

A fonte em análise revela uma narrativa que evidencia a ligação de Safo com a música e com as festividades, onde podemos ver a poetisa cantando sobre seus próprios dons que segundo a mesma foram dados pelas musas, um elemento narrativo que era usado pelos *aedos* para iniciarem seus cantos épicos. Podemos ver essa característica no verso “a glória das Mus]as mais imensa como [bem] mereço” (SAFO, Fragmentos completos, IV, fr. 58A, v. 3), que se completa com o início da terceira parte desse conjunto, onde Safo recomenda que as jovens sigam os dons das musas, que aproveitem a juventude para se dedicarem à música enquanto a velhice não chega a elas, como chegou a Safo.

vocês deveriam perseguir] dons das vio[le]as Musas
seguir ó crianças a] testude de cristalocanto

meu corpo passado delica]do se envelhece à pele
grisalhos ficara]m meus cabelos que ondulavam negros

meu [p]eito me pesa ai os joelhos [nã]o se firmam frágeis
tão ágeis que foram para danças como fortes faunos

<assim> eu condenso meus gemidos mas por que motivo?
pois é impossível prosseguirmos ininvelhecíveis

(SAFO, Fragmentos completos, IV, fr. 58C, vv. 1-8)

O sentimento agridoce da perda da juventude, apresentado por Safo nesse fragmento, evidencia a importância de dedicar a juventude à música e aos ritos que as jovens estariam envolvidas. A canção nos apresenta essa atmosfera festiva, de dedicação aos dons dados pelas divindades, que devem ser aproveitadas pelos humanos enquanto ainda há tempo, algo que Safo ilustra com a trágica história de Aurora e Títono, onde uma deusa se apaixona por um mortal e tenta conseguir a imortalidade para ele¹².

¹² Títono, irmão mais velho de Priamo, era filho de Laomedonte e de Estrimo, a filha do deus-rio Escamandro. Era tão belo, que por ele se apaixonou perdidamente Éos, a Aurora, e o raptou. Os amantes tiveram dois filhos, Emátion e Mêmnon. Estava de tal maneira enamorada a formosa Aurora que quis se

Além das alusões a festividades, Safo nos apresenta alguns dos instrumentos que poderiam ser utilizados nas suas músicas: o bárbito, a harpa e a testude¹³, sendo essa última mencionada no fr. 58 A e no fr. 58 C. A referência a esses instrumentos nos proporciona uma breve visão de como poderia ser a melodia que era feita para acompanhar às letras que sobreviveram ao tempo. Infelizmente, o estado fragmentário ao qual os poemas se encontram dificultam uma reconstrução integral da mélica, mas mesmo assim podemos compreender um pouco da performance dessas canções.

Analisando o conjunto como um todo, perpassando desde o “faça-se agora a festa” no início do fragmento 58A, até “o amor concedeu todos fulgores que no sol assombrom” concluindo o fragmento 58C, é possível visualizar uma canção de agradecimento ao dom que as musas concederam à poetisa e que ela usufruiu de forma ávida. Safo canta sobre essa glória, como esta fez com que a poetisa fosse apreciada no mundo terreno, que vivesse as festas, aproveitasse a juventude e amasse. O dom da mélica com a qual Safo se tornou lembrada por milênios até a atualidade, é o dom que ela parece desejar às garotas que a acompanhavam.

Esse conjunto de fragmentos e os outros a serem analisados para a construção da dissertação em produção, auxiliam no entendimento do objeto de pesquisa e à resolução da problemática que envolve a educação das meninas da aristocracia de Lesbos. O trabalho com os fragmentos é de extrema importância, dessa forma, pois nos apresenta uma visão feminina de como seria a dinâmica dos círculos femininos e de como a formação dessas garotas estava conectada à vida social e religiosa da *pólis*.

O estudo da mélica de Safo constitui uma forma de trabalhar com a história das mulheres na Grécia Antiga a partir de uma visão feminina, quebrando a tradição da análise

ligar ao espôso por laços eternos e pediu para êle, a Zeus, a imortalidade. No entanto, esqueceu-se de pedir, ao mesmo tempo, a juventude eterna. E foi assim que, com o passar dos anos, a funesta velhice trouxe ao amante outrora belo as rugas e a fealdade. Dentro em pouco êle se tornou um velho de fronte enrugada, de olhos baços e bôca flácida. Em vão, Éos tentou nutri-lo com a celeste ambrosia, que torna os corpos incorruptíveis. Cada vez mais o devastava a velhice. Sobreveio depois uma lamentável decrepitude. A deusa então relegou Títono a uma câmara da qual fechou hermêticamente as portas brilhantes. O velho ali ficou na solidão, até que os deuses, compadecidos, o metamorfosearam em cigarra (GUIMARÃES, 1982, p. 303).

¹³ “A testude de cristalocanto é a lira de canto cristalino, porque ela costumava ser feita com um casco de tartaruga (testude).” (FLORES, 2017, p. 183).

desse objeto de pesquisa através das narrativas masculinas. É importante entendermos todas as construções feitas, mesmo que a partir de escritos de autores que também se dedicaram à nos apresentar o cotidiano e regras às quais as mulheres deveriam viver, entretanto é fundamental analisarmos outras fontes, sejam escritas ou iconográficas que confrontem essas narrativas e nos apresentem outras informações sobre a realidade feminina na Antiguidade grega.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Fontes

ALCAEUS; SAPPHO. **Greek Lyric I: Sappho and Alcaeus**. Edited and translated by David A. Campbell. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

ALCMÁN; ALCEU; SAFO; ESTESÍCORO; ÍBICO; ANACREONTE; SIMÔNIDES; BAQUÍLIDES; PÍNDARO. **Lira grega**: Antologia de poesia arcaica. Organização e tradução de Giuliana Ragusa. São Paulo: Hedra, 2013.

OVÍDIO. **Cartas de Amor: Heróides**. Tradução de Dunia Marinho Silva. São Paulo: Landy, 2003.

SAFO. **Fragmentos Completos**. Edição, Tradução e Introdução por Guilherme Gontijo Flores. São Paulo: Editora 34, 2017.

SAFO DE LESBOS. **Hino a Afrodite e outros poemas**. Organização e tradução por Giuliana Ragusa. São Paulo: Hedra, 2011.

SAPHO. **Fragments of Sappho**. Translation and Studies by Anne Carson. New York: Vintage Books, 2002.

Obras Gerais

ABRANTES, Elizabeth Sousa. **Dote e Casamento na Grécia Antiga**. In: ZIERER, Adriana; VIEIRA, Ana Livia Bomfim; FEITOSA, Márcia Manir M. (Orgs.). História

Antiga e Medieval. Simbologias, influências e continuidades: cultura e poder. São Luís: UEMA, 2011, p. 225-238.

ANDRADE, Marta Mega de. **Espaço e Gênero**: masculino, feminino e vida privada. In: _____. A vida comum: cidade, cotidiano e cidade na Atenas Clássica. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 173-223.

ANKERSMIT, Frank. **Representação e Referência**. In: _____. A escrita da história: a natureza da representação Histórica. Londrina: Eduel, 2012, p. 185-226.

BEARD, Mary. **Mulheres e poder**: um manifesto. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.

BOEHRINGER, Sandra. “Eu sou Titono, eu sou Aurora”: Performance e erotismo, no novo fr. 58 de Safo. Tradução de Marina Regis Cavicchioli. **Veredas da História**. v. 10, n. 1, p. 27-54, jul. 2017.

BOEHRINGER, Sandra; CALAME, Claude. Sappho au début du XXI^e siècle: Genre et poésie érotique. Atenas: **Métis**, n. s. 17, 2019, p. 121-143.

CALAME, Claude. **Choruses of Young Women in Ancient Greece**. Estados Unidos: Rowman & Littlefield Publishers, 2001.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CASSON, Lionel. **Bibliotecas no Mundo Antigo**. São Paulo: Vestígio, 2018.

CERQUEIRA, Fábio Vergara. A Imagem Pública do Músico e da Música na Antigüidade Clássica: Desprezo ou Admiração? **História**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 63-81, 2007.

_____. Evidências iconográficas da participação das mulheres no mundo do trabalho e na vida intelectual e artística na Grécia Antiga. In: Encontro de História da Arte, 4. 2008, Campinas. **Anais**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2008. p. 151-185.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Trad, Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 14-28.

DOVER, Kenneth James. **As mulheres e a Homossexualidade. A Homossexualidade na Grécia Antiga**. Tradução de Luís Sérgio Krausz. São Paulo: Nova Alexandria, 1994, p. 236-253.

ELIADE, Mircea. **História das crenças e das ideias religiosas, volume I: Da Idade da Pedra aos mistérios de Elêusis**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

FINGLASS, P.J.; KELLY, Adrian. **The Cambridge Companion to Sappho**. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

GREENE, Ellen (ed.). **Reading Sappho: contemporary approaches**. Berkeley: University of California Press, 1996.

GUIMARÃES, Ruth. **Dicionário da Mitologia Grega**. São Paulo, Cultrix, 1982.

HENRY, Madeleine M.; JAMES, Sharon L. **Woman, City, State: Theories, Ideologies, and Concepts in the Archaic and Classical Periods**. In: JAMES, Sharon 24 L.; DILLON, Sheila (ed.). **A companion to women in ancient world**. Oxford: Blackwell, 2012, p. 84-95.

JAEGER, Werner. **Paidéia: A Formação do Homem Grego**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

KONSTAN, David. **A amizade no mundo clássico**. São Paulo: Odysseus Editora, 2005.

LARDINOIS, André. **Safo Lésbica e Safo de Lesbos**. In: **De Safo a Sade – Momentos na História da Sexualidade**. (Org.) Jam Bremmer; (Trad.) Cid Knipel Moreira. Campinas: Papirus, 1995, p. 7-50.

LEITE, Letícia Batista Rodrigues. **Sobre os fragmentos poéticos de Safo de Lesbos e ideias da existência de uma voz feminina: reflexões sobre História, Linguística e Literatura**. Campinas, 2009.

MACLACHLAN, Bonnie. **Women in Ancient Greece: A Sourcebook**. Nova York: Continuum, 2012.

MATA, Giselle Moreira da. As práticas “homossexuais femininas” na antigüidade grega: Uma análise de Safo de Lesbos (século VII a.C.). **Alétheia: Revista de Estudos sobre Antigüidade e Medievo**. v. 1, p. 1-15, jan./jul. 2009.

MIOTTI, Charlene Martins. O Papiro Oxirrinco: uma nova versão da morte de Narciso. **4º Congresso Nacional de Letras, Artes e Cultura**. UFSJ, 2013.

NORSA, Medea. Versi di Saffo in un ostrakon del sec. II a.C., **Annali della Reale Scuola Normale Superiore di Pisa** 5, 1937, pp. 8-15.

ONELLEY, Glória Braga. A resistência da nau / cidade na luta pelo poder. **Calíope**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 33-42, 2004.

POMEROY, Sarah B. **Goddesses, Whores, Wives, & Slaves: Women in Classical Antiquity**. Londres: Pimlico, 1994.

RAGUSA, Giuliana. A coralidade e o mundo das *pathérnoi* na poesia mélica sáfica. **Aletria**, Belo Horizonte, v. 29, n. 4, 2019, p. 85-111.

_____. **Fragmentos de Uma Deusa: A Representação de Afrodite na Lírica de Safo**. Campinas: Editora Unicamp, 2005.

ROOSEVELT, Christopher H. **The archeology of Lydia, from Gyges to Alexander**. New York: Cambridge University Press, 2009.

SCOTT, Joan. **História das Mulheres**. In: BURKE, Peter. **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992, p. 63-95.

SILVA, Odi Alexandre Rocha da. A lírica da lembrança nos fragmentos XVI e XCIV de Safo de Lesbos. In: XI Semana de Letras. **Anais**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

_____. **Estudo sobre a lírica da lembrança em três fragmentos de Safo de Lesbos.** Porto Alegre, 2012.

SHIELDS, Emily Ledyard. **The Cults Of Lesbos.** Menasha: George Banta Publishing Company, 1917.

SKINNER, Marilyn B. **Woman and Language in Archaic Greece, or, Why is Sappho a Woman?** In: GREEN, Ellen. *Reading Sappho: Contemporary Approaches.* Berkeley, University of California Press, 1996, p. 175-192.

VIAL, Claude. **Vocabulário da Grécia Antiga.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

VRISSIMTZIS, Nikos A. *Amor, Sexo e Casamento na Grécia Antiga.* São Paulo: Odysseus, 2002.

“AS NOSSAS REUNIÕES MARCARAM UMA ÉPOCA NO PALÁCIO DO CATETE”: NAIR DE TEFFÉ E A POLÍTICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1910-1922)

BETHÂNIA LUISA LESSA WERNER¹⁴

Resumo: Dialogando com abordagens tanto da História Política quanto da História das Mulheres, o presente trabalho tem como objetivo analisar a trajetória política da primeira dama, Nair de Teffé, ao longo da Primeira República entre os anos de 1910 a 1922. Nesse sentido, buscou-se destacar um dos episódios em que o protagonismo da personagem foi observado, sendo esse a famosa recepção conhecida como a Noite do Corta Jaca, realizada em 1914. Conhecida enquanto a última recepção organizada no Palácio do Catete ao longo do mandato presidencial do Marechal Hermes da Fonseca, o episódio foi utilizado como pretexto para a oposição tecer críticas ao governo e, conseqüentemente, também às condutas da então primeira dama. Nesse sentido, as fontes utilizadas para essa análise foram tanto as memórias escritas por Nair de Teffé, reunidas no livro *A Verdade sobre a Revolução de 22* (1974), quanto as ocorrências de menções a sua figura e ações no âmbito da imprensa da capital federal à época, através do rastreamento de seu nome e outros termos que a ela se referissem na Hemeroteca Digital Brasileira e discursos que fizeram menção à primeira dama nos Anais do Senado Federal. Através disso, portanto, buscamos colaborar nos debates que se dedicam à compreensão dos limites e das possibilidades de atuação das mulheres no campo político e, especialmente, em relação à história das primeiras damas no Brasil naquele período.

Palavras-chave: Nair de Teffé; trajetória política; História das Mulheres; Primeira República; memórias.

¹⁴ Graduada em História – Bacharelado pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Contato: bethaniawerner@hotmail.com

Introdução

A partir das renovações de abordagens e objetos de estudo no campo da História Política ao longo do desenvolvimento da historiografia no século XX, a atenção ao individual e às trajetórias sociais se tornam, novamente, potenciais objetos de pesquisa aos historiadores. Nesse sentido, “a escolha do individual não é vista aqui como contraditória à do social” (REVEL, 1998, p. 21), mas sim enquanto fonte para uma análise mais plural de diferentes contextos, evidenciando o quanto “o universo político está em expansão” (RÉMOND, 2003, p. 23) e, por isso, demonstrando as potencialidades de diálogos que o mesmo estabelece com as outras áreas. Ao propor a análise de uma trajetória individual, por isso, buscamos evidenciar os diferentes espaços, alianças sociais, redes e experiências de um personagem – ou uma personagem, como no caso dessa pesquisa – relacionando-os com acontecimentos refletidos em uma escala macro. Nesse sentido, a partir dessa concepção destacamos, enquanto abordagem também presente nessa investigação, a História das Mulheres.

Tradicionalmente narrado a partir de leituras que priorizam as articulações e as ações protagonizadas por figuras masculinas, esse trabalho busca demonstrar que o contexto político da Primeira República também pode ser analisado através de trajetórias femininas, como a da primeira dama Nair de Teffé, trazendo outras perspectivas sobre o mesmo. Unem-se, portanto, abordagens políticas e de gênero, considerando esse último enquanto “[...] um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos [...] o gênero é o primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT apud PEDRO, 2005, p. 86). Ou seja, articuladas em meio aos debates sobre os espaços públicos e privados, essas relações de poder também atravessam as relações de gênero.

Logo, a partir dos esforços para “restaurar o papel dos indivíduos na construção dos laços sociais” (CHARTIER, 1994, p. 102) aliam-se as esferas social e individual, analisando algumas das relações estabelecidas com outros agentes do período. Dessa maneira, visa-se estabelecer uma abordagem não excludente ou contraditória entre individual e social, ou ainda entre local ou global, mas sim aquela que considera o quanto o que “[...] a experiência de um indivíduo, de um grupo, de um espaço permite perceber

é uma modulação particular da história global” (REVEL, 1998, p. 28), inserindo-o em diferentes contextos e percebendo as complexidades presentes nos mesmos a partir do indivíduo.

No entanto, nesse cenário ainda são privilegiadas as pesquisas sobre as trajetórias masculinas em relação ao campo político. Contudo, ainda que a disponibilidade de fontes seja mais extensa para a análise desses personagens, as mulheres não estiveram ausentes nesses contextos e a possibilidade de encontrá-las em meio a esses documentos, ainda que de maneira indireta, também é eminente. Seja através de representações em discursos protagonizados por personagens homens, seja através da veiculação de notícias na imprensa ou através de suas próprias narrativas, suas presenças são parte da construção social e, portanto, da narrativa historiográfica sobre os contextos político, econômico, social ou cultural.

Logo, a partir da percepção das lacunas existentes na historiografia sobre a trajetória política de mulheres – e, mais especificamente, a das primeiras damas – esse trabalho busca apresentar um pouco mais sobre a elaboração da trajetória política de Nair de Teffé, caricaturista e primeira dama ao longo do mandato presidencial do Marechal Hermes da Fonseca. Nessa perspectiva, buscamos demonstrar de que maneira a Noite do Corta Jaca foi parte da trajetória da personagem e a importância desse episódio na sua aproximação com o campo político na Primeira República, considerando tanto os discursos masculinos no Senado Federal acerca do acontecimento e as notícias veiculadas na imprensa do Rio de Janeiro, quanto as memórias da própria personagem sobre aquela que ficou conhecida como a famosa noite de 26 de outubro de 1914.

O memorável 26 de outubro de 1914

Em 31 de outubro de 1914, a capa do jornal A Época apresentava a manchete: “Os abutres da desgraça: o povo acorda enfim para encontrar a pátria sem dinheiro, sem crédito e sem honra” (A Época, 31/10/1914, p. 1). Em um olhar desapercibido, as críticas a que a notícia fazia menção pareciam direcionar-se de maneira exclusiva à administração presidencial do então presidente da República, o Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca. No entanto, as três categorias citadas pelo jornal (sem dinheiro, sem crédito e sem honra)

podem ser associadas, por exemplo, ao Estado de Sítio que havia sido declarado pelo governo federal, à crise da economia brasileira e, por fim, àquela que foi a última recepção do mandato de Hermes na presidência: a Noite do Corta Jaca.

Realizada no dia 26 de outubro de 1914 nas dependências do Palácio do Catete, a Noite do Corta Jaca foi uma recepção organizada e protagonizada pela então primeira dama, Nair de Teffé. Casada com o Marechal Hermes da Fonseca desde dezembro de 1913, a caricaturista – e, naquele momento, primeira dama – lembra que não apenas essa, mas outras das recepções que organizou “[...] tão criticadas na época, eram feitas na base dos meus tempos de solteira” (FONSECA, 1974, p. 43). Nesse sentido, como aponta Rodrigues, observamos que, ainda que existisse um ideal de comportamento previsto às esposas dos presidentes, “nem todas as mulheres que assumiram a posição de primeira dama se encaixaram nessa mística. Algumas delas [...] ultrapassaram as barreiras da atuação privada e coadjuvante na cena política, se inserindo de fato no jogo de poderes do mundo político” (RODRIGUES, 2019, p. 187). A partir da análise e da contraposição de narrativas, portanto, buscaremos demonstrar de que maneira Nair participou e influenciou o mundo político naquele contexto.

Ao analisar o conjunto de memórias escrito por Nair, tornam-se importantes balizadores dessa discussão as reflexões sobre uma escrita de si, entendendo-a enquanto “um trabalho de ordenar, rearranjar e significar o trajeto de uma vida no suporte do texto, criando-se, através dele, um autor e uma narrativa” (GOMES, 2004, p. 16). Nessa perspectiva, são importantes que sejam consideradas ao longo da análise as escolhas narrativas e os silêncios da personagem sobre determinados períodos ou acontecimentos. Isto é, “o que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa” (GOMES, 2004, p. 15), compreendendo, a partir de uma narrativa individual, acontecimentos e momentos históricos em escala macro, reforçando “[...] a observação microscópica de qualquer campo de pesquisa, a fim de revelar dimensões do mesmo não perceptíveis em um enfoque macroscópico” (SCHMIDT, 1996, p. 176).

Em suas memórias, Nair lembra que no dia seguinte à realização dessa recepção “[...] foi um Deus nos acuda... a turma do ‘contra’ usou o ‘Corta Jaca’ numa girandola de

pilhérias sedições e bombásticas contra mim e o Marechal, numa campanha injusta e abominável sob a ‘batuta’ do oráculo do civilismo” (FONSECA, 1974, p. 45). Assim como na manchete citada anteriormente do jornal A Epoca, as críticas à Noite do Corta Jaca também partiram de outros setores e, como lembrado pela própria primeira dama, especialmente da oposição. Personalizada principalmente na figura do senador Ruy Barbosa, nas memórias da artista ela também destacou:

Ruy Barbosa, aproveitou o lançamento do ‘Corta Jaca’ para inserir nos anais do Senado, a sua costumeira verborragia, na sessão de 11 de novembro de 1914, babando contra mim, a sua orgulhosa cantilínaria de insopitável ódio ao Governo. As pedras que ele me atirou não me atingiram. Elas dormem esquecidas no fundo do mar ou da terra e só serviram para assinalar a luta que enfrentei contra os preconceitos de então. (FONSECA, 1974, p. 45)

Apesar da distância temporal que separava o momento em que ocorreram os acontecimentos e o momento de escrita dessas memórias, Nair deixa explícita a sua não simpatia pela figura do senador. Vejamos, portanto, alguns trechos do discurso do mesmo.

Na sessão de 11 de novembro de 1914 no Senado Federal, ao discursar, Ruy Barbosa iniciou sua fala contextualizando-a no campo dos interesses judiciários “‘nessas regiões serenas da justiça’, quando os interesses de uma causa dramática arrastam à discussão uma figura de mulher” (*Anais do Senado Federal*, 1917, p. 103). Ao longo de sua exposição, o senador se posicionou clara e diversas vezes em favor da liberdade de imprensa, a qual foi apontada pelo mesmo enquanto uma das maiores vítimas da administração presidencial de Hermes da Fonseca. Em consequência de notícias veiculadas pela mesma, no entanto, a oposição entre ambos foi tensionada.

Acusado de ter proferido injúrias contra a primeira dama Nair de Teffé, Ruy Barbosa citou, buscando mostrar a sua leitura do contexto e dos acontecimentos, até mesmo a primeira esposa do Marechal, Orsina da Fonseca. Em relação a ela, Ruy lembrava que Orsina: “[...] soubera ser consorte fiel do seu marido, a desvelada mãe de seus filhos, a regente modesta de sua casa, tendo ainda, sobre todas essas virtudes, o alto senso, o grande instinto, o inspirado tino de o advertir contra as tentações políticas [...]” (*Anais do Senado Federal*, 1917, p. 110). Logo após as menções à Orsina, o senador teceu uma série de comentários relacionados a então primeira dama, Nair de Teffé.

Considerando-a influente sobre as ações políticas do Marechal, Ruy destacou brevemente o acontecimento da prisão de Edmundo Bittencourt, diretor do jornal *Correio da Manhã*, prisão a qual o senador concordava com a hipótese que “[...] a atribuía á vontade imperativa da mulher do presidente” (*Anais do Senado Federal*, 1917, p. 110). Em relação a essa acusação, a imprensa também se posicionou. Uma carta do diretor do jornal *A Epoca* foi publicada na imprensa e, em trechos da mesma, é possível novamente encontrar menções à primeira dama. Algumas das prisões ocorridas em virtude da declaração do Estado de Sítio eram atribuídas, dessa maneira, à Nair, destacando novamente a prisão de Edmundo Bittencourt quando o autor da carta escreveu: “[...] sei que esse nosso distinto amigo foi preso por ordem expressa da virtuosa esposa do venerado presidente, a Serenissima Senhora Dona Nair de Teffé von Honholtz Hermes Rodrigues da Fonseca” (*A Epoca*, 31/10/1914, p. 1).

Além disso, em seu discurso Ruy Barbosa ainda destaca a participação de Hermes da Fonseca no envolvimento mais direto da primeira dama em assuntos políticos, evidenciando que

Aqui o marechal, não se conformando com a situação retrahida que se reserva em França e nos Estados Unidos, ás mulheres dos presidentes, conduziu por sua mão a esposa ao proscenio da vida official, e sentou a eleita do seu coração ao seu lado na omnipotência da sua dictadura (*Anais do Senado Federal*, 1917, p. 111).

Ou seja, a partir da realização da Noite do Corta Jaca – encarada enquanto um ataque à honra da nação – a figura da primeira dama foi envolvida nas mais distintas discussões políticas daquele contexto, evidenciando seu protagonismo e a sua participação nesse âmbito. Enquanto caricaturista, portanto, sua resposta aos insultos direcionados a ela e ao Marechal vieram a partir desse campo e, mais especificamente, a partir de uma caricatura que evidenciava o senador Ruy Barbosa de maneira cômica. Já em relação às prisões mencionadas e atribuídas apenas à sua vontade, em suas memórias, Nair silencia.

Nessa recepção, portanto, ao levar a música popular brasileira para dentro do Palácio do Catete, interpretar com o acompanhamento do violão a canção intitulada ‘Corta Jaca’ – escrita para ela pela compositora Chiquinha Gonzaga – Nair lembrou o

quanto “as nossas reuniões marcaram uma época no Palácio do Catete” (FONSECA, 1974, p. 43). Fossem as versões da primeira dama, fossem as versões do senador ou os discursos da imprensa na época, torna-se imperativo considerar que a atuação política da personagem e a sua influência no meio eram balizadas tanto pelo seu contrato de casamento quanto por sua atuação enquanto caricaturista.

Dessa maneira, analisar a Noite do Corta Jaca é também pensar sobre o papel assumido por Nair enquanto primeira dama, sendo esse papel tradicionalmente descrito enquanto “[...] a primeira das damas nobres e distintas de uma determinada sociedade” (RODRIGUES, 2019, p. 177), lhe prevendo determinados comportamentos e privando-lhe ou reprimindo outros. Na contramão, e como buscamos apresentar brevemente, Nair expressou outras possibilidades para essa atuação, evidenciando o quanto, enquanto primeira dama “[...] escandalizou o Palácio do Catete, introduzindo o violão e a música popular, considerado vulgar àquela época, num local de formalidades que valoriza o erudito” (SILVA, SIMILI, 2011, p. 133). Ou seja, ainda que de maneira limitada dado o contexto em que se inseria e no qual se formou – marcados pela predominância de valores patriarcais – é a partir do casamento com o presidente da República e da sua relação com o campo artístico, que a análise sobre a trajetória política de Nair de Teffé torna-se possível e importante para a compreensão do período.

Considerações finais

A partir da análise de uma trajetória individual, apesar da aparente probabilidade a uma particularização, outras variáveis relacionadas ao contexto em que a personagem se inseria são possíveis de serem lidas. Desde a sua percepção sobre o ambiente político e a oposição civilista à Hermes da Fonseca na presidência até a influência desse contexto em suas produções artísticas, Nair esteve envolvida, apesar dos limites impostos a algumas de suas atuações, com o campo político.

Ou seja, ao olhar para o cenário político do Rio de Janeiro no início do século XX, vários outros contextos se misturavam com o amadurecimento da República e com as articulações em torno da mesma. Nessa perspectiva, “[...] os produtos culturais em circulação retraduziam simbolicamente as clivagens e contradições sociais de um lugar

em processo de modernização” (NASCIMENTO, 2017, p. 48), o qual, como buscamos apresentar, também pode ser lido através do protagonismo e da atuação política de uma primeira dama.

Logo, o processo de modernização em que se inseria a capital federal à época pode ser considerado enquanto plano de fundo do episódio aqui analisado. Em decorrência disso, são reforçados os argumentos dos críticos da Primeira República de que “seus políticos e intelectuais não teriam conseguido associar as manifestações populares, suas peculiaridades e potencialidades, à identidade da nação e da arte brasileiras” (ABREU, GOMES, 2009, p. 10). Ou seja, assim como afirma Nascimento (2017, p. 54): “na alternância entre imoralidade e sensualismo, selvageria e urbanização, os contornos da identidade brasileira na Primeira República foram sendo esboçados à luz de uma sensibilidade moderna e experimentados em passos de dança”. No entanto, a crítica e a leitura de outras fontes também são importantes para essa análise, especialmente quando consideramos que, como afirma Reis (2010), “o relato histórico, mesmo minucioso, ou melhor, quanto mais minucioso, pior. Ele não se refere nunca ao que passou” (REIS, 2010, p. 16). Isto é, ao relatar através de suas memórias os acontecimentos que atravessaram sua vida e a do Marechal, Nair apresentou aos leitores as escolhas do que prefere lembrar e, portanto, julga importante que seja preservado pela posteridade sobre aquele contexto.

Nesse sentido, relacionam-se as perspectivas de análise de trajetórias individuais e, por conta disso, partindo de uma análise microssocial, “é que a experiência mais elementar, a do grupo restrito, e até mesmo do indivíduo, é a mais esclarecedora porque é a mais complexa e porque se inscreve no maior número de contextos diferentes” (REVEL, 1998, p. 32). Logo, perceber a narrativa do episódio tanto pelo olhar da personagem quanto pelo olhar de outros agentes que fizeram parte do mesmo e leram as atitudes de Nair, amplia o espectro de leituras possíveis para analisar o campo político na Primeira República. Por fim, esse movimento também colabora na incorporação das narrativas femininas, as quais não estiveram ausentes, e considera os limites e as possibilidades de atuação das mulheres nesses contextos.

Fontes

FONSECA, Nair de Teffé Hermes da. **A verdade sobre a Revolução de 22**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Gráfica Portinho Cavalcanti LTDA, 1974.

Hemeroteca Digital Brasileira

A Epoca, Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1914, p. 1.

Anais do Senado Federal

FEDERAL, Annaes do Senado. **Sessões de 1 a 30 de novembro de 1914**. Volume VII. Congresso Nacional. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1917.

Referências

ABREU, Martha; GOMES, Angela de Castro. A nova ‘Velha’ República: um pouco de história e historiografia. **Revista Tempo-UFF**, 19 (35): p. 1-14, 2009.

CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 7, nº13, p. 100-113, 1994.

CULTURE, Google Arts &. Museu Histórico Nacional – **caricatura de Ruy Barbosa**. Coleção [Online] Disponível em: <https://artsandculture.google.com/asset/caricature-of-ruy-barbosa-nair-de-teff%C3%A9-riani/7AERqms4HEMxVQ?hl=pt-br> Acesso realizado em 22/01/2023.

GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Angela de Castro (org.) **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 7-24.

NASCIMENTO, Rafael. Catete em ré menor: tensões da música na Primeira República. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. Universidade Federal de Campinas. Nº67, p.38-56, ago. 2017.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica.

História, São Paulo: v. 24, n.1, p. 77-98, 2005.

REIS, José Carlos. O desafio historiográfico. In.: REIS, José Carlos. **O desafio historiográfico**.

Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 11-28.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. [tradução: Dora Rocha] 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In.:_ (org.) **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 15-38.

RODRIGUES, Dayanny Deyse Leite. Ser coadjuvante ou protagonista no cenário político: o impasse das primeiras-damas. **Sæculum – Revista de História**, v. 24, nº 41, p. 176-195, 2019.

SCHMIDT, Benito Bisso. O gênero biográfico no campo do conhecimento histórico: trajetória, tendências e impasses atuais e uma proposta de investigação. **Anos 90**. Porto Alegre, nº6, p. 165-192, dez. 1996.

FILMES DE FICÇÃO CIENTÍFICA COMO FONTES HISTÓRICAS: VISUALIZAÇÃO, REPRESENTAÇÃO E HORIZANTE DE EXPECTATIVA.

CRISTIANO GASTAL¹⁵

Resumo: Este artigo tem como objetivo realizar uma reflexão em torno das possibilidades e metodologias da abordagem de filmes de ficção científica futuristas enquanto fontes históricas. Este gênero cinematográfico, remete seus espectadores a uma ou mais possibilidades de um porvir tendo a realidade como parâmetro argumentativo, podendo ser reveladores de desejos e anseios de uma sociedade de um tempo, tornando visíveis as expectativas dos indivíduos de tempos passados e instigando a investigação dos espaços de experiências que as constituem. Para entender as construções das perspectivas de futuro presentes nestes filmes, faz-se necessário perceber um conjunto de fatores que se interseccionam e que vão do contexto histórico aos artifícios imagéticos das obras. As elaborações sobre a composição da sociedade neste tempo imaginado desafiam o pesquisador a compreender a própria sociedade que a idealiza e, para tal compreensão, os conceitos de presentismo, de François Hartog, e de expectativa de futuro, de Reinhart Koselleck, se colocam como importantes ferremanentas de análise. Sendo assim, propõe-se observar, nas representações e argumentos que explicam as narrativas, a expectativa de futuro construída a partir da realidade percebida no momento e no local das produções.

Palavras chaves: História; Cinema; Ficção científica.

¹⁵ Mestrando do PPGH/UFPel; cristianogastal@gmail.com; Bolsista CAPES.

Esta é uma pesquisa que tem como ponto de partida o futuro. Uma análise do futuro representado pode parecer deslocada no “tempo”, mas quando se busca investigar a origem contextual dessas percepções sobre o porvir, apresenta-se, a partir delas, uma possibilidade de investigação profícua.

Se a arte, enquanto forma de manifestação de sentimento e pensamento, oferece ao público uma leitura do que se costuma chamar de realidade, a ficção científica, com seu olhar voltado para o futuro, nos permite uma reflexão acerca do que poderia vir a acontecer como um exercício de imaginação diante das possibilidades e, apesar da “licença criativa” que permite exceder o que a ciência pode comprovar, busca se manter próxima de uma narrativa verossímil. Muitas obras e autores deste gênero, como Julio Verne, H. G. Wells e Isaac Asimov, atingiram um *status* de respeitabilidade por suas reflexões plausíveis, mesmo num universo imaginado¹⁶. Se, por vezes, a ficção científica apresenta ideias tecnológicas que parecem tão fantásticas e de difícil realização, em outros momentos coloca, diante do público, cenários tão devastadores que acabam se tornando situações que podem ser tomadas como avisos do que pode vir a acontecer, caso as ações da sociedade sigam determinado rumo.

Para George Minois (2015, p. 16), “viver é antecipar incessantemente, e cada uma de nossas ações tende para um alvo situado no futuro” e, assim, predizer o que vai acontecer passa a ser uma constante entre as civilizações desde a pré-história. Se no passado as previsões se configuraram, como afirma Minois (2015), como práticas exclusivas de adivinhos e profetas, a partir do século XIX passaram a ocupar a mente de cientistas sociais, economistas e filósofos. Thomas Malthus, Karl Marx e Friedrich Engels, entre outros, são exemplos de intelectuais que se detiveram a pensar a sociedade para além de seu tempo e, apesar de seus trabalhos serem referências até hoje, não escapam das críticas quanto ao que não se consumou de seus prognósticos conjunturais.

¹⁶ Júlio Verne, ou Jules Verne, foi um escritor francês, nascido em 1828, que publicou mais de cem obras, dentre as mais famosas, algumas categorizadas como ficção científica, como por exemplo, *Viagem ao Centro da Terra* (1864) e *Vinte Mil Léguas Submarinas* (1869). Herbert George Wells, ou H. G. Wells, foi um escritor britânico nascido em 1866, autor de dezenas de obras, dentre as mais famosas, de ficção científica, estão *A Máquina do Tempo* (1895), *O Homem Invisível* (1897) e *A Guerra dos Mundos* (1898). Isaac Asimov foi um escritor e bioquímico norte-americano nascido na Rússia, em 1920, autor de centenas de obras, com destaque para as séries de ficção científica *Os Robôs* (primeira obra lançada em 1950) e *A Fundação* (primeira obra lançada em 1951).

E foi usando do conhecimento científico que a literatura passou a imaginar o futuro, inaugurando, assim, a ficção científica.

Essa categoria de obras se configura como um exercício de imaginação sobre aquilo que o futuro reserva. São manifestações de uma ou mais possibilidades de um porvir que, se por um lado, dispensa um compromisso com aspectos da física, da realidade tecnológica e das relações sociais do seu presente, por outro, para atingir uma inteligibilidade, necessita manter seu argumento de maneira a ser relacionada com sua realidade temporal. É a partir da realidade conhecida que se projeta o futuro desconhecido e, isto posto, uma análise dupla se apresenta: o que se sabe, ou se supõe saber, sobre o presente e, a partir disso, o que pode, ou não, vir a acontecer. O que é plausível, dentro de uma linha de raciocínio, num futuro próximo ou distante, sendo que, neste último caso, a distância temporal permite elocubrações especulativas mais desprendidas da realidade conhecida durante a criação da história.

Assim, a ficção científica apresenta uma especificidade de reflexão, visto que para criar uma situação hipotética de futuro é preciso, antes de tudo, analisar o próprio presente em que se vive, podendo, assim, manifestar tanto as esperanças quanto as desesperanças, as expectativas e temores de uma época ou lugar. E é nesta abordagem que a análise histórica se concretiza, pois o que foi dito, escrito, feito, pensado e imaginado em uma época e lugar foi dito, escrito, feito, pensado e imaginado porque em sua época havia elementos que possibilitaram dizer, escrever, fazer, pensar e imaginar desta forma. Sem menosprezar a capacidade criativa dos indivíduos, mas, ao contrário, entendendo que toda a criação tem um ponto de partida alicerçado na realidade em que se vive. Assim, através dos diversos elementos que compõem uma história de ficção científica, pode-se perceber a realidade histórica de onde e quando parte determinada obra e que colaboram nessa construção narrativa.

De fato, a predição nunca é neutra ou passiva. Corresponde sempre a uma intenção, a um desejo ou a um temor; exprime um contexto e um estado de espírito. A predição não nos esclarece sobre o futuro, mas reflete o presente. Nesse sentido, revela a mentalidade, a cultura de uma sociedade e de uma civilização. Fazer a história da predição é contribuir para a história das civilizações. (MINOIS, 2015, p.18)

Neste gênero, de uma forma geral, três elementos são abordados ou, pelo menos, estão como “pano de fundo” e não raras vezes misturados: a presença de personagens ou

sociedades alienígenas, seja como redentores da humanidade ou como algozes; a relação, comumente hostil, entre humanos e máquinas, em especial robôs dotados de inteligência artificial; e existe, também, o cenário em que são exploradas as relações sociais, culturais, econômicas e ambientais. Diferentes histórias que ambientam seus espectadores em diferentes cenários de um futuro hipotético tendo como ponto de partida argumentativo, comumente, algum aspecto da realidade presente na época de sua produção e no lugar em que foram produzidos. Nestas obras, estão contidas, para além das cenas de ação – elemento também recorrente em filmes de ficção científica – realidades sociais que servem como contexto para o desenrolar da história e que oferecem possibilidades de discussões e análises. De acordo com Valim (2012), as narrativas, assim como as representações contidas nos filmes, remetem ao lugar e ao momento de sua produção, ou seja, ao seu contexto social. A descrição do futuro e da sociedade nele representada, parte da realidade do momento em que a obra está sendo produzida, o que leva, assim, a assistir uma projeção do presente, porém, sem a pretensão de ser uma previsão do que, de fato, irá acontecer.

Além da análise do argumento que justifica a narrativa, a pesquisa em fontes fílmicas exige do historiador atenção especial a um elemento específico: a imagem. Mais ainda: às várias imagens e que estão em movimento. Com o advento do cinema, a ficção científica passou a fazer uso dos recursos de áudio e vídeo para ambientar sua narrativa. O avanço tecnológico neste ramo tem buscado oferecer ao público uma experiência cada vez mais realista acionando o maior número de seus sentidos. O que era descrito apenas com palavras em livros, passa a ser mostrado com imagem e som de forma explícita permitindo a manifestação de representações visuais. A distância entre aquilo que se fala e o que se ouve, ou, aquilo que se escreve para o que se lê é consideravelmente diminuída com o cinema, em especial na categoria aqui tratada. Pois quando uma história é descrita, em livro, tendo se passado em uma determinada cidade, qualquer pessoa que tenha estado nela ou tenha visto algum tipo de imagens dela terá mais facilidade de imaginar o cenário dessa história. Entretanto, se os acontecimentos descritos se referem a uma cidade absolutamente desconhecida para esta pessoa, aquilo que é imaginado se torna mais subjetivo e, se a história tem como tempo dos acontecimentos o futuro, a subjetividade aumenta mais ainda, pois, não só ela, mas ninguém esteve, de fato, nesta cidade, nesta

época. O cinema impacta nesta subjetividade da construção imaginativa. Ele mostra, mesmo que não toda a cidade, os cenários onde os eventos se desenrolam.

Os elementos imagéticos que ambientam as histórias no tempo futuro e que se fazem presentes em grande parte das obras de ficção científica até os dias de hoje, como carros voadores, andróides, raios *lasers*, vestimentas exóticas, aparelhos com tecnologia ainda não existente, são alguns dos itens costumazes nesse gênero cinematográfico. Constituem o que Ulpiano Bezerra de Meneses classifica como iconologia, quando objetos e imagens passam a significar mais do que mera aparência podendo “conduzir à circunscrição de um inconsciente coletivo, uma cosmovisão, um espírito da época” (MENESES, 2012, p.245). Tais elementos ajudam a acionar o que Roger Chartier (1990, p.16) chama de “esquemas intelectuais”, já incorporados pelos indivíduos, que permitem ao público decifrar esse espaço, no caso o futuro, tornando-o inteligível e auxiliando na ambientação para que, ao primeiro olhar, o espectador perceba que se trata de algum lugar no futuro.

A visualização se configura, então, singular aqui, como representações projetadas num espaço-tempo desprendido daquele compartilhado pelas sociedades, comumente chamado de “realidade” conhecida. Ao receber tal projeção, o filme passa a abarcar referências selecionadas daquela “realidade” que passam a compor a narrativa fictícia e são essas informações que permitem a análise social histórica que aborda significados possíveis para essas representações.

O uso de filmes para análise histórica não é uma prática recente e desde sua primeira referência, Marc Ferro¹⁷, até os dias atuais, este campo de atuação acumulou aprendizados que passamos a utilizar. Metodologicamente, o uso de fontes audiovisuais pelo historiador exige uma série de cuidados e reflexões específicas que se somam a outras medidas já aplicadas às fontes mais tradicionais. A percepção de que um discurso não possui natureza “pura”, mas está carregado de uma intencionalidade, se aplica a um filme

¹⁷ O historiador francês Marc Ferro foi um dos pioneiros a trabalhar a relação entre cinema e história. Entre suas obras, destacam-se *O filme: Uma contra-análise da sociedade?* e *Cinema e História*, publicados no Brasil em 1988 e 1992, respectivamente.

tanto quanto a um documento escrito. Porém, seu maior poder de convencimento exige que, para a análise de uma obra fílmica, se vá além e se reforce os cuidados, percebendo que dentro do conjunto de fontes audiovisuais existe diferença entre gêneros, o que demanda atenção para suas peculiaridades. Sobre a especificidade do cinema, Napolitano afirma que

Seu caráter ficcional e sua linguagem explicitamente artística, por um lado, lhe conferem uma identidade de documento estético, portanto, à primeira vista, subjetivo. Sua natureza técnica, sua capacidade de registrar e, hoje em dia, de criar realidades objetivas, encenadas num outro tempo e espaço, remetem, por outro lado, a certo fetiche da objetividade e realismo, reiterado no pacto que os espectadores efetuam quando entram numa sala de cinema ou ligam um aparelho de televisão. A força das imagens, mesmo quando puramente ficcionais, tem a capacidade de criar “realidade” em si mesma, ainda que limitada ao mundo da ficção, da fábula encenada e filmada. (NAPOLITANO, 2011, p. 236-237).

Nas três possibilidades básicas de relação entre história e cinema apontadas por este autor, o cinema na História, a história no cinema e a História do cinema, analisar filmes de ficção científica se torna um exercício que transita nas três modalidades. Ao mesmo tempo em que aborda essas obras como fonte primária sobre o registro de uma época, produz um discurso que interpreta o seu presente, agora passado, e apresenta as possibilidades técnicas e as condições de produção e recepção do filme pelo público.

O contexto histórico, as práticas políticas e econômicas, as formas de organização e relações sociais e com o meio ambiente, as influências e as confluências culturais, os preconceitos e as esperanças percebidas nos filmes de ficção científica contribuem para a compreensão a respeito dos embates vivenciados na época de suas produções, como a forma que esses temas estão manifestos denotam críticas e perspectivas ao próprio modo de vida. Nesse sentido, as análises de François Hartog e Reinhart Koselleck sobre a sociedade auxiliam o entendimento da construção dessas narrativas.

Ao desenvolver sua teoria sobre espaço de experiência e horizonte de expectativas, Koselleck oferece a possibilidade de entendimento acerca das escolhas dos indivíduos, e da sociedade como um todo, propondo que se atente para a projeção de um futuro a partir do acúmulo das experiências vivenciadas e apreendidas pelos indivíduos em determinada época e lugar. Para esse autor, “a verossimilhança de um futuro previsto

decorre, em primeiro lugar, dos dados anteriores do passado, cientificamente organizados ou não. O que antecede é o diagnóstico, no qual estão contidos os dados da experiência” (KOSELLECK, 2006, p. 313). Nas expectativas podem estar contidas esperanças e medos e, por isso, também o inverossímil. Para este autor, não é possível deduzir as expectativas baseado apenas nas experiências, mas, da mesma forma, não é possível considerar as expectativas sem levar em conta as experiências (KOSELLECK, 2006, p. 312). Ou seja, um prognóstico do futuro inclui o que se sabe, o que se viveu, mas também outros elementos intangíveis que podem ser de extrema particularidade e individualidade e, por isso, de difícil percepção. Dessa forma ao buscar compreender as visões de futuro expressas em determinada época ou lugar, faz-se necessário perceber e analisar os espaços de experiência que construíram esse horizonte de expectativas.

As ideias de Hartog podem ser somadas com as de Koselleck – para atender os objetivos propostos na dissertação – no que se refere às formas de pensar, agir e se relacionar da sociedade. Para ele, não só o conjunto de experiências ajuda a entender o comportamento da sociedade, e vice-versa, como, também, é possível caracterizar uma época a partir desta forma de agir, pensar e se relacionar. Para Hartog, existe uma espécie de “ordem”, ou “ordens”, que atua em determinada época e lugar.

Ordens tão imperiosas, em todo caso, que nos submetemos a elas sem nem mesmo perceber: sem querer ou até não querendo, sem saber ou sabendo, tanto elas são naturais. Ordens com as quais entramos em choque, caso nos esforcemos para contradizê-las. (HARTOG, 2013, p.17).

A essas “ordens”, Hartog dá o nome de “Regimes de Historicidade” sendo o do tempo atual, que teria início durante a Guerra Fria, nomeado de “presentismo”. De acordo com esse autor, o tempo do “presentismo” é marcado pela desconexão entre passado, presente e futuro, levando a uma ênfase ao presente em detrimento do passado e do futuro que passam a ter menos importância na vida das pessoas. Ainda segundo Hartog, “a isso, deve-se ainda acrescentar outra dimensão de nosso presente: a do futuro percebido, não mais como promessa, mas como ameaça; sob a forma de catástrofes, de um tempo de catástrofes que nós mesmos provocamos” (HARTOG, 2013, p.15). A reincidência de previsões pessimistas em obras de ficção científica dos anos 1980 sugere a ratificação do caráter presentista do qual aquela década faz parte e, através da análise dos contextos e dos futuros imaginados nesses filmes, contribui para uma maior

compreensão das características que compõem esse “Regime de Historicidade”.

A verossimilhança do futuro apresentado, seja no argumento, seja no aspecto imagético, por uma obra parte da capacidade de seu autor lidar com as informações que dispõe, ou, como diria Koselleck, com suas experiências. Ao mesmo tempo, enquanto forma de arte, uma história de ficção científica não tem obrigação com a ciência, ou seja, possui a liberdade de criação a partir do que satisfaz seu mentor ou mentores.

Se a ferramenta fílmica já se provou como um importante instrumento para a crítica social, os filmes de ficção científica, enquanto gênero que vislumbra o futuro, se apresentam como fontes profícuas sobre o momento e local de sua produção. Assim, revelam desejos e anseios da sociedade de seu tempo, tornando visíveis as expectativas dos indivíduos de tempos passados e instigando a investigação dos espaços de experiências que as constituem.

Referências bibliográficas

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

FERRO, Marc. O filme – Uma Contra-análise da sociedade? *In*: LE GOFF, J.; NORA, P. **História: novos objetos**. 3 ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988.

FERRO, Marc. **Cinema e História**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S.A., 1992.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC-RJ, 2006.

MENESES, Ulpiano. História e imagem. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, pp.243-260.

MINOIS, George. **História do futuro: dos profetas à prospectiva**. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

NAPOLITANO, Marcos. A história depois do papel. PINSKY, Carla Bassanesi (ORG.)
Fontes Históricas. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2011, pp.235-289.

VALIM, Alexandre. História e cinema. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS,
Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, pp.282-299.

AS TRAQUÍNIAS E O DISCURSO FEMININO

DARCYLENE PEREIRA DOMINGUES ¹⁸

Resumo: O presente trabalho dedica-se a analisar a tragédia grega intitulada *As Traquíncias* de autoria de Sófocles por volta do ano de 430 a.C representada na cidade de Atenas no teatro de Dioniso. Além disso, o mito é o meio pelo qual os trágicos se comunicam com a plateia, utilizando-se de um contexto para seus questionamentos atuais que habitam no interior da comunidade. É por meio desses três eixos, cidade, autoria e passado que a tragédia se estabelece dependendo ativamente de todos esses eixos para manter seu impacto nos cidadãos, conseqüentemente ela exprime o pensamento social da cidade. Nesse sentido, observamos em cena a personagem Dejanira, esposa do herói Hércules, juntamente com o Coro feminino composto pelas moradoras da cidade de Tráquis realizando um diálogo constante a respeito do feminino no interior da *pólis*. Dejanira uma mulher madura e com filhos reivindica através de uma poção mágica a paixão do seu esposo mais uma vez, contudo, torna-se a responsável por um embuste e a realizadora da profecia anterior conhecida sobre o fim do filho de Zeus. Logo, desejamos analisar a construção discursiva dessa personagem e o discutir próprio do feminino e do seu espaço de ação no interior de uma sociedade androcêntrica.

Palavras-chave: tragédia; feminino; discurso.

¹⁸ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Pelotas. darcylenedomingues@gmail.com

INTRODUÇÃO

As Traquínias de autoria de Sófocles demonstra o discurso feminino e a ação trágica da esposa do herói grego mais conhecido da mitologia, Herácles. Além disso, existe um diálogo construído, desde o princípio, com o Coro composto pelas moradoras da cidade na qual a obra está ambientada: Tráquis. Essa conjuntura está diretamente relacionada à forma de convivência inaugurada pela cidade de Atenas, produtora dessa nova experiência humana realizada na comunidade. Compreender o contexto histórico no qual as obras estão submersas é fundamental para melhor compreensão dos textos e, principalmente, a constituição cênica que os autores desenvolveram para criar a sua representação. O historiador Vernant (2014) em seu livro, dedicado especialmente ao tema, afirma que “cada peça constituiu uma mensagem encerrada num texto, inscrita nas estruturas de um discurso que, em todos os níveis. Mas esse texto não pode ser compreendido plenamente sem que se leve em conta um contexto” (VERNANT, 2014, p. 8). Sendo assim, o contexto que promove o teatro e, especificamente, as tragédias é o aparecimento da *pólis*, uma nova forma de convívio inaugurada pelos gregos nos séculos VIII e VII, além de se apresentar como um marco intelectual do pensamento, dado que está associada a um contexto específico, como nos afirma Vernant e Vidal-Naquet “a tragédia grega aparece como um momento histórico delimitado e datado com muita precisão. Vêmo-la nascer em Atenas, aí florescer e degenerar quase no espaço de um século” (VERNANT; VIDAL-NAQUET, 2005, p. 15). Neste sentido, os autores desejam demonstrar que a *pólis* e a tragédia surgem a partir do processo isonômico presente na cidade.

Assim, utilizamos a partir da análise de conteúdo, fundamentadas em Laurence Bardin (1979) elencamos categorias discursivas no interior do texto para demonstrar as aproximações e distanciamentos dessas personagens e o discurso feminino. Observamos a tragédia como um instrumento a partir do qual os atenienses discutem a crise que eles vivem. Crise essa instalada pela nova convivência que vem ao encontro de um poder horizontalizado, devido a isonomia e a isegoria. Dessa forma, na nossa interpretação o teatro não se apresenta somente como um espaço que celebra um tipo de religiosidade, especificamente, um deus. Mas sim, como um local que proporciona o questionamento através da representação que é visualizada pelos cidadãos que financiam esse espetáculo.

É nesse ambiente trágico que ocorre a ruptura/superação do mito na tradição, em razão da tragédia ser uma criação autoral produzida a partir de um problema contemporâneo aos autores e de sua plateia. Consequentemente, ela se apresenta, como já aludido anteriormente, como um espaço que proporciona o debate de diversos assuntos referentes à própria convivência da *pólis*. Visando à manutenção desse sistema políade, para além da oralidade, outras estéticas eram construídas, esse é o caso das tragédias gregas, que eram escritas para o teatro, que se apresentou como um espaço que viabiliza uma encenação das práticas necessárias ao convívio humano.

Nesse sentido, a tragédia pode possuir um sentido paidêutico já que pode ser interpretada como coparticipe na formação da mentalidade dos atenienses no século V. Esse processo de formação dos indivíduos na sociedade grega era construído no público, diante disso, o teatro é visto como um lugar onde os cidadãos aprendem, de certa maneira, jogos mentais necessários para a convivência na *pólis*. Segundo Gonçalves, “PAIDÉIA E POLITÉIA são conceitos construídos em um mesmo esforço de entendimento da condição humana para além de uma percepção platônica, já que, para ele, os deveres dos indivíduos, as noções de bem e de mal dependem dos fins perseguidos pela cidade” (GONÇALVES, 2004, p. 170). A *pólis* é uma comunidade pedagógica, pois a *politéia* não era simplesmente uma abstração, visto que “eram os cidadãos em ação que davam sentido a cidade” (SILVA, 2015, p. 40). Nesta lógica social, a tragédia torna-se um elemento central na construção do cidadão, uma vez que ela é encenada, escrita e financiada por cidadãos, e, principalmente, porque efetiva o espetáculo no interior da *pólis* com questões contemporâneas a sua convivência, como corroborado por Segal a tragédia é um “espetáculo citadino” (SEGAL, 1994, p. 193) e também um momento “dramático de muito impacto” (MARSHALL, 2000, p. 19).

Além disso, à medida que notamos que a tragédia nos fornece de forma clara a construção de um mundo no qual homens e mulheres ocupam espaços diferenciados e hierarquicamente determinados optamos por uma análise a partir da perspectiva de gênero. Entendemos a categoria de gênero como algo relevante devido às construções sociais que foram determinadas historicamente para cada sexo, como nos demonstra Scott “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas

entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1990, p. 86), assim são construídas e representadas social e historicamente. Dessa forma, o gênero se realiza socialmente a partir de um terreno, no qual, ele se manifesta, nesse caso as relações de parentesco marcadamente androcêntricas. Gênero é um produto de um determinado tipo de relação, que segundo Butler perpetua as regras do parentesco, portanto, “ambas as posições, masculina e feminina, são instituídas por meio de leis proibitivas que produzem gêneros culturalmente inteligíveis” (BUTLER, 2018, p. 61).

DESENVOLVIMENTO

Ao iniciarmos a discussão a respeito da nossa visão de tragédia grega, primeiramente devemos salientar que a escrita está fundamentada no coletivo que ficou conhecido como “Escola de Paris” e outros autores que também foram influenciados por essas pesquisas. Nesse sentido, afirmamos que a compreendemos como um espaço no qual a cidade de Atenas debate os seus problemas, seguindo a perspectiva dos autores: Vernant (1992), Vidal-Naquet (2005), Detienne (2013), Veyne (2014), Romilly (2008), Goldhill (2007), Villacéque (2013), Meier (1991), Marshall (2000) e Gonçalves (2008). O teatro é assim apresentado como um local que proporciona a discussão e principalmente a reflexão dos problemas inaugurados pela nova convivência. Observamos a tragédia como um instrumento a partir do qual os atenienses discutem a crise que eles vivem.

Crise essa instalada pela nova convivência que vem ao encontro de um poder horizontalizado, devido a isonomia e a isegoria. Dessa forma, na nossa interpretação o teatro não se apresenta somente como um espaço que celebra um tipo de religiosidade, especificamente, um deus. Mas sim, como um local que proporciona o questionamento através da representação que é visualizada pelos cidadãos que financiam esse espetáculo, como nos afirma Grimal “estava sempre em relação direta ou indireta com a cidade onde se representava a tragédia, que era um espetáculo com interesse para a coletividade dos cidadãos” (GRIMAL, 1986, p. 46). Posto isto, a tragédia situa-se numa zona fronteira, na qual os atos humanos vêm articular-se com as potências divinas, que revelam seu verdadeiro sentido, inserindo-se numa ordem que ultrapassa o homem e a ele escapa, pois “a tragédia não se atém rigidamente aos acontecimentos do mito, não os considera uma

realidade histórica como o faz a epopeia, mas busca os motivos dos acontecimentos na ação humana e assim põe de lado o fato em si” (SNELL, 2005, p. 110). As peças atualmente vistas como literatura não podem ser encerradas somente no texto, uma vez que não conseguimos dimensionar a representação cênica dos personagens numa leitura. Para além, o espetáculo em si possuía caráter de uma manifestação cívica, em que cidadãos dirigiam-se a cidadãos, já que por “este fato se explica com toda a certeza certos traços na própria inspiração dos autores de tragédia. Eles dirigiam-se sempre a um público muito vasto, reunido para uma ocasião solene: é natural que tenham tentado alcançá-los e interessá-los” (ROMILLY, 2008, p. 15). É nesse ambiente trágico que ocorre a ruptura/superação do mito na tradição, em razão da tragédia ser uma criação autoral produzida a partir de um problema contemporâneo aos autores e de sua plateia.

Consequentemente, ela se apresenta, como já aludido anteriormente, como um espaço que proporciona o debate de diversos assuntos referentes à própria convivência da *pólis*. Assim, o mito é o meio pelo qual os trágicos se comunicam com a plateia, utilizando-se de um contexto para seus questionamentos atuais que habitam no interior da comunidade. É por meio desses três eixos, cidade, autoria e passado que a tragédia se estabelece dependendo ativamente de todos esses eixos para manter seu impacto nos cidadãos, consequentemente ela exprime o pensamento social da cidade.

Ao escolher a fonte de pesquisa aqui selecionada, a peça teatral *As Traquínias*, selecionamos o mais reconhecido poeta trágico, Sófocles, que “cresceu e formou-se homem numa grande época de Atenas” (LESKY, 1976, p. 120), é nesse período que, a arte grega está em seu apogeu e, no governo Péricles regendo uma democracia que parecia ter alcançado formas duradouras. Além disso, exerceu cargos na vida pública da cidade como tesoureiro entre os anos 443 e 442 e general durante a revolta dos Samos em 441. Como poeta, Sófocles teve grande destaque, pois “sua carreira foi marcada por repetidos sucessos: de todos os concursos de tragédia de que participou, ficou em primeiro ou em segundo lugar, jamais em terceiro (último)” (VIEIRA, 2014, p. 139). Assim, iniciamos expondo o contexto mítico que é utilizado pelo autor para a sua construção cênica.

Dejanira era filha de Eneu e Alteia, princesa de Cálidon na região da Etólia, uma moça que segundo a mitologia fora disputada por “muitos pretendentes que afluíram ao

palácio de Eneu em Plêuron para pedir a mão da encantadora Dejanira, que conduzia carros de combate e praticava a arte da guerra” (GRAVES, 2018, p.270). Contudo, abandonaram a disputa quando descobriram que seus principais rivais eram o deus-rio Aqueloo e Hércules. Esse embate pela donzela é cantado durante a tragédia de Sófocles entre os versos (6-30), que relembra o episódio do combate entre o herói grego e a figura mitológica, que possuía três formas: um touro, uma serpente malhada e um homem com cabeça de touro. Assim, conta-se que “usando seus poderes, Aqueloo transformou-se em touro, mas Hércules quebrou-lhe um dos chifres. O deus-rio deu-se por vencido e cedeu ao herói o direito sobre a filha de Eneu” (BRANDÃO, 2015, p. 274). Hércules juntamente com Dejanira deixam a região dirigindo-se para Tráquis, porém durante a jornada novamente aparece outra figura, o centauro Nesso, que habitava as margens do rio Eveno e exercia o ofício de barqueiro. Nesse instante da travessia, Nesso tenta violar Dejanira que grita por ajuda ao esposo, Hércules atira-lhe uma flecha envenenada com o sangue da Hidra de Lerna. Num suspiro final, Nesso convence a jovem Dejanira para que recolha o sangue de sua chaga, afirmando ser um precioso filtro amoroso, o que posteriormente se tornará o infortúnio do casal. O enredo da tragédia inicia com Dejanira exilada na cidade de Tráquis com seus filhos à espera do retorno Hércules, após quinze meses de sua partida, sem notícias sobre seu possível sucesso ou morte.

Além desses personagens encontramos também o Coro feminino, formado pelas mulheres moradoras da cidade, As Traquínias, o coletivo que nomeia a peça. Contudo esse silêncio é quebrado com “uma comitiva chefiada por Licas que anuncia o retorno do herói e, juntamente com a jubilosa notícia, traz escravas que foram conquistadas por Hércules” (DAGIOS, 2020, p. 209). No interior desse grupo uma jovem, com traços nobres, chama a atenção da esposa do herói, é a princesa Íole, filha do rei da Ecália, a nova cativa. A partir desse instante, os fatos desconhecidos são revelados no palco através de um mensageiro que interroga Licas sobre a verdadeira motivação da ausência de Hércules. E na tentativa de novamente arrebatá-lo os desejos do marido, Dejanira enviou-lhe uma túnica embebida “no filtro-amoroso ensinado e deixado por Nesso” (BRANDÃO, 2015, p. 133). Infelizmente, o filtro mágico era uma armadilha e Dejanira torna-se a responsável pela destruição e queda do filho de Zeus. A tragédia apresenta como desfecho o suicídio da esposa culpada pelo embuste, a morte de Hércules no monte

Eta e a concretização do oráculo que afirmava que um habitante do Hades seria o responsável pela morte do herói. Portanto, “a morte do Centauro nas mãos de Hércules – ambos atraídos por Dejanira – representa a própria morte de Hércules através da cegueira daquela que foi a causa da morte do Centauro” (FIALHO, 1975, p. 140).

Ao realizar a leitura da obra observamos que Dejanira simboliza a donzela disputada por um herói, a mãe cuidadosa e principalmente a esposa que espera o retorno de seu marido, mesmo após ele introduzir no interior da casa uma jovem mulher, “diante das mulheres do coro, fala de sua dor profunda e do único recurso que, como mulher fraca, têm à sua mão” (LESKY, 1976, p. 134), tentar reconquistar. Logo, por meio da análise de conteúdo e com as categorias selecionadas na pesquisa desejamos demonstrar esse discurso feminino. Sendo assim, “as ações de Dejanira são regidas por uma moral cívica, referente a sua situação de esposa e mãe, uma noção de timé (honra) própria ao mundo do lar” (DAGIOS, 2020, p. 207).

A análise aqui realizada se fundamenta no próprio discurso construído pela personagem que reivindica o seu casamento, pois para os gregos “o casamento, instituição que está no cerne do funcionamento econômico, social e político da cidade” (PANTEL, 1990, p. 599). Sendo assim, as relações de parentesco são moldadas a partir do interesse do cidadão que realiza essa troca de dote/mulher entre os oikos no interior da cidade. Além disso, segundo Mueller (2017) as transações materiais presentes nesse sistema cívico de matrimônio estão embutidas de complexas redes de relações sociais, uma vez que, em circunstâncias normais espera-se que os participantes desse sistema não apenas ofereçam, mas também recebam e devolvam os presentes recebidos caso seja necessário.

Aqui selecionamos apenas dois versos no qual o Coro feminino fala diretamente com Dejanira. O primeiro “As gentes sabem abrandar a cólera/ se o erro, como o teu, é involuntário” (v. 727-8) demonstra que essas mulheres oferecem sua solidariedade para Dejanira e espera que a ação da personagem não veja a responsável pelo fim trágico do herói. Isso ocorre justamente porque essas mulheres acompanham a lamentação da princesa e principalmente também observam a entrada de uma jovem cativa de guerra no interior desse *oikos*. Conseqüentemente, elas silenciam a participação no feito do filtro mágico embebido na túnica de Hércules e esperam notícias boas. E verso posterior é

quando o infortúnio já é sabido, e o filho de Zeus está a morrer, o Coro afirma “Por que partir silenciosamente?/ teu silêncio reforçará as suspeitas” (v. 813-4), pois elas sabem que a atitude realizada não visava a morte do herói. Logo, podemos observar que o Coro das moradoras de Tráquis estão próximas de Dejanira durante a encenação. Essas mulheres partilham, juntamente com a princesa, a condição do feminino no interior da *pólis* e portanto compreendem o funcionamento da domesticidade na qual todas elas estão submetidas. Contudo, o Coro feminino, que pronuncia seus posicionamentos em cena, é um personagem coletivo, que segundo Vernant (2005) possuía o papel de exprimir os temores da cidade, suas esperanças, interrogações e julgamentos, por isso tem destaque na tragédia. E neste caso, Sófocles apresenta mulheres compadecidas com a dor e a espera de Dejanira que age de maneira imprecisa e torna-se a causadora da morte do esposo. O Coro realiza na tragédia um papel de crítica e reflexão com os personagens, expressando não apenas uma certa visão do convencional como também se colocando em oposição com eles, como podemos notar nesta obra. O Coro pressiona os personagens na busca de sua verdade, de seu ponto de vista, busca revelar aos espectadores-cidadãos o que querem com suas ações.

A categoria de gênero está intimamente conectada com as relações de parentesco, pois são justamente essas relações ou regras parentais que retroalimentam as distinções entre homens e mulheres. É a partir das regulações sociais/parentais impostas culturalmente que as relações de gênero se concretizam, naturalizando-se assim as desigualdades. A partir da nossa interpretação, afirmamos que a utilização da categoria de gênero para análise da fonte é decorrente de um ponto de vista das leituras realizadas e das interpretações que respaldam nossas observações, uma vez que visualizamos nessas trocas familiares, marcadamente androcêntricas, a manutenção de um tipo de sociedade como nos demonstra Vernant (1992) “da união de um homem e uma mulher, a *engúe* faz um ato social que supera a pessoa dos dois indivíduos em questão para engajar, através deles, dois lares, duas “casas” (VERNANT, 1992, p. 48). Neste sentido, o feminino é uma posse do masculino, que ao realizar um laço com outro masculino, efetiva uma união denominada casamento, por meio do trânsito/tráfico da mulher. Sendo assim, as relações de parentesco são afirmadas, sobretudo, a partir da figura masculina, que utiliza-se do feminino para assegurar esses vínculos sociais por meio do casamento, uma instituição

reconhecida pela *pólis*. Logo, o casamento é uma forma de manter as relações de parentesco cimentadas e dentro de um *oikos* específico e escolhido, como nos demonstra Rubin “nas sociedades pré-estatais, o parentesco é muitas vezes a linguagem da interação social, organizando as atividades econômicas, políticas e cerimoniais, bem como as sexuais” (RUBIN, 2017, p. 21). Assim, estar incluído ou excluído de uma relação de parentesco demonstra os privilégios e as responsabilidades de uma pessoa para com a outra.

CONCLUSÃO

Portanto, encontramos na personagens diferentes maneiras de agir do feminino, seja através da ação ou do discurso. Outro ponto importante e que também será abordado é a aproximação e o diálogo constante com o coro de mulheres, esse coletivo de mulheres compreende a dor de Dejanira e acompanham suas lamentações, pedem justiça, consolam e principalmente observam as atitudes sem interferir ou julgar. Sendo assim, a partir de uma leitura fundamentada na perspectiva de gênero visualizamos um posicionamento a respeito da sociedade e evidentemente, a busca pela manutenção do seu casamento. O leito nupcial ultrajado pelos heróis torna-se o motivo para o desfecho trágico que acompanhamos no final de cada encenação. E é justamente essa dor que ela discursa perante outras mulheres que as escutam, consolam e observam.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BRANDÃO, Junito de Souza. Dicionário Mítico-Etimológico da mitologia grega.

Vol 1. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. D

_____. Dicionário Mítico-Etimológico da mitologia grega.

Vol 2. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____. Dicionário Mítico-Etimológico da mitologia grega.

Vol 3. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BUTLER, Judith. O clamor de Antiga: parentesco entre a vida e a morte. Tradução de André Cechinel. Florianópolis: UFSC, 2014.

DAGIOS, Mateus. Dejanira e a morte no leito: considerações sobre gênero e matrimônio na tragédia As Traquínicas de Sófoles. Revista Mare Nostrum, ano 2020, v.

11, n. 1.

DETIENNE, Marcel. *Mestres da Verdade na Grécia Arcaica*. Tradução de Ivone Beneditti. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013. 174 p.

GRIMAL, Pierre. *O Teatro Grego*. Tradução de António M. Gomes da Silva. Lisboa: Edições 70, 1986.

FIALHO, Maria do Céu. *Eros e Finitude em As Traquínias de Sófocles*. Humanitas. 1976.

GRAVES, Roberto. *Os mitos gregos*. Tradução de Fernando Klabin. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018

GOLDHILL, Simon. *GOLDHILL, Simon. Amor, s/exo & tragédia: como os gregos e romanos influenciaram nossas vidas até hoje*. Tradução de Cláudio Bardella. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2007.

_____. *The audience of greek tragedie*. In: Easterling, P. E. *Companion to greek tragedie*. Cambridge, 1997.

GONÇALVES, Jussemar Weiss. *Paidéia e Politéia em Aristóteles*. *Biblos*, Rio Grande, n. 16, p. 167-175, 2004.

_____. *Relações de parentesco e política: uma crise trágica*. IN: *Corrupção, crimes e crise na Antiguidade*, Org. Semiramis Silva e Carlos Campos, Rio de Janeiro, Desalinho, 2018. p.105-123

LESKY, Albin. *A tragédia grega*. Tradução de Geraldo Gerson de Souza e Alberto Guzik J. Guinsburg. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1976.

MARSHALL, Francisco. *Édipo Tirano: a tragédia do saber*. Porto Alegre: Ed Universidade UFRGS, 2000

MEIER, Christin. *De la Tragédia comme art Politique*. Paris, Belles Lettres, 1991.

MUELLER, Melissa. *The language of reciprocity in Euripides Medea*. *The American Journal of Philology*, vol 22, nº 4. The Johns Hopkins University Press, 2008

PANTEL, Pauline Schmitt. *A história das mulheres na história da antiguidade, hoje*. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das Mulheres: A Antiguidade*. Porto: Edições Afrontamento, 1990. 1 v.

ROMILLY, Jacqueline de. *A tragédia grega*. Tradução de Leonor Santa Bárbara. 2. ed. Lisboa: Editora 70, 2008.

RUBIN, Gayle. *Políticas do Sexo*. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu

Editora, 2017.

SILVA, Lisiana Lawson Terra da. A fabricação androcêntrica do feminino: a construção das relações de gênero como um processo educativo na tragédia Agamenon de Ésquilo. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal do Rio Grande. 2017

SNELL, Bruno. A Cultura Grega e as Origens do Pensamento Europeu. Tradução de Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 2005.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, p. 71-99, 1995. Disponível em:

<https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf>. Acesso em: 7 fevereiro 2014.

SEGAL, Charles. O ouvinte e o espectador. In. VERNANT, Jean-Pierre (Org.). O homem grego. Lisboa: Presença, 1994.

VERNANT, Jean-Pierre. Mito e Religião na Grécia antiga. Tradução de Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papirus, 1992.

_____; VIDAL-NAQUET, Pierre. Mito e tragédia na Grécia antiga. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____; VIDAL-NAQUET, Pierre. Mito e tragédia na Grécia antiga. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

VIEIRA, Trajano. Posfácio do tradutor. São Paulo: Editora 34, 2014.

VILLACÉQUE, Noémie. Spectateurs de Parole: Deliberations Democratique et Theatre a L'époque Classique, Nantes, 2013

BANDITISMO E CARRETEIROS: UM CASO DE EXTRAVIO DE MERCADORIAS (PELOTAS, 1884)

DÁRIO MILECH NETO¹⁹

Resumo: O presente trabalho, que é parte de uma pesquisa de doutoramento na área de História, tem como objetivo estudar a questão do banditismo através de um episódio de extravio de cargas ocorrido em uma casa de comércio da cidade de Pelotas chamada "Zamorano & Companhia" no ano de 1884. O mandante de tal crime seria, segundo os acusadores, o carreteiro Rafael Luiz do Couto, membro de uma quadrilha de salteadores liderada por um lavrador chamado Juvêncio Rodrigues Pereira na região da Serra dos Tapes. O citado bando cometeu diversos roubos e assassinatos entre meados e o final da década de 1880 em locais como Canguçu, Cerrito, Piratini, Herval, Arroio Grande e Jaguarão. Na parte da metodologia desse estudo, as fontes históricas que utilizamos e analisamos foram dois processos criminais sobre o fato, encontramos no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), em Porto Alegre. Com o entrecruzamento com fontes jornalísticas de periódicos da época (como as folhas pelotenses Correio Mercantil e A Discussão), conseguimos perceber quais eram os indivíduos envolvidos, as redes de parentela e solidariedades naquele espaço geográfico e as disputas presentes entre as famílias na região da fronteira.

Palavras-chave: Banditismo; Violência; Território

¹⁹ Universidade Federal de Pelotas, Mestre em História. E-mail: milechnet@gmail.com

A quadrilha de Juvêncio Pereira

O presente estudo é parte de uma tese de doutorado em história, ainda em desenvolvimento, cujo tema versa sobre a história da prática de banditismo na região meridional do Brasil na década de 1880. A tese tem como objetivo geral verificar e problematizar as ações de uma quadrilha de salteadores liderada por um lavrador, chamado Juvêncio Rodrigues Pereira (1851 – 1885).

A quadrilha de Juvêncio Pereira não era, na época, o único grupo a manejar o espaço fronteiriço e entrar em conflito com as forças policiais da província. Existiam outras quadrilhas no momento histórico do qual nos ocupamos. Thompson Flores (2012) encontrou referências sobre a ação de bandos na fronteira oeste do Rio Grande do Sul no final do século XIX:

Segundo o Relatório do Presidente da Província João Carvalho de Moraes, de 1875, em fins de junho de 1874 apareceu no município de Dom Pedrito, que também fazia fronteira com o Estado Oriental, um grupo de salteadores que, tendo cometido diversas barbaridades, entre assassinatos e roubos, evadiram-se da perseguição da polícia indo para o Estado Oriental. Meses depois, em outubro, o mesmo bando reapareceu em Alegrete, onde perpetraram crimes semelhantes aos anteriores. O grupo, que se estimava ser composto por cerca de dezesseis homens, novamente conseguiu escapar do cerco policial fugindo de volta para o Estado Oriental (THOMPSON FLORES, 2012, p. 109).

Ressaltamos aqui, tendo em conta o conceito de território, que o banditismo pode ser visto enquanto um “modo de vida”:

A constituição de qualquer território, como campo de poder, é um processo cumulativo e ordenado, um movimento tanto da política, quanto das formas sociais, das formas linguísticas, do mercado e de outros elementos que traduzam a mobilidade humana num ambiente geográfico, cujo interesse é a sobrevivência, o desenvolvimento e a produção do espaço territorial. [...] Como tal, o território é antes um espaço social vital de uma comunidade (SILVA, 2007, p. 97).

O termo “modo de vida” foi o que o historiador Osvaldo Raggio (2018, p. 230) utilizou ao se referir às ações das companhias de bandidos. Os relatos de roubos de artigos de luxo na década de 1580 no vale de Fontanabuana (Ligúria), como veludo de seda, parecia ser uma atividade em que grupos de criminosos se especializaram (RAGGIO, 2018, p. 235). Portanto, nesse caso, os bandidos participavam do controle (poder) sobre

um fluxo/mercadoria (tecido) que passava por aquele espaço. Uma economia do banditismo que permitia a subsistência de diversas famílias.

No caso do espaço sul-rio-grandense do final do século XIX, Thompson Flores (2012, p. 110 e 111) citou que a existência de bandos significava um “meio de sobrevivência” para muitos desses indivíduos que atravessavam a fronteira para praticar roubos, cujos produtos do crime eles vendiam ou utilizavam no retorno. Um exemplo identificado pela autora em um processo crime seria o de uma “companhia de ladrões”, que assaltava casas de comércio em Uruguaiiana no ano de 1883.

Não podemos deixar de mencionar o quanto, segundo ainda Thompson Flores (2012, p. 41), essa “fronteira constituía um espaço importante para as estratégias sociais/criminais dos fronteirços”. Um dos crimes mais comuns na fronteira, de acordo com a autora, eram os roubos de gado. Homens, de 20 a 29 anos, solteiros e livres, eram o perfil dos réus por roubo de gado na fronteira oeste (THOMPSON FLORES, 2012, p. 262 e 263).

No contexto social e econômico, atreladas aos cercamentos dos campos por fios de arame na década de 1880, estão três questões levantadas por John Chasteen (2003): o fim da escravidão, a diminuição nos espaços das estâncias provocada pelas sucessivas heranças e o rápido crescimento populacional durante esse mesmo período. Sobre esse último ponto, apenas para citar um exemplo, se considerarmos como minimamente confiáveis o censo imperial de 1872 e o censo de 1890, veremos que nesse período de 18 anos, a população total de Canguçu aumentou aproximadamente 32%.

Daí resultaria o cenário desolador de pobreza e fome no final do século XIX na campanha sul-rio-grandense. Um cenário que propiciava o aumento da criminalidade, ainda mais visto que “o banditismo tendia a tornar-se epidêmico em épocas de pauperismo ou de crise econômica” (HOBSBAWM, 2015, p. 42).

Boa parte das pessoas não tinha mais um emprego fixo “e ganhava seu pouco e desanimador dinheiro somente quando as estâncias necessitavam de mão de obra extra, como em épocas de marcação de gado ou de tosquia” (CHASTEEN, 2003, p. 92).

Todo esse complexo cenário histórico que vimos de cercamentos, de aumento da população, de crescimento da pobreza e, também, de falta de trabalho, fez com que muitos homens enxergassem como única via a prática do banditismo. Também é correto afirmar que a modernização chegaria em seguida, representada pela ferrovia e pelo telégrafo, fazendo com que os caminhos fossem encurtados com as linhas de trens e, assim, a captura de bandidos pelas forças policiais do Estado tornava-se mais fácil do que antes.

A família Couto

No recorte aqui mostrado analisamos alguns crimes cometidos por membros da família Couto, que faziam parte do bando. Com isso, nossa pretensão foi compreender melhor a dinâmica desse grupo de criminosos. O banditismo enquanto assunto foi estudado e teorizado por vários historiadores ao longo do tempo. Um dos primeiros pesquisadores a se debruçar sobre essa temática foi Eric Hobsbawm, em dois livros, *“Rebeldes Primitivos”*, lançado em 1959 e *“Bandidos”*, de 1969. Foi sobretudo nessa última obra que Hobsbawm escreveu sobre o conceito de “bandido social”, o qual difere do bandido comum. Os bandidos sociais seriam transgressores, pertencentes ao mundo rural, categorizados como criminosos pelos senhores e pelo Estado, mas que eram, ao mesmo tempo, admirados e sustentados pela sociedade camponesa. Eles dispunham de certa “proteção” nos locais em que passavam.

Esse conceito de Hobsbawm (2015) sofreu questionamentos. Assim, destacam-se os comentários escritos pelo antropólogo Anton Blok. Blok (1972) citou que a categoria de “bandido social” pouco tinha a ver com a realidade e que preferia os casos específicos ao modelo, sugerindo que fosse estudado o mundo rural como um todo para descobrir as relações sociais existentes nele.

Já Richard Slatta (1987) preocupou-se em trazer novos tipos de fontes para a abordagem do banditismo, como os arquivos da polícia e do poder judiciário, criticando Hobsbawm por depender demais de fontes populares e folclóricas, além de criticar a ausência da visão que as classes médias urbanas teriam desses bandidos. Por fim, Slatta (1987) ainda afirmou que é impossível falar de um banditismo social na América Latina.

O embasamento para tal afirmação estaria no fato de que a relação da elite rural com os bandidos dificultaria que ele se tornasse herói popular.

O próprio Hobsbawm (2015) afirmou que o bandido social poderia, em muitos casos, ser apoiado pelo dono do poder local. Logo, para nosso trabalho, os três autores citados são os principais que utilizamos. Blok (1972) nos auxiliou a perceber o contexto do mundo em que os criminosos estavam inseridos, Slatta (1987) sugeriu fontes importantes para o estudo do tema e Hobsbawm (2015), mesmo que tenha sofrido críticas, continua sendo importante para as pesquisas sobre banditismo, visto que ele fez um apanhado geral de como tal fenômeno ocorreu no mundo inteiro e notou algumas similaridades entre os casos que analisou.

As fontes históricas que utilizamos foram as notícias publicadas em periódicos sobre a quadrilha, sobretudo em dois diários da cidade de Pelotas: o *Correio Mercantil* e *A Discussão*. Esses dois jornais eram os que mais se ocupavam em relatar as atividades do bando de Juvêncio Pereira. Para o uso desse tipo de fonte tivemos os cuidados de análise propostos pelo historiador francês Dominique Kalifa (2019), para termos a devida atenção com os discursos presentes nos textos jornalísticos, tais como suspense e sensacionalismo.

Procuramos, depois, os nomes dos indivíduos (citados nas notícias) em processos criminais no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERs). Para entendermos essa categoria de fonte histórica e como era constituído um processo-crime na época, tivemos como base a leitura do trabalho acadêmico de Thompson Flores (2012).

Com a análise das fontes jornalísticas e judiciais, percebemos que a quadrilha de Juvêncio Pereira era composta por diversos membros da família Couto. Entre eles, podemos citar: os irmãos Francisco Luiz do Couto, Raphael Luiz do Couto e Honorato Luis do Couto, Francisco Sobrinho e Marciano Luiz do Couto (filhos de Raphael do Couto) e Galeano Couto.

Honorato do Couto, por exemplo, escreveu uma carta, publicada em 1º de outubro de 1884, no jornal *A Discussão*, denunciando a violência cometida pelas pessoas que

estavam em busca de integrantes da quadrilha. O citado jornal rivalizava com o Correio Mercantil, tentando mostrar o quanto as forças oficiais poderiam ser tão violentas quanto os bandidos. Essa busca na casa de Honorato tinha um objetivo: encontrar Francisco Luiz do Couto, que estava desafiando as autoridades após a prisão de seu irmão, Raphael, acusado de extravio de cargas em 1884.

Um carregamento com três cargas puxadas por juntas de bois saiu da casa de comércio de Rafael Zamorano, em Pelotas, contendo açúcar, sabão, 34 rolos de arame e outros itens diversos, e teriam como destino a casa de Israel Nunes Garcia. Contudo, verificaram que o homem que foi buscar as cargas no estabelecimento, se passando por Israel, era na realidade João Lopes de Vasconcellos, um dos bandidos da quadrilha de Juvêncio, apelidado de “Testa Furada”. As três carretas foram levadas por João Lopes e pelos irmãos Francisco Sobrinho e Marciano, que teriam deixaram duas das cargas na casa de seu pai, Raphael.

Zamorano e seu sócio denunciaram o antigo carreteiro. As autoridades localizaram os rolos de arame no pátio da residência de um cunhado de Raphael do Couto. Um processo foi instaurado e, Raphael, preso temporariamente. A partir desse processo conseguimos visualizar um panorama de como o roubo de cargas aconteceu e, também, ficamos sabendo como a quadrilha agia. Temos, inclusive, a nota²⁰ contendo os gêneros que foram extraviados:

1ª e 2ª carretas: - 6 barricas de açúcar branco fino; 4 barricas de açúcar branco; 1 barrica de açúcar mascavinho; 6 caixas de sabão; 4 barricas de farinha de trigo; 2 quilos de café; 10 caixas de velas de sebo; 10,5 quilos de sal; 4 quilos arroz; 2 balas papel em branco; 8 quilos de farinha de mandioca. 3ª carreta: 34 rolos de arame (APERS, 1884, f. 7).

Com os depoimentos das testemunhas vimos que “Fahíco” (apelido pelo qual Raphael era conhecido), além de lavrador, tinha sido comerciante anteriormente,

²⁰ APERS, Acervo do Judiciário, Município de Pelotas, Sumário de Culpa. Processo nº 1242, maço 36. Ano: 1884. Autor: Rafael Zamorano e Companhia. Réus: Raphael Luiz do Couto, João Lopes de Vasconcellos e outros.

vendendo produtos na zona rural por um preço geralmente menor do que os praticados na cidade, o que causava estranheza entre os vizinhos. Ele seria dono de duas das carretas que foram usadas no episódio de desvio de cargas. Já seus filhos envolvidos no crime tinham a profissão de carreteiros, fazendo fretes entre Pelotas e as freguesias do interior da fronteira sul.

Notamos que havia uma outra família envolvida e que tinha amplos vínculos na região dos atuais municípios de Cerrito e Capão do Leão: a família Caldeira. O major Antonio Joaquim Caldeira, criador, tinha sido patrão de Raphael. Ele não só testemunhou a favor do réu, como também organizou um abaixo-assinado para libertá-lo. Interessante ressaltar que Antonio seria irmão do subdelegado de polícia Israel Joaquim Caldeira, que investigava e perseguia o bando de Juvêncio Pereira. Sabemos, também, que o major era padrinho de um dos filhos de Raphael.

Como dissemos acima, enquanto se dava o desenrolar do processo, o irmão de Fahíco, Francisco Luiz do Couto, tentava provocar as autoridades e encontrar a pessoa que denunciou o crime. Ele matou um jovem de 16 anos, chamado Manoel José da Silva, que estava comprando farinha em uma venda apenas por desconfiar que o mesmo seria o delator. Francisco era um dos companheiros mais próximos de Juvêncio Pereira que, a essa altura, estaria intimidando e ameaçando pessoas que tentasse se envolver no processo (segundo os jornais).

O periódico *A Discussão* informou que, após conseguir a liberdade e sair da cadeia, Raphael do Couto foi morto com uma punhalada em 19 de outubro de 1885 por um indivíduo chamado Luiz de Castro. Se nos baseássemos apenas nos jornais, não saberíamos o possível motivo do crime. Mas o processo contra Fahíco é esclarecedor, pois tinha como uma das testemunhas acusatórias justamente Luiz de Castro. Durante o depoimento, eles teriam discutido e Raphael denominado Luiz de Castro como sendo um “inimigo capital”, demonstrando que uma possível rixa entre os dois já existia anteriormente.

Sabemos que foi Luiz de Castro o informante que teria denunciado de fato Raphael do Couto quanto ao extravio das cargas. Luis de Castro, era italiano, 52 anos de idade,

casado e negociante. Ele foi até o subdelegado de polícia do 4º distrito de Pelotas, Manoel Barbosa de Menezes, e disse que viu sair da casa de Rafael Luiz do Couto um carretão carregado com arames em direção à casa de João Antônio Marques (casado com irmã da mulher de Rafael).

Antes disso, em novembro de 1884, o mais jovem da família Couto, Marciano foi executado em uma emboscada feita pelo subdelegado de polícia de Cerrito, Bernardino Porto, a qual Juvêncio Pereira foi ferido.

Considerações Finais

Posteriormente, quando a quadrilha já havia sido desmantelada, em 1888, Honorato Luiz do Couto teve sua residência invadida pelas autoridades que buscavam por Francisco Couto Sobrinho (conhecido como Camillo Couto). Nessa ocasião, Honorato não foi somente espancado, mas também sua barba foi cortada como forma de humilhação elaborada pelos soldados. Ele ainda foi réu em um processo de março de 1895, acusado de ter atirado em sua própria filha, Mathildes Avelina do Couto, de 18 anos, por não concordar com o namoro que ela mantinha até então com um rapaz da região.

Notamos o quanto a família Couto estava envolvida em uma série de crimes e conflitos com autoridades locais. Logo, concordamos com uma das teses gerais de Hobsbawm (2015), a de que “as vocações criminosas eram frequentemente hereditárias” (HOBSBAWM, 2015, p. 61).

Podemos citar, por fim, que conseguimos compreender melhor a ampla rede de contatos que o Juvêncio Pereira mantinha e o quanto essa rede era acionada para cometimento de crimes, tendo a sua figura um papel central, protegido, visto que seu nome poucas vezes foi citado no processo contra Raphael Couto, ao contrário das páginas dos jornais. A chamada “rede de solidariedade” formada pela parentela e a comunidade local é uma das principais chaves para compreendermos a proteção que dispunham os bandidos nas mais diferentes épocas da história.

Referências Bibliográficas:

BLOK, A. The peasant and the brigand: Social Banditry reconsidered. In: *Comparative studies in Society and History*. Cambridge: Cambridge University Press, v. 14, n. 4, September 1972.

CHASTEEN, John Charles. *Fronteira Rebelde: A Vida e a Época dos Últimos Caudilhos Gaúchos*. Porto Alegre: Editora Movimento, 2003. 227 p.

HOBBSBAWM, Eric J. *Bandidos*. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

HOBBSBAWM, Eric J. *Rebeldes Primitivos: Estudios sobre las formas arcaicas de los movimientos sociales em los siglos XIX y XX*. Barcelona: Editorial Ariel, 1983.

KALIFA, Dominique. *A Tinta e o Sangue: narrativas sobre crimes e sociedade na Belle Époque*. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

RAGGIO, Osvaldo. *Feuds and State Formation, 1550 – 1700: The Backcountry of the Republic of Genoa*. Londres: Palgrave Macmillan, 2018.

SILVA, Célia Nonata da. *Territórios de mando: banditismo em Minas Gerais, século XVIII*. Belo Horizonte: Crisálida, 2007.

SLATTA, R. (Ed.). *Bandidos. The varieties of Latin American Banditry*. New York: Greenwood Press, 1987.

THOMPSON FLORES, Mariana F. da C. *Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. 2012. 343 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

CRIMINALIDADE ESCRAVA EM UMA ZONA PORTUÁRIA: O CATIVEIRO URBANO ATRAVÉS DE UM PROCESSO-CRIME DE ROUBO (RIO GRANDE, 1862).

DOUGLAS REISDORFER ²¹

Resumo: Nas ruas, mercados, praças e fontes d'água, os cativos vivenciavam diferentes experiências: a busca pela liberdade e/ou por margens de autonomia, o lazer e a sociabilidade, o conflito e a violência. O crime fez parte disso, e o encontro daquelas pessoas com a Justiça produziu documentação de grande valia para o estudo da escravidão - os autos criminais. É a partir deles que o presente trabalho pretende examinar o cativo urbano. Propõe-se analisar a escravidão em Rio Grande, uma cidade portuária, na década de 1860. Mais especificamente, volta-se o olhar para a prática do roubo. Parte-se principalmente de um processo-crime, ocorrido em 1862. O crime foi praticado por Domingos, escravizado crioulo de ofício sapateiro, que furtou pertences da preta forra Guilhermina. Com este estudo, pretende-se investigar o lugar da escravidão urbana no mundo do trabalho rio-grandino, as relações sociais nas quais os escravizados da urbe estavam imersos e os possíveis significados e motivações desta prática. Para fazê-lo, este trabalho parte de abordagem indiciária, pela qual se busca obter dos autos vestígios sobre o passado escravista. Vale dizer, esta pesquisa se insere na história social da escravidão e, portanto, a resistência cotidiana dos trabalhadores escravizados assume lugar central para a compreensão do cativo.

Palavras-chave: Escravidão; Roubo; Rio Grande.

²¹ Graduado em História (Licenciatura) pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Mestrando no Programa de Pós-graduação em História pela mesma instituição. Bolsista CAPES. Email para contato: dglsreisdorfer@gmail.com

Introdução

Em uma quinta-feira pela manhã, no mês de setembro de 1862, Guilhermina saíra para vender quitutes no Mercado. Quando retornou, sua residência havia sido roubada: dera por falta uma série de joias e uma boa quantidade de dinheiro. O responsável pelo crime, o escravizado sapateiro Domingos, foi visto por aí com os pertences da liberta, o que logo lhe rendeu o lugar de réu em processo-crime. Os testemunhos divergem um pouco quanto às motivações do delito e quanto à destinação do dinheiro subtraído, mas o fato é que o roubo aconteceu e fora premeditado: para entrar na casa, Domingos havia conseguido cópia da chave da residência, de sorte que se planejou para realizar o crime. A partir desse caso, pretende-se explorar a escravidão urbana em Rio Grande na década de 1860. Este trabalho faz parte de pesquisa mais ampla, a qual tem como objeto a escravidão na urbe riograndina entre 1850 e 1888. Em se tratando de um caso de roubo, o presente texto se centrará no lugar do cativo na cidade de Rio Grande, nas relações sociais em que os escravizados estavam envolvidos e na prática de roubo/furto. Por meio dos autos, procura-se compreender as possíveis motivações e significados desse crime, que, como será demonstrado, pode ir além do simples usufruto do bem subtraído.

O estudo – seja este texto ou a pesquisa mais ampla da qual ele faz parte - tem como alicerce a história social da escravidão. Vale mencionar algumas das características desse campo. Os pesquisadores de meados do século XX concentraram boa parte de seus esforços em demonstrar a violência da escravidão e romper com o mito da democracia racial. Sua agenda de pesquisa contemplava sobretudo as estruturas sociais, suas transformações e como elas afetavam os atores sociais. Consequentemente, a *agência* dos sujeitos históricos – trabalhadores escravizados, livres e libertos – tinha pouco espaço ou interesse. A história social da escravidão, a partir dos anos 1980, trouxe para o centro da pesquisa a resistência cotidiana, as negociações, as escolhas, ações e decisões dos trabalhadores cativos. (CHALHOUB; SILVA, 2009; REIS; SILVA, 1989). Operou-se uma ampliação no conceito de resistência, para envolver também as resistências cotidianas ao cativo. (MOREIRA, 2006). A presente pesquisa parte desta última perspectiva, de modo que procura observar a multiplicidade do ato de resistir.

Para desenvolver a pesquisa, parte-se de abordagem qualitativa²², pela qual utiliza-se a documentação criminal para obter indícios e rastros do passado escravista. O “paradigma indiciário”, de Carlo Ginzburg (1989), fornece fundamentação para a metodologia desta pesquisa. Analisando as versões que se apresentam nos autos, suas contradições, repetições, modificações e divergências, é possível apreender diversos aspectos relativos às relações sociais, às relações de trabalho, aos significados sociais e culturais presentes nas vidas dos trabalhadores livres, escravizados e/ou libertos (CHALHOUB, 2012; WISSENBAACH, 1998).

Significados do roubo em uma sociedade escravista: o caso de Domingos

No século XIX, as urbes brasileiras tinham no cativo uma de suas principais fontes de trabalho. Nelas, a exploração da tez negra era empregada nas mais diversas atividades: na venda de produtos diversos, no transporte de pessoas e mercadorias, em serviços variados (construção, alfaiataria, carpintaria, serviços domésticos, etc.) e até mesmo na manufatura. Por suas particularidades, a economia urbana demandava a mobilidade dos trabalhadores por seu espaço. Assim, as relações de trabalho entre escravizados e seus senhores assumiam configurações diferentes das que caracterizavam o labor nas *plantations* ou nas pequenas propriedades agrícolas. No trabalho ao “ganho”, por exemplo, o trabalhador escravizado deveria entregar ao seu senhor uma certa quantia em dinheiro, por dia ou por semana. Não importava para quem o cativo oferecia seus serviços; tinha autonomia para desempenhá-los, desde que entregasse o montante previamente estipulado. (ALGRANTI, 1988; KARASCH, 2000; SOARES, 2007).

Domingos, réu no processo e autor do roubo contra a liberta Guilhermina, era um desses trabalhadores. Cativo de Mariano José do Canto, o crioulo trabalhava há um mês em oficina de sapataria. Pelos autos, não foi possível saber se era trabalhador do ganho

²² Vale mencionar, abordagens quantitativas também são muito empregadas para o estudo da criminalidade escrava. De acordo com Fausto (1984), crime e criminalidade são termos diferentes. Crime diz respeito ao ato em si, em sua singularidade, o qual possibilita compreender diversos aspectos do universo social em que se deu. Criminalidade, por sua vez, refere-se ao fenômeno da ocorrência de crimes, abrindo caminho para estudos quantitativos. No que se refere à escravidão, abordagens quantitativas permitem conhecer padrões na ocorrência dos crimes, conhecer o perfil das partes envolvidas e observar as transformações ao longo do tempo e até as motivações mais comuns para a prática de determinados crimes. Ver: Lara (1988), Machado (2018) e Wissenbach (1998).

ou, ainda, se era alugado. Mas o lugar em que trabalhava não pertencia ao seu senhor, e sim ao sapateiro Claudino José de Almeida Filho. De acordo com o depoimento deste, Domingos começara a trabalhar na oficina há um mês. É possível que fosse um iniciante no ofício, ainda aprendendo o *métier*; talvez, roubar tenha sido uma alternativa para complementar rendimentos muito escassos, haja vista a necessidade de entregar parte deles para seu senhor.

Havia outros arranjos que só eram possíveis no espaço urbano, como o “viver sobre si” – quando o cativo morava por conta, em um quarto ou uma residência que não a de seu senhor. Ao que tudo indica, Domingos morava junto de sua madrinha Perpétua, que, em seu depoimento, viu o afilhado com o montante em dinheiro que ele havia furtado.²³ Além dos vínculos que teciam no âmbito do trabalho, seja com seu senhor, seja com empregadores e contratantes, os escravizados estavam envolvidos em outras relações sociais. O apadrinhamento era uma das mais importantes. Questionado sobre o cordão de ouro e o restante do dinheiro, Domingos mencionou tê-los entregado para sua avó. Ele se referia a Perpétua, sexagenária cujo senhor era Francisco Manoel Barbosa. Ela informou que o sapateiro era seu afilhado de batismo. Além dela, ele mencionou quem eram seus pais, os africanos Christiana e Agostinho. Difícil saber por qual razão Perpétua tornou-se sua madrinha, mas os autos revelam alguns aspectos da convivência dos dois. Em seu relato, ela revela ainda que Domingos lhe pedira dinheiro para pagar um casaco a seu mestre; a africana foi até Claudino, o qual lhe “[...] respondera que estava pago de tudo quanto o crioulo lhe tinha comprado, e que não lhe emprestasse dinheiro porque ele tinha bastante.”²⁴ Talvez, tais tentativas de empréstimo fossem recorrentes, de modo que Perpétua precisava sempre averiguar se seu afilhado não estava mentindo.

Tal cenário, com relações sociais complexas, colocava os poderes dominantes em alerta. Como a circulação dos trabalhadores pela cidade era necessária para a economia cidadina, a vigília senhorial não era suficiente para controlá-los. Escravizados andavam pelas ruas a ofertar seus serviços e a vender seus produtos, de sorte que ficavam longe do olhar de seus senhores nesses momentos. Evidentemente, a elite senhorial procurava

²³ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Rio Grande, Processo Crime, Tribunal do Júri, Auto 168, 1862.

²⁴ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Rio Grande, Processo Crime, Tribunal do Júri, Auto 168, 1862.

impor sua dominação, mas, nas cidades, as autoridades públicas assumiam grande importância nesta tarefa. A Justiça, as Câmaras Municipais e as polícias atuavam no sentido de restringir as ações de escravizados e libertos pelo espaço urbano. Procuravam coibir a criminalidade, impor as normas de comportamento da sociedade branca e católica e, claro, evitar reuniões possivelmente sediciosas, haja vista o temor de revoltas e insurreições. (REIS, 2019; SOARES, 2007). Os Códigos de Posturas Municipais, por exemplo, estabeleciam diversos regramentos sobre a utilização espaço das cidades. Deliberavam sobre regras de comportamento, delimitavam a quem estava proibido perambular pela cidade à noite, estabeleciam normativas sobre práticas econômicas, sobre pecúlio, etc. (SOARES, 2007).

Em Rio Grande, a população escravizada era significativa. Assim como em outras cidades portuárias, os trabalhadores escravizados eram empregados em várias atividades econômicas: no serviço doméstico, no vestuário, no carregamento de mercadorias, no trabalho marítimo, etc. Para compreender melhor o peso da escravidão na cidade, é relevante observar sua evolução ao longo do século XIX.

Tabela 1 - População livre e escrava de Rio Grande, século XIX.

Ano	Livres		Escravos		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº
1814	2245	62,53%	1119	31,17%	3590
1819	2855	61,73%	1770	38,27	4625
1842	3866	58,24%	2772	41,76%	6638
1858	15541	78,02%	4369	21,98%	19910
1872	16605	79,5%	4282	20,5%	20887

Fonte: SCHERER (2008).

Em termos percentuais, o ápice da escravidão foi na década de 1840, quando atingiu 41,76% da população total. Todavia, é notável o fato de que o número absoluto de escravizados aumenta nas décadas subsequentes, mesmo com o fim do tráfico atlântico de escravizados, embora seu percentual caia para cerca de 20%. Ora, certamente, Rio Grande empregava muitos cativos na lida marítima, atividade essencial para a economia da cidade. Provavelmente, outros serviços relacionados também ocupavam a mão-de-obra escravizada, de sorte que o cativo era parte essencial do mundo do trabalho riograndino.

Ora, a escravidão urbana estava imersa em diversas tensões. A criminalidade escrava, uma das preocupações das autoridades, recrudescer durante o século XIX. Em partes, porque os conflitos entre senhores e escravizados se intensificaram na segunda metade do oitocentos. Com o cessar do tráfico atlântico de escravizados, o comércio interprovincial tornou-se a principal fonte de mão-de-obra para os setores mais dinâmicos da economia. Em termos regionais, tal comércio se deu no sentido nordeste-sudeste e/ou sul-sudeste. Mas também houve a transferência de escravizados do espaço urbano para as zonas rurais. (CONRAD, 1975; GRAHAM, 2002). Assim, separados de suas famílias, comunidades, lugares de origem ou dos modos de vida ao qual estavam habituados, muitos escravizados rumaram para as fazendas de café, de modo que as tensões do cativo se aprofundaram. (CHALHOUB, 1990). Por outro lado, com o avançar do século e com a tendência cada vez maior de o Estado interferir nas relações entre senhores e escravizados,²⁵ a própria Justiça ganhou importância enquanto instrumento de mediação de conflitos.²⁶

A prática de furtos e roubos por parte de escravizados é bastante conhecida. A bibliografia que se debruçou sobre o tema identificou duas principais motivações relacionadas ao crime. Por um lado, a utilização do produto do roubo para a satisfação de necessidades materiais do escravizado: seu sustento (alimentação, vestuário, etc.), a busca por uma fonte alternativa de renda, o uso do bem/dinheiro para fins de lazer, a venda do bem subtraído. Por outro, a dimensão simbólica do ato: a apropriação de um produto que o cativo considera fruto de seu labor, a apropriação de signos da dominação branca (dinheiro, arma, relógios, determinadas peças de roupa, etc.). (ALGRANTI, 1988; LARA, 1988; MACHADO, 2018; WISSENBAACH, 1998). Nem sempre as motivações

²⁵ Ao longo do século XIX, promulgaram-se diversas leis cuja finalidade era encaminhar a “questão servil”, a começar pelas tentativas de findar o tráfico atlântico de escravizados representadas pelas leis Feijó e Eusébio de Queiroz - em 1831 e 1850, respectivamente. Outras leis fundamentais foram a Lei do Ventre Livre (1871), a Lei dos Sexagenários (1885). A Lei do Ventre Livre constitui um marco importante. Ela estabelecia que, a partir da data de promulgação da lei, os filhos de mães escravizadas estariam livres – sob a alcunha de “ingênuos”. De acordo este corpo legal, estes jovens ficariam sob a responsabilidade do senhor da mãe, ao menos até os oito anos de idade, quando o senhor poderia optar por receber do Estado a indenização de 600 mil-réis ou valer-se do trabalho do menor até seus 21 anos de idade. Além disso, tal normativa incorporava uma série de demandas dos trabalhadores escravizados que, no dia-a-dia da escravidão, constituíam já “direitos costumeiros” conquistados pelos cativos nas negociações e conflitos com seus senhores. Para mais informações, ver: Chalhoub (1990), Mamigonian (2017) e Mendonça (1999).

²⁶ Um exemplo disso são as várias ações cíveis de liberdade, tema estudado por diversos autores e autoras. Ver: Chalhoub (1990).

do crime são muito evidentes, expressas ou confessas. Além disso, a prática não é, necessariamente, resultado da ação de um indivíduo isolado – tavernas, vendas e outros estabelecimentos não raro compravam produtos roubados, constituindo receptores de um comércio de bens furtados.

Alguns dados preliminares sobre a prática de crimes contra a propriedade em Rio Grande, entre 1850 e 1888, podem fornecer um panorama geral.²⁷ Neste período, os processos-crime que envolvem escravizados e/ou libertos como vítimas ou réus totalizam 134. Destes, 27 são crimes contra a propriedade (entre roubo, furto e estelionato), o que representa 20,14% do total. Trata-se de uma amostragem pequena, mas é útil observar sua distribuição por década:

Tabela 2 – Crimes contra a propriedade na Comarca de Rio Grande, 1850 a 1888.

Década	1850	1860	1870	1880	Total
Crimes contra a propriedade	5	12	8	2	27
Furto	1	1	3	0	5
Roubo	4	10	4	2	20
Estelionato	0	1	1	0	2

Fonte: *Documentos da Escravidão no RS - O escravo como vítima ou réu* (2010).

²⁷ Para realizar esta breve análise quantitativa, foi utilizado o catálogo do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), intitulado *Documentos da Escravidão no RS- O escravo como vítima ou réu* (2010). Ele possibilita uma análise quantitativa preliminar, uma vez que fornece informações como o perfil do réu, da vítima, uma breve descrição do ocorrido e o resultado do processo. Como a pesquisa ainda está em andamento, a documentação não foi ainda inteiramente coletada. Desta forma, dados mais específicos como os objetos furtados/roubados, o local de ocorrência do crime e informações mais detalhadas sobre o ato não serão analisados aqui.

Há um aspecto relevante para se mencionar. Apesar de existirem casos das três modalidades de crimes (roubo, furto e estelionato), a imensa maioria consiste no primeiro tipo. A diferença entre roubo e furto é sutil. O furto consistia na apropriação de um bem, enquanto o roubo envolvia ainda o uso da violência contra a pessoa ou contra as coisas – por exemplo, um arrombamento. (WISSENBACH, 1998). Provavelmente, a amostragem contém um viés: casos de furto, mais leves e com menos dano, poderiam ser resolvidos fora do âmbito da Justiça, entre o senhor do escravizado e a vítima do crime. Isso também pode explicar outra amostragem, a do perfil de réus e vítimas destes processos.

Década	1850		1860		1870		1880		Total	
Lugar no processo	Réus	Vítimas	Réus	Vítimas	Réus	Vítimas	Réus	Vítimas	Réus	Vítimas
Escravos	5	0	15	0	8	0	2	0	30	0
Livres	2	5	10	9	7	7	1	2	20	23
Libertos	0	0	1	2	2	1	0	0	3	3

Tabela 3 – Perfil de réus e vítimas em processos-crime que envolvem escravizados (Rio Grande, 1850-1888).

Fonte: *Documentos da Escravidão no RS - O escravo como vítima ou réu* (2010).

O perfil das partes nos autos suscita algumas problemáticas. Primeiro, observa-se que não há nenhum escravizado como vítima nos processos. É possível que a explicação esteja em dois aspectos. Primeiro, sendo cativos, com muita dificuldade poderiam possuir bens valiosos o bastante para atraírem a atenção de outros sujeitos que queiram se apropriar deles. Por outro lado, é provável que, em se tratando de furtos e/ou roubos que envolvam somente escravizados, a contenda era resolvida entre os senhores, de sorte que o conflito sequer chegava até a Justiça criminal. O pequeno número de libertos, por sua vez, reflete o percentual diminuto que representavam em Rio Grande. Finalmente, o

número elevado de livres como réus dos processos resulta do fato de que, em muitos deles, efetuaram o crime em parceria com trabalhadores escravizados.

É relevante explorar as razões do roubo, a fim de compreender melhor os possíveis significados por trás da prática. Por que, naquele dia, Domingos decidira roubar a casa de uma liberta? Um meio de compreender suas motivações é olhar para os bens efetivamente subtraídos. Pela manhã, Domingos entrara na casa de Guilhermina, dirigira-se ao seu quarto e “tirara o dinheiro e as joias”.²⁸ O relato da liberta é mais específico, e com ele pode-se saber com exatidão qual o valor dos bens subtraídos:

Examinando então o que lhe faltava, achou que lhe tinham roubado três anelões de ouro, um alfinete de ouro, dois botões de camisa de ouro, um par de brincos, um cordão de ouro fino, duzentos e cinquenta mil-réis em dinheiro, sendo em ouro, prata nacional, cobre e papel.²⁹

Africana da Costa da Mina, quitandeira, Guilhermina guardava uma importância considerável, tanto em dinheiro quanto em joias. Difícil saber o que ela pretendia fazer com esse valor. Possivelmente, juntava-o para alforriar algum familiar, como seu sobrinho Simplício, que depôs no processo, ou o companheiro que ela mencionou no seu próprio relato, sobre quem não temos mais nenhuma informação. Como dito anteriormente, uma das motivações para a prática de roubos e furtos era a apropriação de signos da sociedade branca, como pequenas quantidades de dinheiro ou objetos como relógios e armas. (MACHADO, 2018). Considerando a quantidade de dinheiro e o fato de que a vítima era uma liberta, não parece que essa foi a única motivação. De toda forma, é bem provável que Domingos soubesse das economias de Guilhermina, já que planejou o crime com antecedência. Evidência disso é o fato de que obtivera a chave da casa alguns dias antes do crime. Em seu relato, o escravizado se contradisse em vários momentos: ora afirmou ter pegado a chave de uma outra casa, ora disse que a obteve em uma ferraria. Por fim, confessou que outro cativo, um africano também chamado Domingos, havia feito a cópia da chave original para ele.

Que uso ele fez do dinheiro que havia roubado? Seu próprio depoimento informa para que o utilizou:

²⁸ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Rio Grande, Processo Crime, Tribunal do Júri, Auto 168, 1862.

²⁹ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Rio Grande, Processo Crime, Tribunal do Júri, Auto 168, 1862.

Respondeu que jogou com os crioulos Simplício, Roberto e Zeferino [...] e o resto comprou antes de jogar alguma roupa. [...] Respondeu que comprou no sábado uma calça no Sr. Kramer por oito mil-réis [...] a seu mestre Claudino um par de botinas por nove mil-réis e um colete por oito, e uma sobrecasaca por nove mil-réis [...]. Comprou mais um chapéu na loja do Sr. Palhares por seis mil-réis, seis pares de meias por cinco patacões, e uma gravata por três mil-réis [...] e uma camisa por três mil-réis.³⁰

Mais adiante, questionado pelo interrogador, Domingos desmentiu o fato de que gastara dinheiro em jogo: que “não jogou, que isso disse para comprometer seus companheiros”.³¹ Tal afirmação suscita algumas perguntas. Se o escravizado jogou, por que decidiu se contradizer no depoimento? Poderia ele achar que admitir a jogatina seria reprovável o bastante para deixá-lo em uma situação ainda pior diante da Justiça? Por outro lado, se ele não jogou, por qual motivo desejaria comprometer seus companheiros?

Difícil saber, mas outro relato pode auxiliar a compreender o que Domingos queria ao se desmentir em seu depoimento. De acordo com Roberto Gonçalves da Silva, também sapateiro, o escravizado empregou o dinheiro para algo mais do que comprar roupas:

[...] andara com dinheiro nacional, gastando em comprar roupas e outros objetos, andar a cavalo e em bailes, e dizendo ele testemunha para ele, como andava assim a gastar dinheiro à toa, ao que ele respondeu, que não era nada, e que ainda o Banco Mauá não tinha gemido.³²

Domingos, portanto, gastou o produto do roubo em diversos lazeres: comprou roupas, andou a cavalo, foi a bailes e, possivelmente, jogou. A destinação do dinheiro, por si só, demonstra que o cativo não pretendia com o crime algo mais do que aproveitar a cidade. É provável que ele encarasse tais objetos e atividades como signos de prestígio; do contrário, não se preocuparia em dispendir tamanha importância com andar a cavalo e ir a bailes.

Todavia, nem sempre o roubo era ato individual, praticado com a finalidade de usufruir de alguns momentos de lazer. É útil mencionar outro processo-crime de roubo,

³⁰ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Rio Grande, Processo Crime, Tribunal do Júri, Auto 168, 1862.

³¹ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Rio Grande, Processo Crime, Tribunal do Júri, Auto 168, 1862.

³² Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Rio Grande, Processo Crime, Tribunal do Júri, Auto 168, 1862.

realizado em condições um tanto diferentes. Em 1865, o marinheiro escravizado Afonso, tripulante do vapor “União”, foi acusado de furtar algumas peças de brim de linho da embarcação. Quando o navio aportou em Rio Grande e estava realizando o desembarque das mercadorias, o comandante, Boaventura da Costa Torres Júnior, percebeu que algumas peças de brim estavam faltando. Uma parte foi encontrada junto aos pertences de Afonso, a outra, entre os do marujo português Antônio Marques. Além deles, outro marinheiro também foi indiciado, o cozinheiro Nicásio. Nos depoimentos, Afonso não relata as motivações que tinha para subtrair as peças, contudo, uma circunstância chama a atenção. De acordo com o relato de Maria, escravizada lavadeira, o marujo cativo, acompanhado de Nicásio, foi até sua casa para lhe pagar uma lavagem de roupas. Lá, Afonso ofereceu a seu colega a peça de brim de linho pelo valor de 20 mil-réis, que não a adquiriu por não ter o dinheiro em mãos.³³

A tentativa de comercializar o produto pode ser indício de algo mais do que um delito de ocasião. É possível que a prática fosse habitual, constituindo uma fonte de renda extra para o marinheiro. Nesse caso, ele poderia utilizá-la para acumular um pecúlio e/ou para seu sustento. Talvez, o trabalhador encarava aquela mercadoria como fruto de seu trabalho, apropriando-se de uma parcela do que contribuiu para transportar. Outro elemento interessante é a recepção do produto. No caso em questão, Afonso o ofereceu para seu companheiro de trabalho, mas a compra de produtos furtados por parte de estabelecimentos era comum – como em tavernas e vendas. Mesmo em outros lugares do Atlântico, como na América do Norte, o comércio de mercadorias furtadas se fazia presente. Linebaugh e Rediker (2008), por exemplo, documentaram o fato para a zona portuária de Nova Iorque, em meados do século XVIII, ao analisarem uma tentativa de revolta ocorrida na cidade.

As intenções de Domingos eram muito diferentes. Como já foi dito, ele empregou os bens e o dinheiro subtraídos para fruir de alguns lazeres da cidade, andar a cavalo, jogar e comprar roupas. Um dos depoimentos, no entanto, traz outro indício sobre os motivos do roubo. No depoimento de sua madrinha Perpétua, a relação entre o escravizado e a liberta Guilhermina fica mais evidente. Perguntada sobre onde seu

³³ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Rio Grande, Processo Crime, Tribunal do Júri, Auto 209, 1865.

afilhado conseguira as joias que deixara com ela, disse que “não sabe que ele lhe entregou dizendo que tinha tirado de uma preta sua pessoa com quem brigara.”.³⁴ Não há mais informações sobre o conflito, quais os motivos da briga, qual a relação entre Domingos e Guilhermina. Mas esse breve trecho ilumina a razão pela qual o escravizado cometeu o roubo: desentendeu-se com a liberta e, como retaliação, apropriou-se de suas joias e suas economias; gastou-as em roupas, bailes e jogatinas; e o fez sem qualquer receio, já que seus colegas de trabalho estavam cientes da ganância. Caso Guilhermina estivesse juntando uma economia e Domingos soubesse disso, roubá-la e gastá-la parece ser uma forma de vingança bastante eficaz, destruindo o fruto do trabalho da liberta. Ora, tal indício permite complexificar os significados da prática por parte de escravizados. Se roubar ou furtar produtos pertencentes a membros da classe senhorial poderia representar a busca por alternativas de renda ou a apropriação de símbolos da dominação branca, o crime, quando praticado contra outros integrantes das classes subalternas, poderia assumir outro sentido: o de revide, inserindo-se em disputas de outro tipo, por espaço, por afetividades recusadas, por divergências passionais e, talvez, por contendas no âmbito do trabalho.

Conclusão

Este texto buscou explorar a prática do roubo por parte de trabalhadores escravizados. Como dito anteriormente, o trabalho insere-se em pesquisa maior, voltada a analisar a escravidão urbana em Rio Grande entre os anos de 1850 e 1888. Aqui, procurou-se demonstrar o lugar do cativo na cidade de Rio Grande, as relações sociais nas quais os escravizados poderiam estar inseridos e, claro, explorar os possíveis significados do roubo/furto. Foi possível demonstrar a presença da escravidão no mundo do trabalho urbano riograndino, no qual ela se inseria por meio das configurações mais recorrentes nesse meio: o trabalho ao ganho e/ou o aluguel. Através da documentação criminal, pode-se observar diversos aspectos do modo de vida daqueles trabalhadores: sua inserção no mundo do trabalho, seus arranjos de moradia, suas relações de parentesco. No caso em questão, o cativo Domingos exercia o ofício de sapateiro em um

³⁴ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERs). Rio Grande, Processo Crime, Tribunal do Júri, Auto 168, 1862.

estabelecimento que não pertencia a seu senhor. Provavelmente, morava com sua madrinha Perpétua, que poderia ser para ele fonte de segurança contra as incertezas do cativo.

O roubo praticado por ele poderia ter múltiplos significados. Por um lado, ao empregar o produto do crime em lazeres da cidade, assumia o sentido de uma complementação da renda – insuficiente – do seu labor. O uso que deu ao dinheiro leva a considerar ainda outra dimensão dessa prática. Ao utilizá-lo para comprar roupas, ir a bailes, jogar e andar a cavalo, tudo leva a crer que Domingos considerava tais atividades como signos de prestígio. Ainda, ao adquirir roupas e até uma botina do estabelecimento em que trabalhava, talvez fosse uma forma de se “apropriar” do fruto de seu trabalho – nesta perspectiva, portanto, o roubo adquire um significado simbólico, para muito além da garantia de seu sustento. Finalmente, o detalhe mencionado por Perpétua também é revelador. Ao roubar a liberta Guilhermina, com quem havia se desentendido, é possível que desejasse revidar uma ofensa que por ela lhe foi dirigida. Assim, o roubo pode ter sido uma forma de retaliação. Tais considerações procuraram contribuir para complexificar o entendimento desta prática no século XIX. Para o avançar da discussão, mais pesquisas deverão ser realizadas, com a finalidade de compreender os variados sentidos que o roubo e o furto assumiam na sociedade escravista.

Fontes

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Rio Grande, Processo Crime, Tribunal do Júri, Auto 168, 1862.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Rio Grande, Processo Crime, Tribunal do Júri, Auto 209, 1865.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). **Documentos da escravidão:** processos-crime. O escravo como vítima ou réu. Porto Alegre: CORAG, 2010. Disponível em: www.apers.rs.gov.br/

Referências bibliográficas

ALGRANTI, Leila Mezan. **O feitor ausente:** estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro. Petrópolis: Vozes, 1988.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim:** o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade:** uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos AEL.** Campinas: Arquivo Edgard Leuenroth, v. 14, n. 26, p. 14-45, 2009.

CONRAD, Robert Edgar. **Os últimos anos da escravidão no Brasil:** 1850-1888. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano:** a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais:** morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GRAHAM, Richard. Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. **Afro-Ásia**, n. 27, p. 121-160, 2002.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850).** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência:** escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1988.

LINEBAUGH, Peter. REDIKER, Marcus. **A hidra de muitas cabeças:** marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Crime e escravidão:** trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888). 2. ed. São Paulo: Edusp, 2018.

MAMIGONIAN, Beatriz. **Africanos livres:** a abolição do tráfico de escravos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Entre a mão e os anéis:** a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Justicando o cativo: a cultura de resistência escrava. In: PICCOLO, Helga; PADOIN, Maria Medianeira (dir.). **História Geral do Rio Grande do Sul:** Império. Vol. 2. Porto Alegre: Méritos, 2006. p. 215-230.

REIS, João José. **Ganhadores:** a greve negra de 1857 na Bahia. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito:** a resistência negra no Brasil escravista. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1989.

SCHERER, Jovani de Souza. **Experiências de busca de liberdade:** alforria e comunidade africana em Rio Grande, séc. XIX. Dissertação (Mestrado em História) - Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

SOARES, Luiz Carlos. **O "Povo de Cam" na capital do Brasil:** a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. **Sonhos africanos, vivências ladinhas:** escravos e forros em São Paulo (1850-1880). São Paulo: Hucitec, 1998.

UM ESTUDO SOBRE A TRAJETÓRIA DE VÍTIMAS DE FEMINÍCIDIOS, CONSUMADOS E TENTADOS, NA CIDADE DE PELOTAS/RS (2014-2022)

ELISIANE MEDEIROS CHAVES³⁵

RESUMO: O trabalho se relaciona a uma pesquisa que está sendo realizada no Doutorado em História, junto à Universidade Federal de Pelotas, com o objetivo de investigar feminicídios, consumados e tentados, na cidade de Pelotas, e analisar o impacto da Lei do Feminicídio, de 15 de março de 2015, com base na metodologia da análise documental de processos judiciais que tramitam na 1ª Vara Criminal de Pelotas. A importância do estudo se justifica no sentido de que é necessário compreender a razão pela qual, apesar de diversas transformações sociais, na atualidade, mulheres continuam sendo mortas, por serem mulheres. A hipótese da pesquisa se baseia no fato de que, ao longo do tempo, foi construída uma cultura que admitia violências masculinas que se estruturou fortemente nas sociedades e ainda há resquícios desse comportamento sendo aprendido por muitos homens. A problemática da pesquisa consiste nas seguintes questões: É possível observar, nos processos judiciais pesquisados, a presença de elementos socioculturais, tais como a desigualdade entre os gêneros e a dominação masculina entre os fatores que podem ter motivado os crimes cometidos? De que forma se dá a atuação do Estado nas ações judiciais, em relação a essas construções sociais? Para LERNER (2019), nos tempos primitivos, homens construíram interpretações que consideravam as mulheres inferiores e passaram a dominá-las. Na atualidade, muitos ainda pensam que dominá-las é uma atribuição cultural e social que faz parte de ser homem, de acordo com RUBIN (2018). O trabalho pretende apresentar uma breve trajetória de vítimas de feminicídios, consumados ou não, ocorridos entre 2014 e 2022.

Palavras-chave: Violência contra mulher; Feminicídios; Estado.

³⁵Graduada em Direito e em História pela Universidade Federal de Pelotas, Mestra em História pela Universidade Federal de Pelotas. Doutoranda em História pela Universidade Federal de Pelotas. E-mail: elisianemchaves@hotmail.com.

O artigo trata sobre o tema da violência contra as mulheres e a ocorrência dos crimes mais letais que são cometidos contra elas, os feminicídios. O assunto é discutido por meio de uma pesquisa que está sendo realizada no Doutorado em História, junto à Universidade Federal de Pelotas, a qual reflete a respeito desses tipos de crimes, nas formas consumadas e tentadas, que foram praticados pelos companheiros ou ex-companheiros das vítimas.

Este estudo tem como objetivo investigar os crimes violentos cometidos contra as vidas das mulheres pelotenses e analisar o impacto da lei do feminicídio nas situações de violência contra as mulheres, observando a maneira como o Estado se posiciona na solução destes crimes. As fontes da pesquisa consistem em processos judiciais que tramitam na 1ª Vara criminal de Pelotas, órgão responsável pelo julgamento dos crimes dolosos cometidos contra a vida.

O recorte temporal é compreendido entre os anos de 2014 e 2022, se iniciando um ano antes da criação da lei do feminicídio e se estende aos dias atuais, sendo, portanto, a pesquisa relacionada à História do Tempo Presente, tendo em vista a análise de processos judiciais que estão tramitando na Justiça. A História do Tempo Presente é uma área de construção de conhecimento histórico que se baseia no estudo de fatos recentes ou que ainda estão se atualizando, como é o caso dos processos analisados.

Para FICO (2012), sujeito e objeto de pesquisa compartilham a mesma temporalidade, ou seja, estão inseridos em um tempo e cotidiano próximos. Já segundo MOTTA (2012), a História do Tempo Presente é o lugar autorizado para que seja construída uma narrativa científica acerca do que é vivido e do que se consagra como memória, e, em vista da sua cientificidade, erudição e criticidade, ela se firmou como um campo de conhecimento dos mais vigorosos.

Em vista da coleta de dados nos processos judiciais, a metodologia utilizada no estudo é a análise documental, a qual pressupõe uma ampla e complexa análise de informações em documentos que servem para nortear um estudo categorizado, o qual permite a produção de novos conhecimentos a respeito de um determinado tema.

Para SILVA e DAMACENO (2009, p. 4557):

[...] a pesquisa documental permite a investigação de determinada problemática não em sua interação imediata, mas de forma indireta, por meio do estudo dos documentos que são produzidos pelo homem e por

isso revelam o seu modo de ser, viver e compreender um fato social. Estudar documentos implica fazê-lo a partir do ponto de vista de quem os produziu, isso requer cuidado e perícia por parte do pesquisador para não comprometer a validade do seu estudo.

Ao longo do tempo, muitos homens aprenderam que podiam dominar as mulheres, cabendo a elas obedecê-los sob pena de sofrerem violências masculinas. Essa forma de encarar as relações de gênero faz parte de uma construção social que foi naturalizada por diversas sociedades e, embora já não tenha mais a mesma força, ela persiste nos dias de hoje, razão pela qual muitos homens ainda matam mulheres, pois continuam valorando-as como seus objetos de dominação, não admitindo perder o controle que, historicamente, aprenderam que podem ter sobre elas.

Para LERNER (2019), os homens não saíam para caçar todos os dias, mas as mulheres exerciam as tarefas de coleta e de cuidados com os filhos todos os dias. Durante o tempo em que ficavam livres, eles construíram interpretações da realidade no sentido de que as mulheres eram inferiores e passaram a dominá-las, inclusive, por meio da violência. Em vista disso, muitas foram mortas.

Já conforme BOURDIEU (2005, p.18): “A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la”. A determinação cultural de papéis a serem exercidos por ambas as categorias sociais, demonstra o estabelecimento de identidades de gênero que determinam estereótipos norteadores da vida em sociedade.

Em relação à construção dos papéis de cada categoria social, para PERROT (1988), houve a constituição do espaço público para os homens e do privado para as mulheres, discurso esse que foi bastante forte nos séculos XIX e XX, cabendo aos homens a economia política e o poder do Estado e às mulheres a economia doméstica e o poder privado, familiar e materno. Ainda assim, os homens também interferiam no espaço privado, pois as mulheres não eram totalmente livres para tomar as decisões da casa. Essa forma de vida opressiva que foi estabelecida para o feminino, foi reproduzida entre gerações e gerações.

Na maioria das sociedades, homens aprenderam comportamentos sobre serem superiores às mulheres e que elas deviam ser submissas às vontades deles. A identificação

masculina com essas normas, entre outras, faz parte da construção das masculinidades. A esse respeito, de acordo com BAUBERÓT (2013, p. 189):

[...] deveríamos considerar que o processo de maturação que naturalmente leva o menino ao estado de homem adulto desempenha um papel ínfimo diante do lento e profundo trabalho de inculcação pelo qual a sociedade o conduz a se conformar às características físicas e morais específicas do estado viril.

Para SAFFIOTI (2004), no exercício do patriarcado, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais e recebem a autorização ou, no mínimo, a tolerância da sociedade para punir o que consideram como desvio. E, muito embora a vida das mulheres na atualidade tenha sofrido transformações, a violência contra ainda persiste.

De acordo com BOURDIEU (1989), existe um poder simbólico atuante nas estruturas sociais que constrói a realidade e tende a estabelecer uma ordem estruturada, na qual está em jogo o monopólio da violência simbólica, ainda que ela seja ignorada como tal. Nesse sentido, na maioria das sociedades, muitos homens e mulheres assimilaram, ao longo dos períodos históricos, a ideia de que eles são superiores, razão pela qual por muito tempo houve a conivência da sociedade com os crimes contra o feminino.

Conforme LAGARDE (2005) muitas mulheres se identificaram com o que foi estabelecido para elas. Para a autora, o termo cativo é uma categoria de análise antropológica na qual, num mundo patriarcal, as mulheres são privadas de sua liberdade, autonomia e poder de decisão. Elas aprendem que são incapazes de se governar sozinhas e que precisam da força masculina para sobreviver. Assim, o ideal feminino é o de que devem doar-se para os homens em troca da proteção que pensam que necessitam.

Muitas mulheres ainda alimentam essa cultura porque acreditam nesse estereótipo, sem refletir que ele foi construído para que suas vidas pudessem ser controladas pelos homens. Para LAGARDE (2005), é necessário desconstruir essa identidade feminina subalterna.

Foram os movimentos feministas que tentaram modificar os cotidianos de violências masculinas que atingiram muitas mulheres. A partir dos anos 1970, a segunda onda do movimento feminista, em diferentes partes do mundo, impulsionou a criação de

políticas públicas para combater as desigualdades entre mulheres e homens. Grupos feministas exigiram e até tiveram participação na elaboração de reformas legais e na gestão das novas políticas direcionadas às mulheres.

Porém, no Brasil, as mudanças foram ocorrendo lentamente, pois, somente no ano de 2006 foi promulgada a Lei 11.340³⁶ (lei Maria da Penha), a qual passou a tipificar como crimes as agressões contra as mulheres. E os seus assassinatos só foram tratados com mais rigor a partir da Lei 13.104³⁷, de março de 2015 (lei do Feminicídio), quando passaram a fazer parte do rol dos crimes hediondos os homicídios contra mulheres, praticados em razão do seu gênero, nos casos de violência doméstica e de menosprezo ou discriminação à condição feminina, aumentando a pena em 1/3, prescrevendo a mínima de 12 anos e máxima de 30, dependendo dos agravantes.

O feminicídio é o ato mais extremo da violência estrutural contra a mulher. O conceito surgiu do movimento feminista nos anos 70, como uma forma de denominar as mortes levando em consideração a condição social de ser mulher, em oposição à neutralidade do termo homicídio, que não observava os assassinatos observando as diferenças entre sexo e gênero.

Segundo LAGARDE (2008, p. 216), o feminicídio representa a desigualdade estrutural existente entre homens e mulheres e se configura como sendo: “o genocídio contra as mulheres e acontece quando as condições históricas geram práticas sociais que permitem atentados violentos contra a integridade, a saúde, a liberdade e a vida de meninas e mulheres”.

A Lei nº 13.104/2015 passou a nomear as mortes de mulheres sendo esse um ato político que faz aparecer e existir esse crime que ficava escondido na generalidade do termo “homicídio”. Nomear corretamente é uma forma de escancarar para a sociedade a matança de mulheres como uma violência de gênero.

³⁶ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em outubro de 2021.

³⁷ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/113104.htm>. Acesso em outubro de 2021.

No feminicídio é imprescindível que a conduta do agente esteja motivada pelo menosprezo ou discriminação à condição da vítima ser mulher, segundo LOUREIRO (2017).

De acordo com a pesquisa que está sendo realizada, é possível apontar que foram encontrados 33 processos. Destes, 2 foram desclassificados, ou seja, pela natureza do crime houve o entendimento de que não se tratavam de tentativas de feminicídios e sim de lesões corporais, passando a competência para os seus julgamentos a ser do Juizado da Violência Doméstica. Outros 4 processos tratavam de crimes como, um filho que matou a mãe, um genro que matou a sogra, dois irmãos (filho e filha) que mataram a mãe e um irmão que tentou matar a irmã com golpes de faca na cabeça, por tais razões, esses 6 processos não fazem parte do estudo, ou porque não são julgados pela 1ª Vara Criminal ou porque não havia uma relação íntima entre os autores dos crimes e as vítimas (feminicídio íntimo). Por ser assim, o estudo se debruça sobre 27 processos, sendo 11 feminicídios consumados e 16 tentados.

A maioria dos crimes estudados ocorreu pelo fato dos réus não aceitarem o fim dos relacionamentos ou por ciúme das vítimas, o que resulta em um perfil de homens nos quais é recorrente o machismo ainda tão presente na nossa sociedade.

Os instrumentos mais utilizados nos crimes foram facas e armas de fogo. Também foram empregadas esganaduras, queimaduras, além das agressões físicas como socos, chutes e uso de martelos e barras de ferro. Diante de crimes tão brutais, nas análises realizadas até o momento, se pode apontar que um réu tentou suicídio após pretender matar a vítima asfixiando-a com gás e golpeando-a com um martelo, mas, os dois, que são idosos, sobreviveram.

Outro homem afirmou que se arrependeu após, por ciúme, ter tentado matar a companheira a facadas e a levou para o hospital. Mas, depois fugiu e foi assistir um culto e pedir orientação a um pastor, que o guiou a se apresentar à polícia. Entre os demais não foi verificado, claramente, se existiu arrependimento ou temor pelas consequências de seus atos, como se fosse corriqueiro matar mulheres, numa espécie de representação social de que isso é algo natural porque sempre aconteceu. Para BOURDIEU (2005) existem relações de forças assimétricas entre os gêneros que caracterizam uma visão falocêntrica do mundo que procura justificar atos de dominação masculina.

Foram encontrados processos cujas mortes de mulheres aconteceram depois da nova lei, mas que tramitavam como homicídio simples ou qualificado, tendo sido encontrados 4 processos nessa situação. Por ser desta forma, no tempo presente, se percebe que ainda recaem sobre as mulheres o descaso e a omissão que, historicamente, sempre acometeram o gênero feminino, inclusive nos órgãos que deveriam aplicar devidamente a justiça para todos os cidadãos.

Uma consequência prejudicial às mulheres, decorrente dessas classificações erradas, é que os reais números de feminicídios não aparecem, ficam aquém da realidade e isso impacta diretamente na instituição de políticas públicas, pois, se, aparentemente, ocorrem menos crimes, a preocupação em tomar medidas para evitá-los também pode diminuir.

Para FOUCAULT (2002), as práticas jurídicas são importantes objetos de estudo, pois produzem verdades, saberes e subjetividades, uma vez que, sem cessar no decorrer da história, julgam as ações dos indivíduos em função dos seus erros e da necessidade de reparação ou de punição pelas suas ações. Com isso, a observação das práticas utilizadas nos julgamentos dos autores das mortes de mulheres é um instrumento capaz de revelar quais são as verdades e as subjetividades do Estado que estão em jogo no que diz respeito às relações de gênero, as quais, por sua vez, contribuem para a produção dos saberes que circulam no meio social.

Conforme BOURDIEU (2008), as ações do Estado moderno estruturam as populações, constroem as relações sociais, então, com essa perspectiva, pela sua forma de atuar, ele também produz o que a sociedade pratica e pensa sobre gênero.

Para SOUZA et al (2009), historicamente, no Brasil, a ação estatal, até por meio da legislação, deixa implícito o uso da violência, devido à discrepância do conteúdo das normas, das políticas públicas e é isto que se vê concretamente na dinâmica da vida social, quando muitas mulheres ainda são vítimas da violência masculina. Tal situação demonstra que esse fenômeno não é combatido de forma efetiva e eficaz. Como o Estado, por sua vez, sempre foi discriminatório em relação às mulheres, pode resultar dessa circunstância o seu pouco interesse em auxiliar as mulheres a terem uma vida livre de violências.

Se pode afirmar, então, que ainda permanecem na sociedade condutas sociais e culturais que beneficiam os homens, como historicamente sempre aconteceu. Conforme

LANG (2001, p. 465): “O paradigma naturalista da dominação masculina divide homens e mulheres em grupos hierárquicos, dá privilégios aos homens à custa das mulheres”.

Por tais razões, entre outras, é que os crimes violentos cometidos contra as mulheres não param de acontecer, demonstrando que as hierarquias de gênero prevalecem na esfera social, e o crime de feminicídio pode ser apontado como um instrumento de subjugação das mulheres aos homens que atravessou todos os períodos históricos e que permanece acontecendo na atualidade porque o interesse em evitar as suas mortes é menor do que a vontade de que elas continuem sendo subjugadas.

Considerações finais

Ao longo dos períodos históricos, os próprios homens atribuíram para si os encargos de fora de casa, enquanto obrigavam as mulheres a ficarem praticamente reclusas. A elas restou viverem enclausuradas, diferentemente do modo de vida livre deles. Assim foi sendo construída a cultura da dominação masculina, a qual, inclusive, autorizava o uso da violência contra as mulheres, de tal maneira que ela era compreendida como algo aceitável, a fim de que elas se comportassem como eles queriam.

A pesquisa em curso tem apontado que não são empreendidas medidas suficientes para erradicar a violência masculina, e, essa situação não acontece por acaso, pois é confortável para muitos homens que as mulheres continuem sendo submissas, tendo em vista que, na maior parte do tempo, eles tiveram o poder em suas mãos, e a vida delas também.

No que diz respeito ao Estado brasileiro, é possível dizer que este ainda possui fortes características da cultura da dominação masculina em suas estruturas, o que explica a existência de ações penais relativas às mortes de mulheres não serem devidamente enquadradas como feminicídios, pois o aparelho estatal não age de forma bem estruturada e eficaz para evitar que isso aconteça. Informações equivocadas a respeito do real número desses crimes impactam negativamente na instituição de políticas públicas para as mulheres

Essa circunstância acaba fazendo com que muitas mulheres ainda se mantenham em situações de submissão e violência, o que é inaceitável, mas, real. Diante disso, é urgente uma mudança social e política, já que o Estado tem o dever de agir com diligência

e firmeza norteando suas práticas no sentido de que todas as mulheres possam viver livres de violência e a sociedade precisa parar de banalizar essas mortes, pois não se pode mais continuar convivendo com esses tipos de crimes.

Referências bibliográficas

BAUBERÓT, Arnaud. Não se nasce viril, torna-se viril. In CORBIN, Alain. *História da virilidade*. 3. A virilidade em crise? Séculos XX - XXI. Petrópolis: Vozes, 2013.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papirus, 2008.

_____, Pierre. *A dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 28, n 47, p.43-59, 2012.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. São Paulo: Nau, 2002.

LAGARDE, Marcela. *Antropología, feminismo y política: Violencia feminicida y derechos humanos de las mujeres*. In BULLEN. M y DÍEZ. C. (coords.) *Retos Teóricos Y Nuevas Prácticas*. Elkartea, p. 209-239, 2008.

_____, Marcela. *Cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas*. 4. ed. Ciudad del México: UNAM, 2005.

LANG, Daniel Welzer. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Estudos feministas*. Ano 9, v. 2, p. 460-482, 2001.

LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens* / Gerda Lerner; tradução Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

LOUREIRO, Ythalo. Frota. Conceito e natureza jurídica do feminicídio. *Revista Acadêmica Superior do Ministério Público do Ceará*. Ano IX, n. 1, p.185-210, 2017.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, Patriarcado, Violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SILVA, Lidiane Rodrigues Campêlo; DAMACENO, Ana Daniella. *Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente*. 2009, p.4554-4566.

Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/3124_1712.pdf>. Acesso em agosto de 2019.

SOUZA, Jaime Luiz Cunha de; BRITO, Daniel Chaves de; BARP, Wilson José. Violência doméstica: reflexos das Ordenações Filipinas na cultura das relações conjugais no Brasil. *Teoria e Pesquisa*, p.61-82, 2009.

VIANNA, Adriana; LOWENKRON, Laura. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. *Cadernos Pagu*, (51), p.1-61, 2017.

“HOW FULL OF TOIL IS MY LIFE!”: BREVE ANÁLISE DE UM RECORTE DO PROJETO DE PESQUISA “RELEITURAS DO MEDIEVO: A RECEPÇÃO DA IDADE MÉDIA (MITTELALTERZEPTION) DO SÉCULO XIX AO XXI” (2018-2021)

GREGORY RAMOS OLIVEIRA³⁸

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo apresentar os resultados do recorte de pesquisa intitulado “Recepções de Carlos Magno (séc. IX-XXI)”, parte do projeto “Releituras do Medievo: A recepção da Idade Média (Mittelalterrezeption) do século XIX ao XXI”, conduzido pela Prof^a Dr^a Daniele Gallindo Gonçalves, minha orientadora durante o triênio da aplicação do projeto (e além). Através da oportunidade de contribuir com uma pesquisa ao longo de grande parte de minha graduação, pude angariar experiências que foram válidas não somente para a construção de caminhos para a trajetória enquanto pesquisador em humanidades, como também fiz parte da voga de pesquisadores que hoje fazem parte do *Polo Interdisciplinar de Estudos do Medievo e da Antiguidade* (POIEMA-UFPel), iniciativa que busca, através de práticas de História Pública (*Public History*), reduzir a cisão entre o conhecimento estritamente acadêmico sobre Idade Média (e Antiguidade Tardia) e a comunidade em geral. Apesar do recorte cronológico amplo de minha pesquisa, a construção de um banco de dados e emprego de tipologia específica, voltada a futuras aplicabilidades, que facilitem a interpretação das recepções catalogadas por *softwares* ou pela livre consulta de discentes em condição análoga à minha, no período inicial de minha trajetória, será demonstrada adiante. Logo, buscaremos, através do relato do processo de construção orientada de um pesquisador (construção que, creio, jamais se concluirá) e da apresentação dos resultados de sua pesquisa, fomentar a discussão (sem se propor em encerrá-la) sobre a validade não somente do ofício de pesquisador em História como da própria pesquisa em Idade Média, principalmente tendo por horizonte o contexto no qual o pesquisador analisado esteve inserido – o Brasil de 2018 a 2021.

Palavras-chave: Pesquisa em Humanidades; Recepção do Medievo; História Pública; Carlos Magno.

³⁸ Graduando do Curso Superior de Formação Pedagógica para Graduados não-licenciados pelo Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul). Bacharel em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Contato: gramosoliv@gmail.com.

Ponto de Partida

No final de *La Chanson de Roland* (c. 1100), após encerrar suas façanhas na *Hispania*, Carlos Magno é convocado por São Gabriel a novamente pegar em armas em nome da Cristandade. Na tradução para o inglês, a última exclamação do monarca na canção é um lamento: “quão atribulada é minha vida!”³⁹. Na ocasião em que iniciei um balanço de minha trajetória, não pude deixar de ver paralelos entre esta frase e nosso ofício, neste contexto tão “*full of toil*”. Mas, ainda que reclamemos, não paramos. Seguimos nossas próprias pesquisas, por mais remoto que qualquer retorno da sociedade se apresente; por mais que o ofício de pesquisador no Brasil seja continuamente encarado como supérfluo, ocupação da qual, creem, somente a pequena burguesia poderia desfrutar⁴⁰.

Este trabalho tem, como propósito, compartilhar a experiência que tive enquanto jovem pesquisador de Humanidades em um momento em que, por coincidência, esteve associado à Pós-Democracia no Brasil⁴¹. O período de minha pesquisa se inicia ainda no último ano da administração Temer, ocasião que já demonstrava sinais de uma futura

³⁹ Utilizo a tradução em inglês de Jesse Crosland. Nela, temos em inglês: “The emperor had no wish to go. “God”, he said, “how full of toil is my life!” Tears flow from his eyes and he pulls his white beard” (TUOLDUS, 1999, p. 78).

⁴⁰ Não se pretende, neste trabalho, discorrer, necessariamente, sobre como se constituiu o ofício de pesquisador no Brasil, sobre as implicações da criação de uma camada “intelectualizada”. Cabe recordar Antonio Gramsci, ao considerarmos como os intelectuais e a burguesia podem se constituir enquanto um derivado do outro (1982, p. 10).

⁴¹ Colin Crouch alega que os movimentos que levam à pós-democracia no dito “Ocidente”, principalmente nos anos 2010, estão ligados ao populismo e a crença de que o *establishment* é, inerentemente, corrupto (2019, p. 125). De fato, quando colocada em paralelo, a queda de Dilma Rousseff no golpe parlamentar de 2016 não está deslocada de outros movimentos como o *Brexit*, assim como a ascensão de Bolsonaro e os atos finais de seu regime pelos apoiadores, no apagar das luzes de 2022, encontra ecos nos instantes derradeiros do governo de Donald Trump e, em especial, os incidentes de 6 de janeiro de 2021. Para este lado do Atlântico, o conceito de *Estado Burocrático-Autoritário* (EBA), utilizado a miúdo para definir as ditaduras latino-americanas estabelecidas no século XX, poderia servir de alternativa ao que chamo de pós-democracia. Entretanto, “[a]o abrir mão da política como processo legítimo de negociação desde 2019, criminalizando-a, aparentemente o governo Bolsonaro acreditou na hipótese, não crível, de que poderia promover modernização quase autoritária. Entre a impossibilidade prática de utilizar um *estado burocrático autoritário*, para lembrar aqui da expressão cunhada por Guillermo O’Donnell, a realidade prática dos fatos, caiu no oposto, numa governança anárquica e dissipativa, entregando as políticas públicas, até mesmo as que já eram consideradas “de Estado”, à negociação, aí sim, que se fere os princípios da administração pública e dos preceitos normativos que norteiam o processo orçamentário. A anarquia orçamentária do governo Bolsonaro é o resultado da destruição da política” (SILVA e TEIXEIRA, 2022, p. 11-12. Grifos meus).

depauperação dos recursos destinados ao Ensino Superior. Gradualmente, os anos que se seguiram em minha pesquisa foram justamente os do regime Bolsonaro e o primeiro biênio da pandemia de Sars-Cov-2⁴². Dos desafios que enfrentei ao longo da graduação, a participação no projeto de pesquisa se tornou, na realidade, um suporte para a própria graduação. Estudar o objeto selecionado me inseriu no meio acadêmico e proporcionou a crescente (e permanente) busca pelo aprimoramento dos resultados de minhas atividades discentes.

Em linhas gerais, o presente trabalho tem como horizonte essa espécie de “prestação de contas” sobre os anos em que a Universidade Federal de Pelotas (pois fui bolsista PBIP-AF⁴³) e, principalmente, minha orientadora, a Prof^a Dr^a Daniele Gallindo Gonçalves⁴⁴, investiram em minha formação enquanto pesquisador. Elencarei características gerais do projeto e de meu recorte, além da metodologia abordada, características do banco de dados, resultados obtidos e, por fim, para título de provocações iniciais, questões sobre o ofício de pesquisador em Humanidades no Brasil.

Releituras do Medievo...

O projeto *Releituras do Medievo*, do qual fiz parte a partir de 2018, foi iniciado em 2013, tendo por foco o estudo de produções do século XIX ao XXI que “releem” a Idade Média. Como suporte metodológico, utiliza-se a abordagem da recepção do Medievo (*Mittelalterrezeption*). Em linhas gerais, o

conceito de *Mittelalterrezeption* contém sob sua tutela uma variedade de fenômenos, ou seja, podendo ser compreendido como um *umbrella term* (HERWEG; KEPLER-TASAKI 2012, p. 2). Criou-se, assim, através da recepção, diversas imagens, por vezes bem distintas, que oscilam entre a “Idade das Trevas”, principalmente no período que vai do Humanismo ao Iluminismo, e a “Idade Média romântica”, um “tempo de uma visão de mundo unificada sem divisão religiosa e desunião moderna [...] uma era pré-industrial de harmonia do homem com a natureza” (MÄRTL 1997, p. 7). Neste sentido,

⁴² Na última terça-feira de 2022, o site do Ministério da Saúde contabilizava 693.199 óbitos e 36.226.287 casos confirmados. Herança dos primeiros anos da pandemia, o *layout* da página destaca os casos “recuperados”, sendo indiferente aos óbitos posteriores, sequelas irreversíveis e outros pormenores que impedem que interpretemos os “curados” da infecção como recuperados *per se*. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em 27 dez. 22.

⁴³ Programa de Bolsas de Iniciação à Pesquisa, modalidade Ações Afirmativas.

⁴⁴ Currículo Lattes disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/8072197385675534>>. Acesso em 22 dez. 2022.

Groebner afirma que “esta época [...] foi literalmente criada através de desejos, por mais de centenas de anos, e, desde então, ela é projetada, esboçada, equipada e mobiliada de desejos” (GROEBNER 2008, p. 11). O conceito de *Mittelalterrezeption* engloba, assim, “uma visão positiva e uma negativa” (OEXLE 1992, p. 7). Desta forma, pode-se defini-lo “não somente [como] percepção e representação da história, mas também [como] discussão e apropriação ou rejeição; portanto [como] toda mediação e presentificação do passado” (KÖHN 1991, p. 409 *apud* SILVA, 2016, p. 3-4).

Dado o caráter instrumental destas formas de se “sonhar” a Idade Média (ECO, 1989), o estudo de recepções é capaz de elucidar as várias formas de usos (e abusos) do passado por discursos de diferentes contextos de produção. A Idade Média passa, então, a funcionar como espécie de cenário para diferentes autores encenarem suas “peças”, suas aspirações e narrativas que são cridas pelo público como autênticas representações do passado “medieval”⁴⁵.

Tais recepções se expressam em meios diversos. A intermedialidade e a comparação entre fontes, além da análise dos discursos presentes em cada objeto se tornaram a essência dos mais diversos trabalhos desenvolvidos a partir de e como parte deste projeto. *Prince Valiant* (ALBUQUERQUE, 2019) e *The Witcher* (LEITZKE, 2021) “coexistiram”, enquanto recortes de pesquisa, com análises das obras de Tolkien (BUNDE e GONÇALVES, 2022), samurais em mangá (MOTTA, 2020), princesas e vilãs de contos de fada e suas versões animadas e dramatizadas (FREITAS e GONÇALVES, 2020; BITTENCOURT, 2021), xilogravuras em *videogames* (COSTA, 2021), a Britânia de Cornwell (REYES, 2021). Temáticas amplas, como cátaros (CARDOSO, 2022), relações inter-religiosas na *Hispania* medieval (LACERDA, 2021), heresias tardo-antigas (SILVEIRA, 2022), distúrbios e incapacidades no Medievo (VIEIRA, 2022), entre outras,

⁴⁵ “É possível pensar a Idade Média como análoga ao *outro* imaginado pelos Europeus ao leste, o “Oriente”, um “palco” para discursos que os “ocidentais” imaginavam como próprios daquele *outro* mundo; a Idade Média é encarada, então, como um “Oriente temporal”. Se, para os europeus modernos, a Ásia poderia ser resumida, simplificada, mitificada, explorada (em todos os sentidos) e instrumentalizada para legitimar discursos políticos, o passado (o “seu” passado) passou e passa por um processo semelhante. É possível identificarmos no mesmo “palco” Ricardo Coração de Leão disfarçado de “Cavaleiro Negro” ao lado de Robin de Locksley e Wilfred de *Ivanhoe* (1847), bascos e o Diabo desafiando os paladinos de Carlos Magno em um álbum de *heavy metal* (2013), mouros e cristãos trocando golpes de espada, lança e tiros de festim no coração da América do Sul” (OLIVEIRA, 2021, p. 65).

enriqueceram não somente o projeto, mas o principal resultado de sua elaboração: o *Polo Interdisciplinar de Estudos em Idade Média e Antiguidade*⁴⁶, o POIEMA-UFPel⁴⁷.

Todas essas variações de pesquisas, com abordagens análogas, com bibliografias e discussões específicas, representam o esforço que demonstra ser o fomento à pesquisa, diante de contexto tão adverso, não somente os estudos medievais e de recepção, mas os estudos em Humanidades, uma espécie de prática de resistência. As produções do *Polo* encontraram como meio de divulgação as redes sociais. Mesmo durante a pandemia, a criação de postagens divulgadas principalmente no *Instagram*⁴⁸, mas também em outras plataformas⁴⁹, foram medidas voltadas à produção e divulgação científica para além dos limites da Academia. Em suma, o empreendimento se trata de um exercício permanente de História Pública, um “desafio democrático”, como provocou Maria Rovai (2020). Conforme a autora, tal desafio se insere no contexto de

[...] emergência do posicionamento ativo dos historiadores e da interação maior com o público, com a finalidade de produzirmos formas mais democráticas de elaboração e de aprendizado histórico, imersos que estamos num tempo ao qual precisamos responder numa velocidade que nos desconcerta. Tempo que exige de nós maior movimento, atenção e criatividade em nossas formas de lidar com a história, sem que isso signifique abrir mão dos pressupostos científicos. O desafio que se coloca é o de nos propormos não mais a “traduzir” a história a um público passivo, tratado apenas como audiência, mas nos relacionarmos com o mundo de forma humilde e politizada, levando em conta a necessidade de escuta e interação com outras narrativas e saberes (2020, p. 133).

Mas, enquanto o *Polo* era uma ideia a ser elaborada de acordo com a nova conjuntura que se constituiu ao longo do biênio pandêmico, o foco de minha pesquisa possuía um recorte cronológico considerável, ainda que centrado na mesma figura, recebida em centenas de *vidas* diferentes.

Recepções de Carlos Magno (séc. IX-XXI)

⁴⁶ Doravante, *Polo*.

⁴⁷ Informações sobre o *Polo*, bem como dados sobre os pesquisadores membros e postagens do *blog* podem ser encontrados em seu site. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/poiema/>>. Acesso em 27 dez. 22.

⁴⁸ Disponível em: <<https://www.instagram.com/poiemaufpel/>>. Acesso em 27 dez. 22.

⁴⁹ Somam-se, ao site e à página do *Instagram*, uma página no *Facebook* (Disponível em: <<https://www.facebook.com/poiemaufpel/>>. Acesso em 27 dez. 22) e um canal no *YouTube* (Disponível em: <<https://www.youtube.com/c/POIEMAUFPEL>>. Acesso em 27 dez. 22).

Meu recorte, em específico, lidou com tais *vidas* de Carlos Magno. O objetivo proposto para minha etapa da pesquisa foi reunir as recepções do monarca e inseri-las em um banco de dados. Ao término do período iniciado em agosto de 2018 e encerrado em julho de 2021, foram devidamente catalogados 160 itens.

A escolha deste objeto acabou obedecendo à curiosidade de um discente em compreender os motivos que tornavam a figura de Carlos Magno tão recorrente em diversas recepções. Desde sua primeira *vida*, *Vita Karoli* (c. 830), o Carlos-homem foi substituído pelo Carlos-ícone, avatar de discursos diversos, instrumentalizado logo após sua morte. Se a sua herdade, a França, se encontrava ameaçada pela divisão (o que eventualmente ocorre em 843), Einhard, se encarando como uma espécie de Suetonius, imagina, na mais antiga recepção de Carlos Magno, o *Imperium Christianum* como glorioso e invicto, uma Nova Roma (DE JONG, 2015, p. 16), apesar das realidades da França após a ascensão de Luís⁵⁰. O cronista fora trazido enquanto criança para a companhia do *imperator augustus*; escreveria sobre alguém com quem conviveu. Tal é o argumento que ele usa para validar seu “testemunho” (EINHARD, 1999, p. 3).

Séculos mais tarde, Carlos se torna o “proto-cruzado”⁵¹; Roland, “Hruodlandus, prefeito da marca bretã”⁵², torna-se o herói e mártir. No contexto da *Chanson de Roland*,

⁵⁰ Em uma espécie de “prefácio” de *Vita Karoli*, Walafrid, outro membro do *entourage* carolíngio, nos fornece uma descrição precisa do contexto no qual não somente Einhard, mas o próprio erudito estavam inseridos: “E, realmente, ele [Carlos Magno] mereceu tal favor, pois não apenas no tempo de Carlos, mas ainda mais notavelmente no reinado do Imperador Luís, quando a comunidade dos Francos era sacudida com tantos e variados problemas, e em algumas partes estava caindo em ruína (...)” (1999, p. 2. Tradução minha a partir do inglês).

⁵¹ Ainda que autores como Derek Wilson sejam categóricos quanto ao papel dos mitos carolíngios e dos usos da figura de Carlos Magno enquanto espécies de “propaganda cruzadística” (2005, p. 158-161), Matthew Gabrielle apresenta um panorama distinto quanto a certo paradigma historiográfico quanto à influência de um Carlos Magno-cruzado enquanto motivador do movimento cruzadístico, situando tal interpretação antes à historiografia francesa do século XX do que aos francos do século XI (2011, p. 139-141).

⁵² *La Chanson de Roland* é desenvolvida a partir, principalmente, de breves descrições da campanha de Carlos Magno na *Hispania*, uma intervenção franca na política do Emirado Omíada de Córdoba que, em 777-778, se transformou em um grande fracasso militar, principalmente pela derrota infligida não pelos muçulmanos ibéricos, mas pelos bascos (*Wascones*) cristãos. “Na batalha que se seguiu, os *Wascones* mataram seus oponentes até o último homem [...]. Nesta batalha Egginhardus, senescal [*regiae mensae praepositus*]; Anshelmus, conde palaciano [*comes palatii*], e Hruodlandus, prefeito da marca bretã [*britannici limitis praefectus*], foram mortos entre muitos outros” (EINHARD, 1999, p. 10-11. Tradução

já se fala em escaramuças contra os “sarracenos”. Carlos herói e santo (FRIED, 2005, p. 534-540), Carlos simultaneamente inimigo da “liberdade” germânica e fundador do Primeiro Império⁵³, Carlos-Rei do Congo (MEYES, 2001), Carlos-Rei do Ocidente, correndo cavalhadas no Brasil (BRANDÃO, 1973) ou lutando em praças no Peru (CÁCERES VALDERRAMA, 2018; CAJAVILCA NAVARRO, 2014). Estas são algumas das centenas de *vidas* que me deparei ao longo da pesquisa.

Ainda que seja um recorte longo (c.830-2020), uma constante é capaz de ser verificada. Não é o homem do século IX que é representado: tratam-se dos vários presentes falando de si mesmo e utilizando o passado para tal. Sabe-se mais do contexto que o recebe, dos discursos que envolvem sua escolha e representação “fantástica” do que de Carlos, o homem, em si. Como conduzir, então, a procura pelas suas *vidas*?

Metodologia e Recursos

Para além do aporte do método comparativo (DETIENNE, 2004) e, sobremaneira, a análise dos discursos presentes nas recepções, a constante comparação entre fontes como *Vita Karoli* e os demais objetos elencados, pode-se dizer que já realizava minha pesquisa em *home office* antes mesmo do princípio da pandemia. Destarte, todos os meus objetos de pesquisa foram encontrados *online*. A inserção de itens no banco de dados seguiu, grosso modo, as mesmas etapas: a) pesquisa em repositórios virtuais; b) identificação do objeto e suas características principais (datação, autoria, natureza); c) adequação à tipologia e identificação do objeto, obedecendo aos requisitos do banco de

minha, a partir do inglês). Nomes e expressões em latim estão presentes na *Monumenta Germanica Historica* (EINHARD, 1905, p. 10-11).

⁵³ Ainda que a acusação de “assassino de saxões” tenha sido imposta e retirada durante o regime Nazista (WILSON, 2005, p. 194 e 199), a interpretação ambígua do papel de Carlos dentre os mitos de origem idealizados pelos nazistas se expressam nas palavras de Alfred Rosenberg, o principal ideólogo do partido: “Imperador e papa eram, então, inicialmente aliados políticos contra os nobres Saxões cuja fama – de acordo com Goethe – era de que odiavam o Cristianismo na forma ofertada. Widukind evidentemente lutou por si mesmo, mas simultaneamente pela liberdade de todos os povos Nórdicos. Ao mesmo tempo, Carlos Magno permanece o fundador bruto do Império Germânico enquanto uma unidade política. Após restabelecer a honra da Saxônia, que foi escarneada por 1000 anos, ambos grandes oponentes se inseriram na história Germânica: Carlos Magno como o fundador do Império Germânico, Widukind como defensor dos valores Germânicos de liberdade” (ROSENBERG, 1982, p. 157. Tradução minha a partir do inglês).

dados; d) preenchimento do banco de dados na versão expandida (tabela em arquivo *.docx*) e resumida (planilha em arquivo *.xlsx*).

Como exemplo da inserção de itens nesse banco, observemos o objeto *Charlemagne reçoit la soumission de Widukind à Paderborn* (1840), de Ary Scheffer⁵⁴. Este item está no banco de dados sob a identificação *IIIDI*. A tipologia que eu utilizo foi continuamente depurada, até sua versão final, datada de 2021. Eu a utilizo principalmente para facilitar a leitura do item sem necessitar expandir os detalhes. O número à esquerda da letra corresponde à posição do item no banco de dados, que obedece ao critério de inserção mais recente. A letra corresponde a uma das seis categorias, arbitradas de acordo com a natureza do objeto a ser inserido em banco de dados⁵⁵. Por fim, o número à direita da letra corresponde à subcategoria do item. Dessa forma, somente dispondo de uma legenda e da identificação do item, é possível realizar a seguinte leitura: o item *IIIDI* se trata de uma imagem (categoria *D*) em larga escala (subcategoria *I*) – uma pintura com Carlos Magno. A criação de tal banco de dados acabou sendo útil para a criação de trabalhos que serviram para o aprimoramento da trajetória de um pesquisador⁵⁶.

Resultados Preliminares

⁵⁴ Disponível em:

<https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Charlemagne,_empereur_d%27Occident,_re%C3%A7oit_la_soumission_de_Wittekind,_785,_por_Ary_Scheffer.jpg>. Acesso em 28 dez. 22.

⁵⁵ A citar: A) *Documentação Contemporânea*, com duas subcategorias: *Crônica* (1) e *Outro* (2); B) *Literatura I (800-1550)*, com duas subcategorias: *Canção* (1) e *Outro* (2); C) *Literatura II (1550-2020)*, com duas subcategorias: *Recepção I (1550-1750)* (1) e *Recepção II (1750-2020)* (2); D) *Iconografia*, com quatro subcategorias: *Imagem em Larga Escala* (1), *Imagem em pequena Escala* (2), *Imagem Digital* (3) e *Monumentária* (4); E) *Tradição Popular*, com duas subcategorias: *Europa* (1) e *Fora da Europa* (2); e F) *Cultura de Massas*, com quatro subcategorias: *Música* (1), *Audiovisual* (2), *Videogame* (3) e *Miscelânea* (4).

⁵⁶ Um exemplo de outro processo de pesquisa de recepções e produção científica paralela à concepção do banco de dados segue a seguir. Em determinado ponto de 2019, me deparei com os álbuns de *symphonic metal* e *heavy metal* do chamado *Charlemagne Project*, de autoria de Sir Christopher Lee. A seguir, para além da inserção dos dois álbuns no banco de dados (identificados pelos números 42F1 e 43F1), buscou-se compreender os motivos por trás da concepção dessa recepção, aquilo que na ocasião se mostrou ligado ao processo de assimilação, por parte do renomado ator britânico, de mitos coletivos como parte da identidade de sua família materna e, em última instância, um “mito” (auto)identitário, o que resultou em duas comunicações no ano de 2019 e a publicação do resumo expandido desta etapa de pesquisa (OLIVEIRA e SILVA, 2019).

Gostaria, então, de compartilhar uma breve linha do tempo do que foi desenvolvido. Como dito, a elaboração do banco de dados foi solicitação principal de minha participação no projeto de pesquisa, sendo estimulada a produção científica a partir desses dados. Em linhas gerais, nos primeiros anos da pesquisa, trabalhei com as recepções de Carlos Magno *pelo* Medievo, a partir de análises baseadas em *Vita Karoli* e *La Chanson de Roland*. Entre 2019 e 2020, alinhei meu foco de pesquisa com o recorte cronológico do projeto, a partir, inicialmente, da identificação do que chamei, na ocasião, de “mito (auto)identitário” relacionado aos álbuns de *metal* produzidos pelo ator Sir Christopher Lee, que nutria a crença de ser um descendente de Carlos Magno. No mesmo ano, abordei também a figura de Carlos Magno no *Le Petit Journal*, que ilustra “São Carlos Magno” diante dos estudantes da universidade de Paris e do busto de Marianne⁵⁷. A partir de 2020, com o surgimento do *Polo*, pude compartilhar parte desses resultados, com o horizonte da História Pública. Alguns materiais publicados nas redes sociais do *Polo* dizem respeito a meu recorte de pesquisa.

O ano de 2021 representou o pináculo da jornada – e apontou para novos caminhos a serem trilhados. Defendi minha monografia⁵⁸ no primeiro semestre daquele ano, abordando o Medievo imaginado nas Cavalhadas de Pirenópolis, conforme registrado pelo Prof. Dr. Carlos Rodrigues Brandão, no ano de 1973. A pesquisa por aquela *vida* de Carlos Magno, que me chamou a atenção sobremaneira⁵⁹, principalmente pela curiosidade em imaginar o quão longe (e, paradoxalmente, quão perto) era possível de encontrar, também, um dos meus objetos. Com o aprofundamento de minha análise, e a busca por compreender os motivos que levaram à presença de Carlos Magno no coração do continente-Brasil, me deparei com uma pletera de outras versões “(de)coloniais” do

⁵⁷ Os trabalhos sobre a *Vita Karoli* (OLIVEIRA e SILVA, 2018), o álbum *Charlemagne: The Omens of Death* (OLIVEIRA e SILVA, 2019) e *La Saint-Charlemagne* no *Petit Journal* (OLIVEIRA e GONÇALVES, 2020) foram apresentados em eventos como os Congressos de Iniciação Científica, promovidos pela Universidade Federal de Pelotas, e requisito para a participação do programa de iniciação à pesquisa.

⁵⁸ Disponível em: <<https://pergamum.ufpel.edu.br/pergamumweb/vinculos/0000dd/0000dd3a.pdf>>. Acesso em 28 dez. 2022.

⁵⁹ E aqui faço especial referência e agradecimento ao Dr. Detlef Göhler (dentre outros) pela sugestão dada em 2019 daquele tema, na ocasião em que apresentei uma “vida passada” da fala que se converteu no presente trabalho.

monarca do século IX⁶⁰. E aqui uso tal expressão, pois, ainda que tenham sido tradições impostas pelas elites coloniais, cada uma delas demonstra especificidades que indicam processos nos quais um referencial cultural metropolitano é convertido em parte da identidade dos grupos e sociedades colonizadas, aqueles a quem Walter Mignolo (2005), considerou como os *subalternos*, no contexto do mundo colonial. E, ainda que meu recorte tenha se limitado com a adoção desta nova abordagem, a análise dessas *vidas* representa a etapa de minha pesquisa que já não mais se insere dentro das fronteiras do banco de dados. Constitui-se, ao mesmo tempo, um epílogo e um prólogo, destinação e ponto de partida de novas jornadas.

Por fim, nos dias que antecederam a entrega do último relatório enquanto bolsista PBIP-AF, pouco menos de um ano antes do fim de minha graduação, questionamentos sobre a divulgação do que havia elencado me levaram a publicar em um site gratuito, meu banco de dados e algumas explicações que julguei pertinentes⁶¹. A ideia por trás da produção do site era tornar, de certa forma, acessível de forma permanente, a quem quer que fossem, os dados coletados em três anos de pesquisa, sempre pensando que, no começo de minha jornada enquanto jovem pesquisador em Humanidades, contava apenas com a sorte de ter o apoio de uma orientadora dedicada e de um grupo de amigos e aliados, igualmente compartilhando o ofício de pesquisador.

Provocações Iniciais

É por isso que não falo aqui em *Apontamentos Finais* ou em *Conclusões*. Mas faço *Provocações* (que são, inclusive, *Iniciais*). A primeira delas retoma uma discussão ocorrida na primeira da cadeira de Organização de Arquivos Históricos, ministrada pela Prof^a Dr^a Ana Inez Klein, que tive a oportunidade de participar ainda no primeiro ano pandêmico. Se a docência parece ser uma espécie de martírio em nome de, talvez, a possibilidade de auxiliar o processo de edificação de uma sociedade menos desigual, a pesquisa e a divulgação científica em sociedades como a nossa devem, creio, ser também

⁶⁰ Uma breve análise das representações de Mouros e Cristãos em celebrações coloniais, inspiradas, em maior ou menor escala, no Legendário Carolíngio, se encontra no resumo expandido da minha última apresentação em um Congresso de Iniciação Científica, o XXX CIC (OLIVEIRA e GONÇALVES, 2021).

⁶¹ Disponível em: <<https://charlemagnerecepcoes.wordpress.com/>>. Acesso em 23 dez. 22.

encaradas como práticas de resistência, como dito no começo deste trabalho. Pois o Estado Brasileiro e as pressões que partem e são retroalimentadas pela sociedade mobilizam esforços sobremaneira para colocar obstáculos diante do fazer conhecimento científico, mesmo que seja *para e pela* sociedade⁶². Nesse sentido, para além de missionarismos, é crucial que cada pesquisador em Humanidades se pergunte, como qualquer pessoa dotada de saberes do senso comum se perguntaria, qual o propósito da pesquisa no Brasil? Qual o propósito da minha pesquisa? Para que pesquisamos? Para *quem* pesquisamos?

Quais são as vozes de nossos trabalhos? Quais seriam os olhos que gostaríamos que corresse as linhas rápidas de nossos textos? Sei que a proximidade com o objeto de pesquisa, por vezes, mais atrapalha que ajuda no processo científico, mas de que servem todas as nossas horas e nosso dialeto acadêmico repuxado se nosso trabalho for impossível de ser compreendido fora da Academia? Há sentido em preservarmos nosso *status* de acadêmicos, que se debruçam *sobre* a sociedade, mantendo sempre uma visão apartada desta, enquanto, paulatinamente, nosso campo de pesquisa é reduzido, nosso suporte financeiro sequestrado, nossas aspirações de irmos para o exterior, com o objetivo de aprimorar nosso *métier*, reduzidas a esperança de que algum governo estrangeiro faça por nós o papel que o Estado Brasileiro tinha a obrigação de fazer? Qual o propósito de nossa pesquisa, se não tentar comprovar que o conhecimento científico vale a pena ser defendido, que se vale a pena lutar por ele? Mesmo que o pesquisador no Brasil seja praticamente mais uma *commodity* a ser exportada, nós, que ainda não fomos exportados, devemos sempre manter provocações dessa sorte. E, quanto mais desassossego essas provocações nos despertarem, quanto mais desconfortável se tornar o silêncio ou a multiplicidade de respostas para elas, mais empenho se cria (espera-se) no âmago de

⁶² Cabe citar que as bolsas de graduação e pós-graduação permanecem sem ganho real desde o governo Dilma Rousseff, em 2013, sendo constantemente ameaçadas e mesmo bloqueadas pelo regime Bolsonaro, principalmente no segundo semestre de 2022. CASTRO, Giovanna. *Bolsas da Capes sem reajuste: qual seria o valor corrigido pela inflação?* 09/12/22. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2022/12/09/bolsas-da-capes-sem-reajuste-qual-seria-o-valor-corrigido-pela-inflacao.htm>>. Acesso em 28 dez. 22.

quem busca nadar contra a corrente imposta pelo Estado Brasileiro sobre o ofício de pesquisador em Humanidades.

Referências

ALBUQUERQUE, Mauricio da Cunha. **Por Trás da Capa e da Espada: o neomedievalismo em “Príncipe Valente”, de Hal Foster (1939 – 1940).** 2019. 169 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

BITTENCOURT, Sara Schneider de. **“Somos as descendentes de todas as donzelas, mães e anciãs”:** construções de gênero em Chilling adventures of Sabrina. 2021. 148f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Cavallhadas de Pirenópolis:** um estudo sobre representação de Mouros e Cristãos em Goiás. Goiânia: Oriente, 1974

BUNDE, Francine Sedrez e GONÇALVES, Daniele Gallindo. Castelos, princesas e heróis: a recepção do medievo na literatura infantil e juvenil. XXXI Congresso de Iniciação Científica, 2022, Pelotas. **Anais 2022.** Disponível em: <https://cti.ufpel.edu.br/siepe/arquivos/2022/CH_05022.pdf>. Acesso em 27 dez. 22.

CÁCERES VALDERRAMA, Milena. **El emperador Carlomagno y los doce pares de Francia:** La fiesta de moros y cristianos em los Andes del Perú. Lima: Instituto Riva Agüire, 2018.

CAJAVILCA NAVARRO, Luis. Ceremonias y teatro medieval en el Perú contemporáneo. **Investigaciones Sociales**, v. 18, n. 33, p. 155-166, 2014.

CARDOSO, Adrienne P. A Utopia da Pureza: A negação do sexo e da materialidade na Igreja Cátara (Séc. XII-XIII). **Alétheia** – Estudos sobre Antiguidade e Medievo, v. 1, n. 1, p. 16, 1 mar. 2022.

COSTA, B. D. X. da. Diálogos intermediáticos em games: Recepções do Medievo em um estudo de caso no jogo *Apocalipsis: Harry at the end of the world*. **Faces de Clio**, [S. l.], v. 7, n. 13, 2021. DOI: 10.34019/2359-4489.2021.v7.32311. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/facesdeclio/article/view/32311>>. Acesso em: 27 dez. 2022.

CROUCH, Colin. 10. Post-Democracy and Populism. **The Political Quarterly**, v. 90, n. S1, pp. 124-137, 2019.

DE JONG, Mayke. The Empire that was always Decaying: The Carolingians (800-888). In: POHL, Walter e GINGRICH, Andre (ed.). **Medieval Worlds: Comparative & interdisciplinary studies**. v. 2015, n. 2, Vienna: Austrian Academy of Sciences Press, 2015, p. 6-25.

DETIENNE, Marcel. **Comparar o Incomparável**. Tradução de Ivo Storniolo. Aparecida: Idéias & Letras, 2004.

EINHARD. **The Life of Charlemagne**. Tradução de Samuel Epes Turner. 6.ed. The University of Michigan Press. 1999.

_____. **VITA KAROLI MAGNI**. Editio Quinta. Impensis Bibliopoli Hahniani: Hannoverae et Lissipiae. 1905.

ECO, Umberto. Dez Modos de Sonhar a Idade Média. In: **Sobre Espelhos e Outros Ensaios**. Tradução de Beatriz Borges. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1989. p. 74-85.

FREITAS, Luciana de Ávila e GONÇALVES, Daniele Gallindo. Trajetória da mulher má nas recepções: *A Bela Adormecida* (1812-1815), *A Bela Adormecida* (1859) e *Malévola* (2014). XXIX Congresso de Iniciação Científica, 2020, Pelotas. **Anais 2020**. Disponível em: <https://cti.ufpel.edu.br/siepe/arquivos/2020/CH_03234.pdf>. Acesso em 27 dez. 22.

FRIED, Johannes. **Charlemagne**. Traduzido por Peter Lewis. Cambridge-Londres: Harvard University Press, 2005.

GABRIELE, Matthew. **An Empire of Memory**: The Legend of Charlemagne, the Franks, and Jerusalem before the First Crusade. New York: Oxford University Press, 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

LACERDA, Léo Araújo. **Os conflitos étnico-religiosos em Castela durante o reinado de Alfonso X (1252-1284)**. 2021. 169f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

LEITZKE, Vinicius Ibeiro. **Monstros e Folclore em The Witcher III: Wild Hunt (2015): uma análise sobre o bestiário presente no game**. Orientadora: Daniele Gallindo Gonçalves. 2021. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (licenciatura em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

MEYER, Marlyse. **Caminhos do Imaginário no Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

MIGNOLO, Walter. On subalterns and Other agencies. **Postcolonial Studies**. v. 8, n. 4, p. 381-407, 2005.

MOTTA, Lucas Marques Vilhena Motta. **“A Espada é o Centro da Vida”**: o Imaginário dos Samurais no Mangá *Vagabond* (1998-2007). 2020. 147 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

OLIVEIRA, Gregory Ramos. **“A lei do vencedor será firme e valiosa!”**: tradições inventadas, celebrações da (Re)conquista e o Medieval Imagined nas Cavalhadas de Pirenópolis (1973). Orientadora: Daniele Gallindo Gonçalves. 2021. 90 f. Monografia (Bacharelado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

_____, _____ e GONÇALVES, Daniele Gallindo. Mouros e Cristãos nos “Novos Mundos”: uma abordagem decolonial das celebrações da (Re)conquista nas Américas, África e Ásia (séc. XVI-XX). XXX Congresso de Iniciação Científica, 2020, Pelotas. **Anais** **2021**. Disponível em: <https://cti.ufpel.edu.br/siepe/arquivos/2021/CH_00757.pdf>. Acesso em 28 dez. 22.

_____, _____ e GONÇALVES, Daniele Gallindo. Um santo-imperador medieval na Terceira República Francesa: uma análise de uma recepção de Carlos Magno no periódico *Le Petit Journal* (1892). XXIX Congresso de Iniciação Científica, 2020, Pelotas. **Anais** **2020**. Disponível em: <https://cti.ufpel.edu.br/siepe/arquivos/2020/CH_01084.pdf>. Acesso em 28 dez. 22.

_____, _____ e SILVA, Daniele Gallindo Gonçalves. *The Omens of Death*: Uma análise do mito (auto)identitário nos álbuns de *heavy metal* de Sir Christopher Lee (2010-2013). XXVIII Congresso de Iniciação Científica, 2019, Pelotas. **Anais** **2019**. Disponível em: <https://cti.ufpel.edu.br/siepe/arquivos/2019/CH_00548.pdf>. Acesso em 28 dez. 22.

_____, _____ e SILVA, Daniele Gallindo Gonçalves. *Vita Karoli Magni*: A construção de um *basileus* ocidental e imperador cristão. XXVII Congresso de Iniciação Científica, 2018, Pelotas. **Anais** **2018**. Disponível em: <https://cti.ufpel.edu.br/siepe/arquivos/2018/CH_00427.pdf>. Acesso em 28 dez. 22.

REYES, Daniel Soares. Cornwell e as suas “Crônicas de Artur”: criando elos entre a ficção e história. **Anais do XIV Encontro Internacional de Estudos Medievais** – Sob o véu de versos estranhos: Dante em perspectiva interdisciplinar. v. 5, n. 1, 2021. p. 104-109. Disponível em <<http://www.abrem.org.br/revistas/anais/14/15-daniel-reyes.pdf>>. Acesso em 27 dez. 22.

ROSENBERG, Alfred. **The Myth of the Twentieth Century**: An Evaluation of the Spiritual-Intellectual Confrontations of Our Age. Tradução para o inglês de Vivian Bird. Torrance: Noontide Press, 1982.

ROVAI, Maria Gouveia de Oliveira. História Pública: um desafio democrático aos historiadores. In: REIS, Tiago Siqueira et al (org.). **Coleção História do Tempo Presente**: volume II. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020. p. 131-153.

SILVA, Marcos Fernandes Gonçalves da e TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. A política e a economia do governo Bolsonaro: uma análise sobre a captura do orçamento. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, vol. 27, n. 86, pp. 1-13, jan-abr. 2022. DOI: 10.12660/cgpc.v27n86.85574. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/85574>>. Acesso em: 22 dez. 2022.

SILVEIRA, Jessica Espírito Santo. **Análise do gnosticismo no século II: o *Adversus Haereses*** de Ireneu de Lião. Trabalho de Conclusão de Curso–Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022. 38f. Trabalho de Conclusão de Curso (História – Bacharelado) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

TUOLDUS. **The Song of Roland**. Traduzido por Jessie Crosland. Cambridge: In parentheses Publications, 1999.

VIEIRA, Rodrigo dos Santos. ***Disabilities Studies e Estudos Medievais***: uma revisão bibliográfica. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Bacharelado em História. Universidade Federal de Pelotas. 2022.

WILSON, Derek A. **Charlemagne**: The great adventure. New York: Vintage Books. 2005

O ANTIFASCISMO BRASILEIRO EM DISPUTA: A MEMÓRIA DA “BATALHA DA PRAÇA DA SÉ” (1934)

Giovani Bertolazi Brazil ⁶³

Resumo: Este artigo visa abordar a disputa pela memória do antifascismo no Brasil durante a década de 1930. Num contexto marcado pela ascensão de movimentos políticos autoritários, diversos setores do movimento operário travaram uma luta contra aquilo que enxergavam como a principal ameaça à sua existência, o fascismo. A memória se configura como um campo de disputas, envolvendo produção de memórias hegemônicas e dissidentes, esquecimentos e apagamentos e constitui um elo entre o presente e uma construção a respeito do passado. No interior do movimento operário, as narrativas a respeito do passado têm uma importância especial, na medida em que encampam uma disputa pelo legado dos processos de lutas e pela legitimidade das organizações políticas perante a classe trabalhadora. A partir dessa compreensão, buscar-se-á compreender como a produção memorialísticas de dois militantes envolvidos no episódio da contramanifestação ocorrida na Praça da Sé, em São Paulo, em 7 de outubro de 1934, Fúlvio Abramo e Eduardo Maffei, visaram se apropriar dos significados em torno deste evento. Os dois autores, de tendências políticas diferentes, produziram obras cujas ênfases variam, mas que têm em comum a singularização da chamada “Batalha da Praça da Sé” como o maior momento de unidade entre as esquerdas brasileiras anterior a 1935.

Palavras-chave: Antifascismo; Fascismo; Governo Vargas; Memória; Movimento operário.

⁶³ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas e bolsista CAPES. E-mail: giovanibrazil@gmail.com.

O legado do movimento operário no Brasil é um campo de intensas disputas, que envolvem produção de memórias hegemônicas e dissidentes (principalmente de militantes), esquecimentos e apagamentos. No que concerne à preocupação central deste trabalho, o antifascismo no Brasil da década de 1930, existem algumas possibilidades de problematização em relação à temática da memória, que serão apresentadas através de uma breve exploração. Muito distante de pretender esgotar as possibilidades de investigação que esse caminho proporciona, o trabalho aqui realizado visa abrir espaço para possibilidades futuras de pesquisa. De qualquer forma, o estudo das disputas sobre a memória do antifascismo no Brasil é elucidativo a respeito das próprias concepções de fascismo e antifascismo que foram construídas pelos sujeitos envolvidos nessas lutas, tema que é a preocupação central da pesquisa de mestrado que está sendo desenvolvida.

Num primeiro momento, será realizada uma breve reflexão teórica sobre o tema, através de uma revisão da bibliografia pertinente e do estabelecimento de aproximações e distanciamentos entre essa produção e a memorialística militante. A seguir, será realizada uma análise comparada de duas obras de militantes que estiveram (ou não) presentes na contramanifestação do dia 7 de outubro de 1934, quando antifascistas se chocaram com integralistas na Praça da Sé, em São Paulo. São os casos das obras *A Revoada dos Galinhas Verdes*, de Fúlvio Abramo (2014) e *A Batalha da Praça da Sé*, de Eduardo Maffei (1984). As diferenças de narrativas em relação ao evento e ao processo que conduziu a ele serão analisadas não sob uma ótica de estabelecer qual versão seria factualmente verdadeira, mas sim para compreender como cada sujeito se apropriou simbolicamente do ocorrido e do legado da luta antifascista no geral.

Segundo Elizabeth Jelin (2002, p. 2, tradução nossa), existem alguns pressupostos básicos que os historiadores precisam levar em conta ao pensarem memória:⁶⁴

⁶⁴ No original: “Primero, entender las memorias como procesos subjetivos, anclados en experiencias y en marcas simbólicas y materiales. Segundo, reconocer a las memorias como objeto de disputas, conflictos y luchas, lo cual apunta a prestar atención al rol activo y productor de sentido de los participantes en esas luchas, enmarcados en relaciones de poder. Tercero, “historizar” las memorias, o sea, reconocer que existen

Primeiro, entender as memórias como processos subjetivos, ancorados em experiências e em marcas simbólicas e materiais. Segundo, reconhecer as memórias como objeto de disputas, conflitos e lutas, o que indica a prestar atenção ao papel ativo e produtor de sentido dos participantes dessas lutas, enquadrados em relações de poder. Terceiro, “historicizar” as memórias, ou seja, reconhecer que existem mudanças históricas no sentido do passado, assim como no lugar designado às memórias em diferentes sociedades, climas culturais, espaços de lutas políticas e ideológicas.

No caso da história do movimento operário, a situação não é diferente. As disputas em relação à memória ocorrem em diferentes palcos, seja o da esfera pública, onde o Estado opera um esforço de estabelecer uma memória coletiva nacional que acaba por entrar em conflito com outras memórias construídas dentro da classe trabalhadora, seja o do interior do próprio movimento, onde partidos e tendências diferentes disputam a autoria de ações heróicas, a paternidade de organizações e, de maneira geral, a legitimidade perante a classe social que visam representar politicamente.

Assim, destaca-se dois pontos de disputa de memória que são relevantes para as preocupações expressas neste artigo: 1) a questão do legado do antifascismo no Brasil, marcado pelo apagamento que as experiências anteriores à Aliança Nacional Libertadora (ANL) sofreram na memória dos ex-dirigentes e da maior parte da historiografia; e 2) a disputa acerca da autoria da contramanifestação antifascista do dia 7 de outubro de 1934, em que se observam versões diferentes entre Fúlvio Abramo (1984) e Eduardo Maffei (1984). Um terceiro ponto, de grande interesse, mas que não será abordado neste momento, é o do significado do levante aliancista de novembro de 1935, em que a memória coletiva da “Intentona Comunista” vai se confrontar com a memória do Partido Comunista do Brasil (PCB) e dos tenentes envolvidos, que ressaltam como o Estado brasileiro, apoiado por amplos setores sociais, instrumentalizou o ocorrido como pretexto para um avanço autoritário cada vez maior.

cambios históricos en el sentido del pasado, así como en el lugar asignado a las memorias en diferentes sociedades, climas culturales, espacios de luchas políticas e ideológicas.”

Outro aspecto sobre a memória que é importante investigar é o levantado por Márcia Motta (2012, p. 25), que procura situá-la como algo que parte do presente e constitui um elo permanente com o passado ou, ao menos, uma ideia de passado:

Se entendermos que a memória só se explica pelo presente, isso significa também afirmar que é deste presente que ela recebe incentivos para se consagrar enquanto um conjunto de lembranças de determinado grupo. São, assim, os apelos do presente que explicam por que a memória retira do passado apenas alguns dos elementos que possam lhe dar uma forma ordenada e coerente.

Assim, é forçoso compreender os contextos em que as memórias sobre essas questões levantadas foram produzidas. Em caráter preliminar, pode-se realizar algumas observações. Diversas obras de memórias de ex-militantes do PCB foram publicadas na segunda metade da década de 1970, numa conjuntura de início do processo de transição do poder militar para o civil (SCHWARCZ e STARLING, 2015). Esse contexto pode vir a explicar uma maior aceitação do mercado editorial a esse tipo de obra, assim como um maior interesse público em memórias que, ainda que remetessem a um passado já distante, ecoavam no presente.

No caso das obras de memória sobre a contramanifestação antifascista de 7 de outubro de 1934 (ABRAMO, 1984; MAFFEI, 1984), nota-se que datam da efeméride de 50 anos do acontecimento do episódio, assim como que estão inseridas num contexto de maior abertura política e últimos anos de ditadura civil-militar no Brasil (SCHWARCZ e STARLING, 2015). Já o trabalho de Marly Vianna sobre a ANL (1992), de caráter acadêmico, utilizou como fonte entrevistas realizadas no final dos anos 1980, contexto de grande efusão de lutas e debates políticos, decorrentes do final da ditadura (SCHWARCZ e STARLING, 2015).

Por último, é importante confrontar essas memórias em disputa com a conceituação feita por Michael Pollak (1989, p. 4), ao ressaltar o papel que a história oral teve em fazer emergir as “memórias subterrâneas”:

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "memória oficial", no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e

reabilita a periferia e a marginalidade. Ao contrário de Maurice Halbwachs, ela acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados.

É indispensável alertar para os cuidados especiais que deve-se ter ao apropriar-se de conceitos desenvolvidos a partir de casos específicos. Assim, ainda que seja possível enquadrar a memorialística dos militantes como “subterrânea”, é importante denotar as diferenças entre os casos, a fim de ressaltar as nuances e matizes e evitar uma transposição mecânica de conceitos.

Uma observação preliminar permite se perceber que a memorialística militante, que publicou livros autobiográficos e/ou foi entrevistada por historiadores acadêmicos, esteve mais preocupada com a autojustificação e a construção de narrativas heróicas e legitimadoras para dentro do próprio movimento operário e de esquerda, do que com uma intervenção na memória coletiva nacional. Assim, é necessário problematizar a noção de Pollak de uma memória subterrânea que opera uma “subversão no silêncio”, assim como não se pode dizer que tenha ressurgido “em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados” (POLLAK, 1989, p. 4). É importante ressaltar a carência de um estudo mais profundo sobre o impacto dessas publicações, o que permitiria avaliar sua recepção fora dos círculos acadêmico e de esquerda.

No entanto, é muito adequada a noção de oposição dessa memória militante à “memória oficial”, principalmente no que se refere ao episódio do levante aliancista de 1935, bem como no seu papel (ainda que periférico) em acentuar “o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional” (POLLAK, 1989). É possível, também, transferir-se essa dinâmica para a relação entre a memória pecebista e a memória trotskista de eventos como a contramanifestação antifascista e o próprio levante aliancista, configurando uma memória “dissidente da dissidente”, ou “subterrânea à subterrânea”.

A memória do PCB não aparenta ter constituído uma memória “oficial” tão forte como a que os historiadores europeus denunciam no seu contexto (HAUPT, 1985; HOBBSAWM, 2000), mas não é forçado argumentar que a memória de dissidências à

esquerda do PCB tenha sido (ao menos, por muitos anos) apagada ou silenciada. Um olhar rápido para historiografia do trotskismo no Brasil (a primeira grande dissidência) permite observar-se a predominância de trabalhos sobre o PCB, em detrimento das experiências trotskistas.

Um exemplo bastante ilustrativo das disputas acerca do passado que são mobilizadas pela memória é todo aquele que remete a episódios emblemáticos, que tendem a ofuscar os processos que foram fundamentais para a sua ocorrência (CASTRO, 1999). No caso do antifascismo brasileiro pré-ANL, o evento singular que carrega a marca de subsumir a mobilização que lhe deu origem, além de ser objeto privilegiado de disputa entre tendências diferentes, é o da contramanifestação antifascista de 7 de outubro de 1934, na Praça da Sé, centro de São Paulo. Marcada pelo peso simbólico de ter sido a mais significativa vitória popular sobre o fascismo nas ruas de uma das maiores cidades do país, a responsabilidade pela sua organização foi disputada por diferentes sujeitos, interessados nos possíveis ganhos políticos do episódio. Nesse sentido, são destacadas as obras de Abramo (1984; 2014) e Maffei (1984) por serem as versões mais sofisticadas dessa memorialística, dedicando livros inteiros ao acontecimento e ao processo que levou a ele.

Retornando à colocação de Motta (2012) sobre a questão da importância de se verificar o contexto de produção das memórias, um olhar atento para as obras escolhidas, nesse sentido, pode permitir extrair algumas informações importantes. Como já foi exposto, ambas as obras datam de 1984, ano que marcou os 50 anos da contramanifestação, além de estar inserido numa conjuntura de maior abertura política no Brasil. A obra de Maffei, intitulada *A Batalha da Praça da Sé*, foi publicada pela editora *Philobiblion*, como parte da coleção *Redescobrimento do Brasil* e recebeu um prefácio do historiador Nelson Werneck Sodré. Esses fatos já denotam um esforço, para além de marcar a efeméride do evento, de situar a obra entre narrativas que possam oferecer uma nova interpretação sobre a história do país. Já a obra de Abramo foi publicada inicialmente com o título de *7 de Outubro de 1934 – 50 anos* na primeira edição dos *Cadernos CEMAP*, periódico criado pelo Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa (CEMAP), do qual o autor foi um dos fundadores. Trinta anos

depois, em 2014, marcando 80 anos da contramanifestação, a obra foi republicada pela editora *Veneta*, sob o título de *A Revoada dos Galinhas Verdes*. A nova edição acrescenta ao texto de Abramo (que faleceu em 1993) uma série de fotos contidas no acervo do CEMAP, além de algumas notas e informações novas.

Outro ponto importante de se analisar são os objetivos que cada autor tem ao escrever o seu relato. No caso de Abramo, o sentido de sua escrita é explicitado nas primeiras páginas da obra e se dá a partir de três aspectos que se relacionam, mas que podem ser divididos da seguinte forma: 1) o de “retraçar as etapas principais” (ABRAMO, 2014, p. 13) que levaram à contramanifestação, remontando a trajetória da Frente Única Antifascista e de seu esforço na construção da unidade; 2) o de apresentar esse processo como exemplo que, apesar de todos os seus percalços e de toda sua complexidade, possa servir de “matéria de reflexão para orientação das novas gerações de lutadores das classes oprimidas” (ABRAMO, 2014, p. 13); e 3) a defesa de uma perspectiva de escrita da história “da parte de quem está em condições de fazê-lo” (ABRAMO, 2014, p.13), a fim de “desmistificar uma suposta historiografia praticada por gente de várias qualificações e origens” (ABRAMO, 2014, p.13).

Na obra de Maffei, a intenção do autor não está expressa de maneira clara, tal qual a de Abramo. De qualquer forma, é possível perceber sua preocupação em ressaltar a questão da unidade, a partir de um viés que valoriza o sacrifício pessoal de deixar de lado as diferenças políticas para lutar conjuntamente contra um inimigo em comum. Assim, o autor critica aqueles que insistiam em dificultar a construção da unidade com seus debates “extemporâneo[s], vazio[s] e derivante[s]” (MAFFEI, 1984, p. 78), como os travados entre os então trotskistas Fúlvio Abramo e Mário Pedrosa e o então “stalinista” Hermínio Sacchetta. Maffei também enfatiza a própria questão do passado e as disputas em torno dele, que mesmo com o passar dos anos continuavam ocorrendo e tenta assumir uma posição neutra e alheia a esse debate, constantemente criticando os militantes que teriam tentado assumir autoria dos acontecimentos. De narrativa bastante pessoal e literária (o autor era escritor, além de médico), a obra de Maffei expressa diversas vezes uma preocupação com exaltar o heroísmo dos sujeitos envolvidos na batalha (mesmo aqueles

criticados) e com o aspecto moral das disputas, dando pouca atenção para o conteúdo político dos debates que ocorriam no interior do movimento operário.

Na medida em que enfatizam aspectos diferentes do processo, os autores já realizam uma disputa em torno da sua memória, mas também o fazem de maneira mais explícita quando favorecem a dimensão do testemunho pessoal dos fatos (e processos) e seu objetivo de estabelecê-los corretamente. Assim, a ênfase que Abramo dá aos entraves na construção da unidade difere bastante da maneira como Maffei trata a questão.

Para Maffei, a unidade foi construída às pressas, perante a iniciativa do PCB, que teria “virado a chave”, percebido o perigo do integralismo e abandonado o seu sectarismo, e somente obtida após a superação de debates que eram vistos como desnecessários e apenas expressões dos egos dos militantes e das organizações que representavam. Em suma, o que dificultava a unidade era uma questão mais moral do que conjuntural ou referente às diferenças táticas e estratégicas entre as correntes, expressada pelos embates entre stalinistas e trotskistas. No momento em que essas diferenças foram colocadas de lado, durante uma reunião em que tenentistas e anarquistas conseguiram moralizar as duas partes em litígio, a unidade foi construída, sob liderança do PCB (MAFFEI, 1984, p. 79):

Como por um passe de mágica, chegou-se a um acordo de trégua ideológica [...] Durante uma disputa irritante entre líderes comunistas e trotskistas, Carmelo Crispino, não tomando conhecimento da perlanga, pediu a expulsão dos camaradas de Stalin e Trotski para que se pudesse combater o fascismo... Ristori emendou [...] Só faltou nos chamar de imbecis, pois enquanto os integralistas preparavam a ocupação das ruas, nós, os antifascistas, estávamos nos perdendo em pendências nem sequer ideológicas. Frola, chorando [...] descreveu o ganho dos espaços urbanos e a tomada do poder por Mussolini, enquanto seus opositores se entredevoravam como se estivessem numa arena, sob os olhares complacentes das classes dominantes [...] Depois falou Edgard Leuenroth cordatamente [...] E foi claro: só o objetivo, o impedimento da parada fascista, nos interessava [...] E foi assim que surgiu a frente única.

No relato de Abramo, a dimensão que assume papel principal é a dos entraves que o PCB colocava à construção da frente única entre as organizações, boicotando a FUA e constantemente polemizando com os trotskistas. Para Abramo, a questão da unidade se coloca como uma obviedade: sem ela não teria ocorrido sucesso na contramanifestação. Citando Mário Pedrosa, o autor escreve (PEDROSA, *apud* ABRAMO, 2014, p. 56):

A data de 7 de outubro (de 1934) não pode ser sectarizada nem monopolizada por esta ou aquela tendência. Ela pertence a todos nós, ela se deve sobretudo ao heroísmo do proletariado de São Paulo; sua comemoração cabe a todos nós, anarquistas, antifascistas, democratas, revolucionários, stalinistas e trotskistas, comunistas e socialistas que participamos dela na medida de nossas forças e num espírito de frente única verdadeiramente proletário [...]

A grande questão que Abramo visa esclarecer através do seu testemunho é como se chegou à unidade e por que não se chegou antes à ela. Sua resposta está no sectarismo das outras organizações, especialmente anarquistas e pecebistas. Quanto aos primeiros, o autor apresenta uma visão um tanto superficial e estigmatizada (tal qual Maffei), compreendendo o sectarismo anarquista como uma questão de princípio. Quanto aos segundos, a análise é mais aprofundada, remetendo à tática do “terceiro período”, à perseguição pecebista aos trotskistas e sua recusa em dar legitimidade aos dissidentes, à leitura da importância da luta antifascista como secundária à luta contra a guerra, à política de não compor frentes únicas com outras organizações, em favor das frentes “pela base” e, por fim, remete até mesmo à concepção estratégica do partido, de revolução por etapas. A figura de Hermínio Sacchetta aparece como a do dirigente pecebista que tentava deslegitimar os trotskistas a todo instante, mas que finalmente cedeu e, contrariando o Comitê Central do PCB, aceitou construir unidade antifascista com outras organizações.

É necessário enfatizar como ambos os autores demonstram uma preocupação pelo processo histórico, e não apenas pelo evento em si, embora este seja o clímax de suas narrativas. Abramo busca explicar o episódio a partir da formação e atuação da Frente Única Antifascista, numa narrativa que tem o papel de corrigir os erros de historiadores que a invisibilizaram e que destaca o papel fundamental que a organização teve na difícil tarefa de construir unidade entre as esquerdas. Já Maffei encara o processo como uma lenta tomada de consciência do PCB e das outras correntes do movimento operário acerca do perigo do fascismo e da necessidade de superar o sectarismo. O autor ressalta que a dificuldade em aprender com o passado foi fundamental para esse atraso das esquerdas e permaneceu sendo um problema posteriormente à contramanifestação, visto que o período que a sucedeu foi do “pior fascismo que o Brasil jamais conheceu” (MAFFEI, 1984, p. 110).

Embora seja necessário relativizar os relatos até aqui abordados, tanto na sua fidelidade aos fatos, quanto nas suas interpretações, é importante evitar de lançar um olhar condescendente em relação a esses autores e suas narrativas. Mesmo que se possa apontar o óbvio partidarismo dos dois, interessados em contar a história a partir de sua visão pessoal, as duas obras não estão isoladas das tendências historiográficas e dos processos políticos pelos quais o Brasil e o mundo passavam. Sendo assim, a maneira com que os autores constroem narrativas e se apropriam do passado não diferem, ao todo, do que faz qualquer outra obra historiográfica, na medida em que nenhum historiador, por mais profissional e rigoroso que seja, não se situa acima e distante do seu objeto de pesquisa.

Para concluir, é preciso retomar o ponto da publicação da obra de Abramo em 2014, sob o título de *A Revoada dos Galinhas Verdes*, para propor algumas reflexões. A rememoração dos 80 anos do episódio da Praça da Sé se faz num contexto bastante distinto, mas que carrega algumas semelhanças desconfortáveis com a realidade da década de 1930. No que pesem as diferenças de conjuntura, é inegável que as eleições de governos de extrema-direita em diversos países (como o Brasil), a ascensão de grupos fascistas e o próprio recrudescimento da luta de classes levaram a uma reapropriação popular do conceito de antifascismo, principalmente em mobilizações de categorias sociais ausentes no contexto dos anos 1930, como as torcidas organizadas antifascistas e o precariado digital que protagonizou o “Breque dos Apps”. Tendo sido relançada no século XXI, com o objetivo de fornecer lições sobre a importância da unidade antifascista, numa edição que conta com um sofisticado trabalho gráfico e editorial, com um novo nome, que ressalta o triunfo antifascista e desmoraliza o fascismo, será possível afirmar que a versão memorialística de Abramo se tornou a mais visível? Teria sido a obra de Maffei, que não passou da sua primeira edição, em 1984, relegada à invisibilização e esquecimento? Sendo assim, que lições a versão de Abramo traz para a atualidade?

Em relação aos dois primeiros questionamentos, não há elementos suficientes para se fazer qualquer afirmação. Quanto ao terceiro, o mais importante para as preocupações aqui expressas, é possível chegar a uma conclusão, embora não se pretenda definitiva. No que pesem eventuais erros factuais e a superestimativa do seu papel individual nos acontecimentos, a interpretação de Abramo é mais realista e bem-sucedida em mostrar a

complexidade do processo que levou à conquista da unidade. Além de mostrar como essa unidade foi momentânea, fruto da reação dos partidos empurrados pela sua base social quando a situação se mostrava crítica, Abramo consegue demonstrar que essa construção não se deu por acaso, e que não se explica meramente pela superação da disputa entre egos dos militantes, mas sim como resultado de uma luta que remonta a, pelo menos, o ano de 1933 e que foi constantemente deslegitimada por um setor grande do movimento operário, o PCB e por um setor ainda muito influente, dos anarquistas. Embora faça uma leitura superficial e estigmatizada em relação ao sectarismo anarquista, a análise que Abramo faz dos motivos que levaram o PCB (por mais que o autor cometa alguns erros e confusões nesse sentido também) a não legitimar os esforços de trotskistas, socialistas e tenentistas até o momento em que a situação ficou insustentável, são condizentes com as conclusões que a historiografia traz a respeito da estratégia e da tática do partido naquele período.

A unidade obtida não subsumiu em nenhum momento as inúmeras diferenças políticas, em termos de projetos coletivos, estratégias e táticas, que dividiam os diversos setores do movimento operário na época. Se o panorama da esquerda brasileira na década de 1930 já era algo muito diferente de um quadro monocromático, na terceira década do século XXI ele não é nada menos que um verdadeiro mosaico, expressivo dos muitos matizes possíveis dentro do pensamento progressista. Sendo assim, a velha fórmula da frente única, de “marchar juntos, golpear separados”, é sugestiva acerca da melhor maneira de construir unidade contra o fascismo, o protofascismo e demais expressões da extrema-direita contrárias às liberdades democráticas, sem pretender um programa que “passe a régua” na importante e rica diversidade existente no espectro político de esquerda.

Referências bibliográficas:

ABRAMO, Fúlvio. O 3 de outubro de 1934 - 50 anos. **Cadernos CEMAP**, São Paulo, n. 1, p. 3-65, out. 1984.

ABRAMO, Fúlvio. **A revoada dos galinhas verdes**. São Paulo: Veneta, 2014.

CASTRO, Ricardo Figueiredo de. **Contra a guerra ou contra o fascismo**: as esquerdas brasileiras e o antifascismo, 1933-1935. Tese (Doutorado em História) – PPGH, UFF, Niterói, 1999.

HAUPT, Georges. Por que a história do movimento operário? **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 5, n. 10, p. 208-31, mar./ago. 1985.

HOBBSAWM, Eric. **Mundos do Trabalho**: novos estudos sobre História Operária. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madri: Siglo XXI, 2002.

MAFFEI, Eduardo. **A Batalha da Praça da Sé**. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1984.

MOTTA, Marcia. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 20-35.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n.3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/306>. Acesso em 18 fev. 2022.

SCHWARCZ, Lilia e STARLING, Heloisa. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

VIANNA, Marly de Almeida G. **Revolucionários de 35**: sonho e realidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

A AMEAÇA DO "COMUNISMO DESTRUIDOR": O ANTICOMUNISMO CATÓLICO DE O APÓSTOLO (1874 - 1875)

JOÃO VITOR DE ARMAS TEIXEIRA⁶⁵

RESUMO: O presente trabalho visa analisar o imaginário (BACKZO, 1999; ESPIG, 1998) anticomunista católico gestado nas décadas finais do século XIX em solo brasileiro nas páginas do periódico O Apóstolo, o principal jornal religioso do período. Este estudo propõe-se a desenvolver as reflexões propostas por Malatian (2003), Secco (2020) e Tavares (1983) que consideram o ultramontanismo e seu combate à modernidade, como os precursores das tendências anticomunistas no Brasil. Nesse sentido, intenta contribuir para preencher uma lacuna historiográfica sobre o fenômeno no país, pois não há trabalhos acadêmicos com o recorte temporal aqui proposto. Não obstante, tais balizas (1874-1875) coincidem com o auge da Questão Religiosa, período de grande crise entre a Igreja e o Estado brasileiro, logo, busca examinar de que maneira os católicos da referida folha mobilizaram o anticomunismo contra seus inimigos políticos. Para tanto, utiliza-se da metodologia da história da e por meio da imprensa, pois o jornal é fonte e objeto. Portanto, articula a análise de conteúdo de Bardin (2011) e Zicman (1985), valendo-se de conceitos-chave que constituem parâmetros de análise qualitativos articulados com a problematização da fonte e das ocorrências e o entrecruzamento com a historiografia (DOHLNIKOFF, 2017; LAPUENTE, 2015; LUCA, 2008). Ademais, sustenta a hipótese de que o anticomunismo brasileiro possui raízes no catolicismo antiliberal da segunda metade do século XIX, evidenciando uma tradição anticomunista (MOTTA, 2000) que antecede a Revolução Russa de 1917 e a fundação do Partido Comunista Brasileiro em 1922.

Palavras-chave: ultramontanismo; anticomunismo; Brasil Império.

⁶⁵ Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, bolsista CAPES. E-mail: joaoarmas1998@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste em um recorte de um projeto de maior amplitude que objetiva o estudo do imaginário (BACKZO, 1999; ESPIG, 1998) anticomunista católico gestado no Brasil nas décadas finais do século XIX. Nesse sentido, possui o intuito de ampliar as reflexões realizadas por Bandeira (1967), Malatian (2003), Tavares (1983) e Secco (2020), autores que foram precursores ao identificar, nos oitocentos, o possível nascimento do anticomunismo no país.

Este texto se valerá das contribuições de Motta (2002) que, em seu estudo de fôlego sobre aquilo que o autor entende por “anticomunismos” – no plural –, aborda as matrizes desses movimentos. Logo, será de suma importância realizar o exame da matriz católica presente no periódico *O Apóstolo*, do Rio de Janeiro. Ademais, visa identificar os principais autores, correntes de pensamento e a orientação doutrinária presentes nas páginas do jornal entre os anos 1874 e 1875.

É pertinente mencionar que inexistente na historiografia brasileira um trabalho de fôlego sobre esses imaginários gestados no final dos 1800. Portanto, cumpre mencionar que as balizas temporais e de fontes utilizadas neste texto, não esgotam a temática que se mostra fecunda para o estudo histórico. A gazeta católica aqui trabalhada não é uma exceção no período, mas, sim, um grupamento dentre outros que mobilizaram – em maior ou menor medida – certos imaginários anticomunistas na disputa pela modernidade no contexto final do Império brasileiro.

Metodologicamente insere-se na História da e por meio da imprensa, pois o jornal *O Apóstolo*⁶⁶: Periódico religioso, moral e doutrinário, consagrado aos interesses da religião e da sociedade, do Rio de Janeiro, disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional é a principal fonte e objeto do presente estudo. Vale-se do método de análise de conteúdo de Bardin (2011) e Zicman (1985) e utiliza conceitos-chave que constituem parâmetros de análise. Desse modo, objetiva articular o levantamento das ocorrências

⁶⁶ Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

desses conceitos-chave com a problematização da fonte e o entrecruzamento com a historiografia (LUCA, 2008; LAPUENTE, 2015; DOLHNIKOFF, 2017).

AS MATRIZES

O Apóstolo, por tratar-se de uma fonte de caráter doutrinário, alinhava-se com a tendência hegemônica do catolicismo brasileiro no período, ou seja, o ultramontanismo. De acordo com Santirocchi (2010, p. 24), o ultramontanismo foi o “movimento de reação a algumas correntes teológicas e eclesiásticas”, às Igrejas nacionais, às ideias decorrentes da Revolução Francesa, em suma, à modernidade, isto é, um “conjunto amplo de modificações nas estruturas sociais do Ocidente” que era propiciada “a partir de um processo longo de racionalização da vida” (SILVA; SILVA, 2009, p. 297). Os ultramontanos defendiam a centralização da política e da doutrina na figura papal. No Brasil, ocupavam o episcopado desde a primeira metade do século, foram alçados aos principais postos da Igreja como reação ao envolvimento de padres nas revoltas regenciais, à circulação de ideias republicanas e do grande envolvimento clérigo na política. Nesse sentido, cumpriam o papel de moralização eclesiástico e da sociedade, atuavam contra as perversões dos costumes e o contato com ideias materialistas.

Ultramontano é um termo que remete ao período medieval e significa, grosso modo, para além da montanha e, no século XIX, passou a ser sinônimo daqueles que defendiam a centralidade de Roma e da figura papal. O papado de Pio IX (1792-1878) foi marcado por ser a expressão dessa cruzada católica contra a modernidade (SILVA; CARVALHO, 2018), sua ação foi de forte combate contra o liberalismo, o racionalismo e o comunismo. Durante seu período, ocorreu o Concílio Vaticano I, de 1870, que garantiu a infalibilidade papal, ou seja, a centralização doutrinária e assim permitiu excomungar vários dissidentes.

Logo no primeiro ano de seu papado Pio IX publicou a Encíclica *Qui Pluribus*, de 9 de novembro de 1846, que seria o primeiro de diversos documentos condenando o socialismo, o comunismo e chamando atenção para a questão das organizações operárias:

A nefasta doutrina do comunismo, como se costuma dizer, mais avessa à própria lei natural; uma vez admitida, os direitos de todas as coisas, das coisas,

das propriedades, até mesmo da própria sociedade humana, seriam perturbados de baixo para cima.

Posteriormente, em 20 de abril de 1849, a elocução *Quibus, Quantisque*:

O que, além de inúmeros e gravíssimos outros argumentos, mostra cada vez mais que as exigências das novas instituições e o progresso tão pregado por tais homens visam apenas manter as agitações sempre vivas, eliminar todo princípio de justiça, virtude, honestidade, de religião; e apresentar, O socialismo, ou mesmo o comunismo, principalmente contrário à lei e à própria razão natural.

A Encíclica *Nostis et Nobiscum*, de 8 de dezembro de 1849, diz-nos que:

E quanto a esses sistemas e doutrinas corruptas, já é do conhecimento de todos que eles, abusando dos nomes de liberdade e igualdade, tentam insinuar os princípios mortíferos do socialismo e do comunismo no vulgo. É também evidente que os mesmos mestres do comunismo e do socialismo, embora atuem de maneiras e com métodos diversos, acabam por ter esse propósito comum de fazer com que os trabalhadores e outros homens de condição inferior, enganados por suas mentiras e iludidos pela promessa de uma vida mais confortável, se agitem em contínua turbulência e pouco a pouco aos poucos se treinam para crimes mais graves.

Já, na Encíclica *Singulari Quidem*, de 17 de março de 1856:

Com efeito, bem conheceis os infames artifícios, as numerosas maquinações e as monstruosas invenções de todo o tipo de opiniões com que astutos arquitetos de dogmas perversos procuram desviar-se do caminho da verdade e da justiça e arrastar os imprudentes e sobretudo os tolos em erro e perdição o sem noção.

E na Encíclica *Quanto conficiamur*, de 10 de agosto de 1863:

Os homens, segundo a sua condição própria e pessoal, devem certamente assegurar a obtenção dos recursos necessários à vida, seja cultivando as letras e as ciências, seja exercendo as artes liberais ou profissionais, seja exercendo funções públicas ou privadas, seja dedicando-se eles mesmos para os negócios; mas é absolutamente necessário que ajam honestamente, com justiça, com probidade, com caridade.

Todas as encíclicas e epístolas mencionadas acima constam no – muito provavelmente – principal texto do papado de Pio IX que é a Encíclica *Quanta Cura*, de 8 de dezembro de 1864, que possui um anexo, de nome *Syllabus*, onde são elencados os erros da modernidade. Dentre tantos equívocos das sociedades da segunda metade dos oitocentos, no parágrafo quarto, consta a condenação do “Socialismo, Comunismo, Sociedades Secretas, Sociedades Bíblicas, Sociedades Clérigo-Liberais”. Esses

fenômenos, segundo o papa, eram pestes. O mencionado anexo encíclico *Syllabus* é reiteradamente mencionado em *O Apóstolo*.

Não obstante, além do papa, autores engajados pela causa ultramontana, conservadores e contrarrevolucionários foram importantes referências intelectuais para o periódico e para seu anticomunismo. É possível citar, de acordo com Ramos Júnior (2016) e Silva e Carvalho (2018), Joseph de Maistre (1753-1821), Visconde de Bonald (1754-1840), Donoso Cortés (1809-1853) e Jean-Joseph Gaume (1802-1870).

Maistre é um grande expoente desse conjunto de autores, pois ele fundamentou uma visão teológica da Revolução Francesa de 1789 e foi influenciado pelas ideias de outro contrarrevolucionário: Edmund Burke. É considerado por Gileno e Medeiros (2021) um dos grandes expoentes do ultramontanismo e uma de suas obras derradeiras, *Du Pape* (1819), expõe uma visão de mundo na qual o Papa deveria governar, julgar e ensinar. Postava-se, portanto, como antítese do iluminismo e do racionalismo e entendia que a figura papal deveria mediar os conflitos entre as nações. A Igreja, para Maistre, representava a sociedade perfeita, era o ponto de equilíbrio e o norte pelo qual todos deveriam guiar-se.

De Bonald criticava, segundo Rodrigues (2012, p. 353), a Revolução a partir da análise do “caráter satânico e ao mesmo tempo divino da Revolução, além de encará-la como produto do racionalismo, da Reforma Protestante, de Rousseau”. Segundo Lynch (2017), o autor também foi inspirado pelas considerações burkeanas de rechaço ao jusnaturalismo abstrato e considerava que o papel da religião e da tradição tinha caráter civilizatório. Ademais, advogava uma concepção unitária entre a religião, o poder político e o Estado, com a primeira tendo a primazia moral e doutrinária sobre as demais.

O espanhol Donoso Cortés, dedicou um *Ensaio* ao catolicismo, o liberalismo e o socialismo. No texto é possível ler que “o socialismo é forte porque é uma teologia satânica”, pois nega os valores religiosos, defende a República e é racionalista (CORTÉS, 2014). Ademais, Cortés visava apontar semelhanças do socialismo para com o liberalismo, expressão de sua ojeriza às ideias oriundas de 1789 e que contribui para a

perspectiva de enquadramento das duas correntes de pensamento para um mesmo caudal lógico.

Gaume foi autor do livro *Le Petit Catéchisme du Syllabus* (1867)⁶⁷, publicado integralmente nas páginas do periódico que também divulgou uma miríade de textos e cartas do autor. Em seu *Catecismo*, obra didática, caracterizada por perguntas e respostas e curtos parágrafos, Gaume (1878, p. 18), argumenta que “o comunismo é a prática do socialismo”; “o socialismo, estabelecendo a igualdade universal, conduz a comunidade e, por conseguinte, à participação igual de todos os bens”. Nesse sentido, o comunismo “suprime toda a propriedade, anula a família e destrói toda a hierarquia social”, resumidamente: “é a utopia mais impura, mais absurda e de mais impossível realização”. Percebe-se que há uma concepção elaborada sobre as relações entre o socialismo e o comunismo, evidenciando a relação entre a propriedade, a família e a hierarquia social, isto é, existe uma ameaça às bases da sociedade que, conseqüentemente, entraria em colapso em todas as suas esferas com o fim da propriedade privada.

É possível inferir, portanto, que as matrizes do anticomunismo católico presentes em *O Apóstolo* derivam de um processo de reação conservadora à modernidade, compreendida enquanto processo de perversão dos valores religiosos, isto é, uma ameaça à ordem social. Tal fenômeno possui sua gênese na Revolução Francesa. Dessa maneira, o evento adquiriu, no pensamento conservador, contornos malignos associados ao absoluto mal, por conta da violência com que negou os valores religiosos e as tradições. Não obstante, o movimento revolucionário que colocou as classes em movimento, acabou evidenciando a existência de “uma facção da classe média liberal [que] estava pronta a continuar revolucionária até o, e mesmo além do, limiar da revolução antiburguesa” (HOBSBAWM, 2020, p. 111). A Conspiração dos Iguais em 1796, liderada por Gracchus Babeuf (1760-1797), foi o primeiro movimento comunista moderno e pressupunha, de maneira incipiente, a superação da ordem burguesa justo em meio ao processo de seu nascimento. Os Iguais foram a escola revolucionária que inspirou o maior revolucionário do século XIX: Louis Auguste Blanqui (1805-1881), o teórico da ditadura do proletariado

⁶⁷ Foi publicada pelo jornal no ano de 1875, mas optou-se por utilizar uma edição de 1878 neste trabalho.

e das ações de vanguarda. Não obstante, Blanqui liderou a revolta de junho de 1848, o “primeiro embate entre a burguesia e proletariado” (MARX, 2012, p. 48) e que marcou uma mudança teórica, prática e política para a luta dos trabalhadores no período. Houve a reorganização do proletariado mundial sob a I Internacional (1864-1876) envolvida no firme combate contra o II Império bonapartista e ultramontano (1852-1870), desaguando na Guerra Franco-Prussiana (1870-1871) e, por fim, na Comuna de Paris (1871), a primeira revolução de trabalhadores da História. Portanto, é nesse cenário que o anticomunismo foi gestado e articulado contra ameaças reais e imaginárias.

COMUNISMO: O SUCESSOR NATURAL DO LIBERALISMO

O Apóstolo foi um periódico católico sediado na cidade do Rio de Janeiro, com circulação compreendida entre os anos de 1866 e 1893. Teve sua impressão a cargo de duas tipografias, Nicolau Lobo Vianna e Filhos, no primeiro de existência e, posteriormente, em 1867, passou a contar com tipografia própria: Tipografia do Apóstolo. Era sediada na Ladeira do Seminário, número 6 A e, a partir de 1870, mudou-se de sede, passando para a rua do Ouvidor, números 16 e 18. Sua periodicidade mudou conforme os anos, entre 1866 e 1871 foi semanário; de 1874 até 1876, foi diário; e a partir de 1877 passou a ser publicado às quartas, sextas e domingos. Não se sabe muito a respeito da fundação do periódico, a hipótese mais aceita é de que foi fundado por padres, segundo Pinheiro (2009) e suas matérias, geralmente, não eram assinadas. Seus meios de financiamento davam-se, além da venda dos exemplares, serviços de impressão, venda de livros e anúncios em suas páginas.

Em 2 de janeiro de 1874, era possível ler o seguinte: “Nenhuma forma de governo é incompatível com o catolicismo: A REPÚBLICA CRISTÃ É BEM PREFERÍVEL À MONARQUIA ATEÍSTA”. É pertinente atentar para o fato de que o movimento republicano ganhava corpo em solo nacional e já haviam passados quatro anos desde o *Manifesto*⁶⁸, além disso, a forma de governo era uma das pautas da Geração 1870, “em um contexto de desejo de futuro, como sinônimo simultâneo de democracia e ciência, República foi o nome brasileiro da modernidade” (MELLO, 2008, p. 31).

⁶⁸ Manifesto Republicano publicado em 1870.

Consequentemente, os temores dos católicos, segundo a matéria, era o abandono dos valores religiosos. Isto é, um governo representativo “genuíno, assegura a todas as classes igual justiça, o liberalismo, como hoje o preconizam e como a experiência tem mostrado, é a mais completa perversão de uma verdadeira e nobre teoria”. O liberalismo, a partir dessa perspectiva, não é um meio para equidade, mas, sim, acentua as contradições sociais e, ainda pior: “traz consigo o governo da sua dissolução, e se chegasse a dominar, não poderia resistir, não poderia sobreviver aos conflitos sociais e políticos que continuamente suscita”. Segundo a folha ultramontana, no “liberalismo a base fundamental, única medida porque se afere o direito, é a vontade das maiorias numéricas”, dessa forma, substitui “em política como o racionalismo em religião, o querer do homem ao querer de Deus”. Portanto,

o desenvolvimento deste princípio, a sua conclusão lógica é a guerra das classes, que uma tal teoria infalivelmente traz consigo, guerra que afinal necessariamente faria sucumbir o liberalismo para dar lugar ao comunismo, que é o seu sucessor natural (O APÓSTOLO, 2 de janeiro de 1874).

É preciso elucidar que no contexto havia uma crise entre o Estado e a Igreja, a Questão Religiosa, resultando na prisão de bispos, inclusive, o importante bispo de Olinda. Nesse sentido, lutavam pela preservação dos valores religiosos, ultramontanos presentes no *Syllabus*. Um dos erros modernos, o liberalismo, tratava-se, em partes, de uma teoria nobre que, entretanto, ao propor a racionalização da política e da visão de sociedade, afastaria os homens da perspectiva católica. O pensamento liberal passava a ser uma ameaça à sociedade, pois não trazia consigo o equilíbrio entre os antagônicos, senão o acirramento de suas contradições, a luta de classes e o conseqüente comunismo.

Na data de 27 de maio de 1874, na principal seção do jornal, de título *O Apóstolo*, publicou-se: “temos confiança no passo que demos, porque é reclamado pela pátria e pela religião, ameaçadas por seus mais encarniçados inimigos - o cesarismo e o comunismo”. Ou seja, o reforço do trabalho eclesiástico, a busca da moralização da sociedade, o apoio ao centralismo doutrinário e político na figura papal e o combate às correntes de pensamento não católicas e os erros de sua contemporaneidade: esses foram os passos dos editores do intransigente periódico. Seu ultramontanismo militante justifica-se por ameaças à sua existência e à própria pátria: o cesarismo e o comunismo. O cesarismo, muito possivelmente, refere-se ao próprio Imperador que, ao tomar uma atitude oposta às

ordens do Vaticano⁶⁹, afastava-se da vontade divina, da ordem e do poder espiritual que deveria traduzir-se em política, do papa. Os católicos diante de tal fato pressupunham uma ameaça de desagregação do Estado e um Estado desagregado resultaria no temido comunismo. Esse tipo de elocubração parece antecipar as tendências anticomunistas do século XX e XXI, que articularam fundamentos patrióticos e religiosos como meio unificador em seu combate aos adversários políticos.

Em 20 de junho de 1875, *O Apóstolo* publicou, “os principais erros de nossa época”, isto é, o *Syllabus*, no qual os erros do socialismo e do comunismo aparecem grifados, para chamar a atenção dos leitores. Na data de 2 de julho de 1875, na *Seção Científica*, voltam a aparecer os erros da modernidade, expressos em mais uma citação do anexo, focando-se nos erros do liberalismo ou derivados dele e o socialismo e o comunismo constam no texto. Adiante, é possível ler que: “o socialismo supõe que sobre o Estado não há alguma lei divina ou natural, ou que o Estado não está sujeito a uma justiça superior” e o comunismo “finge na sociedade ou no comum toda a justiça e autoridade, com desprezo total da lei de Deus”. Nesse excerto, mais uma vez, assim como assinalado anteriormente, a partir do anexo encíclico e dos textos de Gaume, o Estado é visto como sagrado, está inserido na dinâmica de combate à laicização da sociedade. É um período, como assinalou Santirocchi (2015), em que a Igreja perdia protagonismo frente ao Estado, em virtude da Questão Religiosa. É uma perspectiva que enxerga apenas o sagrado como o ideal, a sociedade deve estar baseada e envolvida pelo catolicismo e, esse, submetido às posições papais. A paz, a justiça, a autoridade são possíveis apenas mediante os desígnios de Deus, o mais, é incorrer ao socialismo, ao comunismo, que é o sinônimo, para o jornal, da barbárie, da encarnação do mal e da perversão da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A historiografia considera o anticomunismo como um fenômeno do século XX, entretanto, foi possível inferir que tal imaginário foi gestado a partir da segunda metade

⁶⁹ Com a publicação da *Quanta Cura*, em 1864, Pio IX engajou-se em excomungar da Igreja as sociedades secretas, entre elas, principalmente, a maçonaria. Dom Pedro II utilizou-se do padroado, o poder do Estado sobre a Igreja no Brasil, para impedir esse processo. O bispo de Olinda, Dom Vital (1844-1878), não se subordinou às ordens do monarca e acabou por ser preso. Foi um dos principais personagens dessa crise.

os oitocentos. Isso explica-se pela conjuntura conturbada e revolucionada do século XIX, que abarcou as Revoluções de 1848, a fundação e o desenvolvimento da I Internacional, a eclosão da Comuna de Paris e somou-se ao contexto nacional de surgimento do movimento republicano, do abolicionismo, da Geração 1870 e da Questão Religiosa que durou toda a década. Esses fatores desencadearam reações conservadoras que, presenciando tal contexto de crise, passaram a recrudescer suas ações e denúncias frente aos processos de mudanças que se avizinhavam.

Pode-se afirmar que nas décadas finais do Império brasileiro havia um cenário de disputa pela modernidade por diversas forças políticas e os católicos ultramontanos engajaram-se firmemente nessa contenda. O consenso era que o novo século surgia no horizonte, o país não mais poderia conviver com instituições anacrônicas, a mudança era certa, porém, sobre quais bases seriam erguidas o Brasil da modernidade? As forças de mudança propunham um ideias laicas e materialistas. *O Apóstolo*, atuou como porta-voz de uma corrente que se opunha à modernidade, o meio de reação conservadora mais pronunciado, baseado sobretudo no *Syllabus* e nas posições de Pio IX e, nesse sentido, incorporou em seu vocabulário e sua ação política o combate ao socialismo e ao comunismo. As doutrinas da subversão foram associadas às ideias laicas e renovadoras, pois seu processo de radicalização política passou a não distinguir mais seus adversários: todos eram, ou se tornariam, comunistas. Portanto, é nesse cenário e dessa maneira que é gestado o imaginário anticomunista católico em solo brasileiro e que reverbera até a atualidade.

REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, Moniz et. al. **O Ano Vermelho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- BACZKO, Bronislaw. **Los Imaginários Sociales: Memorias y Esperanzas Colectivas**. 2. ed. Buenos Aires: Nueva Visión, 1999.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- CORTÉS, Juan Donoso. **El Catolicismo, El Liberalismo y El Socialismo**. 1. ed. Madrid: Almar, 2003.
- ESPIG, Márcia Janete. Ideologia, mentalidades e imaginário: cruzamentos e aproximações teóricas. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 6, n. 10, p. 151-167, dezembro de 1998. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6220>. Acesso em: 21 jan. 2022.

DA SILVA, A. R. C.; CARVALHO, T. DA R. A Cruzada ultramontana contra os erros da modernidade. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 12, n. 35, 19 dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/45883/751375148315>. Acesso em: 1 ago. 2022.

DOLHNIKOFF, Miriam. **História do Brasil Império**. São Paulo: Contexto, 2017.

GAUME, Jean-Joseph. Catecismo del Syllabus. F. Ferro. Bogotá: 1878.

HOBSBAWM, Eric J. *A Era das Revoluções: 1789-1848*. 44. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 10., 3 a 5 jun. 2015, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: ALCAR, 2015, s.p. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais1/encontrosnacionais/10oencontro-2015/gt-historia-damidiaimpressa/ojornalimpressocomofontedepesquisadelineamentosmetodologicos/vie> w. Acesso em: 9 mai. 2021.

MALATIAN, Teresa. O “perigo vermelho” e o catolicismo no Brasil. In: MALATIAN, Teresa; LEME, Marisa Saenz; MANOEL, Ivan Aparecido (orgs.). **As múltiplas dimensões da política e da narrativa**. Franca: UNESP, 2003. p. 173-183. nov. 2020.

MARX, Karl. **As Lutas de Classe na França: de 1848 a 1850**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. *Tempo*, [s. l.], v. 13, n. 26, p. 15-31, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-77042009000100002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15 nov. 2020

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917 1964)**. 2000. 315 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

O APÓSTOLO. O Apóstolo, Rio de Janeiro, 27 mai. 1874. O Apóstolo, p. 1.

O APÓSTOLO. O aniversário da coroação de Pio IX, o Grande, Rio de Janeiro, 10 jun. 1875. Seção Religiosa, p. 3.

O APÓSTOLO. O liberalismo, Rio de Janeiro, 2 jul. 1875. Seção Científica, p. 3.

O APÓSTOLO. Questão religiosa, Rio de Janeiro, 2 jan. 1874. Variedade, p. 2-3.

PINHEIRO, Alceste. O Apóstolo, ano I: a autocompreensão de um jornal católico do século XIX. **XIV CONGRESSO DA INTERCONM**. Rio de Janeiro, p. 1-12, 2009. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2009/resumos/r14-0018-1.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2022.

PIO IX, Papa. **Encíclica Nostis et Nobiscum**. Vaticano: 8 de dezembro de 1849. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/pius-ix/it/documents/enciclica-nostis-et-nobiscum-8-dicembre-1849.html>. Acesso em: 16 jan. 2023.

PIO IX, Papa. **Encíclica Quanta Cura**. Vaticano: 1864. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/pius-ix/it/documents/encyclica-quanta-cura-8-decembri-1864.html>. Acesso em: 1 ago. 2022.

Pio IX **Encíclica Quanto Conficiamur**. Vaticano: 10 de agosto de 1863. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/pius-ix/it/documents/enciclica-quanto-conficiamur-10-agosto-1863.html>. Acesso em: 16 jan. 2023.

PIO IX, Papa. **Encíclica Qui Pluribus**. Vaticano: 9 de novembro de 1846. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/pius-ix/it/documents/enciclica-qui-pluribus-9-novembre-1846.html>. Acesso em: 16 jan. 2023.

PIO IX, Papa. **Encíclica Singulari Quidem**. Vaticano: 17 de março de 1856. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/pius-ix/it/documents/enciclica-singulari-quidem-17-marzo-1856.html>. Acesso em: 16 jan. 2023.

PIO IX, Papa. **Elocução Quibus, Quantisque**. Vaticano: 20 de abril de 1849. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/pius-ix/it/documents/allocuzione-quibus-quantisque-20-aprile-1849.html>. Acesso em: 16 jan. 2023.

SANTIROCCHI, Ítalo D. Questão de Consciência: os ultramontanos no Brasil e o regalismo do Segundo Reinado (1840-1889). **Fino Traço**: Belo Horizonte, 2015.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Uma questão de revisão de conceitos: Romanização - Ultramontanismo - Reforma. **Temporalidades**, Belo Horizonte, v.2, n.2, 4. ed., p. 24-33, ago./dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5387>. Acesso em: 16 jan. 2023.

SECCO, Lincoln F. O anticomunismo preventivo. **Maria Antonia**: Boletim do GMarx-USP, São Paulo, ano 1, n. 55, 22 nov. 2020. Disponível em: <https://gmarx.fflch.usp.br/boletim55>. Acesso em: 21 jan. 2022.

ZICMAN, Renée Barata. História Através da Imprensa: algumas considerações metodológicas. **História e Historiografia**, São Paulo, v. 4, p. 89-102, jan./dez. 1985. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12410/8995>. Acesso em: 12 jul. 2022.

REVISTA VEJA: O HABITAT NATURAL DO NEOLIBERALISMO

João Octavio França Teixeira⁷⁰

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar como a revista *Veja* atua através de suas páginas disseminando as premissas neoliberais. Para abarcar a mídia (no caso aqui a mídia impressa em revista) é preciso ter dimensão de que ela é o meio pelo qual se divulga notícia, constrói opinião, e gera registro do tempo presente em série. Entretanto, esse processo está diretamente ligado às bases materiais que rodeiam esse modo de fazer notícia, ou seja, fazer notícia não está desvinculada do modo de produção capitalista. Com isso, se insere em um contexto que limita o potencial das notícias e as formas de abordagens sobre os temas. Isso quer dizer que, na organização do mundo capitalista, a mídia é mais um meio de produção, e seu produto são as informações e o direcionamento de um consenso. Como no caso do golpe de 2016 que ocorrera no Brasil contra a presidente Dilma Rousseff, apresentado pela revista *Veja* como impeachment, que serviu de arcabouço legal para desfazer o golpe que estava em curso, sendo as páginas da revista *Veja* um exemplo da aliança da grande imprensa com as pautas neoliberais, utilizando seu espaço de privilégio para propagar os ideais ideológicos(neoliberais). Neste trabalho, será feita uma revisão de literatura de artigos que abordam a ação neoliberal da revista em diferentes períodos em partes de seus periódicos. Além disso, será desenvolvida a hipótese da continuidade de tal comportamento, - chamado aqui de habitat natural do neoliberalismo - pela revista que, na história recente do Brasil, privilegiou o golpe de 2016.

Palavras-Chave: Imprensa, Revista *Veja*, Neoliberalismo.

⁷⁰ Graduado em História (Licenciatura) pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Mestrando no programa de Pós-graduação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Bolsista CAPES. Email para contato:joaoo.octaviofranca@hotmail.com.

Introdução

No presente trabalho trataremos sobre a revista Veja e seu modo de atuação através suas páginas, tendo como base uma revisão de literatura que permite inferir que a revista tem princípios ideológicos neoliberais. Que podem ser observados em processos mais recentes como o golpe de 2016 retratado como impeachment (Derrube ilegal da presidente Dilma Rousseff (PT)). A questão da imprensa, ou seja, como a grande imprensa hegemônica empresarial, atuou como um ator que ajudou a promover processo de impeachment da presidente.

Para realizar essa abordagem, foi selecionado um veículo da imprensa em específico, pois, analisar toda a imprensa quanto a temática do golpe de 2016, seria um trabalho de imenso fôlego e um recorte muito amplo. Com isso, foi escolhida a revista Veja. Existem numerosos trabalhos, sobre a revista e seus posicionamentos ao longo da história, o que nos oferece uma boa base para trabalhar com o objeto.

Nesse sentido, darei destaque para a edição de número 2494 da revista Veja, edição publicada no dia Sete de Setembro de 2016. Edição considerada histórica pela revista. Nessa edição, é perceptível o resumo do processo que auxilia na formação do consenso quanto ao impeachment (entendido aqui como golpe). Sendo, um sinal evidente da continuidade da soberania do imaginário neoliberal nas páginas da revista.

Entendido nesse estudo, como “Golpe de Estado que pode ser referido internacionalmente como coup d’État (em francês) e Putsch ou Staatsstreich (em alemão), consiste no derrube ilegal, por parte de um órgão de Estado, da ordem constitucional legítima” (NOGUEIRA PINTO, 1985, p.66-68). Entretanto o golpe de 2016 tem novos aspectos em suas características...

Entendo a revista Veja como parte da imprensa hegemônica empresarial que é um jornalismo que também emite opinião, entretanto de forma velada, pois anteriormente o posicionamento se dava de forma mais explícita. Segundo Sodré (1999 apud Silva, 2005, p.38) cada partido tinha seu jornal, que se caracterizava por ser geral, propor uma interpretação política, econômica, cultural, a partir dos referenciais de cada um. Com o desenvolvimento em 1950 do modelo empresarial de imprensa, se tem uma notória transformação devido a entrada de capital estrangeiro e modelo norte-americano de jornalismo, que afirma não posicionamento, ou seja, neutra, passa a se vincular a

projetos e não a partidos como afirma Carla Silva.

Assim, é preciso reconhecer o perfil ideológico dessa imprensa hegemônica, dando destaque ao neoliberalismo como um dos pilares desse perfil ideológico. O neoliberalismo segundo o dicionário de conceitos históricos:

O liberalismo, em sua forma atual rebatizada como neoliberalismo, é a ideologia política do mundo globalizado. É ele que advoga a abertura de mercados, o livre fluxo de capitais e os investimentos privados, a redução das responsabilidades sociais do Estado e a própria diminuição deste como mecanismo administrativo (tido em geral como dispendioso e antieconômico), em nome da privatização. O neoliberalismo é a reafirmação dos valores liberais originados do liberalismo econômico do século XIX. (SILVA, 2009, p.261).

Para conseguir, identificar essa continuidade será analisada a carta ao leitor da revista, que é uma parte onde a revista dialoga diretamente com o leitor e expõem visões de mundo. Outra parte a ser analisada, será a parte intitulada “especialimpeachment”, mais uma parte na edição aqui escolhida que reafirma a visão de mundo da revista e que também aponta caminhos que o novo governo deve assumir. Para além de levar em consideração o conteúdo das partes da revista aqui destacados, busca-se entender como a revista apresenta a figura da ex-presidente Dilma.

Logo, o presente trabalho pretende analisar a posição da revista Veja quanto ao golpe de 2016, partindo da análise de sua edição de Sete de Setembro de 2016(2494). Dessa maneira, busca-se realizar um estudo que evidencie a continuidade da hegemonia neoliberal nas páginas da revista.

Um pouco sobre o padrão da revista Veja

Nesse sentido, entendo que a revista Veja se comporta como o habitat natural do neoliberalismo. O objetivo central é mostrar a continuidade da revista como um espaço de reafirmação desses valores, pois um dos principais estudos que afirmam que a revista é um agente neoliberal é de 2002, que é a tese de Carla Silva intitulada “Veja: o indispensável partido neoliberal”, ou seja, é um estudo de 20 anos atrás, com isso é importante fazer um balanço para ver a continuidade da ideologia neoliberal da revista.

O estudo é de gênese qualitativa e utiliza como fonte a revista Veja. Em específico

a edição 2494, disponível no acervo digital da revista Veja. No que tange a concepção teórica temos como ênfase a mídia empresarial brasileira, com foco nas discussões propostas por Carla Silva (2002), a qual compreende a revista como um instrumento que permite noticiar, defender e encaminhar ações de sujeitos concretos, ou seja, atua como um *partido político* na acepção gramsciana do termo. No que diz respeito a metodologia iremos utilizar a proposta de Laurence Bardin (2011) em que o autor propõe a análise de conteúdo que se aplica a “discursos” (conteúdos e continentes), destacando dois aspectos para a análise, um é uma hermenêutica (controlada, baseada na dedução na inferência). A segunda é o esforço de interpretação, (entendendo que análise de conteúdo oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade). Tendo o “não dito” como principal ponto de instigação do investigador.

O histórico da revista de trás para frente

Esta edição de 7 de setembro de 2016 (2494), pode ser considerada a “ponta do iceberg”, ou seja, é onde se revela a visão que a revista possuía quanto ao golpe de 2016. A capa desta edição e a analogia feita ao longo das páginas da revista, mostra toda a desaprovação que o veículo possuía quanto ao governo petista, com a capa colocando como a morte do partido ao simbolizar com a imagem um eletrocardiograma com batimento parado, e nas páginas comparando o impeachment a uma nova independência do Brasil. Abaixo a capa da revista e a carta ao leitor.



Figura 1- Capa revista Veja edição 2494 de 7 de setembro de 2016

HÁ UM PAÍS PARA CONSTRUIR

O IMPEACHMENT de Dilma Rousseff deve abrir caminho para a recuperação econômica do Brasil, hoje devastado pela mais profunda recessão de sua história, depois de uma epidemia de inépcia e descalabro. Sob o comando, agora definitivo, do presidente Michel Temer, o governo federal dispõe, daqui para a frente, da solidez necessária para tocar as mudanças que o país exige. O ajuste fiscal e as reformas trabalhista e previdenciária já ocupam a primeira linha da agenda nacional.

Em um regime democrático, no entanto, a retomada econômica requer um ambiente político civilizado, atuando com um mínimo de concórdia. Por isso, e não por outra razão

Só à luz do enfrentamento incessante da corrupção é que o entendimento nacional poderá prosperar, e a política poderá deixar de ser vista como território fértil para a hipocrisia e o cinismo. A corrupção de uns não pode ser pior do que a corrupção de outros. A pena e o tratamento de uns corruptos não podem ser distintos da pena e do tratamento de outros corruptos.

Nesse contexto, a condenação do deputado Eduardo Cunha, protagonista da próxima batalha a ser travada na Câmara, é central para um futuro de paz. Sua absolvição seria um sinal dramático contra a missão saneadora da vi-

qualquer, o presidente Temer, em seu discurso inaugural, em cadeia nacional de TV e rádio, disse o seguinte: "O momento é de esperança e de retomada da confiança no Brasil. A incerteza chegou ao fim. É hora de unir o país e colocar os interesses nacionais acima dos interesses de grupos".

Por mais que se deseje, a pacificação nacional não será, infelizmente, uma decorrência natural do impeachment. A prova disso já se manifesta nos protestos que aconteceram em algumas capitais na semana passada, nas disputas políticas que aportaram no Supremo Tribunal Federal logo depois da aprovação do impeachment e no próprio ambiente conflagrado que reina no Congresso Nacional.

Para chegar à paz nacional, é fundamental que o impeachment não seja o epílogo da luta contra a corrupção. A continuidade da batalha para higienizar a vida pública é a maneira mais eficaz de derrubar a alegação segundo a qual o combate à corrupção foi, na verdade, apenas um pretexto para promover a deposição do governo do PT.

da nacional e um tropeço clamoroso nas conveniências de uma moralidade seletiva.

Para que o país supere as divisões e consiga conviver com os antagonismos naturais de uma democracia, o papel das instituições terá relevância singular. O Supremo Tribunal Federal, a quem caberá a palavra final sobre tantos figurões da República, deve ser prestigiado e continuar a tomar decisões com equilíbrio. O Ministério Público, sobretudo o Ministério Público, em Brasília ou em Curitiba, tem o dever de corrigir eventuais desvios de rota e manter o vigor e a disciplina na execução de suas tarefas. A Operação Lava-Jato tornou-se parte da redenção nacional.

Há um país para construir. Dos brasileiros que hoje ocupam os postos de comando nas instituições políticas, econômicas e jurídicas, esperam-se a sensatez de quem conhece a gravidade da hora, a generosidade de quem busca o convívio pacífico e democrático, e a determinação de quem sabe onde estão as soluções urgentes de que o Brasil precisa. ■

10 7 DE SETEMBRO, 2016

Figura 2- Carta ao Leitor revista veja edição 2494 de 7 de setembro de 2016

Esse tipo de posicionamento não é algo que recente, já que segundo João Paulo Rossatti, em seu artigo *O espaço neoliberal: uma análise do discurso dos editoriais da Revista Veja (1985-1989)* é possível classificar a revista *Veja* como um lugar em que se promove as políticas neoliberais, pois defende questões como redução do Estado, livre mercado e as liberdades econômicas, tendo como ponto de partida para sustentar essas ideias o período da Nova República, período de desenvolvimento do espaço neoliberal que influenciariam a política nacional na década de 1990. Assim, a revista utiliza suas páginas para disseminar as ideias neoliberais.

Nessa perspectiva, temos um outro estudo que também compreende a revista como um agente neoliberal. O artigo de Heloisa Golbspan Hercovitz, *O neoliberalismo na Imprensa brasileira. Estudo exploratório o noticiário de economia da Revista Veja*,

aponta que a revista durante a década de 90 (1993) através de suas páginas, é favorável a uma reforma econômica neoliberal na América Latina. Sendo esse, uma confirmação não apenas de uma influência na política nacional, mas também uma tentativa de inferir sob a política continental.

Ou seja, o caráter neoliberal da revista é algo evidente, com isso é possível pensar a sua visão quanto ao golpe de 2016. Logo, o jornalismo teve papel importante no que tange a dar um caráter de legalidade ao Impeachment:

Para fundamentar a legalidade e dar um ar de coerência e legitimidade ao processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff, o jornalista representa a Constituição Federal como sendo àquela que preconiza tal processo, sugerindo que deve ser executado pelo presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha (SILVA, 2020, p.114).

Isso posto, é possível estabelecer uma relação que a revista ser um espaço de promoção do neoliberalismo como afirma Carla Silva. tendo em vista que a gestão petista representava uma versão mais moderada do neoliberalismo, e não estaria disposta a realizar as reformas e cortes feitas após o golpe. Ou seja, o golpe para ocorrer teve um forte aliado que foi a imprensa empresarial, que promove o neoliberalismo, tendo no impeachment a possibilidade de implementar o aprofundamento do neoliberalismo. Essa realidade, fica evidente na edição de Sete de Setembro de 2016, edição que a revista *Veja* faz intensa propaganda de possíveis reformas no que tange a redução drástica do Estado.

Conclusões

A partir do que foi apresentado, é possível fazer algumas observações. A revista *Veja*, como ficou evidente nesta edição, está alicerçada em um projeto neoliberal, sendo que a promoção desse projeto em seu espaço de informar os leitores ficou bastante evidente em suas páginas. Da forma como foram trabalhados os problemas, é perceptível o tipo de Brasil que a revista aborda, um país em que as origens de seus problemas podem não estar apenas na corrupção e leis obsoletas.

A revista *Veja*, ao menos nessa edição, não cita os problemas como a desigualdade social, baixa escolaridade e desindustrialização. Como o conjunto de problemas que

podem implicar na crise. Pois, a crise acentua os problemas que um país já enfrenta, e os do Brasil são históricos. A solução apontada vai na contramão de uma possível solução desses problemas e de suas reduções graduais, e acabam por promover a intensificação da crise.

A partir do momento em que se coloca uma gestão, que inaugura mais um período de ausência do Estado com o povo brasileiro em questões essenciais para a vida, anunciando uma série de cortes e retiradas de direitos. Se escolhe um projeto que não busca resolver os problemas do país, mas sim de um grupo que lucra com a exploração do Brasil, implementando e garantindo sua base de operação das políticas econômicas e sociais neoliberais, através de sucessivas reformas como aplicação de emendas constitucionais e propostas de privatizações de setores estratégicos como energia e exploração de petróleo.

O PT durante seu período definiu sua conciliação de uma maneira política e econômica nacional para agradar os empresários mantendo o tripé macroeconômico de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Simultaneamente a isso, buscou fazer uma série de políticas de redução da concentração de renda, com o objetivo de reduzir a desigualdade progressivamente. E a aplicação de políticas afirmativas como demarcação de terras de povos indígenas, a política pública como o sistema de cotas ampliando o acesso as universidades públicas.

As políticas públicas de redução da desigualdade nunca foram a causa da crise, mas, sim, a política econômica obsoleta, que em nenhum momento na edição histórica da revista *Veja* foi criticada. Não se debateu o país em nenhum momento de fato, promoveu-se um projeto totalmente fora da realidade da nação, se criticou a gestão petista e a corrupção e colocou parte da conta da crise no bolso do trabalhador, sob a alegação de que esse possuiria muitos direitos, caros para o Estado e empresários, que supostamente acabariam por contribuir para o desemprego, e por isso devem ser retirados.

Assim, fica evidente que nesta edição, o exemplo de que a revista atua como um partido neoliberal, ou seja, através de suas páginas sugere, apresenta e desenvolve um projeto que está vinculado na ideia de redução do Estado. Nesse sentido, já apresentando ideias centrais do que viriam a ser as principais reformas debatidas durante o governo de Temer.

Podemos afirmar que a revista *Veja* faz parte do escopo do que se entende como

imprensa empresarial, e que através de suas páginas promove de maneira pedagógica as políticas neoliberais. Sendo notável a continuidade do modo de realizar jornalismo da revista Veja, que possui durante os anos 1990 notáveis ponderações que se inserem no escopo neoliberal, mas que não se resumem apenas a esse período. Podemos apontar a continuidade da manifestação da ideologia neoliberal pós os anos 1990 e durante os anos 2000, tendo como exemplo o golpe de 2016. Assim, a revista continua sendo um agente que promove as políticas neoliberais e que tenta ter influência no debate da política nacional.

Fontes

ESPECIAL IMPEACHMENT. [S. L.]: Abril, n. 2494, 7 set. 2016. Semanal. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/edicoes-veja/2494/>. Acesso em: 05 jun. 2022.

Referências Bibliográficas

Bardin, Laurence Análise de conteúdo / Laurence Bardin; tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. -- São Paulo: Edições 70, 2011.

ESPECIAL IMPEACHMENT. [S. L.]: Abril, n. 2494, 7 set. 2016. Semanal. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/edicoes-veja/2494/>. Acesso em: 05 jun. 2022.

HERCOVITZ, Heloisa Golbspan. O neoliberalismo na Imprensa brasileira: estudo exploratório o noticiário de economia da revista veja. **Intercom**, São Paulo, v., n. 2, p. 100-109, 1994. Disponível em: https://www.academia.edu/download/40071373/Neoliberalism_in_the_Brazilian_Print_Med20151116-32650-1wbq0g.pdf. Acesso em: 21 ago. 2022.

NOGUEIRA PINTO, Jaime (1985), "Golpe de Estado". Polis - Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado 3. Verbo. 66-68.

ROSSATTI, João Paulo. O espaço neoliberal: uma análise do discurso dos editoriais da revista veja (1985-1989). **Esboços: histórias em contextos globais**, [S.L.], v.24, n. 38, p. 431-448, 4 out. 2018. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7976.2017v24n38p431>. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7010381>. Acesso em: 20 ago. 2022.

SILVA, Antonio Edson Alves da. ANÁLISE DE DISCURSO NA REVISTA VEJA: o processo de legitimação discursivo-midiática do golpe de 2016. **Zenodo**, [S.L.], v. 4, n. 11, p. 107-117, 5 nov. 2020. Zenodo. <http://dx.doi.org/10.5281/ZENODO.4245352>. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/33>. Acesso em: 21 ago. 2022

SILVA, Kalina Vanderlei. Liberalismo. In: SILVA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contextos, 2009, 257-261.

SILVA, Carla Luciana Souza da. **Veja: O indispensável partido neoliberal**: (1989-2002). 2005. 2 v. Tese (Doutorado) - Curso de História, Pós-graduação, Universidade Federal Fluminense/Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Niterói, 2005. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/508.pdf>. Acesso em: 14 maio 2021

MAMMIES À BRASILEIRA: SENTIDOS DE CULTURA RELACIONADOS AO SERIADO FILHOS DA PÁTRIA (2017 – 2019). UM ESTUDO DE CASO SOBRE LUCÉLIA.

Joyce Silva Cardoso⁷¹

RESUMO: É factível a compreensão de que uma produção, indiferentemente de sua natureza, pode participar da construção de diferentes tipos de conhecimento. Dito isso, ao entrar em contato com um programa televisivo, disponibilizado por uma das emissoras de maior alcance de sinal em território nacional, é possível estabelecer alguns tipos de relações acerca de construções que ocorrem por conta da interação entre esferas culturais. Nesse sentido, neste artigo pretende-se observar a relação que se estabelece entre a cultura midiática e sociedade a fim de compreender construções culturais sobre mulheres negras na televisão e suas implicações nas elaborações de sentido. Ou seja, mais precisamente, compreender através de um estudo de caso sobre a personagem Lucélia do seriado Filhos da Pátria (2017 – 2019). Nessa trajetória da pesquisa, encontra-se uma construção cultural que ocorre de forma semelhante entre países que se desenvolveram com base em mão de obra escravizada. Desse modo, para realizar essa análise, é preciso apontar e construir sentidos relacionados à cultura, como com Bourdieu (2006) e Hall (2016)⁷², assim como na construção da definição de mulheres negras, com Collins (2019) e Gonzalez (1982)⁷³.

Palavras-chave: Televisão. Cultura. Seriado. Filhos da Pátria.

⁷¹Bacharel em História (FURG), mestranda e bolsista CAPES/DS no Programa de Pós-graduação em História da UFPel.

⁷² BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Editora Bertrand, 2006. HALL, Stuart. **Cultura e representação**. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

⁷³ COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Boitempo Editorial, 2019. GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

UM SENTIDO PARA CULTURA

Ainda hoje, equivocadamente, ainda é possível encontrar quem ou onde, considera a televisão enquanto sendo “pobre de cultura”. Nesse sentido, ser pobre de cultura compreende, também, a conotação de cultura popular, o que seria diferente de cultura erudita. Sendo assim, dentro dessa construção social, têm-se a ideia de cultura boa e cultura ruim, um juízo de valor que, assim como outros, também está ligado a outras questões históricas que fazem parte da nossa sociedade, como explica Bourdieu (2006) ao falar sobre o capital cultural, trazendo essa diferenciação entre cultura erudita e cultura popular, na qual, a cultura erudita está diretamente ligada a uma perspectiva branqueada, com acesso a bens de consumo, a entendimento mais conservadores sobre a arte, por exemplo. Enquanto isso, a cultura popular é vista como “subalterna”, subcultura.

Dessa forma, a distinção do capital cultural, que determina através juízo de valores qual cultura é “boa” e qual é “ruim”, apresentando fortemente os marcadores sociais de desigualdade, afinal, levando em consideração que livros (cultura erudita) nem sempre são acessíveis à população, desde escolas que não podem deixar os alunos pegarem livros por falta de profissional responsável até mesmo, muitas vezes é possível identificar que o problema seja a própria estrutura da sala disponibilizada para biblioteca. Ou seja, é perceptível que a televisão traz essa relação de proximidade com a realidade. Portanto, desconsiderar a televisão enquanto um grande espaço de produções e reproduções culturais, sendo que está em constante movimento junto com a sociedade, é não aproveitar o potencial desse espaço televisivo, tão presente e cotidiano.

Neste texto, não objetiva-se opor um tipo de cultura a outra, pelo contrário, mas de colocá-las enquanto igualmente ricas e complementares através das diferenças. Afinal, estimava-se que o rádio seria substituído pela televisão, assim como a internet seria substituta da mídia anterior. Mas nada disso, individualmente a proporção de acesso a estes meios é variável ao sujeito e contexto, entretanto, coletivamente, estes meios se adaptam às novas demandas sociais.

Tendo em vista que, qualquer produção humana não está descontextualizada do espaço que foi produzida, é notável que as estruturações sociais façam sua presença nas representações, sendo assim, encontramos nuances de racismo, sexismo, machismo, lgbtqi+ fobia, gordofobia entre outras opressões aglutinadas na nossa cultura, no nosso cotidiano. Nesse sentido, existe um ciclo de trocas entre sujeito-sociedade-televisão que, muitas vezes, modificam códigos culturais, afinal, diz Bourdieu (2006) que para entender um código, ele necessita estar dentro de uma determinada cultura, realizando uma conexão entre os sentidos produzidos. Do contrário, um código que não faz parte de uma cultura, mas é inserido a ela, no primeiro contato pode causar estranheza, esse código cultural acaba sendo ressignificado ao seu novo espaço de existência, pois, a sociedade é um organismo vivo que está em constante movimento e modificação. Concepção semelhante pode ser compreendida com Stuart Hall (2016), trazendo perspectivas de que a cultura é viva, orgânica, em constante transformação pelas constantes mudanças sociais. Além disso, aponta para as representações sendo processos de uma espécie de conexão entre sentido, linguagem e cultura, como aponta o autor:

O conceito de representação passou a ocupar um novo e importante lugar no estudo da cultura. Afinal, a representação conecta o sentido e a linguagem à cultura. [...] Representação é uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura. Representar envolve o uso da linguagem, de signos e imagens que significam ou representam objetos. (HALL, 2016, p.31).

Inclusive, podemos pensar em um código cultural de uma forma ampla, desde uma gíria, gostos, expressões, vestimentas, até mesmo os memes da internet em que cada rede social e grupo pode utilizar o mesmo meme em sentidos diferentes, com significações diferentes, mas que mesmo assim, ainda é possível que haja uma significação coletiva abrangente para determinar um sentido, mas, ainda será interpretado dentro da subjetividade de cada sujeito.

IMAGENS DE CONTROLE: UM CONCEITO REPENSADO DENTRO DO CONTEXTO BRASILEIRO

Pensando na imensa rede de significação disponível com a televisão, a autora Fischer (2003) nos direciona a uma percepção já explorada que, ainda assim, muitas vezes

parece ser ignorada, que é a nossa relação de olhar tv e ser olhada por ela. Tendo como entendimento que uma produção televisiva não está deslocada da subjetividade dos produtores, dos contextos sociais, seja na questão mercadológica, de consumo, de ideologia, entre tantos outros, até mesmo dos códigos culturais, essa produção televisiva, portanto, reúne diversos olhares e compreensões sobre nós, assim, a tv nos olha e explicita seu olhar sobre nós, mas, também, realizamos nossas significações individuais e coletivas e devolvemos esse olhar a ela, seguimos nessa relação de constante troca, afinal, como diz a autora:

Quanto assistimos à TV, pode-se afirmar que esses olhares dos outros também nos olham, mobilizam-nos, justamente porque é possível enxergar ali muito do que somos (ou do que não somos), do que negamos ou daquilo em que acreditamos, ou ainda do que aprendemos a desejar ou a rejeitar ou simplesmente a apreciar. Em poucas palavras: em maior ou menor grau, nós sempre estamos um pouco naquelas imagens. (FISCHER, 2006, p. 12)

Sendo assim, realizando um breve levantamento sobre pesquisas⁷⁴ que se direcionam a compreender tanto sobre como a negritude, quanto especificamente as mulheres negras são representadas na televisão tem demonstrado haver uma divisão racial do espaço, dos personagens, explicitando um Lugar de Negro, como compreende Lélia Gonzalez (1982) ao falar sobre essa divisão racial do espaço, mas que não necessariamente se condiciona a interpretação do espaço como somente algo físico, mas sim de forma mais ampla. Nesse sentido, os personagens não brancos assumem um papel específico, muitas vezes estereotipados e, mesmo quando não, não deixam de serem construídos e contextualizados dentro de uma perspectiva hegemônica que centraliza a masculinidade, a branquitude, a heteronormatividade, reiterando uma divisão racial.

O autor Joel Zito Araújo contribuí para obtermos uma perspectiva histórica sobre como tem se dado essa representação, ao se referir as décadas de 1950 e 1960, o autor diz que “a mulher negra era representada regularmente como escrava e empregada doméstica, encaixando-se na reedição de estereótipos comuns ao cinema e à televisão norte-

⁷⁴ O autor Joel Zito Oliveira tem algumas produções com essas temáticas, como o documentário e o livro “A negação do Brasil”, assim como outros artigos.

americanos, como as *mammies*.” (ARAÚJO, 2008, p. 980). Contudo, essa forma de representação acompanha as modificações culturais, portanto, por mais alterações que existam nas formas de representação, ainda mantém-se na estrutura. Ao falar sobre a representação de *mammy*, a autora Collins (2019) coloca-a dentro de um conceito sobre imagens de controle:

Como parte de uma ideologia generalizada de dominação, as imagens estereotipadas da condição de mulher negra assumem um significado especial. Dado que a autoridade para definir valores sociais é um importante instrumento de poder, grupos de elite no exercício do poder manipulam ideias sobre a condição de mulher negra. Para tal, exploram símbolos já existentes, ou criam novos. [...] Essas imagens de controle são traçadas para fazer com que o racismo, o sexismo, a pobreza e outras formas de injustiça social pareçam naturais, normais e inevitáveis na vida cotidiana. (COLLINS, 2019, p. 135-136).

O conceito de imagens de controle, abordado aqui, portanto, se apresenta também como um artifício para a manutenção da hegemonia dominante, que é masculinista, sexista, racista, entre outras formas de subjugação que fazem parte dessa cultura ocidental dominante. É nesse sentido, que o conceito de imagens de controle aparece enquanto um modo operacional de opressões. Contudo, dentro desse vasto universo, a autora Collins (2019), pensa esse conceito através de algumas especificidades, como o contexto estadunidense, enfatizando mulheres negras e debatendo acerca de formas de subjugação de mulheres negras, chegando em uma representação recorrente, a *mammy*.

A ideologia dominante na era da escravidão estimulou a criação de várias imagens de controle inter-relacionadas e socialmente construídas da condição de mulher negra que refletiam o interesse do grupo dominante em manter a subordinação das mulheres negras. (COLLINS, 2019, p. 140).

Com o decorrer do tempo, a personagem *Mammy* foi tornando-se uma categorização atribuída a mulheres negras que se encaixasse em um determinado perfil, com algumas características como protetoras, fiéis, cuidadosas, obedientes e sempre dispostas a servir. Essa personagem é um dos mais diversos estereótipos produzidos sobre mulheres negras dentro da nossa sociedade globalizada e aparece em diversas análises sobre representações de mulheres negras na cultura.

O CASO SOBRE LUCÉLIA: UMA IMAGEM DE MAMMY?

Levando em consideração as particularidades e semelhanças entre o contexto estadunidense e brasileiro, ambos fundados e desenvolvidos com bases em violências — de gênero, raça, religiosas, entre outras — como é possível compreender através de diversas pesquisas que vêm sendo realizadas enfatizando questões relacionadas à colonização, diáspora negra, dentro dos movimentos negros, principalmente na academia.

Um exemplo que pode ser sutil a muitos olhares, mas faz parte dessa análise, é o contexto da personagem Lucélia do seriado *Filhos da Pátria*⁷⁵, no qual, um dos autores do seriado, Bruno Mazzeo⁷⁶, afirmou que para o seriado, tinha-se a intenção de falar sobre o Brasil, ser culturalmente brasileiro. Levando em consideração que, para narrar sobre as mudanças, permanências e estruturações do Brasil, o autor recorre fazê-la através da narrativa condutora sendo a perspectiva do homem, hetero, branco e ocidental, demonstrando qual a ótica pela qual vai falar desse Brasil. Como a série conta com duas temporadas, a primeira acontece no pós-proclamação de independência, em 8 de setembro de 1822 e a segunda temporada ocorre após o golpe da Revolução de 1930.

Tanto na primeira quanto na segunda temporada, é possível encontrar contextos comuns, a exemplo de o núcleo negro (Lucélia, Domingos e Zé Gomes), que ao pautarmos a afetividade, é possível perceber poucas relações de afeto e, as existentes ainda ficam restritas as cenas com o núcleo negro enquanto irmandade e amizade com a “sinhá boazinha”.

Na segunda temporada, a Lucélia não tem irmão, sendo assim, o núcleo negro que é formado por ela e Domingos, que obteve grau de parentesco, novamente, a afetividade fica restrita ao núcleo negro, ao censo de pertencimento e comunidade no morro onde mora Lucélia com seu padrinho Domingos e a relação de amizade com a filha

⁷⁵ Seriado produzido pela Rede Globo entre 2017 e 2019, possuindo duas temporadas em que, cada uma é referente a um contexto histórico diferente. A primeira temporada passa no Brasil pós independência em 1822 e a segunda é pós golpe da Revolução de 1930.

76

da Família Bulhosa, a Catarina. Os personagens da Família Bulhosa se envolvem em situações de amor romântico, romances e flertes, enquanto esse tipo de afetividade não é direcionado ao núcleo negro em nenhuma das temporadas, assim como a sexualidade passa a ser ocultada. Ironicamente, a ocultação da sexualidade abre brechas para reflexões como, o entendimento que reforça o lugar de subalternidade e objetificação em ser uma pessoa preta, afinal, o objeto não tem sexualidade, mas pode ser sexualizado.

Entretanto, nas duas temporadas, Lucélia transparece o desejo de conseguir superar e romper com a subjugação, objetificação, assim, sua existência é condicionada a resistir e persistir, mas, de certa forma ainda mantém-se no papel de *mammy*. Na primeira temporada (fig. 1), que ocorre no Rio de Janeiro - RJ do ano de 1822, Lucélia é escravizada pela família Bulhosa. Se esforça para conseguir romper com essa realidade.

Figura 1 - Lucélia carregando compras da casa ao lado de Maria Tereza (2017).



Fonte: Captura de tela do streaming Globoplay.⁷⁷

Na segunda temporada, os personagens são transportados para outro contexto histórico, o Rio de Janeiro - RJ de 1930, na qual Lucélia (fig. 2) aparece enquanto empregada da mesma família. Se em 1822 Lucélia compreendia a carta de alforria

⁷⁷ Figura 1: Captura de tela do episódio 3 da primeira temporada. Os episódios completos estão disponíveis na plataforma de *streaming* da Globoplay. In: **Filhos da Pátria**. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/filhos-da-patria/t/Z5ZMsKjjq/>>. Acesso em 15 de janeiro de 2023.

enquanto o caminho para a Liberdade, em 1930, a busca por liberdade continua, contudo dentro de concepções diferentes. Uma dessas diferenças é a personagem se inscrever para um curso de normalista e assim, poderia estar apta a ser professora.

Figura 2 - Lucélia carregando compras da casa ao lado de Maria Tereza(2019)



Fonte: Captura de tela do streaming Globoplay.⁷⁸

Desse modo, relacionando outros dados como uma tabela apresentada pela autora Tourinho (2017) que traz um recorte sobre as personagens de mulheres negras nas novelas do “horário nobre” entre os anos de 2000 e 2010, em que a maioria está nesses papéis de subalternidade. Sendo assim, mesmo em novas produções é possível perceber a existência de imagens de controle sobre a mulher negra, nas quais a autora Patricia Hill Collins (2019) discorre sobre a representação sociocultural da *mammy*. A autora, ao elucidar algumas considerações sobre o conceito de *mammy*, a autora explica que:

A primeira imagem de controle aplicada às mulheres negras estadunidenses é a da mammy- a serviçal fiel e obediente. Criada para justificar a exploração econômica das escravas domésticas e mantida para explicar o confinamento das mulheres negras ao serviço doméstico, a imagem da mammy representa o padrão normativo usado

⁷⁸ Figura 2: Captura de tela do episódio 1 da segunda temporada. Os episódios completos estão disponíveis na plataforma de *streaming* da Globoplay. In: **Filhos da Pátria**. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/filhos-da-patria/t/Z5ZMsKjjq/>>. Acesso em 15 de janeiro de 2023.

para avaliar o comportamento das mulheres negras em geral. [...] A imagem da mammy é fundamental em opressões interseccionais de raça, gênero, sexualidade e classe. (COLLINS, 2019, p. 140-141).

De uma forma geral, as heranças culturais originadas no período de tráfico humano, escravização e diáspora negra, desenvolveram mitos e estereótipos sobre as mulheres negras. E, de uma forma geral, a mammy quase se torna a “mãe” da qual derivam algumas outras imagens de controle.

CONCLUSÃO

Ainda, é perceptível como a *mammy* que também aparece sutilmente na construção de outros personagens como, por exemplo, a amiga negra da protagonista branca, que mantém uma relação semelhante com a da amizade entre a escravizada e sinhá boazinha, em que a mulher negra exerce um papel de suporte. Nesse sentido, por fim, é possível construir uma perspectiva histórica acerca de como a mulher negra tem sido representada na televisão e, no pequeno discurrir deste texto, ainda é perceptível que as imagens de controle circundam a mulher negra, seja fora ou dentro da televisão, nos espaços físicos ou sociais. Afinal, a perspectiva do seriado, por mais que traga uma personagem argumentativa, inteligente, tendo consciência crítica de raça, classe, ainda reforça a perspectiva hegemônica.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Joel Zito. O negro na dramaturgia, um caso exemplar da decadência do mito da democracia racial brasileira. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, p. 979- 985, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Editora Bertrand, 2006.

BRUNO MAZZEO: "FILHOS DA PÁTRIA" FALA DE POLÍTICOS ALÉM DE BOLSONARO, 2019. 1 vídeo (23 min). Publicado pelo canal UOL. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9RxS6R7GMWQ>. Acesso em: 10 de janeiro de 2023.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Boitempo Editorial, 2019.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Televisão & Educação: fruir e pensar a TV**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos Alfredo. **Lugar de negro**. Editora Marco Zero, 1982.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

TOURINHO, Camila Magalhães. **As Helenas de Manoel Carlos**. 2017. 46f. Monografia (Graduação) Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas, Centro Universitário de Brasília, Brasília. 2017

NEOMEDIEVALISMO E PRINCESAS DISNEY: PONDERAÇÕES SOBRE JASMINE, RAPUNZEL E MERIDA

JULIANA AVILA PEREIRA⁷⁹
DANIELE GALLINDO GONÇALVES⁸⁰

Resumo: O presente estudo tem como objetivo elaborar algumas considerações acerca das construções neomedievais presentes nas produções cinematográficas *Aladim* (1992), *Enrolados* (2010) e *Valente* (2012). Este apego nostálgico a um controverso “passado medieval” é parte integrante de diferentes animações produzidas pela Walt Disney Pictures, servindo como pano de fundo das narrativas para lhes dotar de um “encanto mágico e fantástico” que é recorrentemente atribuído a este período historiográfico. Contudo, tais propostas de representação de supostos “passados medievais” são concepções contemporâneas sobre o período, encharcando estes produtos de valores e noções presentistas, construindo, na verdade, cenários neomedievais para estas tramas. Deste modo, analisaremos as três animações em questão através das quais o estúdio tenta situar seus personagens em ambientes concebidos como “medievais” (um país fictício árabe, um reino escocês e outro alemão) ao mesmo passo que presentificam a produção, assim, fabricando cenários neomedievais que dialogam mais com o tempo presente do que o período supostamente pretendido. No tocante à metodologia, nos servimos da proposta dissertada por Rafael H. Quinsani (2010) de análise fílmica a partir da decomposição das obras por meio dos elementos intra e extrafílmicos.

Palavras-chave: Disney; Neomedievalismo; Jasmine; Rapunzel; Merida.

⁷⁹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Pelotas — UFPEL. Bolsista Capes. Coordenadora e educadora de História no Pré-Universitário Popular Quinta Superação, vinculado ao Programa de Auxílio ao Ingresso nos Ensinos Técnicos e Superior (PAIETS). Membro do Polo Interdisciplinar de Estudos do Medievo e da Antiguidade/POIEMA (UFPEL) e do grupo de pesquisa Cultura e Política no Mundo Antigo (FURG). E-mail: jul.av49@gmail.com.

⁸⁰ 2 Professora Associada da Universidade Federal de Pelotas, Rio Grande do Sul. E-mail: danigallindo@yahoo.de.

Introdução

No ano de 1992 a Walt Disney Pictures inovou em produzir, pela primeira vez na História da empresa, um longa-metragem animado protagonizado por personagens não-brancos. *Aladdin*, animação dirigida por John Musker e Ron Clements e lançada no ano em questão, evoca a fantasia de um mundo árabe percebido como “medieval” para compor o cenário desta produção ao mesmo tempo em que fabrica uma versão europeizada de culturas não-ocidentais. Assim, utilizando elementos do universo de fantasia comumente associados a este período histórico, a Disney oferece uma exposição distorcida de uma “Idade Média no Oriente Médio” na década de 1990 composta de valores preconizados pela sociedade estadunidense neste período.

Na mesma linha, Rapunzel, princesa da animação *Enrolados* (2010), dirigida pela dupla Nathan Greno e Byron Howard, não raras vezes é compreendida pelo grande público como ambientada em um mundo medieval por diferentes motivos. Dentre eles podemos destacar a terra envolta em magia, repleta de castelos e torres em um universo não industrializado. Pode também se mencionar a relação com o conto de fada “Rapunzel” (“Petrosinella”), pois, no geral, há uma associação desse gênero literário com uma possibilidade de Idade Média imaginada. Por sua vez, Merida (*Valente*, 2012) é uma princesa projetada pelo estúdio de animação Pixar e posteriormente adquirida pela Disney. Esta personagem é situada em uma ideia de Escócia “medievalizada” e traz consigo uma narrativa carregada de referências e inspirações em antigas tradições desta cultura, lendas místicas e a própria arquitetura.

Estas três princesas em questão e suas respectivas animações foram produzidas em um espaço temporal de exatos vinte anos e ainda assim, mesmo com duas décadas separando a primeira da última animação escolhida, podemos afirmar que elas carregam um elemento comum: são produções neomedievais. Mesmo ao criar três mundos distintos em suas disposições geográficas, um país fictício árabe, um reino alemão e outro escocês, a Disney acaba por modelar estes locais de forma semelhante para compor uma versão estilizada de medieval-fantasia. Deste modo, não raras vezes estas imagens acabam por se tornar ponto de referência de um suposto “passado” medieval. Ao produzir sua imagem de passado distante, essa fantasia em torno deste período acaba por fabricar produtos

voltados para o consumo do atual século, configurando, assim, espaços presentistas neomedievais.

A luz do exposto, no presente trabalho analisamos as produções *Aladdin* (1992), *Enrolados* (2010) e *Valente* (2012) com o foco em perceber de que forma tais animações (re)constróem um ambiente compreendido como medieval ao mesmo passo que inserem valores e noções contemporâneas nestas narrativas. No tocante à metodologia, realizamos a análise fílmica a partir da decomposição das obras por meio dos elementos intra e extrafílmicos (QUINSANI, 2010).

Aladdin, Enrolados e Valente: construções neomedievais e animações

Este ano a The Walt Disney Company completa seu centésimo aniversário. Isso marca um século desta empresa produzindo, primordialmente, conteúdos voltados para o campo da animação – curtas e longas. Por este relativo longo percurso nesta área, esta empresa é cotada no tempo presente como uma das favoritas para o consumo do grande público e é consagrada no meio da indústria cinematográfica por suas obras de alto investimento técnico e qualidade, não à toa ampla parte de suas produções engajam grandes bilheterias e avaliações satisfatórias – tanto pela crítica quanto pelo público.

Desde as suas primeiras animações, os irmãos Walt e Roy Disney demonstraram nutrir interesse pelos contos compilados por autores como Irmãos Grimm, Charles Perrault e Hans Christian Andersen, utilizando-os como material de inspiração para suas muitas obras animadas. Desde 1923, os irmãos trabalharam com animações curtas, produzindo conteúdos animados com poucos minutos de duração. No entanto, em 1937 Walt Disney inovou em todos os aspectos ao investir no primeiro longa-metragem animado da História, *A Branca de Neve e os Sete anões*, inspirada no conto dos Irmãos Grimm.

Desde a fundação da Disney Company, o estúdio se apropriou de um suposto “passado medieval” para compor muitas de suas narrativas animadas com a finalidade de transmitir a ideia de mundos de fantasia envoltos por magia para os espectadores. Estas animações buscam, entre muitos aspectos, a (re)construção destes cenários turvos

concebidos enquanto medievais, evidenciando elementos idealizados sobre este passado concomitantemente em que o modificam e integram inúmeras presentificações. Deste modo, a Disney acaba por criar, na verdade, produtos neomedievais adaptados para o consumo no tempo presente, como é o caso das Princesas. Assim, "as princesas 'medievais' florescem na sociedade contemporânea devido à posição icônica das princesas da Disney"⁸¹ (PUGH, 2012, p.15, tradução nossa).

Neste sentido, desde 1937 a Disney vem produzindo diferentes animações com paisagens (neo)medievais voltadas para as grandes telas e com foco no amplo público espectador. Assim, este estúdio é responsável por animar inúmeros personagens popularmente conhecidos, possibilitando a identificação da Disney com estas mesmas figuras. Dentre as muitas animações do estúdio, uma categoria se destaca desde o início: as princesas. Foi a estória de uma princesa a escolhida para ser a primeira animação do estúdio – da história – e é também uma narrativa de princesas a animação com maior bilheteria da Disney – *Frozen II*⁸². Dito isso, não por acaso que este estúdio seja conhecido por suas várias princesas, um grande símbolo da Disney (ao lado do rato Mickey) e marca comercial. Uma característica padrão destas figuras da realeza até 1991 é que todas, até então, são estórias ambientadas em mundos europeus e totalmente brancos. No entanto, no início da década de noventa este panorama começa a alterar-se no estúdio: *Aladdin* (1992) é a primeira de uma série de animações situadas em cenários não ocidentais. Deste modo, a proposta Disney nesta década é mudar o eixo eurocêntrico das narrativas de princesas até então.

Nesta animação somos apresentados ao chamado “mundo Árabe” através de uma música inicial cuja intenção é ambientar os espectadores neste “universo desconhecido” e “cheio de mistérios” do que seria a cultura árabe. *Aladdin* é uma animação inspirada em um dos contos (“Aladim e lâmpada maravilhosa”) da obra *As Mil e Uma Noites*, um documento literário que reúne uma coleção de contos popularmente conhecidos na região do Médio Oriente e sul-asiática e remonta ao século IX (AGUIAR, 2014). Esta também

⁸¹ No original: “Medieval” princesses flourish in contemporary society due to the iconic position of Disney’s Princesses.

⁸² Dados referentes a bilheteria: <https://www.boxofficemojo.com/title/tt4520988/?ref=bo_ser_1>.

foi a primeira animação Disney de princesa que a mesma não é referenciada logo no título, pelo contrário, seu “herói” que nomeia este longa animado.

Através dos palácios grandiosos, torres e figurinos, a Disney propõe um vislumbre fantasioso de um período (neo)medieval no Oriente Médio, pautado em representações negativas, estereotipadas e incorretas sobre diferentes culturas que são reduzidas a um povo único (MITCHELL-SMITH, 2012). Para Flávia Aguiar (2014), *Aladdin* é um produto derivado do imperialismo estadunidense, pois emerge no cenário logo após a Guerra do Golfo (1990-1991), um conflito armado entre Iraque a Coalização Internacional liderada pelos EUA. Neste sentido, para a autora esta animação corrobora com propaganda governamental e o discurso imperialista propagado pelos EUA frente suas investidas no Oriente Médio. Para fundamentar sua tese, Aguiar (2014) analisa as músicas que envolvem a animação, constatando que aquelas relativas à cultura árabe acabam por produzir de um povo bárbaro, hostil e arcaico (*Arabian Nights*). Enquanto músicas que falam de um “mundo ideal” propagam ideias um modelo de sociedade ocidental, isto é, mais livre e igualitário nos moldes ocidentais (*A Whole New World*).

Jasmine, princesa do reino de Agrabah (Iraque) e única filha do sultão, é a coprotagonista desta animação ao lado de seu par romântico, o jovem ladrão Aladim. Logo que somos apresentados a esta personagem identificamos sua frustração perante alguns elementos relacionados a sua cultura, principalmente aqueles que definem uma série de regras que a impedem de ser uma mulher livre e viver seu sonho. Uma destas normas em específica refere-se a sua obrigação de casar com um homem de família real (detentor de grandes riquezas materiais) antes de completar seus dezoito anos. Isso fica explícito quando seu pai a confronta e afirma “querida, tem que parar de rejeitar todo pretendente que aparece. A lei diz que deve se casar com um príncipe até seu próximo aniversário” (CLEMENTS; MUSKER, 1992, min. 13). Porém, ela recusa os dizeres de seu pai e afugenta com seu tigre de estimação qualquer pretendente, alegando que “A lei está errada. Pai, eu odeio ser forçada a isso. Se eu me casar, quero que seja por amor” (CLEMENTS; MUSKER, 1992, min. 13). Jasmine rejeita sua cultura ao mesmo tempo em que clama por sua liberdade de escolha e futuro. Neste sentido, Jasmine é situada em uma cultura “opressora”, na qual o sujeito feminino está subordinado às leis islâmicas e

ao pai, no entanto, enquanto uma figura excêntrica em seu meio, ela rechaça qualquer imposição cultural.

Tal como outras princesas de sua geração – *Era do Renascimento*⁸³ f– ela é uma heroína que deseja viver aventuras e conhecer o mundo, tendo em vista que seus dias são tediosos e ela se encontra presa atrás dos muros do palácio. Determinada, teimosa e inteligente são algumas de suas características, configurando-a como uma princesa “moderna” imbuída de valores preconizados pela sociedade estadunidense da época de produção da animação. Deste modo, esta princesa “árabe” defende através da sua voz a perspectiva ocidental dos direitos das mulheres, como o direito ao casamento e liberdade, rejeitando expressamente a vida confinada. Assim, “contrária à lei, Jasmine prefere fugir e [...] a ocidentalização parece ser sua válvula de escape ideal para se libertar das correntes “opressoras” de sua cultura” (AGUIAR, 2014, p.60).

Dito isso, ao construir um mundo pré-industrial com inspiração em histórias que remontam ao período medieval, a Disney promove uma visão deturpada de um passado que, na verdade, relaciona-se com o presente. Jasmine é uma personagem que não corresponde aos padrões de feminilidade que lhe são cobrados, ela não é calma, ordeira ou obediente, pelo contrário, ela é “rebelde”. Sua beleza é mais próxima do Ocidente e século XX do que supostamente “medieval” como ambientada no pano de fundo da narrativa. Ademais, enquanto os soldados, a população em geral, estruturas e as vestimentas dos personagens agregam um valor (neo)medieval em segundo plano para a narrativa (vistos como arcaicos), seus principais personagens integram valores “modernos” a trama, o que os torna identificáveis com o público, mesmo naqueles mundos não industriais.

Rapunzel é a protagonista de *Enrolados* (2010), quinquagésima animação da Disney e última história de princesa nos moldes tradicionais do estúdio. Retornando as histórias cuja ambientação é centrada na Europa e construindo cenários

⁸³ As animações da linha Princesas Disney podem ser divididas em quatro eras segundo Trancey L. Mollet (2020), são elas: *A Era Clássica* (1937-1959); *A Era do Renascimento* (1989-1998) e *A Era da Renovação* (2009-x).

neomedievalizados em torno de monarquias, torres e castelos, Rapunzel aflora como uma princesa do século XXI. Nesta animação somos apresentados a uma protagonista não como uma princesa passiva, mas uma “menina ativa que gosta de ler, pintar, escalar e que não se conforma de ficar presa em uma torre” (CARDOSO; SILVA, 2016, p.2).

Por se tratar de um marco histórico para a Disney, esta princesa resgata muitos traços das clássicas princesas do estúdio conjuntamente que os atualiza para o tempo presente. Deste modo, sua animação começa com o tradicional “Era uma vez...” (GRENO; HOWARD. 2010, min. 1) e uma estorinha para nos contextualizar naquele mundo, porém, em vez de utilizar um livro para isso, como em *A Branca de Neve*, *Cinderela* e *A Bela Adormecida*, optou-se por uma breve animação do passado na voz de um narrador “no presente”. Para Kathleen Kelly (2012), embora esse tipo de abertura tenha se tornado um clichê do neomedievalismo cinematográfico – pelo número de vezes que foi repetido –, ele é eficiente na medida em que guia o público para deixar seu mundo e adentrar neste universo visual repleto de florestas encantadas, castelos estonteantes e bosques mágicos, resultando em uma espécie de “desembarque” em uma fantasia de Idade Média.

Em *Enrolados* temos uma adaptação economicamente guiada para este século do conto de Rapunzel. Nesta versão a princesa nasce com um poder mágico visível em seu cabelo e por isso é sequestrada por uma velha, Mãe Gothel, que a cria como uma filha em uma torre no meio da floresta. Após anos presa na torre, a jovem ansiava cada vez mais por conhecer o mundo exterior, até que Flynn Rider (seu par amoroso) invade sua torre e ela o nocauteia. Após estas apresentações, ambos saem em uma jornada conjunta que reflete na construção de sua relação romântica e culmina no retorno da princesa aos seus verdadeiros pais biológicos. Em cada sucessão de sequências é notória a atenção dada no detalhamento desta animação, principalmente ao compor um cenário tão rico em cores para representar a fantasia como pano de fundo da narrativa. Nesta linha, o castelo, a torre, o bosque mágico, a floresta, bem como os próprios figurinos dos personagens (em destaque os vestidos minuciosamente elaborados) são uma idealização fantasiosa de Idade Média proposta pela Disney (que acaba por reproduzir as outras animações da Era

Clássica do Estúdio⁸⁴). Ademais, a trilha sonora corrobora nesta construção borrada de “medievalidade”, conforme Alan Menken (2010), ela foi totalmente inspirada em músicas medievais e no folk rock dos anos 1960. Ainda que haja algumas desconstruções em relação ao modelo de princesas da Era Clássica, o tom de romance ainda ganha uma pequena parte da animação através da música *I see the light*. O casal, no momento do festival das lanternas, em um barquinho, se assume na condição de par romântico.

No entanto, ao mesmo tempo que a Disney se apropria de tons turvos sobre um distorcido passado “medieval” para transmitir ideias de fantasia para suas animações, ela insere temáticas e ideologias pertinentes ao mundo contemporâneo. Em *Enrolados*, por exemplo, a maldade da vilã é inteiramente vinculada a sua a ganância individualista e egoísta buscando o melhor para si mesma, similar aos interesses que fomentaram a crise financeira de 2008 nos EUA. Esta personagem, também, priva Rapunzel do direito mais propagado neste país: a liberdade (MOLLET, 2020). Ademais, a princesa também corresponde aos padrões estéticos de beleza do atual século, assim como a masculinidade de seu par romântico que não exala uma toxidade – como os príncipes da *Era Clássica*.

Dentre as três princesas delimitadas para este estudo, apenas Merida (*Valente*, 2012) não é de autoria total da Disney, sendo criada em parceria com estúdio Pixar Animation. Para ambientar esta animação foi escolhida como principal inspiração a Escócia medieval pela riqueza de suas paisagens e cultura. Diferente das estórias anteriores, Merida é a única princesa cujo amor romântico não integra sua trajetória, pelo contrário, ela recusa qualquer ideia de casamento e isto é uma importante particularidade da animação. Com uma trama centrada na relação de mãe e filha, Merida é uma princesa que não corresponde aos padrões de feminilidade cobrados por sua mãe e Elinor não compreende as individualidades e sonhos de sua filha. Juntas elas partilham uma jornada de descobertas, aprendizado e empatia, findando a narrativa, pela primeira vez na narrativa de uma princesa, sem um casamento.

⁸⁴ A Walt Disney Pictures é um estúdio que produz uma grande quantidade de animações até os dias atuais. Por isso, alguns autores como Amy Davis e Tracey L. Mollet classificam suas obras em “Eras” de acordo com similaridades e período temporal que foram produzidas. Dito isso, a Era Clássica refere-se às animações *A Branca de Neve* (1939), *Cinderela* (1950) e *A Bela Adormecida* (1959).

Com o objetivo de construir uma paisagem neomedieval para esta narrativa temos como destaque a monarquia que Merida faz parte e outros elementos que também ganham espaço na trama, como os clãs relativos à tradição escocesa e também as estruturas arquitetônicas como o castelo de DunBroch feito a partir de inspiração em castelos reais de Dunnottar e Eilean Donan⁸⁵. Contudo, na mesma medida em que se tenta criar um cenário medieval para a narrativa, inúmeras presentificações são integradas à trama. Por exemplo, a beleza de Merida é mais próxima dos padrões do atual século, bem como suas aspirações à aventura, uso de arco e flecha e sua busca por independência, assim, sendo uma princesa empoderada que não precisa ser salva ao fim da narrativa, próxima dos discursos feministas da atualidade. Como Daniele Gallindo Gonçalves Silva e Viviane Martini (2015) afirmam, Merida possui um corpo que se distânciava do padrão “delicado” entendido como norma – replicado em todas as princesas até então – e está mais próxima de um corpo que luta, pratica esporte e protege.

Tratando-se de um produto neomedieval fantasia, a magia é um elemento importante evocada nestas narrativas, aparecendo neste longa animado de muitas formas, mas mais simbolicamente na figura dos *Will o Wisps*, pequenas luzes azuis flutuantes que desempenham o papel de guias que levam os viajantes até o seu destino. Merida os encontra ainda quando criança que a guiam até os braços de seus pais (a salvando do perigo) e posteriormente mais velha quando eles criam um caminho que lhe possibilita mudar sua vida. Este é um fenômeno natural que ocorre nos pântanos do país celta quando os gases derivados do solo interagem com outros componentes do ambiente e criam uma espécie de luz em tons azuis. Em entrevista Mark Andrews, diretor da animação, esclareceu que na tradição escocesa as pessoas entendiam este fenômeno como a magia de fadas e as acompanhavam, sendo um costume que apareceu em muitos contos do folclore escocês (ANDREWS, 2012).

Valente (2012) pode ser lido, portanto, como uma animação acerca do embate geracional entre expectativas do passado, representado na tentativa da mãe em manter os valores percebidos por ela como oriundas da tradição, e construções do presente, que

⁸⁵ Mais sobre os castelos: <<https://www.dunnottarcastle.co.uk>> (Dunnottar) e <<https://www.eileandonancastle.com>> (Eilean Donan).

toma forma no empoderamento de Merida. Desta forma, podemos afirmar que “[d]o conflito gerado pela diferente visão de mundo brota a compreensão e a coexistência de dois modelos femininos possíveis” (SILVA; MARTINI, 2015, p. 154).

Dito isso, a Disney Studios imagina um passado medieval como forma de pensar o presente, atribuindo diferentes elementos derivados da fantasia para compor estas animações de forma que se transformam em supostas descrições. Assim, criando mundos não industrializados para seus personagens e despertando sentimentos de nostalgia para fomentar o consumo dos mesmos no tempo presente.

Considerações finais

A luz do exposto, é perceptível como a Walt Disney Pictures se apropriou de concepções neomedievais para situar suas muitas narrativas animadas. Deste modo, explorando este campo do neomedieval fantasia, a empresa construiu noções sobre este período historiográfico que não se remetem a ele propriamente e sim a idealizações imaginadas sobre ele.

Portanto, tais animações buscam (re)construir em suas diferentes histórias uma paisagem percebida enquanto medieval, porém, evidenciando nestas narrativas aspectos que reiteram ficções, idealizações e contradições, ao mesmo tempo que integram inúmeras presentificações, pois se tratam de produtos economicamente guiados para o consumo de seu contexto de produção.

Referências

AGUIAR, Flávia F.P. **Jasmine: a representação do Oriente e da mulher sob a ótica da Disney**. 2014. 89 f. Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação – ECO. Rio de Janeiro, 2014.

ALADDIN. Direção John Musker e Ron Clements. Produção John Musker e Ron Clements. Estados Unidos: Walt Disney Studios. 1992. 94 min.

ANDREWS, Mark. The Legend Behind the Will O the Wisp in Brave. Entrevista concedida a Jeana Shandraw. **Surf and Sunshine**, Nova Iorque, 2012. Entretenimento. Disponível em: <https://www-surfandsunshine-com/will-o-the-wisp-brave/>. Acesso 17 de janeiro de 2023.

CARDOSO, Grace D. B. SILVA, Daniele G. G. Rapunzel, não jogue mais suas tranças!. In: XXV Congresso de Iniciação Científica/2ª Semana Integrada de Ensino, Pesquisa e Extensão UFPEL, 2., 2016, Pelotas. **Anais eletrônicos** [...] Pelotas, 2016. P.1-3.

ENROLADOS. Direção Nathan Greno e Byron Howard. Produção Roy Conli. Estados Unidos: Walt Disney Studios. 2010. 100 min.

KELLY, Kathleen C. Disney's Medievalized Ecologies in Snow White and the Seven Dwarfs and Sleeping Beauty. in: PUGH, Tison; ARONSTEIN, Susan. **The Disney middle ages: a fairy-tale and fantasy past (the new middle ages)**. New York: Palgrave Macmillan, 1 ed. 2012.

MENKEN, Alan. Tangled (Soundtrack from the Motion Picture). In: GRENO, Nathan; HOWARD, Bryon. **Tangled**. Walt Disney Studios Motion Pictures. 2010.

MITCHELL-SMITH, Ilan. The United Princesses of America: Ethnic Diversity and Cultural Purity in Disney's Medieval Past. in: PUGH, Tison; ARONSTEIN, Susan. **The Disney middle ages: a fairy-tale and fantasy past (the new middle ages)**. New York: Palgrave Macmillan, 1 ed. 2012.

MOLLET, Tracey L. **A Cultural History of the Disney Fairy Tale: Once Upon na American Dream**. – Londres: Palgrave Macmillan, 2020.

PUGH, Tison. Introduction Disney's retroprogressive medievalisms: where yesterday is tomorrow today. in: PUGH, Tison; ARONSTEIN, Susan. **The Disney middle ages: a fairy-tale and fantasy past (the new middle ages)**. New York: Palgrave Macmillan, 1 ed. 2012.

QUINSANI, Rafael Hansen. **A revolução em película: uma reflexão sobre a relação cinema-história e a guerra civil espanhola.** 2010. 239 f. Dissertação (mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

SILVA, Daniele G. G.; MARTINI, Viviane. “Você é uma princesa, e eu espero que você aja como tal!”: gênero, corpo e espaço em *Brave*. **Veredas da História**, [online], v.8, n.1, 2015, p. 140-155.

VALENTE. Direção Mark Andrews e Brenda Chapman. Produção Katherine Sarafian. Estados Unidos: Walt Disney Studios e Pixar Animation Studios. 2012. 94 min.

“SOU EU ANDANDO DE RÉ”: GILBERTO GIL – TRAJETÓRIA E MÚSICA DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985)

Leandro dos Santos Fernandes⁸⁶

Resumo: O estudo pretende analisar a obra musical de Gilberto Gil durante a ditadura civil-militar (1964-1985), em específico os anos entre 1975 a 1979, no intento de demonstrar a visão de Gil quanto aos aspectos sociais, culturais e políticos do país naquele momento. Selecionamos três álbuns deste período *Refazenda* (1975), *Refavela* (1977) e *Realce* (1979), dos quais destacamos três canções para serem analisadas: *Jeca Total*, *Refavela* e *Não chore mais*. As canções escolhidas tomaram como critério alguns temas nelas presentes, a saber, o urbano e o rural e os aspectos modernizantes e as questões relacionadas à liberdade e repressão quanto aos direitos individuais e coletivos. Nosso objetivo foi demonstrar como as canções de Gilberto Gil são ferramentas importantes para compreendermos as interpretações e visões do autor sobre um determinado contexto e fruto da sua experiência em diálogo com esse contexto. Para o desenvolvimento desta pesquisa utilizar-se-á a abordagem qualitativa auxiliada pelos seguintes instrumentos de pesquisa: pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Neste sentido, esta pesquisa desenvolverá em duas fases: a primeira concentrará na pesquisa bibliográfica sobre o tema e no levantamento das fontes documentais sobre o objeto de pesquisa; a segunda fase realizar-se-á a análise e o entrecruzamento das fontes documentais de acordo com o referencial teórico metodológico estudado.

Palavras-chave: Gilberto Gil; Ditadura civil-militar; Música.

⁸⁶Mestre em História Social pela Universidade Estadual de Londrina. Doutorando em História pela Universidade Federal de Pelotas.

Introdução

Aos oitenta anos, o cantor e compositor baiano Gilberto Passos Gil Moreira continua sendo um personagem relevante no cenário cultural e social brasileiro, exemplo disso, a sua recente eleição como membro da Academia Brasileira de Letras em 2021, para citarmos outra homenagem, em um campo dito mais popular, temos o desfile da escola de samba Vai-Vai de São Paulo em 2018, em que o enredo “Sambar com fé eu vou” tinha como tema a sua biografia.

Nascido em Salvador no dia 26 de junho de 1942, Gilberto Passos Gil Moreira Gil é filho de Claudina Passos Gil Moreira e José Gil Moreira, respectivamente médico e professora. O casal mudou-se pouco tempo após o nascimento de Gil para a pequena Ituaçu, no interior da Bahia, aonde Gil passou os seus primeiros nove anos de vida. No ano de 1960, ingressou no curso de Administração da Universidade Federal da Bahia, em que conheceu aquele que se transformaria no seu grande amigo e maior parceiro musical: Caetano Veloso (GIL e ZAPPA, 2013, p. 51-100).

Em 1967, Gil gravou seu primeiro LP, *Louvação*, no mesmo ano em que participou do III Festival da Música Popular Brasileira ficando em segundo lugar, apresentando a canção *Domingo no Parque* com a participação do grupo *Mutantes*, chamando a atenção pela utilização de instrumentos como guitarra e berimbau. A canção *Domingo no parque* é o primeiro trabalho de Gil no que tange ao movimento tropicalista. O movimento aumentou a projeção de Gil no cenário musical, ao mesmo tempo que suscitou uma maior perseguição da ditadura, levando-o ao exílio em Londres, junto a Caetano Veloso em 1969, de onde retornaram em 1972 (FLÉCHET, 2018, p.160-162).

Durante a década de 1970, Gil estabilizou-se definitivamente no cenário musical com álbuns de sucesso como *Expresso 2222* (1972) e os três álbuns da Trilogia Re (*Refazenda*, *Refavela* e *Realce*). No fim da década de 1980, Gil iniciou um processo de inserção na política, assumindo a Secretaria da Cultura de Salvador, em 1987, e sendo eleito vereador, em 1989 pela mesma cidade, pelo Partido Verde. No decorrer da década seguinte, finalizou seu mandato de vereador e dedicou-se totalmente a carreira musical (FLÉCHET, 2018, p.167-168).

No ano de 2003, Gil assumiu o Ministério da Cultura a convite do então Presidente Lula. Seu trabalho à frente do ministério encerrou-se no ano de 2008, quando

decidiu novamente dedicar-se integralmente a música (FLÉCHET, 2018, p.168-170).

Nosso trabalho tem como objetivo analisar três canções pertencentes aos três álbuns da Trilogia Re – *Refazenda*, *Refavela* e *Realce* -, produzidos entre 1975 e 1979, na medida em que cada disco apresenta uma temática específica, embora a trilogia pode ser ouvida como uma unidade que permite compreender como o compositor interpretou as transformações de um determinado contexto histórico por ele vivenciado, e como sua obra dialogou com ele. Selecionamos para análise algumas canções destes álbuns, a saber *Jeca Total de Refazenda* (1975), *Refavela de Refavela* (1977) e *Não chore mais de Realce* (1979).

Pretendemos demonstrar por meio das canções, a visão de Gilberto Gil quanto a alguns aspectos da sociedade brasileira do período denominado como “abertura⁸⁷” da ditadura civil-militar, em que se iniciou um lento processo para a retomada da democracia. Sendo Gil um artista que circunda diversas áreas da sociedade e que vivenciou intensamente os anos ditatoriais entre 1964 a 1985, acreditamos que este, por meio de sua obra, nos possa fornecer uma percepção interessante sobre o período.

Como pressupostos teóricos metodológicos neste trabalho, buscamos na História do Tempo Presente os referenciais que nos alertam para os cuidados que devemos ter com processos históricos marcados por experiências ainda vivas e com repercussões de curto prazo; para as relações entre memória e história e sujeitos ainda vivos e ativos, e para a proximidade do objeto de estudo com o pesquisador, que pode acarretar análises e conclusões equivocadas (PADRÓS, 2004).

Já a História Cultural foi importante por fornecer elementos para pensarmos um artefato cultural – a música -; suas íntimas relações com o contexto social, político e econômico (LARA, 1997, p. 29-30) e seu uso como fonte documental que funciona como uma espécie de janela que nos permite observar e realizar uma

⁸⁷O governo Geisel, assim como o do seu sucessor, foi marcado como o período da abertura para a redemocratização, que nos planos dos militares deveria ocorrer de forma lenta, gradual e segura. No período entre 1974 a 1978 ocorre o processo denominado “distensão”. O termo está relacionado a afrouxar as tensões existentes entre Estado e sociedade civil, reestabelecendo alguns direitos individuais e coletivos, sendo uma forma de realizar uma “transição negociada”, com o controle das elites, principalmente as ligadas aos conglomerados industriais e empresariais, e um afastamento gradativo dos militares do poder político, evitando uma ruptura mais abrupta. Sintetizando, o principal objetivo da “distensão” que “era descomprometer os militares com a repressão, e sua meta final – aceita pela maioria da elite dirigente – era o estabelecimento de uma “democracia tutelar”” (MATHIAS, 1995, p. 39).

análise sobre distintos segmentos da sociedade, uma vez que “pressupõe condições históricas especiais que na realidade criam e instituem as relações entre som, criação musical, instrumentista e o consumidor/receptor” (MORAES, 2000, p. 211). Expresso tais pontos, passamos as análises das canções.

Jeca Total - Refazenda (1975)

Produzido por Marco Mazzola, *Refazenda* foi lançado em 1975 pela gravadora Philips e foi o primeiro álbum da Trilogia Re. É um *Long Play* (LP)⁸⁸ composto por 11 músicas nas quais estão presentes arranjos com uma sonoridade popular que remete à juventude de Gil, passada na Bahia, tais como o baião, o forró, o samba de roda, as músicas dos trios e das bandas das procissões que são alguns dos sons populares na região nordestina, ao lado de outras que remetem às experiências sonoras com as quais teve contato no exílio, como o *reggae* e o *pop rock*.

Jeca Total é a quinta faixa do álbum e possui 02:53 minutos de duração, seu instrumental conta com o som do acordeão de Dominginhos, acompanhado por trombone e arranjos melódicos de flautas, o que remete às músicas de fanfarra e bandas dos coretos das cidades do interior, destaca-se também o som do bombardino executado por Luiz Paulo, que traduzem melodicamente o jogo de analogias presentes na letra da canção, que reproduzimos na íntegra abaixo:

Jeca Total deve ser Jeca Tatu
Presente, passado
Representante da gente no Senado
Em plena sessão
Defendendo um projeto
Que eleva o teto
Salarial no sertão
Jeca Total deve ser Jeca Tatu
Doente curado
Representante da gente na sala
Defronte da televisão
Assistindo Gabriela
Viver tantas cores
Dores da emancipação
Jeca Total deve ser Jeca Tatu
Um ente querido

Representante da gente no Olimpo
Da imaginação, Imaginacionando o que seria a criação
De um ditado
Dito popular
Mito da mitologia brasileira
Jeca Total
Jeca Total deve ser Jeca Tatu
Um tempo perdido
Interessante a maneira do tempo⁸⁹

A primeira e mais evidente analogia que se faz é com o personagem criado por Monteiro Lobato, o Jeca Tatu, cuja primeira aparição deu-se em “Velha Praga” de 1914, um texto escrito para o jornal O Estado de São Paulo. A figura do Jeca Tatu no texto emergia como personificação da figura do caboclo, caipira, do pequeno agricultor, principalmente do interior do estado de São Paulo. Por meio dele, Lobato realizava uma crítica negativa às pessoas que viviam no campo. Segundo o escritor, eles seriam os representantes do atraso diante da civilização, indivíduos desprovidos de conhecimentos científicos e de higiene, que representavam a preguiça e destruíam solos e matas sem gerar maiores riquezas ao país (2007, p. 155).

O Jeca Total de Gil dialoga com o Jeca Tatu, mas dele diferencia-se em vários sentidos, um deles, talvez o mais expressivo, quando menciona a ideia de mito e um ente querido:

Jeca Total deve ser Jeca Tatu
Um ente querido
Representante da gente no olimpo
Da imaginação
Imaginacionando o que seria a criação
De um ditado
Dito popular
Mito da mitologia brasileira
Jeca Total

A menção ao mito, na letra da canção, não foi feita sem intenções. Como observou Gustavo Alonso, durante os anos 1970 houve uma explosão de duplas que misturavam as temáticas rurais com sonoridades atreladas a uma espécie de *pop rock*, isso ficava evidente na utilização de guitarras. Duplas como *Milionário e José Rico*, *Léo Canhoto e*

⁸⁹GIL, G. Jeca Total. In.: *Refazenda*. Rio de Janeiro: WEA, 1975. LP-1975; CD-1994. Faixa 05. A música pode ser ouvida em: <https://www.youtube.com/watch?v=Km1kRXupnLc>

Robertinho, Chitãozinho e Xororó entre tantas outras, representavam um rural que se aproximava do urbano, por meio de letras que retratavam, além dos temas referentes ao mundo rural, também os que atingiam a sociedade de forma geral, como por exemplo, as relações pessoais (2012, p. 440).

Mas se duplas como essas encontravam receptividade entre os ouvintes, grande parte da crítica musical da época, além de folcloristas, nacionalistas, comunistas e teóricos do populismo, travaram uma batalha contra elas. Argumentavam que elas seriam uma aberração e que as importações estéticas que incorporavam às suas canções transformavam uma suposta música “pura” do campo em algo falso, comercial, banal, imperialista e alienante.

Para os teóricos que produziram obras na década de 1970 sobre populismo, como Octavio Ianni e Francisco Weffort, os que consumiam esse tipo de música eram camponeses que migravam para as áreas urbanas não politizados o suficiente e que, por este motivo, supostamente acabavam por “contaminar” o trabalhador urbano, desviando-o de vontades revolucionárias. De forma que a música sertaneja foi taxada na época de “falsa música do campo” por variadas correntes intelectuais, que não compreenderam o significado da transição da música rural brasileira. Houve um frequente desprezo destes artistas e seu público, o que distanciou grande parte da intelectualidade da compreensão deste chamado “Brasil profundo” (ALONSO, 2012, p. 440-441).

Portanto, para essa parte da intelectualidade brasileira da década de 1970, o público dessas canções ditas sertanejas era suscetível às ideias populistas e visto como uma massa vulnerável, sem autonomia em suas decisões e facilmente manipulável. Porém, Gil por meio do seu Jeca Total parece discordar desta percepção. Para ele, este “novo” homem do campo estava presente inclusive nas instituições políticas, possuindo representantes que buscavam atender aos seus interesses. Na canção esta questão aparece no trecho:

Representante da gente no Senado
Em plena sessão
Defendendo um projeto
Que eleva o teto
Salarial no sertão

A trajetória do Jeca Tatu, marcada pela exclusão social, deixa de ser definida desta forma e é substituída pela superação. Diante disto pode-se dizer que na letra da canção, a memória do artista não se conecta apenas com o passado, mas dialoga com o presente, ao anunciar a transformação deste jeca, surge o Jeca Total.

A canção, portanto, não lamenta o Jeca Tatu congelado no passado, ao contrário, ela celebrava sua transformação, que além do senado também aparecia como o “Representante da gente na sala defrente da televisão”. Uma transformação que, de acordo com Gil, ficou clara para ele quando se deu conta de que a tecnologia chegara ao campo, por meio da novela Gabriela transmitida pela Rede Globo, em 1975. Nas palavras do próprio Gil,

O fato de que a obra de Jorge Amado tinha antecedido ao período televisivo e agora estava na televisão (era a época da novela Gabriela) me fez pensar nas interseções entre os mundos rural e urbano – muito presentes em seus livros – e no encaminhamento evolutivo dos vários Brasis no sentido campo-cidade, vindo daí a ideia de traçar um risco do Jeca Tatu a um personagem ligado já a um tempo de mudanças técnicas e socioculturais recentes no país, que seria o Jeca Total (GIL e RENNÓ, 2003, p. 200).

A filósofa Marilena Chauí aborda o papel que programas televisivos, como a telenovela *Gabriela*, citada na canção, tiveram na legitimação do ideal desenvolvimentista e nacionalista durante o regime ditatorial, conciliando o que se denominou como nacional e o popular na cultura. No período dos anos 1970 e 1980, segundo Chauí, o nacional era representado pela ideia do desenvolvimento técnico científico da sociedade brasileira, enquanto o popular estava relacionado a aspectos culturais vistos como tradicionais da população. Uma forma que harmonizava essas ideias eram os programas televisivos que retratavam este Brasil “popular” (no caso da telenovela *Gabriela*, o rural na Bahia), e que ao mesmo tempo, por meio da própria transmissão televisiva transmitia a ideia de modernidade, de um país antenado ao futuro tecnológico (1984, p. 98-99).

A percepção de Gil com o seu *Jeca Total* parece compreender a troca de informações entre o urbano e o rural. Na década de 1970 ocorreu um aumento exponencial da população urbana no Brasil, parte dela migrante do campo. Enquanto no campo verifica-se que houve uma modernização do processo agrícola, com novos

maquinários⁹⁰, que tornava a produção mais volumosa e também um aumento substancial da exportação dos produtos rurais brasileiros (SANTOS, 1993, p. 36-37). É perceptível um duplo movimento neste fenômeno pois se, por um lado, temos o êxodo rural ocorrendo de forma acentuada, aspectos tecnológicos são inseridos no campo, modificando o cenário rural.

Outro ponto que demonstra os desdobramentos de um processo de trocas entre aspectos urbanos-rurais e vice e versa, foi o surgimento ou aumento, dependendo da região, das grandes feiras agropecuárias em cidades de porte médio e grande, nas quais ocorriam e ocorrem eventos inspirados na cultura *country* dos Estados Unidos em que há um “consumo pela sociedade urbano-industrial, de bens simbólicos e materiais (a natureza como valor e os produtos “naturais”, por exemplo) e de práticas culturais que são reconhecidos como sendo próprios do chamado mundo rural” (CARNEIRO, 1997, p. 59).

O Jeca Total nos remete a uma concepção positiva da situação das pessoas que viviam no campo ou que estavam ligadas de alguma forma ao meio rural. Resumindo, o Jeca Total da canção de Gil, tal como estamos sugerindo por meio da nossa interpretação, é aquele que travou contato com a indústria cultural e com símbolos da modernização, e a letra retrata um rural que passava por um duplo processo, isto é, o de transformação e recriação.

Refavela - Refavela (1977)

O segundo álbum da Trilogia Re, *Refavela*, teve como produtor musical Roberto Santana e arranjos de base por Gilberto Gil e Perinho Santana, foi gravado no estúdio da Phonogram. O LP de 1977, é composto por 10 canções.

Refavela, é a faixa que abre o álbum, possui 3 minutos e 40 segundos de duração e sua letra foi escrita em Lagos na Nigéria. No instrumental destacam-se a percussão executada por Djalma Corrêa, com um som que remete às canções africanas, e também o violão, tocado por Gil, que faz uma base que se estende por toda a música, da qual apresentamos a letra completa abaixo:

Iaiá, kiriê, kiriê, iaiá
A refavela
Revela aquela
Que desce o morro e vem transar
O ambiente
Efervescente
De uma cidade a cintilar
A refavela
Revela o salto
Que o preto pobre tenta dar
Quando se arranca
Do seu barraco
Prum bloco do BNH
A refavela, a refavela, ó
Como é tão bela, como é tão bela, ó
A refavela
Revela a escola
De samba paradoxal
Brasileirinho
Pelo sotaque
Mas de língua internacional
A refavela
Revela o passo
Com que caminha a geração
Do black jovem
Do black-Rio
Da nova dança no salão
Iaiá, kiriê, kiriê, iaiá
A refavela
Revela o choque
Entre a favela-inferno e o céu
Baby-blue-rock
Sobre a cabeça
De um povo-chocolate-e-mel
A refavela
Revela o sonho
De minha alma, meu coração
De minha gente
Minha semente
Preta Maria, Zé, João
A refavela, a refavela, ó
Como é tão bela, como é tão bela, ó
A refavela
Alegoria
Elegia, alegria e dor
Rico brinquedo
De samba-enredo
Sobre medo, segredo e amor
A refavela
Batuque puro
De samba duro de marfim
Marfim da costa
De uma Nigéria

A canção é uma das obras de Gil em que ele estabelece uma relação entre o Brasil e outros lugares do mundo. A letra possui influência direta da viagem de Gil à Nigéria para participar do 2º Festival Mundial de Arte e Cultura Negra (FESTAC), sendo o alojamento que foi erguido para receber os diversos artistas que foram ao festival uma inspiração para a composição:

Em 77, eu fui participar do Festac, festival de arte e cultura negra, em Lagos, na Nigéria, onde reencontrei uma paisagem suburbana do tipo dos conjuntos habitacionais surgidos no Brasil a partir dos anos 50, quando Carlos Lacerda fez em Salvador a Vila Kennedy, tirando muitas pessoas das favelas e colocando-as em locais que, em tese, deveriam recuperar uma dignidade de habitação, mas que, por várias razões, acabaram se transformando em novas favelas (GIL e RENNÓ, 2003, p. 232).

A impressão causada pelas habitações em Lagos fez com que Gil refletisse sobre a questão habitacional no Brasil, principalmente quanto as favelas nas grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, expressa neste trecho da canção:

A refavela
Revela o salto
Que o preto pobre tenta dar
Quando se arranca
Do seu barraco
Prum bloco do BNH

A sigla BNH na canção refere-se ao Banco Nacional de Habitação criado em 1964, que financiava a construção de conjuntos habitacionais. Durante os anos 1960 ocorreu um movimento de remoção das favelas nos grandes centros urbanos, sendo os habitantes desses locais, em sua maioria negros, deslocados para áreas periféricas das cidades. Tal processo foi levado a cabo pelo governador do então Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, e continuadas por Negrão de Lima até início dos anos 1970 (BRUM, 2013, p.

⁹¹GIL, G. *Refavela*. In.: *Refavela*. Rio de Janeiro: WEA, 1977. LP-1977; CD-2002. Faixa 12. A música pode ser ouvida em: https://www.youtube.com/watch?v=6cqcr_19TDg&list=OLAK5uy_nHsHnPK860JYxJnw8ZZeQerkdNR0M6A0M&index=2.

181-184). Gil além de dar visibilidade à situação das pessoas removidas de suas moradias, muitas vezes de forma coercitiva, relata a questão racial subjacente, que transparece no verso “Que o preto pobre tenta dar”.

Mas a letra da canção não traz apenas situações de penúria vividas pela população negra brasileira. Ela também exalta a beleza que essas pessoas trazem para o ambiente urbano, fazendo parte da vida da cidade em todos os locais, não somente em um “bloco do BNH”, conforme o trecho a seguir:

A refavela
Revela aquela
Que desce o morro e vem transar
O ambiente
Efervescente
De uma cidade a cintilar

Gil relatou em 1977 essa “efervescência” transmitida na canção:

A cor negra é como um combustível luminoso, vibrátil, que fornece uma espécie de energia pra toda a humanidade, da qual a humanidade está cada vez mais carente, essa energia telúrica tá entendendo? Ela dá no sentido principalmente da miscigenação que vai se fazendo cada vez mais no mundo (O Globo – Domingo, 10 jul. 1977, p. 3).

A fala acima sinaliza para a compreensão da diáspora negra, da cultura africana espalhada pelo mundo, que se adaptou e reinventou-se nos diversos locais em que se inseriu, sem que perdesse suas identidades de origem, apesar de “sotaques” locais, como sugerem os versos em que aparece a palavra “brasileirinho”.

Em Lagos, Gil tomou contato com as desigualdades, belezas e contrastes daquela sociedade, que aparecem no trecho em que ressalta que ao lado da miséria haviam a beleza das vestimentas de cetim, típicas da região. Em sentido semelhante, mas sobre um cenário brasileiro identificado pela denominação do “povo chocolate e mel”, expõe o mesmo contraste no trecho “revela o choque entre a favela, inferno e o céu”. Gil buscou não se ater a uma imagem que circula com frequência quando o assunto é favela, o da miséria e sofrimento. Sem ignorá-la, ele valoriza os aspectos culturais presente nestes lugares, principalmente os de origem africana. A canção transmite uma imagem que busca um real quanto às pessoas que vivem nestes locais, portadoras de uma gama de sentimentos e sensações como as de qualquer outra região, expresso nos seguintes versos:

A refavela
Alegoria
Elegia, alegria e dor
Rico brinquedo
De samba-enredo
Sobre medo, segredo e amor

Refavela, portanto, transita entre o âmbito nacional e global. Traz a visão da cultura africana e da sua presença em diferentes locais pelo mundo em uma forma moderna, plural, conectada ao contexto dos anos 1970, um período de acentuada urbanização em diversos pontos do mundo e no Brasil. Em que as pessoas portadoras destes traços culturais intensificam o orgulho em possuí-los e os demonstram, seja pela indumentária, pelo corte de cabelo ou por meio da música, mas que em sua maioria também sofrem com a exclusão social, especificada na canção ao tratar sobre a questão da moradia.

Não chore mais - Realce (1979)

Realce é o último álbum da Trilogia Re, lançado em agosto de 1979 pela gravadora Warner Music do Brasil, com a qual Gil havia assinado contrato logo após o lançamento de *Refavela*. Produzido por Marco Mazzola que havia saído da gravadora Polygram para ir trabalhar na Warner, *Realce* foi gravado em Los Angeles no estúdio Westlake Audio.

Não chore mais é a nona e última faixa do LP, tem duração de 4:34 minutos, e é uma adaptação de *No woman no cry* composta por Vincent Ford e que fez sucesso na voz do músico jamaicano Bob Marley, principalmente em sua versão ao vivo de 1975. Antes de estar presente em *Realce*, a canção foi lançada por Gil em compacto simples em maio de 1979, tendo a canção *Macapá* como lado B. *Não chore mais* foi um dos maiores sucessos comerciais na carreira de Gil, alcançando a maior vendagem de um compacto simples no Brasil naquele ano. Abaixo a letra da canção:

Bem que eu me lembro
Da gente sentado ali
Na grama do aterro, sob o sol
Ob-observando hipócritas
Disfarçados, rodando ao redor
Amigos presos
Amigos sumindo assim

Pra nunca mais
Tais recordações
Retratos do mal em si
Melhor é deixar prá trás
Não, não chore mais
Não, não chore mais
Bem que eu me lembro
Da gente sentado ali
Na grama do aterro, sob o céu
Ob-observando estrelas
Junto à fogueirinha de papel
Quentar o frio
Requentar o pão
E comer com você
Os pés, de manhã, pisar o chão
Eu sei a barra de viver
Mas se Deus quiser
Tudo, tudo, tudo vai dar pé
Não, não chore mais⁹²

Assim como em outras canções, como *Refavela, Não chore mais* também faz uma releitura e apropriação de um contexto de outro país para o Brasil. Gil disse que, foi por meio das cenas de repressão aos rastafaris quanto ao uso da cannabis⁹³, que ele buscou o cenário brasileiro. Sobre essa analogia Jamaica – Brasil:

No *Woman, No Cry* retratava o convívio diário de rastafaris no ‘government yard’ (área governamental) em Trenchtown, e a perseguição policial, provavelmente ligada à questão da droga (maconha), que eles sofriam. Esta situação eu quis transportar para o parque do Aterro, no Rio de Janeiro, também um parque público, onde localizei policiais em vigília e hippies em rodinhas, tocando violão e puxando fumo, como eu costumava vê-los de noite na cidade (GIL e RENNÓ, 2003, p. 243).

A estrofe da canção também nos proporciona uma perspectiva sobre outra questão, exposta no verso “Observando hipócritas, disfarçados, rondando ao redor”, em que podemos associar às práticas de controle e espionagem da SNI, em que os informantes tinham um papel importante.

Segundo a historiadora Marionilde Brepohl, haviam níveis quanto a estes informantes, classificados como A, B, C, D, E e F, tal classificação estava relacionada a

⁹² GIL, G. *Não chore mais (No Woman no cry)*. In.: *Realce*. Rio de Janeiro: WEA, 1979. LP-1979; CD-2002. Faixa 9. A música pode ser ouvida em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ws6qN3zgPAg>.

⁹³Rabelo (2006, p. 417) expõe que durante a década de 1970 o governo jamaicano com apoio do governo estadunidense tomou medidas mais duras quanto ao tráfico de cannabis, assim como, uma maior proibição do uso da maconha. Os grupos rastafaris que utilizavam a erva para práticas ritualísticas, foram um dos grupos mais atingidos dentro deste contexto.

confiabilidade das informações, sendo os grupos A, B e C geralmente compostos por militares que se infiltravam à paisana, e que possuíam informações mais confiáveis. Brepohl destaca que os informantes classificados como D, E e F geralmente eram civis que não possuíam ligações diretas com o governo ditatorial. Muitos deles realizavam o trabalho por convicção ideológica no regime ou por medo de terem suas vidas destruídas por subversivos comunistas (1997, p. 2-3).

A canção esteve associada ao movimento em prol da anistia dos exilados e presos políticos da ditadura civil-militar, que ocorreu no ano de 1979, segundo o jornal O Estado de São Paulo “reconhecida como um dos “hinos da anistia”, que são constantemente executadas nas rádios”. Porém, Gil em 1979, disse que a música não foi concebida pensando no movimento em si, pois foi feita:

Numa época que nem se sonhava com anistia (...) O que aconteceu foi uma dessas coincidências históricas. É que havia chegado uma hora que a versão seria bem adequada ao momento político. Nada foi intencional. Eu não fiz a letra pensando em anistia (O Estado de São Paulo, 04 ago. 1979, p. 19).

A pesquisadora Rafaela Lunardi aponta que artistas como Gil, Gonzaguinha, Ivan Lins, Chico Buarque, Clara Nunes dentre outros, participaram de campanhas em prol da anistia, inclusive realizando apresentações para apoiar a causa. Muitos destes artistas abordavam por meio de canções do período, um sentimento de pesar, de privação de liberdade, mas também de esperança quanto a um futuro melhor, de uma democracia que surgia em um horizonte distante no fim da década 1970 e início de 1980 (2016, p. 50).

Assim, Gil pode não ter feito a sua versão pensando no movimento da anistia, como alega, mas a canção foi lançada em um momento em que a temática encontrava ressonância no contexto social e político do país, tendo, o próprio autor da canção participado de eventos de apoio ao movimento. *Não chore mais* tem um tom de lamento quanto as perseguições, exílios e episódios repressivos durante o período ditatorial até aquele momento, assim como, também busca apontar para um futuro melhor, expressos nos versos: “Mas se Deus quiser, tudo, tudo, tudo vai dar pé”, ainda que a ditadura se fizesse presente, talvez, era um período em que Gil pudesse ver ao longe alguma esperança de dias melhores.

Considerações Finais

As canções analisadas permitem compreender a percepção de Gil quanto a um Brasil que passava por mudanças, como o processo de urbanização intenso, com cidades como São Paulo e Rio de Janeiro recebendo um contingente maior de pessoas vindas das áreas rurais do país, sobretudo do Nordeste, atraídas por melhores oportunidades de vida nas grandes metrópoles. Deste processo, estavam presentes as marcas, como a ampliação das favelas, e como as pessoas desses locais buscavam por meio da dança, da música e até pela indumentária apartar-se do estigma da miséria, ainda que esta fosse uma constante na vida de muitos.

Em síntese procuramos demonstrar por meio de algumas canções da Trilogia Re de Gilberto Gil alguns pontos da sociedade brasileira do fim dos anos 1970, de um país que vivenciava uma ditadura que àquela altura apresentava certos sinais de desgaste, mas que também emanava, de uma parte da sociedade, alguma resistência e anseios por liberdade.

Referências Bibliográficas

ALONSO, Gustavo. Jeca Tatu e Jeca Total: a construção da oposição entre música caipira e música sertaneja na academia pau lista (1954-1977). *Contemporânea*, v. 2, n. 2, p. 439-463, jul.-dez. 2012.

BREPOHL, Marionilde. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. *Revista brasileira de História*, v. 17, n. 34, p. 1-8, 1997.

BRUM, Mario. Favelas e remocionismo ontem e hoje: da Ditadura de 1964 aos grandes eventos. **O social em questão**, a. 16, n. 29, p. 179-208, 2013.

CARNEIRO, Maria. Ruralidade: novas identidades em construção. *Anais do XXXV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural*. Brasília: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 1997, p. 53-75.

CHAUÍ, Marilena. *Seminários: O nacional e o popular na cultura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FLÉCHET, Anais. O mundo musical de Gilberto Gil. *Música popular em revista*. Campinas, ano. 5, v. 2, p. 155-175, jan.-jul. 2018.

GIL, Gilberto e RENNÓ, Carlos (Org.). *Gilberto Gil: todas as letras*. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

GIL, Gilberto e ZAPPA, Regina (Org.). Gilberto bem perto. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 2013.

LARA, Silvia. História Cultural e História Social. Diálogos, UEM, v. 1, n. 1, p. 25-32. 1997.

LOBATO, Monteiro. Urupês. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2007.

LUNARDI, Rafaela. Preparando a tinta, enfeitando a praça: O papel da MPB na “Abertura política” brasileira (1977-1984). 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MATHIAS, Suzeley. Distensão no Brasil: O projeto militar (1973-1979). Campinas: Papyrus, 1995.

MORAES, José Geraldo. História e Música: canção popular e conhecimento histórico. Revista brasileira de História, São Paulo, v. 20, n. 39, p. 203-221. 2000.

PADRÓS, Enrique. Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do tempo presente. Anos 90, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p. 190-223, jan./dez. 2004.

RABELO, Danilo. Rastafari: identidade e hibridismo cultural na Jamaica (1930- 1981). 2006. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, 2006.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993.

Fontes documentais

GIL, Gilberto. Refazenda. Rio de Janeiro: WEA, 1975. LP-1975; CD-2002.

_____. Refavela. Rio de Janeiro: WEA, 1977. LP-1977; CD-2002.

_____. Realce. Rio de Janeiro: WEA, 1979. LP-1979; CD-2002.

GIL, Gilberto. Gilberto Gil – A cor negra é um combustível luminoso. [Entrevista concedida a] Ana Maria Bahiana. O Globo, Domingo, Rio de Janeiro, n. 15.973, p.1, 10 jul. 1977.

_____. Para reafirmar o poético e o lúdico. [Entrevista concedida a] Ricardo Porto de Almeida. O Estado de São Paulo, Geral, n. 32.021, p. 19, 04 ago. 1979.

MOTTA, Nelson. Ética e dialética racial e sexual no “Realce” de Gilberto Gil: chega de disco e viva a mulher. O Globo, Domingo, n. 16.747, p.6, 26 ago. 1979.

O JAPÃO EM TETSUO: COMO O PAÍS É PERCEBIDO EM *AKIRA* (1988)

Luciana de Ávila Freitas ⁹⁴

Resumo: A Segunda Guerra Mundial representou para os japoneses uma mudança de paradigma único. Se antes o conceito de apocalipse era vago, pois a ideia de futuro não era difundida, após o ocorrido, ele se tornou um com o povo japonês. Não é preciso dizer que todas as estruturas foram inevitavelmente abaladas, mas é imperativo considerar que a cultura sofreu um abalo ainda maior, devido ao fato de que o trauma coletivo representou um trauma cultural. Esse efeito perdurou nas décadas que se seguiram, sendo sentidos mais do que nunca quando o Japão recuperou sua confiança, perdida em decorrência da derrota. O que prova a vivacidade com que o trauma ainda era experienciado, sendo que essa vivacidade perdura até mesmo nos dias atuais. Esse trabalho enfocará no longa-metragem apocalíptico *Akira* (1988), que será discutido através da análise corporal do personagem Tetsuo. Defende-se que a representação do corpo dele funciona na narrativa como uma metáfora para o Japão do pós-guerra, o que levanta questões sobre o modo como o próprio país era percebido dentro e fora na década de 1980. A metodologia empregada considerará tanto os aspectos intrafílmico quanto extrafílmico, sendo que a categoria corpo auxiliará no recorte de análise.

Palavras-chave: Japão; Segunda Guerra Mundial; cyberpunk.

⁹⁴ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, sendo licenciada em História pela mesma instituição. Pesquisadora bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: luciana4avila@gmail.com

Introdução

Os mitos apocalípticos são comuns em várias culturas ao longo da história, entretanto a ideia não é universal. Conforme Tanaka, o conceito do apocalipse não foi difundido na cultura japonesa pré-moderna. Por exemplo, o autor cita que a coleção de mitos mais antiga do Japão, o chamado *Kojiki* (coletado em 712. d.c) não possui menções sobre o final do mundo ou sobre catástrofes globais. Isso passa a mudar na *Era Meiji* (1868-1912) quando o país se abre ao mundo e os pensamentos de fora escoam para dentro (TANAKA, 2011, p. 45-46). Até aquele momento, os japoneses prezavam pelo presente em detrimento do passado e do porvir, pois o presente realista era mais importante que tais abstrações inalcançáveis, mas então isso muda com a abertura do país (TANAKA, 2011, p. 43). Para alcançar a modernização Ocidental, era preciso conquistar o progresso, o que seria feito apenas se o futuro fosse priorizado. Essa nova concepção redefiniu o modo de enxergar o apocalipse, mas a mudança definitiva veio mesmo com a Segunda Guerra Mundial, pois como Tanaka observa: “O apocalipse atômico passou a significar paradoxalmente a infinitude; embora as narrativas apocalípticas sejam geralmente histórias com final, a experiência da bomba atômica trouxe sofrimento sem fim”⁹⁵ (TANAKA, 2011, p. 57). Em outras palavras, o trauma que se estabeleceu com o evento representou o apocalipse para os japoneses. E como todo trauma, ele não foi superado por mera força de vontade.

Como se destacou, a Segunda Guerra Mundial mexeu com todas as estruturas japonesas. O que foi especialmente verificado na cultura visual do país, dado a larga produção de narrativas apocalípticas no meio. Segundo Napier (2005) o padrão se mantém em todas as mídias japonesas, em particular dentro do anime (animação japonesa), uma vez que as animações possuem a peculiaridade de não sofrerem com tantas limitações. Logo, o espaço para a criatividade é maior. Se aproveitando dessa

⁹⁵ No original: “Japanese atomic apocalypse came to paradoxically signify endlessness; although apocalyptic narratives are generally stories of ending, the atomic bomb experience brought suffering without end”.

flexibilidade, os animes extravasam quando o assunto é abordar a destruição e o apocalipse (NAPIER, 2005, p. 29).

Neste trabalho, o longa-metragem *Akira* (1988) recebe os holofotes. Dirigido e roteirizado por Katsuhiro Otomo, a obra é categorizada como uma ficção científica, cuja vertente pertence ao *cyberpunk*. Essa vertente é conhecida comumente pela apresentação de um futuro distópico em que a tecnologia ao invés de auxiliar as pessoas, diminuindo a desigualdade, acaba criando diferenças ainda maiores entre as classes. Resumidamente, no *cyberpunk* a tecnologia é apresentada por uma ótica pessimista. O que difere *Akira* do restante das obras do subgênero é que o futuro apresentado no longa-metragem é pós-apocalíptico, o que não é uma regra no mundo *cyberpunk*, mas um padrão muito presente nas narrativas japonesas.

A tudo isso, apresenta-se o foco desse artigo. *Akira* será discutido através da análise corporal do personagem Tetsuo. Defende-se que a representação do corpo dele funciona dentro da narrativa como uma metáfora para o Japão do pós-guerra, o que levanta questões sobre o modo como o próprio país era percebido na década de 1980. A metodologia empregada pretende considerar tanto as questões intrafilmicas quanto extrafilmes. Enfatiza-se também o corpo enquanto uma categoria de análise e, portanto, sua apreciação conceitual.

Como a cidade de *Neo-Tokyo* moldou o corpo dos personagens

O enredo de *Akira* começa no ano diegético de 1988, quando ocorre uma explosão em escala nuclear que destrói a cidade de *Tokyo*, matando milhares de pessoas e desencadeando a Terceira Guerra Mundial. Três décadas mais tarde, a cidade aparece novamente de pé, sob outro nome: *Neo-Tokyo*. O novo aqui não figura como uma expressão retórica. *Neo-Tokyo* é o que pretende ser, uma versão melhorada da antiga *Tokyo*. Entretanto, por trás da opulência tecnológica, há um lugar degradado socialmente, pois o rápido desenvolvimento urbano não representou melhora na qualidade de vida das pessoas. Mais do que isso, o desenvolvimento levou a população à corrupção moral, tornando-a consumista e lasciva. Nesse ponto, uma pergunta é levantada, de que maneira

esse meio afeta o corpo dos personagens? Essa é uma das principais questões a serem comentadas quando o conceito do corpo é trazido para arena do debate.

Segundo Breton (2006), o corpo é uma falsa evidência, uma vez que não se trata de um dado inequívoco. Pelo contrário, ele é o efeito de uma elaboração. “Moldado pelo contexto social e cultural em que o ator se insere, o corpo é o vetor semântico pelo qual a evidência da relação com o mundo é construída” (BRETON, 2006, p. 7). Desse modo, o autor assevera que qualquer existência é corporal e, portanto, todo indivíduo tem o poder de transformar o mundo através da sua própria experiência. Emissor e receptor, “o corpo produz sentidos continuamente e assim insere o homem, de forma ativa, no interior de dado espaço social e cultural” (BRETON, 2006, p. 7-8). Sendo assim, “qualquer que seja o lugar e a época do nascimento e as condições sociais dos pais, a criança está predisposta inicialmente a interiorizar e a reproduzir os traços físicos particulares de qualquer sociedade humana” (BRETON, 2006, p. 8). Consequentemente, mesmo que o indivíduo viva de acordo com um estilo particular, suas expressões corporais estão sujeitas ao contexto em que ele está inserido, uma vez que tais modos não são naturais. Cita-se os ritos, os jogos de sedução e as atividades físicas como exemplos de modos de ser e de se portar, cuja configuração é dependente do meio social e cultural, invariavelmente moldáveis (BRETON, 2006, p.7-9).

As pessoas que vivem em *Neo-Tokyo*, portanto, estão sujeitas ao meio em que estão inseridas, assim como elas moldam esse mesmo meio. Uma das pessoas que vive nessa cidade é o co-protagonista de *Akira*, o personagem Tetsuo. Dada a importante função narrativa que ele desempenha na obra, não é indevido afirmar que o personagem represente *Neo-Tokyo*. Mais do que isso, ele é a consequência máxima de tudo que essa cidade se tornou desde a explosão misteriosa que ocorreu trinta anos antes. Para entender essa afirmativa, é preciso uma breve introdução do personagem.

Tetsuo faz parte de uma gangue de motoqueiros, cujo líder é o protagonista Kaneda. Em relação ao seu líder, Tetsuo se sente inferiorizado, pois eles são amigos de infância e desde tenra idade Kaneda sempre tomou à dianteira, sendo o mais forte e mais carismático. Crescendo com ele, Tetsuo passou a comparar-se. Mais baixo, fraco e atraente, o personagem sempre esteve a sombra da figura imponente que era o amigo. Foi

com esses sentimentos que ele tomou suas principais ações na trama. Em dado momento do longa-metragem, Tetsuo passa por experiências científicas, que fazem ele despertar seus poderes psíquicos latentes. Munido com essa nova força, ele começa a oprimir as pessoas em sua volta, além de destruir a cidade de *Neo-Tokyo*. Ao longo do enredo, o personagem vai se isolando dos amigos e conhecidos, tornando-se uma pessoa que apenas se importa em ficar mais forte e que no final, acaba perdendo o controle dos poderes que adquiriu, transformando-se numa figura disforme irreconhecível.

Tetsuo encarna *Neo-Tokyo*. Ele cresceu nessa cidade, absorvendo as referências de uma geração que experienciou um trauma coletivo. Entretanto, pouco se fala dos pais do personagem, dando a entender que ele é órfão. Sozinho no mundo, Tetsuo usufrui de uma liberdade juvenil sem restrição. Ele usa drogas, participa de disputas de gangue e se mete em constantes brigas na rua. Ele é fruto de uma sociedade que não ampara o povo, pois as preocupações econômicas são mais importantes.

Outra questão é que a constante perseguição ao progresso tecnológico fez as gerações mais novas crescerem com referências completamente diferentes das gerações anteriores, sendo que esse lapso já era forte devido ao fato dos mais velhos experienciarem um trauma coletivo. Observa-se nesse ponto que há muito de *Neo-Tokyo* em Tetsuo; e o mesmo pode se afirmar em relação ao Japão.

O Japão em Tetsuo

Em primeiro lugar, destacam-se as diferenças entre o personagem Kaneda e o personagem Tetsuo, que são observáveis logo no começo da trama. Este é apresentado como alguém invejoso das qualidades ditas masculinas do líder de gangue. Essa diferença fica mais pronunciada considerando os aspectos físicos, logo que Kaneda enfatiza na trama que Tetsuo é mais baixo que ele. Por conta disso, Tetsuo age muitas vezes de forma submissa em relação aos outros membros da gangue, especialmente com o amigo de infância. Mas tudo muda quando o personagem adquire poder, pois esse poder o mune de confiança. Essa condição de Tetsuo no decorrer do longa-metragem, com todas as suas variações de personalidade, acaba sendo um retrato bastante expressivo do Japão do pós-guerra. Nesse ponto, cabem algumas afirmações do historiador Igarashi (2011).

De acordo com o historiador, as relações entre os Estados Unidos e o Japão no pós-guerra podem ser expressas através de um drama, no qual os Estados Unidos cumpre o papel do protagonista masculino, enquanto o Japão a de uma coadjuvante mulher, que dócil, aceita incondicionalmente os ditames da força masculina. Isso quer dizer que as relações entre os dois países foram altamente sexualizadas no pós-guerra (IGARASHI, 2011, p. 82). Tem-se como exemplo disso o modo como duas forças representativas de cada país foram descritas no cenário público. De um lado, há o imperador Hirohito, que perdeu a guerra e teve de se submeter ao antigo inimigo; do outro, há o supremo comandante das Forças Aliadas na Embaixada Americana, o MacArthur. Era ele quem liderava a ocupação norte-americana no arquipélago. Analisando os escritos do comandante, Igarashi evidencia a forma teatral e femininizada com que ele tratava o imperador, descrevendo-o como nervoso, impotente e humilhado (IGARASHI, 2011, 83-86). Essa visão não era apenas do lado estadunidense, o que é observado em 27 de setembro de 1945, quando o imperador Hirohito e MacArthur se reuniram, tirando uma foto nessa ocasião.



Figura 01: Hirohito e MacArthur posam em foto.

Fonte: (IGARASHI, 2011, p. 90).

Houve uma polêmica em relação a esta foto. O ministro do interior japonês simplesmente proibiu-a de ser publicada nos jornais, em razão do alto contraste que ela possuía. Hirohito é um homem baixo que está usando roupas formais, olhando direto para câmera e com os braços para frente; enquanto MacArthur é um homem alto que pode ser observado de forma relaxada. Não à toa o fotógrafo que tirou essa foto chamou-a de “retrato de casamento” (IGARASHI, 2011, p. 89). Essas diferenças foram percebidas pelo lado japonês, que tratou de proibir a circulação da imagem nos jornais locais; no entanto, o quartel general norte-americano interveio em nome da garantia da liberdade de imprensa. A foto foi publicada, gerando burburinho entre os japoneses (IGARASHI, 2011, p. 89).

Nos anos que se seguiram a Segunda Guerra Mundial, os japoneses se mantiveram retraídos. A derrota e a subserviência aos Estados Unidos, no contexto da Guerra Fria, contribuíram para que o arquipélago mantivesse um perfil baixo. Entretanto, a recuperação econômica, e posteriormente o sucesso nesse âmbito, revigorou o orgulho e a confiança japonesa, que passou a olhar o passado por novas lentes.

Durante boa parte do século XX, os Estados Unidos ficou no “posto” hegemônico, no que confere os aspectos econômicos. Nos anos de 1980, o Japão passa a ameaçar esse poderio com seu *status* econômico: além de se tornar o maior credor do mundo, o país registrava o maior *superávit* da história (MORLEY e ROBINS, 1995, p. 152). Segundo os nacionalistas japoneses, esse sucesso era devido aos modelos de modernidade adotados pelo Japão – sem contar suas teorias ideológicas que propunham que o sucesso japonês era esperado devido ao caráter único e natural do povo nipônico⁹⁶. No exterior, esse êxito foi visto com certa ambiguidade. Há quem tomasse o Japão como exemplo, mas o que verdadeiramente predominou foi o racismo, uma vez que o país ameaçava a primazia Ocidental. Conforme o arquipélago obtinha mais conquistas no âmbito econômico e tecnológico, mais se endossou que o futuro da humanidade se encontrava no Japão (MORLEY e ROBINS, 1995, p. 153). Foi assim que os ataques se intensificaram. Os Estados Unidos, que sempre alimentou uma visão alienígena sobre os nipônicos, passou

⁹⁶ Mais sobre isso em. AKAGAWA, Natsuko. *Heritage Conservation in Japan's Cultural Diplomacy: A Sociological Enquiry*. London: Routledge, 2015.

a fomentar ainda mais essa visão. Tornou-se comum a ideia de que os japoneses eram animais econômicos, e que isso justificaria seu sucesso econômico (IWABUCHI, 1994, s/p). Os olhares se tornaram cada vez mais agressivos, mas dessa vez houve reação. Em 1991, o ministro da fazenda japonês, Ishihara, afirmou que, sendo a tecnologia a chave do progresso, o Japão era o futuro da humanidade devido a sua superioridade tecnológica (MORLEY e ROBINS, 1995, p. 149). Observa-se que a modernidade aparece como o elemento central da confiança japonesa, conquistada no pós-guerra. De um país submisso e dócil; feminizado após a derrota, o arquipélago finalmente reconquistara aquilo que perdeu. Até mesmo a derrota foi justificada nesse contexto. De acordo com Smith, a intelectualidade japonesa racionalizou o evento da seguinte maneira: o Japão teria perdido, pois não era suficientemente moderno. Era um país feudal, que foi subjugado pelo seu atraso (SMITH, 2018, p. 115-116).

De fato, a grande questão era o Japão não ser tão moderno assim. O custo disso foi o fomento da alta produtividade, ensejando duras penas aos trabalhadores e estudantes japoneses. Tanto é que durante o século XX, inventou-se uma própria palavra para designar aqueles que morriam pelo excesso de trabalho: *karoshi*. O consumismo figurou também nesse cenário, já que o modo de vida estadunidense penetrava o imaginário japonês através das mídias, fazendo a população desejar um estilo de vida mais confortável e fácil, ainda mais depois de passarem por uma guerra. Assim, consolidou-se o consumismo, cujo fomento foi incentivado pelo Estado, uma vez que o Japão havia se tornado aliado dos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria. Como anota Tching Kanehisa:

Esta política nacional de produção em abundância encorajou naturalmente a população a consumir massivamente; o slogan consumir é uma virtude, foi lançado naquela época, e o Japão, em 1960, entrou num período de consumismo pleno; paralelamente assistíamos à ascensão da ideologia 'possua as mesmas coisas que seu vizinho' (ORTIZ, 2000, p. 88-89).

A duras penas, o Japão alcançou a modernidade que tanto buscava para igualar-se e até mesmo superar o Ocidente. Nesse turno, adquiriu poder e confiança, sendo mal visto no exterior por representar uma ameaça àqueles que estavam no poder. Considerando todas as análises trazidas, os paralelos entre Tetsuo e o Japão saltam aos olhos.

Enquanto um *cyberpunk*, *Akira* trata do capitalismo tardio e da onipresença da tecnologia por uma perspectiva negativa. Nos minutos finais do longa-metragem, Tetsuo se transforma num monstro disforme de carne e ferro, agonizando em dor – essa transformação pode ser observada nos fotogramas 01, 02 e 03.



Fotograma 01: (“KATSUHIRO, 1988, 1H 44’ 51”).



Fotograma 02: (“KATSUHIRO, 1988, 1H 46’ 50”).



Fotograma 03: (“KATSUHIRO, 1988, 1H 47’ 02”).

A transformação agonizante de Tetsuo não é um mero detalhe. De acordo com Sato, o *cyberpunk* japonês possui uma peculiaridade em relação às narrativas da mesma corrente, pois

A mentalidade cibernética [...] é na verdade uma aceitação bastante ativa e quase autotorturante da junção de peças de máquinas na carne humana, que impulsionam a identidade japonesa em direção à sobrevivência no pós-guerra e à vitória sobre as nações líderes através da incorporação radical da tecnologia⁹⁷ (SATO, 2004, p. 345 tradução nossa).

⁹⁷ No original: “The cybernetic mentality that conditions these postwar fantastic narratives is in fact a rather active and almost self-torturing acceptance of machine parts into the human flesh, which drive the Japanese

Essa mudança corporal do personagem representa os vícios da modernidade, tanto de *Neo-Tokyo* quanto do Japão no pós-guerra, alcançando seu potencial máximo quando considerado a forma de bebê de Tetsuo; pois segundo a especialista em cibercultura, Amaral, a cidade na ficção *cyberpunk*

representa o feminino [...] mas não no sentido da feminidade como sagrado, como a santa, a mãe e a esposa. A metrópole em sua feminilidade, aparece no *cyberpunk* como uma mulher soturna, sombria, mal iluminada da existência humana e cujas vielas, ruas e construções abrigam seres híbridos, humanos e máquinas [...] Esse grande útero que é a cidade está, na ficção *cyberpunk*, infectado pela tecnologia, necrosado e em vias de ser abandonado, ele está sendo convertido em dados, bytes, em informação pura a fim de transcender sua existência física para o [...] (BUKATMAN, 1993; PRUNGNAUD, 1997 apud AMARAL, 2006, p. 67).

Conclusão

Tetsuo incorpora algumas metáforas, no sentido mais físico da palavra. Ele foi gestado no interior de uma cidade altamente tecnológica, mas socialmente decadente. Sua forma, ao perder o controle dos poderes, não poderia ser outra, pois foi à busca desenfreada de *Neo-Tokyo* pelo progresso, após a hecatombe 30 anos antes, que levou os cidadãos dessa cidade a experimentarem a tecnologia por uma perspectiva ruim. É por isso que o personagem funciona como uma representação ímpar da realidade japonesa na década de 1980, pois da mesma forma o país perseguiu a modernidade para mostrar seu valor e estancar uma ferida aberta na Segunda Guerra Mundial. A consequência disso foi uma postura mais confiante diante do Ocidente.

Referências

AMARAL, Adriana. **Visões perigosas: Uma arque-genealogia do cyberpunk**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

BRETON, David. **A sociologia do corpo**. Trad. bras. de Sonia. M.S.Fuhrmann. Petrópolis: Vozes, 2007.

identity toward postwar survival and victory over the leading nations by means of radical incorporation of technology”.

IGARASHI, Yoshikumi. **Corpos da Memória, Narrativas do Pós-Guerra na Cultura Japonesa (1945-1970)**. Trad. bras. de Marco Souza e Marcela Canizo. São Paulo: Annablume, 2011.

IWABUCHI, Koichi. **Complicit Exoticism: Japan and its Other**. The Australian Journal of Media & Culture - Critical Multiculturalis - edited by Tom O'Regan, v o 1.8, n° 2, 1994. URL (acessado 20/02/2022): <http://wwwmcc.murdoch.edu.au/ReadingRoom/8.2/Iwabuchi.html>

KUMIKO, Sato. **How Information Technology Has (Not) Changed Feminism and Japanism: Cyberpunk in the Japanese Context**. Comparative Literature Studies, 41.3 (2004) 335-355.

MORLEY, David; ROBINS, Kevin. **Spaces of identity**. London: Routledge, 1995.

NAPIER, J. Susan. **Anime: From akira to Howl's Moving Castle**. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

ORTIZ, Renato. **O próximo e o distante: Japão e a modernidade - mundo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

TANAKA, Motoko. **Apocalypticism in Postwar Japanese Fiction**. Tese (Doutorado em Filosofia). Vancouver: University of British Columbia, 2011.

SMITH, Martyn David. **Mass Media, Consumerism and National Identity in Postwar Japan**. London: Bloomsbury Academic, 2018.

O QUE REVELAM AS CARTAS DE ALFORRIAS DE MULHERES ESCRAVIZADAS? (PELOTAS, RIO GRANDE DO SUL, 1871-1888)

Marina Ribeiro Cardoso⁹⁸

Resumo: Datadas do período que compreende 1871 a 1888, as cartas de alforrias de mulheres escravizadas que viviam na cidade de Pelotas, demonstram importantes aspectos de suas vidas e os processos que enfrentavam na conquista da liberdade. Uma vez que as informações mencionadas nesta documentação são vestígios riquíssimos para estudos de História Social da Escravidão, a presente pesquisa buscou, sobretudo, investigar a presença de um elemento pouco comum entre as manumissões: os ofícios praticados por elas. A análise destas especializações, de forma quantitativa e qualitativa, possibilitou o entendimento das diferentes formas de agências que realizavam para que fosse possível a conquista de sua carta e/ou auxiliar outras pessoas neste processo. Revelaram que, apesar de não estarem corriqueiramente entre estas mulheres, neste contexto pelotense, poderiam ser peças chave nas negociações entre escravizadas e proprietários. Com isso, pretendeu-se, sobretudo, investigar a trajetória dessas mulheres, de mulheres que exerciam o ofício de serviços domésticos e que poderiam, a partir delas, estarem conquistando a liberdade na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, no período pós Lei do Ventre Livre.

Palavras-chave: Escravidão, liberdade, mulheres, alforrias e ofícios.

⁹⁸ Graduada em História Bacharelado pela Universidade Federal de Pelotas- E-mail: marina.cardosoufpel@gmail.com

Introdução

As últimas décadas da escravidão no Império foram marcadas por uma série de leis as quais ficaram conhecidas na historiografia brasileira como emancipacionistas. Elas foram responsáveis pela libertação de milhares de pessoas em todo o território, mas, ainda que tenham tido esse papel, são alvo de diversas discussões sobre suas contrariedades. Isso porque, apesar de terem como objetivo central o fim gradual da escravidão no Brasil, em seus artigos ficam claras as brechas que a classe senhorial encontrava para manter a tutela destas pessoas (MAMIGONIAN, 2019). A lei de 28 de setembro de 1871, conhecida como Lei do Ventre Livre, é um claríssimo exemplo sobre as articulações que os proprietários realizavam para o mantimento, por mais tempo possível, da escravidão. Vejamos, o seu artigo 1º determinava que “os filhos de mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei serão considerados de condição livre” (Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871), no entanto, o parágrafo 1º o contradiz, uma vez que estas crianças devem permanecer com o proprietário de suas mães até que completem oito anos de idade, tendo o senhor, após, a opção de ser indenizado pelo estado pela libertação desta criança ou “utilizar-se dos serviços do menor até a idade de **21 anos** completos” (Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, grifo nosso). Ou seja, esta criança não nascia livre de fato e nem o ventre da sua mãe era inteiramente livre.

A consciência destas questões acometia as mulheres escravizadas e isso já ocorria muito antes da própria Lei do Ventre Livre ser promulgada. O uso do direito romano em toda a América tratou de lançar, sobre estas mulheres, o peso da continuidade deste sistema. O princípio do *partus sequitur ventrem*, fazia com que todas as crianças nascidas seguissem a condição social de suas mães, isso é, se elas fossem escravizadas, igualmente seus filhos seriam (COWLING, 2018, p. 109). Isso fazia com que muitas mulheres possivelmente repensassem a maternidade já que, para muitas delas, talvez, ter filhos que herdariam o seu *status* não fosse uma opção. A historiadora Isabel Cristina Ferreira dos Reis (1999) disserta sobre o que sugere ser a unidade básica de resistência à escravidão: as fugas. Com base nisso, argumenta sobre os inúmeros casos de mulheres que fugiram grávidas e/ou com seus filhos ainda muito pequenos, para evitar que fossem escravizados assim como elas. Além disso Reis (1999) também menciona que não era atípico a

realização de abortos como também uma forma de resistir, pois muitas preferiam não ter filhos ao vê-los escravizados. Estes são apenas alguns exemplos da trajetória turbulenta que a mulher negra e escravizada vivenciava dia após dia e que suscitava ainda mais as mobilizações que realizavam em prol da liberdade e, junto à terceiros, pelo fim da escravidão.

Esta luta era diária e, por vezes, não tão explícita assim. O historiador Paulo Roberto Staudt Moreira explica que a resistência de mulheres e homens perpassa àquilo que, por algum tempo, teve a atenção central da historiografia (fugas, formações de quilombos, etc.), mas que está associada, principalmente, àquelas ações “discretas e surdas, como qualquer forma de luta contra a desumanização imposta pelo escravismo - religião, família, alforria” (MELLO apud MOREIRA, 2006, p. 215). As negociações entre escravizados e senhores marca um importante aspecto de suas articulações pela liberdade e por melhores condições de vida para si e outrem. E, nesta perspectiva, aqueles que estavam mais próximos das famílias senhoriais talvez estivessem dispendo de um ponto-chave neste agenciamento, além de outros caminhos que poderiam ser encontrados por estas pessoas, essencialmente, por mulheres, cuja perspectiva ocupa o espaço central desta discussão. Com isso, aqui pretende-se refletir sobre as diferentes formas de articulações/movimentações/agências e resistência encontrada por mulheres que viviam na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul e que conquistaram suas alforrias no período pós Lei do Ventre Livre (1871-1888). Para isso, atentar-se-á a esta fonte riquíssima, capaz de revelar aspectos importantes da vida destas mulheres, como a prática de ofícios entre elas. Estes ofícios eram classificados em suas manumissões e poderiam representar o principal meio pelo qual optaram por articular-se em prol da liberdade individual ou coletiva.

É importante ressaltar que a análise desta documentação e a perspectiva destas mulheres ocorre através do contexto de um território que ficou conhecido por ser a maior produtora e exportadora de charque do Império no século XIX: a cidade de Pelotas. Este aspecto central sobre a economia da cidade é um fator determinante para entendermos o motivo pelo qual Pelotas ficou conhecida como uma *cidade negra*. Sobre esta questão, o historiador Jonas Moreira Vargas explica-nos que a alta demanda de charque, emitida no século XIX e originada nas secas que ocorreram no nordeste em fins do século XVIII,

fizeram com que a freguesia de São Francisco de Paula tivesse oportunidades maiores e conquistasse o seu espaço no comércio de Charque (VARGAS, 2016). Obviamente, a alta demanda impulsionou a construção de novos galpões de charquear e gerou a necessidade de mais mão-de-obra na realização destas atividades, intensificando a entrada de pessoas africanas e seus descendentes na cidade para trabalharem sob condição de escravidão. Sem dúvidas, este foi um ponto-chave para o super desenvolvimento econômico que Pelotas conquistou neste período, além da oportuna localização da cidade - situada próxima à Rio Grande, cidade portuária da província de São Pedro (VARGAS, 2016).

As estatísticas populacionais analisadas e realizadas por Vargas, referentes ao ano de 1873, demonstram que a cidade habitava cerca de 8.141 pessoas em condição de escravidão (VARGAS, 2016) em que, 5.104 eram homens e 3.037 eram mulheres (CARDOSO, 2022, p. 27). Em trabalhos anteriores, justificou-se que “a presença maior de homens [na cidade] se deva pelo fato de que as charqueadas utilizavam majoritariamente o trabalho masculino, provocando essa desigualdade de gênero” (CARDOSO, 2022, p. 27). Mas se eles estavam em maioria e estavam inseridos principalmente na produção de charque, onde estavam as mulheres? Nos espaços urbanos e no interior das propriedades de seus senhores, realizando serviços domésticos, cuidando dos filhos de seus proprietários, servindo as mulheres da casa como mucamas e, nas ruas, andavam de um lado a outro com cestos de roupas para serem lavadas ou cheios de alimentos sobre suas cabeças para serem vendidos ou adquiridos no comércio para a família ingerir. Suas atividades variavam entre as exigências da família senhorial e as suas próprias em busca de uma quantia que pudesse pagar pela sua carta de alforria ou pela alforria de outra pessoa.

Por representarem um importante fator na conquista da liberdade, o próximo tópico buscará analisar estas atividades/especializações exercidas por estas mulheres através de suas manumissões, principalmente no que tange análises quantitativas. Para isso, objetivou-se investigar as distinções de gênero entre as cartas, como também, as tipologias de alforrias, os valores e os ofícios que estavam aparecendo entre elas. Ainda, é necessário enfatizar a importância de atentar-se sobre as diferenças de gênero para os

estudos sociais da história da escravidão, uma vez que homens e mulheres escravizadas(os) possuem experiências distintas (MACHADO, 2018, p. 335), ainda mais quando estas experiências estão associadas, também, a sua condição social e raça. Para finalizar, como muito bem discorre Maria Helena Machado

para as mulheres, ser esposa e ser mãe podia implicar desafios consideráveis, além dos riscos inerentes à gravidez, maternidade, lactação e criação de filhos/as sob o jugo da escravidão. Casamento e reprodução pressupunham cumprir uma dupla jornada de trabalho e submeter-se a uma dupla sujeição - ao senhor e ao marido (MACHADO, 2018, p. 334).

As cartas e os ofícios

A carta de alforria é o documento, produzido pelo escrivão e assinado pelo proprietário, que informava a libertação do escravizado. Nela é possível encontrar informações referentes ao sexo, cor, origem e ofício desta pessoa, possibilitando múltiplas propostas de análise e interpretação. Mas estes dados nem sempre tiveram a atenção da historiografia da História da Escravidão. No âmbito destes estudos, Katia Mattoso foi uma das primeiras historiadoras a dedicar-se a investigações com base nestas informações tão preciosas sobre a vida destas pessoas. Em sua obra *Ser escravo no Brasil: séculos XVI-XIX*, Mattoso explora minuciosamente as propostas oferecidas pelas cartas com discussões sobre suas tipologias e as distinções que ocorriam no ponto de vista dos gêneros, mencionando, por exemplo, que no contexto baiano, as mulheres estavam alforriado-se muito mais que os homens. Ela ainda atenta-se, com essencialidade, as manumissões que eram pagas pelos escravizados ou por terceiros, refletindo sobre as problemáticas que envolviam esta tipologia um tanto específica e, arrisca-se dizer, complexa.

Todavia, apesar de Katia Mattoso ter pensado as vivências destas pessoas a partir destes elementos centrais desta documentação, Stuart Schwartz em *Escravos, roceiros e rebeldes* propõe-se a discutir, também e com mais especificidade, as distintas tipologias das manumissões conquistadas por estas pessoas a partir de negociações com seus proprietários, uma vez que, para ele, a alforria era um elemento de extrema importância no sistema escravista (SCHWARTZ, 2001). O autor explica que, as manumissões dividiam-se entre condicionais, pagas e gratuitas (SCHWARTZ, 2001), em que, as

condicionais eram conquistadas a partir de uma condição que estava associada, na maioria dos casos, a tempo de trabalho a ser prestado; as alforrias pagas eram conquistadas mediante ao pagamento de um valor, estabelecido em negociação entre proprietário e escravizado, e que poderia ser efetuado tanto por ele mesmo quanto por outra pessoa, podendo o valor variar entre uma quantia pouco baixa à uma quantia altíssima; por fim, as gratuitas não possuíam valor e nem condição, entre as justificativas o historiador pode encontrar de “bons serviços prestados” à “por possuir muito estima”. Entretanto, por muito tempo não havia nada que protegesse escravizados e escravizadas da revogação de suas alforrias - ação muito comum, praticada por senhores até a promulgação da Lei de 1871, que passou a proibir esta prática em todo o Império⁹⁹.

Além disso, de acordo com a Lei do Ventre Livre, passava a ser permitida e protegida pelo Estado a formação de pecúlio por estas pessoas para que pudessem pagar por sua carta e/ou de outrem (Art. 4º. Lei Nº 2.040, de 28 de setembro de 1871). Este artigo, que legitima esta determinação, tornou-se caríssimo a esta pesquisa uma vez que esta investigação direciona-se principalmente à análises das alforrias que foram conquistadas mediante a pagamento. Mas para que se possa adentrar nesta tipologia específica, é necessário verificar as manumissões em sua totalidade. Com isso, foram encontradas, dentro do período de 1871 a 1888, 3.197 pessoas se alforriado na cidade de Pelotas/RS, em que 1.769 eram homens e 1.428 eram mulheres¹⁰⁰. Aqui já fica evidente a primeira curiosidade em relação às cartas: há uma presença maior de homens do que de mulheres conquistando a liberdade, o que foi diferentemente analisado por Marcelo Matheus (2016) para a região de Alegrete, Alisson Balhego (2020) para a região de Canguçu e - em outras regiões do Império - Katia Mattoso (2016) para a Bahia, que perceberam a presença feminina em maioria nas libertações que ocorreram no território.

⁹⁹ Inclusive, historiadores, como Camillia Cowling (2018), discorrem sobre o quanto esta lei causou alvoroço na sociedade da época, principalmente entre a classe senhorial, por representar uma intervenção direta do Estado nas relações entre proprietário e escravizado. Estas intervenções ficam claras em seus artigos. Conferir: LEI Nº 2.040, DE 28 DE SETEMBRO DE 1871. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm .

¹⁰⁰ Catálogo Seletivo de Cartas de Alforria. Tabelionato de Pelotas, 1871-1888, APERS.

Sem dúvidas, cada região possuía suas especificidades e o que fazia com que estes números se diferissem.

No interior das 1.428 alforrias de mulheres, observou-se a distribuição das tipologias da seguinte maneira: 618 (43,2%) cartas eram condicionais, 419 (29,3%) eram gratuitas e 391 (27,3%) eram pagas, além das intituladas pagas-condicionais que representaram 5 (0,3%) na totalidade. Como pode-se observar, entre as quatro tipologias encontradas nas cartas de liberdade de mulheres escravizadas, as pagas estavam em menor número, seguida das paga-condicionais. Isso pode indicar que, manumitir-se através do pagamento de uma quantia poderia não ser algo fácil. A análise dos valores (tabela 1) das manumissões destas mulheres demonstra que estavam pagando quantias altas por suas alforrias, o que lembra-nos que nem todas as mulheres conseguiam ou tinham meios de obter o valor estabelecido em negociação, o que pode explicar o baixo número de cartas de alforria pagas. No entanto, é importante frisar que elas e, não só elas, homens também, como demonstra Camillia Cowling (2018, p. 101) para a região do Rio de Janeiro e Havana, não aceitavam os altos valores impostos por seus proprietários e pediam, na justiça, que fosse estipulado algo justo.

Tabela 1: Preços das alforrias de mulheres, Pelotas/RS, 1871-1888.

Preço das alforrias	T
Menos de 100\$	7
100\$	24
200\$	34
300\$	31
400\$	37
500\$	40
600\$	34
700\$	22
800\$	46

Preço das alforrias	T
900\$	10
Mais de 1:000\$	70
Mais de 2:000\$	1
3:300\$	1

Fonte: CARDOSO, Marina Ribeiro. O que revelam as Cartas de Alforrias de mulheres escravizadas? Uma análise dos ofícios constados nas manumissões (Pelotas, Rio Grande do Sul, 1871-1888). 2022. 50 f. Monografia (Graduação em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022, p. 42.

Além das cartas serem um meio de investigar os valores das alforrias dessas mulheres, algumas delas ainda permitem-nos ter conhecimento de quem estava efetuando estes pagamentos, tornando-se uma questão de análise capaz de enfatizar que a transição da escravidão a liberdade e a própria busca por ela, era algo coletivamente mobilizado, envolvendo pessoas de dentro e de fora de suas relações afetivas. O que quer-se esclarecer aqui, sobretudo, é que o cultivo destas relações eram importantes para o cotidiano destas pessoas e, também, para a conquista da liberdade, uma vez que ajudavam-se uns aos outros. Neste sentido, observou-se que, apesar da maioria das cartas terem sido pagas por elas mesmas (140 das 391 analisadas) - o que já irá discutir-se aqui -, muitas delas foram pagas por terceiros (74), podendo ser um amigos, amásio ou familiar, e por clubes e associações abolicionistas (47). As cartas categorizadas como pagas por familiares¹⁰¹ representaram 17, pelo Fundo de Emancipação 13, pela Lei 1 e, as que não constaram a informação específica 99.

Para além da importância da construção de laços afetivos, independente de quais fossem, estava a prática de uma atividade especializada. Por um lado ela possibilitava que estas mulheres acumulassem o pecúlio necessário para a compra de sua alforria ou de outra pessoa de forma mais rápida, visto que poderiam trabalhar para fora, para além

¹⁰¹ Podemos incorporar as pagas por familiares e por terceiros, totalizando 91 cartas pagas.

dos serviços que prestavam a família senhorial. Por outro, os ofícios poderiam custar o valor de suas manumissões uma vez que, como vários historiadores discutem, escravizados que possuíam-nos tinham valores mais altos. Apesar de saber-se disso, a perspectiva que trata-se aqui é do ofício quanto sendo algo de extrema importância por auxiliar, de fato, na conquista da liberdade. O que pôde ser percebido ao longo das investigações que ocorreram com base na tabela 2:

Tabela 2: Ofícios das mulheres escravizadas na cidade de Pelotas/RS, 1871-1888

Ofícios	Paga	Condicional	Gratuita	P/C	T
Costureira	9	37	11	-	57
Cozinheira	9	47	14	-	70
Serviços Domésticos	17	42	11	-	70
Lavadeira	7	17	12	-	36
Engomadeira	2	8	1	-	11
Mucama	9	30	4	-	43
Para todo o serviço	2	29	-	-	31
Rendeira	-	1	-	-	1
Quitandeira	1	-	-	-	1
Servente	-	18	2	-	20

Fonte: CARDOSO, Marina Ribeiro. O que revelam as Cartas de Alforrias de mulheres escravizadas? Uma análise dos ofícios constados nas manumissões (Pelotas, Rio Grande do Sul, 1871-1888). 2022. 50 f. Monografia (Graduação em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022, p. 44.

Como é perceptível, as duas especializações mais recorrentes entre as mulheres que estavam se libertando eram as cozinheiras e as classificadas como “serviços domésticos”. Entretanto, as que exerciam os serviços da casa estavam em maioria entre as que estavam pagando por sua alforria, totalizando 17 cartas. Isso indica que, possivelmente, os serviços domésticos ofereciam maiores possibilidades de acúmulo de pecúlio. Além disso, as mulheres que trabalhavam no interior das casas de seus

proprietários estavam mais próximas da família, o que poderia facilitar as negociações da compra da alforria e tornar-se um importante fator em suas articulações pela liberdade também de outras pessoas, como ocorreu com Catarina e Joana.

Na cidade de Pelotas, em 1872, a menina Joana, de 11 anos de idade, conquistava a sua alforria, sem ônus ou condição, mediante aos bons serviços prestados por sua mãe Catarina, que obtinha o conhecimento especializado nas atividades de lavagem de roupas, costura e preparos de alimentos¹⁰², ou seja, ela poderia estar prestando serviços no interior da casa do proprietário José de Azevedo e Souza e, mesmo que não estivesse, ainda assim a prática de seus ofícios possa ter sido um fator chave¹⁰³. Mesmo que Joana não tenha conquistado a alforria mediante a pagamento, tipologia na qual centralizou-se esta pesquisa, a história da conquista da sua liberdade deixa claro o que objetivou-se aqui: demonstrar a importância dos ofícios e a existência, e importância, de laços afetivos entre pessoas em condição de escravidão, como também, para a conquista da liberdade. Com isso, fica claro que a luta e resistência contra este sistema extremamente opressivo ocorria tanto individual quanto, e principalmente, coletivamente e, por vezes, de maneiras muito sutis, como o aprendizado de um ofício especializado.

Considerações finais

O estudo quantitativo e qualitativo das cartas de alforrias, agregado ao cruzamento entre fontes distintas, como inventários *post-mortem* e testamentos, são capazes de revelar pequenos vestígios da vida de homens e mulheres escravizados que lutaram, sobretudo, pela liberdade e, ainda mais, por autonomia sobre suas vidas. As documentações marcam algumas das batalhas que enfrentaram e como as superaram; como articulavam-se em meio ao cotidiano turbulento de trabalho árduo e, por vezes, prestando serviços a outras

¹⁰² Inventário de José de Azevedo e Souza e sua mulher Desidéria de Oliveira Pinto. Localidade de Porto Alegre. Subfundo I Vara Cível e Crime. Livro de inventários do APERS, v. 1, 1848, processo n.1622, p. 498.

¹⁰³ Carta concedida em 23 de março de 1872 e registrada em 26 de março de 1872. Livro 11, p. 24v. Livros Notariais de Transmissões e Notas. Primeiro Tabelionato de Pelotas. Catálogo Seletivo de Cartas de Liberdade, APERS, 2006, p. 438.

pessoas/famílias pelo ganho de alguma quantia. Os trabalhos de outros autores, os quais foram discutidos aqui, demonstram os distintos contextos da escravidão e como ela poderia se deferir de acordo com as regiões do Império, mas também, são capazes de demonstrar ao pesquisador que estes contextos não se deferiam tanto assim. Apesar das regiões onde viviam as mulheres escravizadas, as quais buscou retratar aqui fragmentos de suas vivências - uma vez que nunca será capaz de traçar suas trajetórias de uma forma total - serem distintas, suas experiências cotidianas coincidiam em muitos aspectos, como Camillia Cowling demonstrou em sua pesquisa. Enfrentavam dificuldades, mobilizavam-se individual e coletivamente, lutavam, resistiam, eram resilientes.

Ao analisar que mesmo com valores relativamente altos, estavam pagando por suas alforrias, evidencia-se que nem mesmo isso era capaz de pará-las na busca por aquilo que almejavam. A história de Catarina, por sua vez, deixa o pesquisador ciente que priorizavam a liberdade de outras pessoas ao invés da sua, neste caso, de sua filha. Talvez Catarina se dedicasse tanto ao trabalho por Joana, por ver na boa execução de suas tarefas uma possibilidade de auxiliá-la, como se fato ocorreu, na conquista de sua liberdade. Sem dúvidas, articulavam estratégias distintas pela conquista da liberdade; permeavam das fugas às negociações, do aprendizado de ofícios à luta judicial por terem conhecimento de seus direitos. Reivindicavam suas cartas de alforria e uniam-se, neste processo, a outras pessoas e por outras pessoas e são importantes agentes sociais para a construção da História Social da Escravidão

Fontes

Carta concedida em 23 de março de 1872 e registrada em 26 de março de 1872. Livro 11, p. 24v. Livros Notariais de Transmissões e Notas. Primeiro Tabelionato de Pelotas. Catálogo Seletivo de Cartas de Liberdade, APERS, 2006, p. 438.

Inventário de José de Azevedo e Souza e sua mulher Desidéria de Oliveira Pinto. Localidade de Porto Alegre. Subfundo I Vara Cível e Crime. Livro de inventários do APERS, v. 1, 1848, processo n.1622, p. 498.

LEI Nº 2.040, DE 28 DE SETEMBRO DE 1871. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm .

Referências

BALHEGO, Alisson Barcellos. Para o bem e fielmente, sem dolo, nem malícia: Ações de Liberdade em Canguçu (1868-1887). 2020. p. 193 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

CARDOSO, Marina Ribeiro. O que revelam as Cartas de Alforrias de mulheres escravizadas? Uma análise dos ofícios constados nas manumissões (Pelotas, Rio Grande do Sul, 1871-1888). 2022. 50 f. Monografia (Graduação em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

COWLING, Camillia. Concebendo a liberdade: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro. São Paulo: Editora Unicamp, 2018.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. O tráfico ilegal como elemento central à história do Brasil imperial: historiografia e caminhos da pesquisa. 9º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Florianópolis, 2019.

MATHEUS, Marcelo Santos. Fronteiras da liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império brasileiro (província do Rio Grande de São Pedro, Alegrete, 1829-1888). 2012. 239 f. Dissertação (Mestrado em História) – Unidade acadêmica de pesquisa e pós-graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. Ser escravo no Brasil: séculos XVI-XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Justificando o cativo: a cultura de resistência escrava. In: Império. v. 2. Méritos, 2006.

MULHER, CORPO E MATERNIDADE. In: MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Dicionário da escravidão e liberdade. São Paulo: Companhia das letras, 2018. p. 334-340.

PERUSSATTO, Melina Kleinert. Como se de ventre livre nascesse: experiências de cativo, parentesco, emancipação e liberdade nos derradeiros anos da escravidão – Rio Pardo/RS, c.1860 – c.1888. 2010. 305 f. Dissertação (Mestrado em História) – Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

PINTO, Natália Garcia. Gerações de senzalas, gerações de liberdade: experiências de liberdade em Pelotas/RS, 1850/1888. 2018. 253 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. “Uma negra que fugio, e consta que já tem dous filhos”: fuga e família entre escravos na Bahia. Afro-Ásia, n. 23, p. 27-46, 1999.

SCHWARTZ, Stuart. Escravos, Roceiros e Rebeldes. Bauru: EDUSC, 2001.

VARGAS, Jonas Moreira. Os barões do charque e suas fortunas: um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX). São Leopoldo: Oikos, 2016

AVANÇADO ENTRE OS CONSERVADORES E TÍMIDO ENTRE OS RADICAIS? ARAÚJO CASTRO E A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE NA REUNIÃO DOS NÃO-ALINHADOS NO CAIRO (1961)

Mateus José da Silva Santos¹⁰⁴

Resumo: Este artigo discute as controvérsias e os desafios existentes no processo de aproximação entre o Brasil e os países ditos Não-Alinhados durante os primeiros meses da Política Externa Independente de Jânio Quadros. Enquanto um esforço de mundialização e multilateralização da Política Externa Brasileira, a PEI se caracterizaria pelo estabelecimento de uma relação complexa frente ao tipo de inserção internacional praticado por países como Egito, Índia e Iugoslávia. Entre a existência de agendas de interesse comum e gestos de aproximação desenvolvidos com algumas de suas principais lideranças, o interesse brasileiro em manter sua autonomia nas relações exteriores, a possibilidade de exercer maior influência frente ao movimento em gestão e os constrangimentos existentes em determinadas posições do país frente ao colonialismo faziam parte de uma equação envolvendo possibilidades de aproximação e a necessidade de demarcação de diferença ou distância frente a tais esforços de interação entre os países do chamado Terceiro Mundo. Na incorporação de tais tensões, o relatório de Araújo Castro sobre sua observação durante a Reunião de Cúpula para a Preparação da I Conferência dos Não-Alinhados apontam um conjunto de expectativas, frustrações, inquietações e esforços de conceituação quanto aos possíveis rumos de uma costura internacional que possuía o interesse pessoal do presidente Jânio Quadros.

Palavras-Chave: Política Externa Independente; Não-Alinhados; Jânio Quadros

¹⁰⁴ Doutorando em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail: mateus_santos29@hotmail.com. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

INTRODUÇÃO

“É preferível ser o elemento mais avançado de uma corrente de conservadores a ser o elemento mais tímido e reacionário numa assembleia de radicais” (CASTRO, 2007, p. 112). Com tais palavras, o diplomata João Augusto de Araújo Castro expressava as dificuldades do Brasil em manter uma aproximação com os países ditos Não-Alinhados sem necessariamente aderir formalmente a tal movimentação e adotar posições que pudessem constranger o país diante de temas considerados sensíveis como o colonialismo português e francês na África.

No desenho de um difícil equilíbrio, o relatório sobre suas observações feitas no âmbito da Reunião de Cúpula para a Preparação da I Conferência dos Não-Alinhados traçaria alguns dos principais desafios, incertezas, contradições e frustrações do representante brasileiro frente ao evento e aos possíveis rumos daquela iniciativa que reunia países africanos, asiáticos, latino-americanos e europeus.¹⁰⁵ Enquanto uma das agendas que constituíram a Política Externa Independente (PEI) em seus primeiros passos durante o curto mandato de Jânio Quadros, o desenvolvimento de um movimento de aproximação com os Não-Alinhados abarcou diferentes frentes como a realização de convites para visitas oficiais ao Brasil de alguns de seus principais Chefes de Estado, o estabelecimento de convergências acerca de determinados princípios e linhas de ação em nível multilateral e bilateral, além do interesse no estreitamento de laços comerciais.

Considerando tais movimentações como parte de um jogo envolvendo, ao mesmo tempo, os limites e as possibilidades da PEI dentro da conjuntura nacional e internacional do início dos anos 1960, este artigo discute as impressões registradas pelo diplomata Araújo Castro acerca da Reunião dos Não-Alinhados. Na condição de um “neutralismo que rejeita ser rotulado como tal” (CRUZ, 1989, p.49), avalia-se as tensões envolvendo o jogo entre aproximação e distanciamento da diplomacia brasileira em relação àquela

¹⁰⁵ Conforme João Augusto de Araújo Castro, cerca de vinte países aceitaram o convite e compareceram ao Cairo em Junho de 1961 na condição de membros. Foram eles: “1) Afeganistão; 2) Birmânia; 3) Camboja; 4) Ceilão; 5) Cuba; 6) Etiópia; 7) Gana; 8) Guiné; 9) Índia; 10) Indonésia; 11) Iraque; 12) Mali; 13) Marrocos; 14) Nepal; 15) Arábia Saudita; 16) Somália; 17) Sudão; 18) República Árabe Unida; 19) Iêmen; 20) Iugoslávia” (CASTRO, 2007, p. 96)

iniciativa multilateral a partir de um representante nacional. Parte-se da hipótese de que, enquanto ator de interesse limitado naquele contexto, buscava o Brasil evitar o estabelecimento de compromissos concretos com tal movimentação, porém mantendo os canais de diálogo e a construção de convergências sobre pautas como o desenvolvimento e o desarmamento.

Esse texto é dividido em três partes. Num primeiro instante, destacam-se as principais características da PEI, com ênfase para as iniciativas que visavam aproximar o Brasil dos Não-Alinhados, além das controvérsias existentes no âmbito de tal movimentação. Em seguida, passa-se a uma análise acerca da presença do Brasil na Reunião do Cairo. Em terceiro lugar, destacaremos alguns dos principais aspectos que chamaram atenção de Araújo Castro, considerando as dificuldades existentes na condição brasileira de observador e as perspectivas quanto à futura Conferência e a possível ou não participação do Brasil.

1. Política Externa Independente: esforços de caracterização

Na literatura sobre a PEI, dois debates perpassam boa parte de suas construções. Por um lado, o reconhecimento de sua natureza frente a trajetória da diplomacia brasileira no Pós-Guerra. Conforme Luiz Fernando Ligiéro (2011), não há consenso quanto ao nível das mudanças ocorridas na PEB durante os tempos de Jânio Quadros e João Goulart, porém é possível identificar certa convergência frente ao reconhecimento das transformações após 1945. Por outro, uma discussão quanto ao caráter da PEI em relação às condições objetivas e subjetivas da conjuntura nacional, regional e local. Em outras palavras, considerando os supostos insucessos e contradições que permearam a formulação e implementação da Política Externa naquele contexto, alguns autores a enxergam como um mero discurso ou então uma política considerada a frente de seu tempo diante de sua sintonia com um conjunto de transformações que marcariam a PEB após 1967.

Diante de tais discussões, parte-se de uma perspectiva que reconhece a PEI tanto a partir de uma espécie de aprofundamento de uma série de esforços institucionais e sociais que visavam alterar os rumos da inserção internacional brasileira ainda nos anos 1950 quanto uma política convergente ao seu próprio tempo. Nesse último caso, ao

considerar as relações entre política externa e política interna, as relações exteriores nos tempos de Jânio Quadros e João Goulart corresponderam, em maior ou menor medida, aos rumos dos debates complexos acerca do presente e do futuro do Brasil na arquitetura internacional, estando em sintonia com um conjunto de iniciativas já propagadas por alguns atores domésticos.

A partir de tais afirmações, a PEI se insere na trajetória da diplomacia brasileira e do debate intelectual sobre Política Externa como um esforço mais concreto de mudança no padrão de inserção internacional do Brasil nos anos 1950. Após um período marcado por oscilações entre um relacionamento prioritariamente hemisférico ocidental e alguns acenos mundializantes e multilateralizantes como aqueles desenvolvidos em parte dos mandatos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek,¹⁰⁶ a PEI buscaria ampliar a ação externa brasileira, considerando os seguintes eixos:

A.contribuição à preservação da paz, através da prática da coexistência e do apoio ao desarmamento geral e progressivo; B. reafirmação e fortalecimento dos princípios de não intervenção e autodeterminação dos povos; C. ampliação do mercado externo brasileiro mediante o desarmamento tarifário da América Latina e a intensificação das relações comerciais com todos os países, inclusive os socialistas; D. apoio à emancipação dos territórios não autônomos, seja qual for a forma jurídica utilizada para sua rejeição à metrópole (DANTAS, 2011, p.10).

Além da perspectiva da construção de uma “formulação autônoma de desenvolvimento” (DANTAS, 2011, p.10), os principais eixos constituidores da PEI a partir da perspectiva do ex-chanceler San Tiago Dantas dialogavam com os objetivos de superação dos entraves estruturais e conjunturais que afetavam a manutenção do projeto de industrialização do país, a garantia de uma maior projeção internacional do país em

¹⁰⁶ No interior de uma análise que concebe a PEI como uma espécie de aprofundamento de esforços verificados ao longo de governos anteriores, Paulo Fagundes Vizentini (2004) observa o desenvolvimento da PEB entre 1950 e 1960 a partir de uma tendência oscilatória. Num primeiro momento, coincidindo com parte do Segundo Governo Vargas (1951-1954), esforços de retomada da política de barganha e constituição de algum nível de autonomia externa foram traduzidos em medidas como a recusa no envio de tropas para a Guerra da Coreia, a criação do BNDES e os acenos feitos na direção de áreas historicamente distantes da diplomacia brasileira, como a Ásia. Após o suicídio de Vargas, um novo momento das relações exteriores foi inaugurado ao longo do governo Café Filho, estendendo-se ao menos até os dois primeiros anos do governo Juscelino Kubitschek (1956-1960). Ao longo desses quatro anos, a PEB foi marcada pela retomada das linhas mais tradicionais de ação externa, como o alinhamento frente aos EUA e Portugal, além da incorporação de teses produzidas pela Escola Superior de Guerra. Por fim, tendo como marco a formulação da Operação Pan-Americana (OPA), a segunda metade do governo juscelinista foi caracterizada por um novo esforço de mundialização e multilateralização, materializado em iniciativas como a retomada de relações comerciais com a URSS e a ampliação dos postos diplomáticos na África e na Ásia.

sintonia com as transformações mundiais do Pós-Guerra e a construção de pontes com os países recém-independentes.

Apesar de constituir um “projeto coerente, articulado e sistemático” (VIZENTINI, 2004, p.245), a PEI se notabilizou pela existência de diferentes fases ao longo de seus quatro anos de existência. Durante o governo Jânio Quadros, além do papel exercido pelo Chefe de Estado enquanto um dos formuladores da política externa, algumas iniciativas chamaram atenção. Do ponto de vista da política hemisférica, além da defesa da autodeterminação cubana, destacou-se a busca pelo estreitamento de laços com a Argentina de Arturo Frondizi, expresso pelo Encontro de Uruguaiana. Em relação ao mundo socialista, o interesse pela ampliação nos laços comerciais se materializou pelo envio de missões como a João Dantas e a Leão de Moura a diversos países da região, incluindo a URSS. Sobre Moscou, alguns passos para o reatamento de relações diplomáticas foram dados ainda no governo Jânio Quadros, em que pese tal medida ter sido efetivada durante a chancelaria de San Tiago Dantas.

Frente ao avanço dos processos de descolonização no continente africano, diferentes iniciativas de aproximação dos Estados recém-independentes foram impulsionadas por parte do Governo Jânio Quadros. Apesar das controvérsias envolvendo as posições frente ao colonialismo francês e português, procurou o Brasil adotar uma postura mais firme em relação ao tema. Além disso, destacaram-se os esforços de constituição de agendas comerciais envolvendo as duas partes do Atlântico, a abertura de representações diplomáticas em diferentes Estados e o fornecimento de bolsas de estudo para africanos. Enquanto base para o estabelecimento de uma maior projeção do país na cena global, a ampliação das relações com o continente negro atendia também aos interesses securitários, numa espécie de contraposição quanto ao possível avanço soviético.

Na perspectiva de construção de pontes com o chamado Terceiro Mundo, a presença do Brasil na Reunião do Cairo se tornaria mais um elemento favorável à diversificação das relações externas. Contudo, em meio às controvérsias domésticas sobre a participação do país numa iniciativa dos ditos Não-Alinhados e das incertezas existentes

quanto aos limites e as possibilidades de ação no interior de tal movimentação, diferentes desafios emergiram ao longo desse processo.

2. A presença da diplomacia brasileira no Cairo

Ao menos desde os anos 1950, posições favoráveis acerca de um maior engajamento do Brasil em relação aos países recém – independentes alimentavam o debate sobre a PEB, em especial, acerca da necessidade de uma reorientação quanto ao tipo de inserção internacional predominante até então. Entre intelectuais, diplomatas e mesmo políticos, a perspectiva de uma aproximação das teses terceiro-mundistas e daquilo que futuramente seria denominado de Não-Alinhamento obedecia tanto aos horizontes de uma espécie de constituição de um neutralismo à brasileira quanto ao interesse em se aproximar das iniciativas lideradas por Índia, Egito, Indonésia e Iugoslávia sem necessariamente perder a suposta vinculação com o Mundo Ocidental Capitalista.

As eleições de 1960 representaram um importante momento para a discussão sobre o passado, o presente e o futuro da PEB. Antes mesmo de ser formalizado enquanto candidato a presidente, Jânio Quadros acenava com mudanças na inserção internacional, apoiando medidas como o reatamento de relações diplomáticas com a URSS e a aproximação com algumas lideranças do emergente Terceiro Mundo. Ainda em 1959, o então presidenciável esteve no Egito, na Iugoslávia e na Índia, mantendo contato com algumas de suas principais lideranças e demonstrando afinidade em relação às suas perspectivas quanto ao futuro da ordem global e a possibilidade de maior incisão em temas centrais para os Estados em desenvolvimento (SANTOS, 2022).

Considerado um “enigmático simpatizante” de Tito e Nasser (VIZENTINI, 2004, p. 134), Jânio Quadros buscava estabelecer diferentes contatos com as principais lideranças do Não-Alinhamento. Além das indicações para a realização de convites aos principais Chefes de Estado e Governo relacionados a esse tipo de inserção internacional, seus memorandos revelam um interesse especial na construção de laços mais sólidos com Egito, Iugoslávia e outros atores do Terceiro Mundo.

Como uma espécie de continuidade nessa trajetória de relativa aproximação, a participação brasileira na Reunião do Cairo ganhou alguma notoriedade ao longo do mês de maio de 1961. Antes mesmo da confirmação oficial, o tema já era objeto de discussão

a partir de diferentes atores. Na *Tribuna da Imprensa* (RJ), uma pequena nota publicada na edição de 6 e 7 de maio de 1961 anunciava a organização de uma “conferência de cúpula, destinada exclusivamente a nações ‘neutras’” (TRIBUNA, 1961, p.05), contando com a possível participação de países latino-americanos, sem indicar quais os Estados convidados ou presentes. Na edição seguinte, em 8 de maio de 1961, outro texto sugeria que o Brasil não teria sido convidado ao Encontro até aquele momento, segundo informações do então chanceler Afonso Arinos. Contudo, no dia 12 de maio daquele mesmo ano, trazia uma nova versão do fato, afirmando que “Fontes oficiais disseram que o Brasil, o México e Cuba estarão representados” (TRIBUNA, 1961, p.05). Chama atenção o fato de tal afirmação não ser proveniente de nenhuma autoridade brasileira, mas originada supostamente de alguma fonte egípcia, tendo em vista a origem de texto junto a uma agência transnacional de notícias com escritório no Cairo.

Somente na edição de 19 de maio, uma pequena nota publicada na capa da *Tribuna da Imprensa* destacaria a existência de um convite formal para o Brasil, a ser encaminhado pelo novo embaixador egípcio no país:

O novo embaixador da República Árabe Unida, sr. Hussein Ahmed Mustafá, levará dia 28 um convite ao presidente Jânio Quadros para participar da reunião dos países neutralistas, no Cairo, segundo informou a Embaixada da RAU no Brasil (TRIBUNA, 1961, p.01).

Em 31 de maio, Jânio Quadros encaminhava um memorando ao Itamaraty notificando o recebimento de uma carta remetida por Nasser, Tito e Sukarno sobre o evento. Na mesma mensagem ao chanceler brasileiro, o presidente da República sugeria a escolha do então Secretário Geral do Itamaraty, Vasco Leitão da Cunha, como representante do país na Reunião do Cairo. Em depoimento ao CPDOC, o diplomata confirmara sua indicação, salientando a importância da presença brasileira como uma maneira de “não ficarmos isolados” diante de tal iniciativa (CUNHA, 2003, p.232). Apesar de tal aceno, Cunha expressava discordância quanto a um engajamento brasileiro entre os Não-Alinhados:

Sou contra participarmos dos não-alinhados, porque na minha opinião devemos ser alinhados. O Fidel Castro é alinhado e é o presidente da Conferência dos Não-Alinhados, de maneira que é uma farsa. O mais engajado de todos é ele, e é o presidente dos não-alinhados! O Tito era não-alinhado mesmo, mas tinha as costas quentes. Tinha o apoio ocidental, que os russos

não podiam impedir, e tinha a bravura do povo iugoslavo (CUNHA, 2003, p. 233)

Dentro dessa perspectiva, ao questionar a natureza do Encontro a partir do principal signo que lhe fora atribuído posteriormente, o diplomata estabelecia os limites da presença brasileira no Cairo por meio da mobilização de um suposto pertencimento ao chamado Mundo Ocidental. Porém, no mesmo dia em que fora escolhido por Jânio, Vasco Leitão da Cunha pediria sua demissão do cargo de Secretário Geral, em decorrência de desacordos quanto aos desdobramentos da Missão Dantas no Leste Europeu.¹⁰⁷ Em seu lugar, Jânio Quadros sugeriria ao Itamaraty o nome de João Augusto de Araújo Castro, indicando a partir de um novo memorando as linhas mais gerais do que se esperava do Brasil naquele evento:

Solicito de Vossa Excelência designar o ministro-conselheiro João Augusto de Araújo Castro para representar o Brasil, na qualidade de observador, na conferência internacional a realizar-se no Cairo, a 5 de junho próximo.

2) Transmitir instruções a Sua Excelência o observador. Estou enviando esse memorando a Sua Excelência o ministro de Estado. As instruções que desejarem sejam transmitidas ao observador designado são as pertinentes a nossa política externa. Deve o observador, sem comprometer-se exceto nas demonstrações de simpatia a todos os esforços por paz e, ainda, exceto na reiteração dos nossos princípios básicos de defesa da autodeterminação dos povos e da sua plena soberania e, ainda, de combate frontal ao racismo e ao colonialismo, proceder como simples, embora categorizado, observador (BILHETES, 2007, p. 412).

Apesar das demonstrações de interesse e simpatia pelas iniciativas ditas Não-Alinhadas, Jânio Quadros qualificava a condição brasileira de Estado observador, delimitando o espaço de ação do representante brasileiro naquele encontro. Diante de uma agenda considerada controversa por parte de diferentes segmentos que disputavam os rumos da PEI, a perspectiva de atuação do país no encontro estaria circunscrita a defesa

¹⁰⁷ O pedido de demissão de Vasco Leitão da Cunha no final de maio de 1961 esteve relacionado com as suas discordâncias em relação aos rumos da Missão Dantas no Leste Europeu. Conforme Gianfranco Caterina (2019), tal iniciativa reunia mais de 20 membros e, sob a liderança do jornalista João Dantas, visava aprofundar as relações econômicas e culturais com os Estados Socialistas. Sua passagem pela Alemanha Oriental rendeu uma polêmica quanto a natureza dos entendimentos firmados naquele país. Diante da simultaneidade dos esforços de renegociação dos acordos financeiros com o clube de Paris e da necessidade de manutenção de boas relações com a Europa Ocidental, a possibilidade de estabelecer acordos formais com Pankow representou mais uma controvérsia acerca do papel da Missão e os potenciais atritos externos. Tal movimentação foi vista como um descompasso frente a chamada Doutrina Hallstein, que previa uma possível ruptura nas relações diplomáticas entre Bonn e os Estados que eventualmente viessem a reconhecer a República Democrática Alemã como Estado soberano.

de pautas relativamente genéricas, mas de relativo valor no processo de afirmação de uma projeção brasileira no Terceiro Mundo.

3. O Relatório de Araújo Castro: primeiras impressões

Rotulado como documento de caráter confidencial, o relatório de Araújo Castro reúne diferentes considerações sobre sua experiência enquanto observador Brasileiro no Cairo. Sua nomeação dentro de um espaço de tempo muito curto em relação ao início da Reunião foi objeto de reflexão. Chegando ao Egito somente às vésperas do início do evento, o diplomata somente teve conhecimento dos detalhes de sua missão *in loco*:

Não encontrei no Cairo quaisquer instruções que norteassem minha atuação; com efeito, por dificuldades de cifração e decifração, as instruções do senhor presidente da República somente me chegariam às mãos à tarde do dia 6 e junho, quando já se delineavam os rumos das decisões a serem tomadas. De qualquer maneira, tranquilizou-me muito verificar que a essas instruções se ajustava perfeitamente minha linha de conduta desde a chegada ao Cairo, fosse nos contatos que mantinha com as autoridades da RAU e com os diplomatas de outros países, fosse em minha atuação na conferência, dentro da mais absoluta discrição (ARAÚJO, 2007, p. 98).

Diante das poucas informações acerca da iniciativa supostamente liderada por Nasser e Tito, Araújo Castro se vira diante do desafio de materializar os anseios do governo Brasileiro em estabelecer uma espécie de aproximação cautelosa com os ditos Não-Alinhados. Nesse complexo exercício, os esforços de leitura sobre o que lhe parecia uma novidade na cena internacional, as dificuldades em solidificar a instável condição brasileira no evento e o estabelecimento de horizontes possíveis quanto aos resultados daquela iniciativa e o engajamento ou não do Brasil foram apenas algumas das principais inquietações do Observador.

3.1.A instável posição do Brasil

Na condição de único Estado com o estatuto de observador, os esforços pela manutenção de um difícil equilíbrio entre a demonstração de convergência com os ditos Não-Alinhados acerca de princípios gerais de interesse dos países em desenvolvimento e a ausência de compromissos formais na Reunião encontraram alguns desafios, na concepção de Araújo Castro. O primeiro deles diz respeito ao que pode ser classificado

como um aparente descompasso entre as expectativas expressas por alguns representantes dos países expoentes daquela iniciativa multilateral e a cautela brasileira.

Egípcios, cubanos e iugoslavos demonstravam alguma esperança em ter a presença do presidente brasileiro na costura dos Não-Alinhados:

Os primeiros contatos (Zulfikar Sabri, vice-ministro das Relações Exteriores da RAU; Rato Dugonijic, embaixador da Iugoslávia no Cairo e pessoa intimamente ligada a Tito; Raul Roa, chanceler de Cuba) preocupavam-me profundamente, porque todos os três interlocutores me insinuavam existir, da parte do presidente Jânio Quadros, uma atitude francamente afirmativa no que toca à possibilidade de seu comparecimento à Conferência de Cúpula. Os dois primeiros referiam-se a conversas que teriam ocorrido, em Brasília, entre o presidente e os representantes diplomáticos da RAU e da Iugoslávia. Por sua vez, o chanceler Roa parecia apoiar-se, em sua opinião, nos contatos aqui mantidos pelo senhor Olivares, vice-ministro das Relações Exteriores em Cuba (ARAÚJO, 2007, p.98-99).

Demonstrando desconhecimento acerca de possíveis negociações envolvendo o presidente Jânio Quadros e representantes da diplomacia de três expoentes do Não-Alinhamento, Araújo Castro apontava mais uma dificuldade existente na afirmação da posição brasileira. Apesar de não trazer maiores detalhes sobre o suposto nível dos entendimentos envolvendo o Chefe de Estado Brasileiro, algumas pistas sobre o tema podem ser identificadas a partir de uma análise acerca da literatura do tema e fontes diversas para o estudo da PEB.

Durante viagem ao Egito em 1959, Jânio Quadros estabeleceu contatos com Gamal Abdel Nasser. Sua passagem pelo país africano teve algum interesse por parte da imprensa. Em entrevista concedida ao jornalista Carlos Castello Branco, publicada na revista *O Cruzeiro*, um trecho atribuído ao ex-governador de SP e futuro candidato à presidência evidenciava a singularidade do seu olhar para com o líder egípcio, além de sugerir certo interesse de ter na América do Sul um parceiro na construção do que Jânio classificou como uma “terceira posição na política internacional” (BRANCO, 1959, p. 55). Em visita à Iugoslávia, Jânio teria discutido “a situação dos países em desenvolvimento e alguns dos pormenores das ideias de Tito a respeito do que seria, em 1961, a reunião dos países Não-Alinhados” (BARBOSA, 2013, p.224). Já na condição de presidente da República, Jânio Quadros sugeria ter certa proximidade com a representação iugoslava no Brasil, conforme evidenciado em um de seus memorandos.

Em relação a Cuba, a situação era ainda mais complexa. Em 1960, Jânio esteve na Ilha, acompanhando por uma comitiva formada por jornalistas, parlamentares e outros apoiadores. Conforme Afonso Arinos de Mello Franco, em encontro envolvendo o então candidato, além de Vasco Leitão da Cunha, Raul Roa e Oswaldo Dorticós, foi ofertada por parte de Cuba a sugestão de apoio brasileiro para a realização de uma ação envolvendo os Estados ditos neutralistas. Discordando de tal proposta, Afonso Arinos evidenciaria alguns dos principais limites envolvendo o engajamento brasileiro diante de uma movimentação majoritariamente afroasiática:

Declarei, então, que o Brasil não concordaria com tal reunião, porque a liderança e até a personalidade de qualquer país latino-americano, se veriam submergidas em uma conferência na qual o nosso Continente seria minoritário, em face dos numerosos Estados da Ásia e da África, cujo recentíssimo processo de independência muito divergia do nosso, e havia determinado a adoção de uma filosofia política diferente. Lembro-me bem de que Dorticós declarou reconhecer a procedência da objeção, e também me recordo com nitidez de que, ao sairmos, Jânio deu caloroso assentimento ao que eu dissera (FRANCO, 1965, p.247).

Além das diferenças político-ideológicas, a leitura de que não haveria espaço para a construção de uma liderança brasileira no interior de tal iniciativa afastaria o país de aceitar a proposta cubana. Contudo, Havana não deixaria de tentar envolver mais o Brasil dentro dos arranjos Não-Alinhados, constituindo em nova fonte de instabilidade para o país. Conforme o diplomata Araújo Castro, o chanceler cubano aspirava a realização de diversos convites a países latino-americanos para a participação na Conferência, incluindo o Brasil, do qual se aguardava a presença de seu Chefe de Estado. Em meio a tal situação, o observador brasileiro sairia de seu habitual silêncio e tentaria diminuir as expectativas de parcela de seus pares no Encontro:

Sem interromper Raul Roa, comuniquei imediatamente ao presidente da reunião preliminar, senhor Mahmud Fawzi, ministro das Relações Exteriores da RAU, que necessitava esclarecer a posição brasileira. Com absoluta segurança do que estava fazendo e visando apenas resguardar a palavra e a dignidade do Brasil – que não podia, a meu ver, estar ‘insinuando’ um convite perante uma assembleia de vinte países -, pronunciei as palavras constantes do anexo n.2. Disse que não tinha, até minutos atrás, a mínima ideia de participar daquele debate, dada minha condição de ‘observador’. Entretanto, já que se anunciara uma posição como a posição do Brasil, falaria a meu dever de funcionário diplomático brasileiro e à franqueza e lealdade que devia aos membros da reunião preliminar se deixasse sem reparo algumas observações. Não podia eu admitir que, naquela sala, ninguém, nem mesmo o ministro das Relações Exteriores de uma república irmã, pudesse falar em nome do Brasil (CASTRO, 2007, p.103).

Buscando salvaguardar a cautelosa posição brasileira, Araújo Castro estabeleceria limites quanto ao horizonte traçado por Cuba acerca do engajamento de atores latino-americanos junto aos Não-Alinhados. Em meio ao crescente isolamento imposto pelos EUA e aliados no âmbito do sistema interamericano e na luta pela sobrevivência do processo revolucionário, os Não-Alinhados constituíram uma alternativa para a inserção internacional de Cuba com o avanço da Revolução de 1959, em que pese seu real espaço dentro da Política Externa da Ilha seja objeto de controvérsia. Além de se interessar pelo apoio e reconhecimento internacional, o governo de Havana via também no Terceiro Mundo algumas experiências exitosas acerca de alguns dos principais desafios internos, como, por exemplo, a reforma agrária (VÉLEZ, 2016). Nesse sentido, as expectativas depositadas em um possível engajamento brasileiro em meio a iniciativa dos Não-Alinhados também corresponderia, em certa medida, na consolidação da expansão desse tipo de inserção internacional junto a América Latina, da qual Cuba poderia ocupar a condição de principal vértice.

Outra fonte de instabilidade para o Brasil na Reunião do Cairo dizia respeito ao conflito entre a materialização dos princípios mais gerais defendidos pela maioria dos países participantes e os limites nas transformações da inserção internacional do Brasil entre os anos 1950 e 1960. Em contato com diferentes delegações africanas, Araújo Castro sugeriu a existência de uma espécie de interesse recíproco, fazendo daquele espaço mais uma oportunidade em aprofundar os laços entre brasileiros e os Estados recém-independentes. Contudo, as posições brasileiras sobre temas como o anticolonialismo ainda representariam um entrave frente às possibilidades do país em estreitar laços com o continente negro:

Procurei, com especial interesse, os representantes dos novos Estados africanos, que ora interessam, tão de perto, à ação internacional do Brasil. Encontrei neles grande curiosidade por nossas coisas e pelos rumos de nossa política exterior independente. Devo, entretanto, frisar que todos têm consciência de nosso péssimo *record* na ONU em matéria de colonialismo. Disseram-me que estão muito alentados com as enfáticas declarações anticolonialistas do presidente Jânio Quadros e com as novas posições brasileiras. Disseram-me, entretanto, muito claramente, que o ‘banco de prova’ de nossas intenções residiam nos casos de Angola, Congo e Argélia, na eventualidade de fracassarem as negociações que se ora se processam em Evian (CASTRO, 2007, p.107-108).

Diante de agendas de interesse dos mais diferentes Estados africanos em luta pelo avanço dos processos de descolonização, o processo de aprofundamento dos laços entre o Brasil e os novos atores internacionais resultaria num misto entre otimismo e desconfiança, tendo como elemento decisivo a adoção de posições assertivas ao materializarem determinados princípios que supostamente norteariam a sua perspectiva frente aos processos de transformação no sistema internacional. Em relação aos processos envolvendo as descolonizações de antigos territórios sob o controle de Paris e Lisboa no continente africano, as posições brasileiras transitaram entre uma espécie de compasso de espera frente a evolução das contendas e a dificuldade de ruptura com as tendências registradas ao longo da trajetória da PEB nos anos 1950.

Em meio ao início dos conflitos armados envolvendo os portugueses e os movimentos de libertação em Angola, os acenos da diplomacia brasileira no Governo Quadros acerca de uma possível revisão das posições sobre o colonialismo não se traduziram em ações efetivas em prol da descolonização. Apesar dos interesses brasileiros em assumir uma postura mediadora diante da crise, estimulando uma possível mudança de posição de Portugal, Jânio e Arinos cederam às pressões oriundas tanto da diplomacia salazarista quanto dos segmentos políticos e sociais que, no Brasil, apoiavam a política de alinhamento a Lisboa (DÁVILA, 2011).

Do ponto de vista das relações com a França em meio ao processo de negociação sobre a independência da Argélia, a postura brasileira foi caracterizada pela manutenção de uma relativa ambiguidade sobre o tema, conciliando a defesa genérica da autodeterminação dos povos com a prática da cautela diante dos rumos das negociações entre Paris e o Governo Provisório da República Argelina. Em relação à crise congoleza, agenda de divergência entre os atores africanos, esteve o Brasil relativamente engajado diante da evolução dos acontecimentos, condenando a morte de Patrice Lumumba e estabelecendo ressalvas quanto ao avanço do conflito Leste-Oeste enquanto vetor de influência sobre o tema (ARAÚJO, 1996).

3.2.Os caminhos até Belgrado: expectativas quanto ao futuro das interações entre o Brasil e os Não-Alinhados

No desenho de um quadro de incertezas envolvendo a natureza e o alcance dos ditos Não-Alinhados, somada a instável posição do Brasil, as conclusões de Araújo Castro quanto ao futuro da iniciativa de Tito e Nasser e das possibilidades de manutenção de contatos sem a demonstração de comprometimento apresentaram algumas particularidades.

Em primeiro lugar, a presença brasileira em Belgrado foi vista por Araújo Castro como uma questão a ser investigada por parte da diplomacia do país. Dos contatos desenvolvidos ao longo da Reunião de Cúpula, não se poderia concluir que o Brasil seria convidado a estar na Iugoslávia. Uma hipótese quanto a origem externa de tais incertezas pode ser levantada a partir das considerações do observador brasileiro acerca da postura dos países Não-Alinhados na organização do futuro encontro. Se o estabelecimento de critérios para a determinação dos atores a serem sondados para a Conferência de Belgrado foi objeto de divergência entre os principais Estados envolvidos, uma das alternativas adotadas,¹⁰⁸ segundo o diplomata brasileiro, era a de priorizar a elaboração de convites para os Estados que apresentassem maiores condições prévias de aceitar a participação. Dessa forma, a cautelosa postura brasileira poderia influenciar, num primeiro momento, na elevação da possibilidade de não ser convidado por parte da Cúpula.

O interesse em saber sobre o futuro das relações do Brasil com os ditos Não-Alinhados divide espaço com as impressões acerca das implicações para a PEB em caso de uma possível presença do país em Belgrado. Ainda que não se posicione formalmente contra uma participação brasileira na Conferência, mesmo sob os termos já apresentados no Cairo, Araújo Castro enumera uma série de fatores que poderiam comprometer a atuação da diplomacia brasileira em outras frentes de ação. Num primeiro caso, mesmo

¹⁰⁸ Segundo João Augusto de Araújo Castro, os critérios estabelecidos para a realização dos convites aos prováveis Estados a estarem presentes na Iugoslávia tiveram origens numa proposta desenvolvida pela Índia, vista como a mais flexível até então. Para o diplomata, cinco pontos resumiriam as condições consideradas necessárias: 1) Existência de uma Política Externa fundamentada pela defesa da coexistência pacífica e pela prática do não-alinhamento; 2) Apoio à descolonização; 3) Ausência de participação em alianças militares; 4) Possibilidade de existência de pactos ou acordos militares fora do esquema da Guerra Fria; 5) Possibilidade de concessão de bases militares fora do esquema da Guerra Fria (ARAÚJO, 2007, p.105).

afastando-se do rótulo de neutralista, ser um dos poucos Estados latinoamericanos a estar em solo iugoslavo poderia alterar a correlação de forças em nível regional:

Se o convite afora for feito, se a nossa presença for agora solicitada, isso se fará com plena ciência de nossa posição, que exclui o neutralismo. Ninguém sabe precisamente em que consiste o não-alinhamento e os termos amplos da definição da Índia nos permitiram a mais ampla possibilidade de manobra. O Brasil reafirmaria sua posição como povo alinhado ou não-alinhado. Surgiria, entretanto, toda uma série de especulações sobre os rumos de nossa política exterior, com graves reflexos sobre nossa ação diplomática no continente. O México, particularmente, não deixaria de explorar, a fundo, junto às chancelarias do hemisfério, as brechas que se ofereceriam com o delineamento de uma ‘nova’ posição brasileira. E é extremamente duvidoso que, pelos motivos que abaixo anotei, esses inconvenientes sejam compensados pelas vantagens políticas de nossa participação (CASTRO, 2007, p.111).

Atribuindo às controvérsias envolvendo a aproximação entre o Brasil e a iniciativa multilateral dos Não-Alinhados uma dimensão externa, o observador brasileiro promove uma espécie de delimitação de fronteira entre as linhas mais gerais de atuação da diplomacia do país e a promoção de mudanças que poderiam desestabilizar as posições em nível regional. Mesmo antes de participar da Reunião de Cúpula, a PEI foi questionada por outros atores hemisféricos, expressando um princípio de inquietação quanto à natureza das mudanças empreendidas por Jânio Quadros. Conforme Moniz Bandeira, no contexto da aproximação entre o presidente brasileiro e Arturo Frondizi, setores das Forças Armadas da Argentina expressavam resistência a tal movimentação diante, dentre outras coisas, do “fato de que o Brasil parecia inclinar-se para o neutralismo afro-asiático” (BANDEIRA, 2003, p.307). Do Chile, um editorial do periódico chileno *Mercúrio*, citado na *Tribuna da Imprensa*, apontava os efeitos da PEI para as relações interamericanas. Segundo o texto, a estratégia desenvolvida pelo presidente Jânio Quadros em diversificar os meios de obtenção de capital e ampliar o comércio com outras regiões colocava “de lado a diplomacia interamericana, baseada na permanente consulta a Washington” (TRIBUNA, 1961, p. 06). Nesse sentido, quase que numa espécie de jogo de soma zero para a formulação da PEB, o desenvolvimento de uma atuação mais autônoma e mundializante, incorporando a aproximação com os ditos Não-Alinhados, impactariam não apenas as relações entre Brasília e Washington, mas também o restante dos países integrantes do sistema interamericano, tendo em vista a posição do Brasil em tal concerto.

Além dos impactos sobre as relações regionais, outro aspecto negativo sobre a PEB a partir da presença brasileira em Belgrado residia nas relações com Paris e Lisboa. Outrora se mostrando favorável a um processo de revisão das posições brasileiras sobre o colonialismo português e francês na África, tendo em vista a importância de tal agenda para os Estados recém-independentes, Araújo Castro expõe os limites desse aceno de mudança ao considerar como inviável a adesão do país às prováveis resoluções apresentadas pelos Não-Alinhados. Em sua visão, os termos a serem apresentados na Iugoslávia representariam um ônus para a diplomacia brasileira em seu difícil equilíbrio entre a defesa da autodeterminação dos povos e as estreitas ligações com Portugal e França:

Coisa muito mais importante: o teor das declarações, proclamações e resoluções a serem formuladas na Iugoslávia terá um cunho de radicalismo anticolonialista, que estaremos dificilmente em condições de aceitar, sem reservas. Muito embora sejam amplos e gerais os termos da agenda, tudo indica que a França e Portugal, principalmente o último, receberão a mais forte e contundente condenação; tudo indica, outrossim, que uma posição muito firme será tomada na questão das bases militares estrangeiras (CASTRO, 2007, p.111).

Mesmo diante das expectativas de diferentes atores quanto aos compromissos do Brasil com a agenda anticolonial, a materialização da defesa de tal princípio a partir de um engajamento com os ditos Não-Alinhados era vista com ressalva por parte do observador brasileiro. Fugindo da linha apresentada pelo presidente Jânio Quadros e defendida pelo diplomata, a mobilização de críticas diretas às metrópoles europeias citadas poderia trazer prejuízos à manutenção do exercício de uma gradativa mudança na PEB, diante das desconfianças internas e externas. Nessa perspectiva, a presença do Brasil em Belgrado, mesmo diante da reafirmação de uma linha de ação externa não classificada enquanto neutralista, já atingiria diretamente a natureza da PEI, tendo em vista a sua condição de expressão de uma renegociação da posição brasileira dentro da aliança com o Ocidente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No interior de um processo de aprofundamento nas mudanças na inserção internacional brasileira, as relações entre o Brasil e os ditos países Não-Alinhados se situaram entre os limites e as possibilidades de uma ação mais universal e autônoma do

país no sistema mundial. Durante o governo Jânio Quadros, o reconhecimento de agendas de interesse comum e o particular engajamento do presidente frente às iniciativas de aproximação com alguns dos principais atores do Terceiro Mundo estimularam a produção de pontes entre a diplomacia brasileira e a emergência de perspectivas revisionistas acerca da ordem global.

Nesse sentido, a participação do Brasil enquanto um dos Estados observadores da Reunião de Cúpula para a Preparação da I Conferência dos Não-Alinhados representou uma verdadeira janela de análise quanto a natureza desse relacionamento. Nos desafios entre a manutenção de boas relações com os principais expoentes do Não-Alinhamento e na manutenção de certa singularidade em sua ação internacional, revestida conceitualmente pela reivindicação de uma independência nas relações exteriores, a presença brasileira no encontro foi alvo de um misto entre expectativa, tensão, controvérsia e incerteza frente ao seu sentido simbólico e prático.

A partir da análise do relatório produzido por João Augusto de Araújo Castro, as movimentações brasileiras no Cairo se encontraram à prova diante das pressões sobre a efetividade das mudanças na PEB, vistas com atenção por parte dos representantes diplomáticos presentes no encontro. Diante do desafio de enfrentamento de um cenário pouco definido frente ao caráter da iniciativa que se desenhara no Cairo, as inquietações registradas pelo observador brasileiro exprimem algumas das principais dificuldades domésticas e externas em sustentar um tipo de inserção internacional que convergisse a manutenção de princípios e linhas de ação herdadas de governos anteriores sem fechar-se diante das necessidades de correção de agendas influenciadas pelas transformações no sistema internacional e pela emergência de novas agendas de interesse aos formuladores da PEB.

Diante de tais circunstâncias, a cautela sugerida pelo observador brasileiro reiterava os limites da PEI frente às movimentações políticas no Terceiro Mundo. Entre os anseios de uma liderança internacional a partir de uma projeção frente aos Estados Recém-Independentes e o exercício de uma dose de realismo diante das possibilidades de uma ação externa autônoma no contexto da Guerra Fria, o signo da independência reivindicado no epíteto da Política Externa janista e janguista se mostrava como um

recurso de renegociação limitada da posição do país numa arquitetura internacional fundamentada pelos conflitos Leste – Oeste e Norte Sul.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Braz José. A Política Externa no Governo Jânio Quadros. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon Albuquerque. **Sessenta anos de Política Externa Brasileira (1930- 1990):** Crescimento, modernização e política externa. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1996.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: Conflito e integração na América do Sul (Da Tríplice Aliança ao Mercosul, 1870-2003).** Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BARBOSA, Carlos Alberto Leite. **Desafio Inacabado:** a política externa de Jânio Quadros. São Paulo: Atheneu, 2013.

BILHETES do Presidente Jânio Quadros ao Ministério das Relações Exteriores. In: **Cadernos do CHDD.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, ano V, n. 8, p. 313-484, 2006.

BRANCO, Carlos Castelo. Ásia e África mudaram Jânio. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 25 jul. 1959, p. 52-55.

BRASIL, México e Cuba com os Neutros. **Tribuna da Imprensa**, 12 mai. 1961, p.5

CASTRO, João Augusto de Araújo. Relatório do ministro João Augusto de Araújo Castro, observador do Brasil à Reunião Preliminar da Conferência de Chefes de Estado e Governo de Países Não-Alinhados. In: FRANCO, Álvaro da Costa (Org.). **Documentos da Política Externa Independente.** Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

CATERINA, Gianfranco. **Um grande oceano:** Brasil e União Soviética atravessando a Guerra Fria (1947-1985). Tese (Doutorado em História) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2019.

CRUZ, José Humberto de Brito. Aspectos da evolução da diplomacia brasileira no período da Política Externa Independente (1961-1964). **Cadernos do IPRI**, Brasília, n.2, p.65-78, 1989.

CUNHA, Vasco Leitão Da. **Diplomacia em Alto-Mar:** depoimento ao CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago. **Política Externa Independente.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

DÁVILA, Jerry. **Hotel Trópico: O Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980.** São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Evolução da Crise Brasileira.** São Paulo: Nacional, 1965.

LIGIERO, Luiz Fernando. A Política Externa Independente (1961-1964). In: _____. **A autonomia na política externa brasileira: a política externa independente e o pragmatismo responsável: momentos diferentes e políticas semelhantes?** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

NASSER e Tito organizam conferência. **Tribuna da Imprensa**, 6 – 7 mai. 1961, p.5.

NASSER manda convidar Jânio para o Cairo. **Tribuna da Imprensa**, 19 mai. 1961, p.1

NEUTRALISMO não vai afetar a democracia. **Tribuna da Imprensa**, 6 mar. 1961, p.6

VÉLEZ, Federico. **Latin American revolutionaries and the Arab world: from the Suez Canal to the Arab spring.** Burlington: Ashgate Publishing Company, 2016.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações Exteriores do Brasil (1945-1964): o nacionalismo e a política externa independente.** Petrópolis: Vozes, 2004.

SINDICALISMO RURAL DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR: A MEMÓRIA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SÃO LOURENÇO DO SUL (1966-1976)

Patrícia Schneid Altenburg¹⁰⁹

Resumo: A presente comunicação trata-se de um recorte de um trabalho de maior fôlego realizado por esta pesquisadora junto ao Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de Pelotas, acerca do Sindicalismo de Trabalhadores Rurais no Brasil, durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985), período marcado pelo combate aos grupos de esquerda e pelo reordenamento do sindicalismo de trabalhadores rurais no país. Uma temática ainda muito preterida pela comunidade historiadora, por tal, carente de bibliografia e exploração acadêmica. O objeto aqui analisado consiste no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul entre os anos de 1966 e 1976, primeira década de funcionamento da entidade. A História Oral é utilizada enquanto recurso metodológico, contemplando a análise de uma entrevista realizada com uma das figuras fundamentais para o processo de concepção, criação e consolidação da referida entidade. Seu relato permite conhecer características do trabalho realizado, do quadro social e das relações construídas no âmbito do sindicato durante o espaço temporal delimitado. Por fim, as conclusões, apesar de insipientes, denotam que determinada rede de perfis está associada a entidade, embora esta constatação, esteja longe de exprimir completamente a sua complexidade.

Palavras-chave: Sindicalismo de Trabalhadores Rurais; Ditadura Civil-Militar; Memória; História Oral

¹⁰⁹ Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Pelotas. Mestranda em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. Pesquisadora Bolsista CAPES. E-mail: patricialtenburg@gmail.com

Introdução

Embora, quase quatro décadas já tenham se passado desde o fim da Ditadura Civil-Militar no Brasil (1965-1985), a efervescência de produções acadêmicas de diferentes áreas das Ciências Humanas, contemplando variados aspectos daqueles anos de autoritarismo no país veio a solidificar-se somente na última década, muito em razão da publicação do relatório final da Comissão Nacional da Verdade¹¹⁰, em 2014. Todavia, apesar dessa emergência de distintos interesses historiográficos dentro da referida área de pesquisa, resultando em notáveis teses e dissertações, algumas temáticas e grupos partícipes do período seguem à margem na historiografia contemporânea, carecendo igualmente de olhares aguçados e produções bibliográficas advindas de historiadoras e historiadores.

Esse é o caso do Sindicalismo de Trabalhadores Rurais, dado que a maioria dos pesquisadores que se debruça sobre a temática enfocando o período da ditadura, opta por abordar a atuação de setores mais vinculados à esquerda do meio rural, grupos cuja luta, categoricamente reprimida e desmobilizada pelo regime, apesar de também muito merecedora de atenção, não esgota a atuação sindicalista no campo durante o período focado.

Frente a isso, para a presente comunicação, delimitou-se como problema central “A atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de São Lourenço do Sul durante parte da Ditadura Civil-Militar (1966-1976) por meio da memória sindicalista”, o qual trata-se do recorte de uma pesquisa mais abrangente em realização por esta pesquisadora para a sua dissertação de mestrado, a qual tem a sua relevância justificada pela contribuição historiográfica que fornece à temática acima referida, repleta de lacunas e carente de maior exploração a nível local e geral, assumindo a memória aqui o papel de objeto de análise central para a compreensão da atuação desta fração, bastante singular quando comparada a outros grupos mais visados do período.

¹¹⁰ Oficialmente criada em 18 de novembro de 2011, durante a gestão da Presidenta Dilma Rousseff, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) teve como finalidade examinar e esclarecer as graves violações aos direitos humanos praticadas entre os anos de 1946 a 1988, tendo acesso a muitas documentações e depoimentos inéditos. (GALO, 2015)

Memória e oralidade na pesquisa histórica

Ao iniciar o estudo sobre o Sindicalismo de Trabalhadores Rurais durante a Ditadura Civil-Militar, mais especificamente da entidade aqui focalizada, foi constatada além da carência bibliográfica, a insuficiência de fontes documentais capazes de responder ao problema proposto. Em vista disso, a memória dos sindicalistas oriundos daquele contexto com toda a sua complexidade e detalhamento, assumiu papel de destaque no desenvolvimento da dissertação e representa o objeto de pesquisa e análise privilegiado nesta comunicação.

Nas palavras de Jacques Le Goff (1990), a memória trata-se da propriedade de conservar certas informações, do conjunto de funções psíquicas, às quais possibilitam ao homem atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.

Para Márcia Menendes Motta (2012) a memória está diretamente vinculada ao passado, do qual se alimenta com lembranças vagas, contraditórias e acríicas, explicadas por intermédio do presente, do qual, por sua vez, recebe incentivos que a legitimam como o conjunto de lembranças de um determinado grupo. Lembranças estas que são constituídas somente por alguns elementos selecionados do passado, aqueles encarregados de conferir-lhe coerência e ordenamento. Dessa forma, a memória possui forte atuação na construção das identidades de grupo, “consagrando elementos pelos quais os indivíduos se veem pertencentes a determinado coletivo, muitas vezes em detrimento de outrem”. (MOTTA, 2012, p. 25)

Em complemento à Motta (2012), Michael Pollak define a memória como “essa interpretação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvar”, a qual se integra “em tentativas mais ou menos conscientes de definir e reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades”. (1989, p. 10) Como é o caso dos próprios sindicatos, entidades que buscam referências no passado visando tanto a manutenção da coesão do grupo e a definição de seu respectivo lugar, mas também encontrar oposições irredutíveis. São, portanto, conforme o autor, funções essenciais da memória comum a manutenção da coesão interna e a defesa das fronteiras daquilo que o grupo partilha.

Para Enzo Traverso (2012) a memória não é estática, ela está em constante construção, sempre sendo filtrada por conhecimentos adquiridos em momentos seguintes, por reflexões e experiências que se sobrepõem modificando a recordação inicial. Por tal, também é necessário destacar que esta construção, tem como alicerce a lembrança tal qual o esquecimento, implicando que, para assegurar sua identidade, determinado grupo opere escolhas quanto aos fatos do passado que deseja conservar e rememorar, enquanto sublima, oculta ou esquece outros. Esquecimento esse que, traduz-se como elemento fulcral para o estudo da história do tempo presente. (MOTTA, 2012)

Em grande parte dos trabalhos desenvolvidos por historiadores do tempo presente, a Memória enquanto conceito chave, vem acompanhada pela utilização da História Oral, a qual é descrita por Verena Alberti (2005, p. 18) como um método de pesquisa multidisciplinar “que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo”. Tratando-se em suma, do estudo “de acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas, etc.”

Conforme Luisa Passerini (2011), a utilização da História Oral como objeto de pesquisa e análise, pode revelar informações que nenhuma outra fonte é capaz.

A oralidade apresenta um quadro distinto. O papel é muito mais fortemente, e imediatamente, emotivo – isso porque o interlocutor está presente, faz perguntas ou pelo menos acena positivamente ou faz expressões de desaprovação. (...) Este aspecto, longe de ser um atentado contra a objetividade, é um modo de recuperá-la. A emotividade faz emergir, na relação intersubjetiva, indícios preciosos que, de outro modo, seriam perdidos (PASSERINI, 2011, p. 40).

Em complemento, Daniel James (2004) pontua que ao se trabalhar com a oralidade, lida-se inevitavelmente com contradições que, no entanto, podem trazer grande auxílio na tentativa de remontar o cotidiano dos trabalhadores pesquisados. “O testemunho oral é mais desorganizado, mais paradoxal, mais carregado de contradições e, talvez, por causa disso, mais fiel à complexidade das vidas da classe trabalhadora e da memória desta” (JAMES, 2004, p. 311).

As palavras de James são assertivas para retratar os propósitos determinados para esta comunicação: analisar a organização, as formas de ação e atuação do Sindicato dos

Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul durante os dez primeiros anos de sua existência, por meio da memória de um dos articuladores e sindicalistas mais atuantes no período, uma vez que aqui, esta tem a capacidade de oferecer maior riqueza de informações do que as fontes documentais. Por tal, a fonte escolhida para análise trata-se de uma entrevista realizada com o Senhor Ronald Spiering¹¹¹, membro fundador e principal figura de articulação e engajamento no processo de criação do STR de São Lourenço do Sul, no qual atuou durante dez anos como secretário, trabalho pelo qual recebeu significativo reconhecimento popular no município, deixando a entidade em 1976 para assumir a ocupação de prefeito municipal.

Contextualizando a temática

Não por acaso, grande parte dos estudiosos do Sindicalismo brasileiro, optam por pesquisar o meio urbano e a conjuntura do Estado Novo (1930-1945) de Getúlio Vargas, um verdadeiro marco para a história dos trabalhadores no país, em razão da aprovação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) no ano de 1943, lei que, além de regulamentar uma série de direitos trabalhistas, sistematizou diversas normas acerca da organização de sindicatos urbanos, os quais, então reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, ficaram incumbidos de representar legalmente aos interesses de suas respectivas categorias profissionais. Todavia, apesar de muito significativa, a referida conquista não abrangeu aos trabalhadores rurais, postergando a existência de entraves legais para a formação de sindicatos oficiais no campo, o que, no entanto, não impediu a mobilização de diversos grupos, frente às condições precárias por eles vivenciadas. (RAMOS, 2010)

Boa parte destes movimentos sociais, que emergem e se intensificam nos anos precedentes ao Golpe Civil-Militar de 1 de março de 1964, são caracterizados pelas reivindicações de direitos pelos trabalhadores rurais, pela luta do campesinato no acesso à terra e a dignas condições de trabalho e de vida, e pela defesa dos interesses das classes e dos grupos oriundos do campo, destacando-se nesse cenário: o Partido Comunista Brasileiro, através da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) surgida no estado de São Paulo; as Ligas Camponesas do Nordeste; o

¹¹¹ Entrevista concedida em 25/05/2022, São Lourenço do Sul/RS.

Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), e a Igreja Católica por meio da Frente Agrária Gaúcha (FAG)¹¹², no Rio Grande do Sul. (RAMOS, 2011).

É nesse contexto de pluralidade na organização dos trabalhadores rurais que, finalmente no ano de 1963, duas décadas após a criação da CLT, durante o governo do presidente João Goulart, foi aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR),

Que sistematizava as normas da organização sindical corporativista no campo e previa a criação de entidades de representação máxima e oficial dos trabalhadores e proprietários agrícolas: as, respectivamente, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA). (RAMOS, 2011, p. 58)

Medida governamental acirrou a disputa pela tutela e hegemonia na organização dos camponeses e trabalhadores rurais, entre as Ligas Camponesas, o PCB e a Igreja Católica. (MARTINS, 1981; RAMOS, 2010)

Entretanto, após o Golpe, os grupos acima destacados vinculados à esquerda e favoráveis às “Reformas de Base”¹¹³ também propostas por João Goulart antes de sua deposição, em especial a Reforma Agrária, foram duramente reprimidos e combatidos pelo novo regime, permitindo que a Igreja Católica e a FAG consolidassem sua hegemonia na organização do campesinato gaúcho, condicionando a criação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais sob a sua tutela. (BASSANI, 2009).

Organização, fundação e afirmação do sindicalismo de trabalhadores rurais em São Lourenço do Sul

¹¹² Fundada por iniciativa dos Bispos da Igreja Católica do RS com o objetivo de investigação e estudo acerca da questão agrária, formar líderes rurais, desenvolver a educação de base do agricultor, incentivar o sindicalismo e o cooperativismo, dentre outras iniciativas de ordem cultural e assistencial dos assalariados rurais e agricultores. Durante a década de 1960, sua atuação se espalhou pelos municípios do interior do RS através da criação dos Sindicatos dos Pequenos Proprietários e/ou dos Sindicatos dos Trabalhadores na Lavoura e em alguns casos também Sindicatos de Assalariados. Após a consolidação dessas entidades, oito (8) sindicatos ligados a FAG fundaram em 1963 a Federação dos Pequenos Proprietários e Trabalhadores Autônomos do RS, a qual seria reconhecida em 1965 como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no RS – FETAG-RS. (PERÍODO DE FORMAÇÃO DA FETAG, 2023)

¹¹³ Conjunto de medidas de caráter redistributivo, que direcionavam mais recursos públicos para setores como saúde, educação, transporte, etc. das quais se destaca a proposta de Reforma Agrária. (CAMPOS, BRANDÃO, LEMOS, 2020).

É nesse cenário de atuação da FAG na década de 1960, que surgiu o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de São Lourenço do Sul, numa área de colonização alemã e pomerana, concebida desde o princípio enquanto uma colônia agrícola, descrita pelos pesquisadores e entusiastas da história local, Hammes (2014) e Costa (1984), como isolada e preterida pela administração pública durante os primeiros anos após a sua fundação, caracterizada pela preponderância da agricultura familiar, da cultura do associativismo e da conservação de certo conservadorismo, reverberando em um sindicalismo igualmente mais conservador e menos combativo quando comparado a outras cidades também localizadas na Região Sul do Estado do Rio Grande do Sul, uma marca da própria tessitura social daquela região.

Frente às dificuldades assistenciais que assolavam os trabalhadores do campo no município, a ideia de fundar um sindicato de trabalhadores rurais em São Lourenço do Sul veio sobretudo no intuito de tornar determinados serviços mais acessíveis financeiramente (médico, odontológico, jurídico, contábil, de assistência agrícola, entre outros), dos quais carecia praticamente toda aquela comunidade. Nesse processo de concepção da entidade, o Senhor Ronald Spiering apresenta-se como figura fundamental:

a ideia de fundar um sindicato em São Lourenço começou em Stuttgart (Alemanha). Eu, em 1966 fui convidado pra ir fazer um curso lá sobre sindicalismo e cooperativismo, foram quinze pessoas aqui do Rio Grande do Sul (...) e um dos que estava nesse grupo era o Mário Pedro Prietsch, era o presidente do sindicato em Pelotas, aí nós lá em Stuttgart na Alemanha e um dia a gente conversando, ele disse: “vem cá, porque em São Lourenço nunca fundaram um sindicato lá? Na FETAG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura) tem a carta sindical do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul”. Aí quando nós voltamos da Alemanha, comecei a conversar com um e com outro das lideranças lá do interior e a gente começou a fazer reuniões lá no interior para fundar o sindicato.¹¹⁴

Chama a atenção na fala acima, o fato de que quando surgiu a ideia de fundar efetivamente a entidade pesquisada, já havia junto da FETAG-RS¹¹⁵, não somente o

¹¹⁴ Entrevista concedida em 25/05/2022, São Lourenço do Sul/RS.

¹¹⁵ A Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande Sul, fundada em outubro de 1963, trata-se da entidade sindical de segundo grau, a qual congrega atualmente 321 sindicatos de trabalhadores rurais filiados e 200 mil associados(as). (FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA NO RIO GRANDE DO SUL – FETAG-RS, 2023)

pedido, mas sim a já emitida carta sindical, cuja existência era de conhecimento do presidente do STR de Pelotas.

Essa carta, a data da carta é 22 de junho de 1966 e nós fomos para a Alemanha em novembro de 1966, então antes de se pensar em fundar um sindicato aqui já tinha a carta, porque tinha um movimento depois da Revolução de 1964, um pessoal se juntou aqui e criaram o sindicato, e o ministro que assinou a carta foi o Valter Perachi de Barcelos (...) o sindicato na realidade ele foi fundado em março de 1967 lá na Boa Vista, tinha 18 ou 28 agricultores, já quase todos falecidos, esses é que fundaram o sindicato, aqueles associados que tinha antes, nenhum fez parte, é tudo uns nomes desconhecidos que não eram agricultores, que não eram trabalhadores rurais.¹¹⁶

Até a data desta comunicação, poucas informações foram encontradas sobre quem solicitou a carta sindical antes do ano de 1966, entretanto, para a escrita da dissertação, novas documentações e relatos orais pretendem ser agregados, no intuito de apresentar o grupo que deu início ao movimento no município.

Dentre as principais ações do sindicato, Spiering destacou a oferta de atendimento médico e odontológico, de consultas com advogados e contadores, de assistência técnica agrícola e venda de insumos, sementes e ferramentas a preços acessíveis, da prestação de serviços burocráticos, da distribuição das bolsas de estudos distribuída pelo Ministério da Educação (MEC), e da oferta de cursos de aperfeiçoamento e profissionalização, etc. No entanto, o serviço mais atrativo para o associado era o encaminhamento de aposentadorias:

O maior interesse que a gente conseguiu aglutinar o pessoal, foi o início da aposentadoria, porque aí vinha um representante do Funrural de Pelotas, ele vinha para dar atendimento, ao invés de levar os agricultores para Pelotas, a gente conseguia com ele, ele vinha para o sindicato e aí aqueles agricultores que estavam na idade de se aposentar vinham pro sindicato e encaminhávamos.¹¹⁷

O sentimento de realização dos trabalhadores rurais ao obterem sua aposentaria contando com a assessoria do sindicato, propiciou que Spiering fosse admirado e

¹¹⁶ Entrevista concedida em 25/05/2022, São Lourenço do Sul/RS.

¹¹⁷ Entrevista concedida em 25/05/2022, São Lourenço do Sul/RS.

reconhecido pela comunidade devido ao trabalho de secretário que desempenhava junto a entidade, e posteriormente obtivesse êxito ao decidir se candidatar a câmara municipal.

Hoje, 50 anos depois, as vezes eu encontro gente que fala que fui eu que aposentei o pai, o avô dele, eu não aposentei ninguém, é que nós preenchíamos a documentação. (...) Aí em 1972, quando começou a aposentadoria, eu fui convidado pra ser candidato a vereador, (...) fiz 1737 votos, tinha 13000 eleitores, em função da aposentadoria, o que não tinha nada haver, eu fazia aquilo porque era minha obrigação como funcionário do sindicato. (...) Aí fiquei quatro anos de vereador, mas continuei no sindicato, as reuniões (da câmara) eram de noite.¹¹⁸

Reconhecimento o qual possibilitou ainda que, com o fim do seu mandato como vereador no município em paralelo as funções que seguiu desempenhando no sindicato, o mesmo fosse eleito em 1976 como vice prefeito municipal e assumisse a ocupação de prefeito, após o falecimento deste.

Depois em 1976 fui candidato, era pra ser pra prefeito, mas não quis de jeito nenhum, gostava do sindicato, não queria misturar política, aí tanto fizeram, (...) me convenceram a ir de vice, que eu podia continuar no sindicato, aí fui candidato a vice. A eleição foi 15 de novembro de 1976, 28 de novembro o prefeito morreu, daí foi uma barbaridade, deu tudo, tive que assumir, sozinho, sem vice. Em parte, foi bem, porque eu não tinha compromisso com ninguém, porque o eleitor vai pedir uma coisa geralmente pro candidato, o candidato a prefeito, pro vice ele não vai pedir nada, aí o candidato a prefeito morreu e de vice eu não tinha prometido nada, acho que me saí bem, mas quando chegou no quarto ano, prorrogaram por mais dois, fiquei seis anos e continuei sempre muito vinculado ao sindicato, agora que estou mais afastado.¹¹⁹

Quando perguntado sobre as relações mantidas no interior da entidade, no que tange aos diretores e membros associados, o depoente as destacou como amistosas, uma vez que, durante os dez anos que atuou no sindicato, nunca foi apresentada uma chapa de oposição, embora no princípio houvesse certa resistência por parte dos trabalhadores em se associar.

Era irmão Miguel o nome dele, ele era da Fundação Gaúcha, esse veio aqui, ele tinha um Modelo A (carro), e nós íamos para o interior reunir o pessoal, porque na época era muito difícil, o pessoal não queria, (...) eram bastante desconfiados. Tinha um banco em Pelotas, Banco Pelotense, que deu muito prejuízo pra muita gente, então eles tinham medo de cooperativa, de sindicato,

¹¹⁸ Entrevista concedida em 25/05/2022, São Lourenço do Sul/RS.

¹¹⁹ Entrevista concedida em 25/05/2022, São Lourenço do Sul/RS.

porque achavam que era tipo um banco, deixar o dinheiro ou o produto e depois não receber.¹²⁰

Ao falar da desconfiança expressada inicialmente pelos trabalhadores rurais, novamente Spiering menciona o trabalho desempenhado pelo sindicato no encaminhamento de aposentadorias e o seu significado para a consolidação do quadro social da entidade: “acho que na época se não fosse meio correndo junto o início da aposentadoria e a fundação do sindicato, seria bem mais difícil”.¹²¹

No que tange às relações externas construídas, elas se configuram no contato com diversos políticos vinculados, sobretudo à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), dentre eles o próprio Ministro do Trabalho e Previdência Social, presente em algumas assembleias: “vinha o ministro do trabalho, era o Arnaldo Prieto, ele vinha para as reuniões lá na Boa Vista, lá no interior e isso começou a motivar o pessoal”.¹²² Na fala do depoente são destacadas ainda, relações de proximidade em diversos graus e ocupações políticas.

Antes quando eu estava no sindicato, o prefeito era o João Thofehm e o Pedro Tomaschewski, já tínhamos um relacionamento super bom com eles. A nível estadual era o Peracchi esse foi ministro antes e depois foi governador, depois o Amaral de Souza, mas o grande elo de ligação que eu tinha na época do sindicato era o Chiarelli, ele na época foi Secretário do Trabalho e da Ação Social em Porto Alegre, e naquela época a gente fazia muitas reuniões e ele sempre participava das reuniões, ele trazia até o ministro para as assembleias do sindicato, hoje não tem mais isso. Naquele tempo, o relacionamento era muito bom, tanto com o governo municipal, estadual e federal também.¹²³

Todavia, apesar da proximidade existente entre o senhor Spiering e políticos vinculados ao governo de situação, no caso o regime militar, o mesmo não deixa de destacar que ele na ocupação de secretário do sindicato não fez nenhum tipo de distinção político partidária entre os associados, tampouco a entidade assumiu alguma posição.

Quando eu fui eleito vereador, continuei quatro anos ali no sindicato, atendendo do mesmo jeito, não é por isso que vai chegar lá alguém que é abertamente de outro partido e eu vou atender mal. (...) teve até um caso que a

¹²⁰ Entrevista concedida em 25/05/2022, São Lourenço do Sul/RS.

¹²¹ Entrevista concedida em 25/05/2022, São Lourenço do Sul/RS.

¹²² Entrevista concedida em 25/05/2022, São Lourenço do Sul/RS.

¹²³ Entrevista concedida em 25/05/2022, São Lourenço do Sul/RS.

pessoa, já é falecida, que era do MDB naquela época, era fanática, sempre foi. Aí um dia ela chegou lá no sindicato, me chamou para fora e disse que era do MDB, mas tinha a obrigação de votar em mim, era um associado do sindicato que gostava do meu trabalho.¹²⁴

Em suma, as falas acima expostas acerca das relações internas e externas à entidade, denotam muito a respeito do perfil do sindicato, dos funcionários, dirigentes e dos próprios associados. Contudo não exprimem toda a complexidade que permeia o Sindicato de Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul, tampouco das alianças e conflitos travados.

Considerações finais

Embora a presente pesquisa ainda se encontre em fase inicial, dado que algumas fontes que virão a compor a dissertação de mestrado, ainda carecem de estudo, a análise da entrevista concedida pelo Senhor Ronald Spiering¹²⁵ permite que algumas reflexões sejam arroladas. O referido relato demonstra que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul privilegiou a adoção do assistencialismo em detrimento da mobilização política, o destaque dado pelo depoente ao encaminhamento de aposentadorias e o significado conferido pelos associados para esta ação, evidência esse cenário.

Foi também possível perceber, que durante o período analisado, o STR de São Lourenço do Sul manteve relações de proximidade com o então regime militar, visto que prefeitos municipais, deputados estaduais e federais, governadores e secretários do estado e o próprio ministro, todos filiados à ARENA, eram presenças frequentes em assembleias, o que não impede que o sindicato interagisse com o público de outras vertentes, mas sinaliza o contexto político tencionado da época, demandando a certificação de certas relações pra a obtenção de determinadas demandas, direito e interesses.

Referências bibliográficas

A FETAG-RS. *In: FETAG-RS*. [S. l.], 2023. Disponível em: <http://fetagr.org.br/>. Acesso em: 26 jan. 2023.

¹²⁴ Entrevista concedida em 25/05/2022, São Lourenço do Sul/RS.

¹²⁵ Entrevista concedida em 25/05/2022, São Lourenço do Sul/RS.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 236 p

BASSANI, Paulo. **Frente Agrária Gaúcha e sindicalismo de trabalhadores rurais**. Londrina: EDUEL, 2009. 166 p

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta; LEMOS, Renato Luíz do Couto Neto e (org.). **Empresariado e Ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020.

COSTA, Jairo Scholl. **São Lourenço do Sul: Cem anos 1884-1984**. São Lourenço do Sul: Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul, 1984. 185 p.

GALO, Carlos Artur. A Comissão Nacional da Verdade e a reconstituição do passado recente brasileiro: uma análise preliminar da sua atuação. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, 2015.

HAMMES, Edilberto Luiz. **A imigração alemã para São Lourenço do Sul: Da formação de sua Colônia aos primeiros anos após seu Sesquicentenário**. 1ª. ed. São Leopoldo: Studio Zeus, 2014. 734 p.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1981.

PASSERINI, Luisa. **A memória entre política e emoção**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

POLLACK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Vol. 2, No 3, p. 3-15, Rio de Janeiro, 1989.

RAMOS, Carolina. A construção do sindicalismo rural brasileiro. In: VI Simpósio Nacional Estado e Poder: Cultura, 6., 2010. **Anais** [...] UFS, 2010. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT1/GT1-CAROLINA.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2023.

RAMOS, Carolina. **Capital e Trabalho no Sindicalismo Rural Brasileiro: uma análise sobre a CNA e sobre a CONTAG (1964-1985)**. 2011. 266 p. Tese de Mestrado (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

TRAVERSO, Enzo. História e memória: uma dupla antinômica?. In: TRAVERSO, Enzo. **O passado, modo de usar: história, memória e política**. 1ª. ed. Lisboa: Edições Unipop, 2012. cap. 1, p. 21-53.

ASSOCIAÇÕES DOCENTES EM PELOTAS E SUAS INTERVENÇÕES NA DEFESA DA CLASSE DOCENTE NO GOVERNO DE VARGAS

Tamires Ferreira Soares¹²⁶

Resumo: Entre os anos 1930-1945, o poder político estava nas mãos de Getúlio Dornelles Vargas qual possuía como objetivo em seu plano governamental nacionalista a modernização e aperfeiçoamento da nação brasileira por meio, da Educação (LEVINE,1980). Em vista disso, o governo aplicou leis mais rígidas e violentas no setor educacional onde os professores sofreram intensas penalidades, isto é, eram submetidos a inspeções e eram constantemente vigiados pelos parceiros governamentais de Getúlio Vargas. Nessa conjuntura, se acentuou indícios de uma intensa perseguição do estado aos docentes nas demais regiões do Brasil no qual diversos foram acuados, agredidos, fiscalizados e presos (ARANHA,1989; GHIRALDELLI JR., 2000). Segundo pesquisadores sobre o tema (ARRIADA, 2014), (GOMES, 1994), (PERES; CARDOSO, 2004) e (TAMBARA; CARDOSO, 2010) mostram que o corpo docente embora estivessem em um cenário hostil não tiveram um posicionamento neutro e sim o oposto, instituíram associações para debater sobre as falhas das políticas educacionais e tratar sobre suas necessidades. Na década de 1920, surgiram inúmeras associações no Brasil que visavam ser um espaço de discussão, proteção, cooperação e enaltecimento da carreira docente entre elas: Associação Brasileira de Educação (ABE), Seção Pelotense da Associação Brasileira de Educação (SPABE) e Associação Sul Rio-Grandense de Professores (ASRP). Dentre essas associações, enfatizaremos a Associação Sul Rio-Grandense de Professores que se apresentou preocupada em defender os educadores naquele contexto coercivo. Por esta razão, averiguaremos em uma perspectiva da História Social da Educação os setores de atuação da liderança docente da ASRP procurando assimilar como eles definiam as estratégias de luta, ação e defesa da classe docente.

Palavras-chave: Associativismo Docente; História Social; Era Vargas;

¹²⁶ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas; Bolsista CAPES; E-mail: Tamires_soaresf@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Esse artigo é um recorte da dissertação de mestrado intitulada como “Professores e Associativismo em Pelotas: Atuação política e educacional no Governo Vargas (1930-1945)” que se encontra em desenvolvimento na linha de pesquisa “Estado: Entre Poder, Tensões e Autoritarismo” pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

A Era Vargas ocorreu entre os anos 1930 a 1945 qual possuía como presidente da República brasileira, Getúlio Dornelles Vargas. Seu governo ficou reconhecido pelas inúmeras reformas políticas e educacionais que foram implementadas ao longo dos quinze anos de governo ininterrupto dentre elas: O plano governamental de cunho nacionalista modernizador que entendia a educação como uma peça primordial para o progresso da sociedade brasileira (LEVINE,1980).

No decorrer do período varguista foi realizado inúmeras festividades nacionalistas e cerimônias cívicas que visavam promover o patriotismo, civismo, nacionalismo e idolatria pela Pátria Brasileira. O Estado aplicou a centralização do poder político e efetuou medidas repressivas principalmente, na política educacional onde os professores passavam por excessivas fiscalizações inclusive, seus planejamentos de aula eram apreendidos pelos Delegados Regionais de Ensino para a inspeção. O sistema político educacional encontrava-se cada vez mais inflexível e hostil com a classe docente onde diversos profissionais acabaram sendo acuados, ameaçados, demitidos e presos (ARANHA,1989; RIBEIRO, 1998; GHIRALDELLI JR., 2000). Diante disso, denúncias, perseguições policiais e prisões de professores tornaram-se frequentes, segundo a autora Vanessa dos Santos Lemos, cita em sua dissertação de mestrado o incidente da Semana da Pátria em 1943, quando Tusnelida Júlia Koppelman, uma professora pelotense, foi perseguida pela polícia e acusada de infringir as leis de nacionalização, levando à sua prisão (LEMOS, 2012).

Um simples fato bastaria para definir em toda a sua miserável e doentia insolência o caráter incuravelmente germânico da professora “brasileira” Tusnelida Julia Koppelman. O detestável germanismo desta impulsiva moça transparece em inqualificável e estúpida ofensa por ela praticada contra nosso pavilhão. Narremos o episódio, segundo as declarações da própria depoente.

Tusnelda declarou o seguinte: Que no dia 7 de setembro do ano passado, numa festa cívica, à qual compareceram os seus alunos, numa grande sala de aula enfeitada com bandeirinhas brasileiras, estando, também, presentes os pais dos alunos e outras pessoas residentes no distrito, a depoente amarrou, no pescoço de um cachorrinho seu, uma bandeira brasileira, proferindo, na ocasião, a seguinte frase: - VEM CÁ, CACHORRINHO, TU TAMBÉM ÉS BRASILEIRO E VIESTE À FESTA SEM A TUA BANDEIRINHA!¹²⁷

Em uma pesquisa de campo no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS) encontramos uma carta de 1940 dirigida a delegada regional da Secretaria de Educação e Saúde, *Sylvia Mello*, informando o recolhimento dos materiais e afastamento de um professor que dizia ter antipatia pelo Brasil.

“Há pouco tempo, fazendo inspeção as escolas do Município de São Lourenço, apreendi na Escola Santa Augusta, da Picada Santa Augusta, ligada ao Sinodo Rio Grandense o material que incluso remeto.

A Escola é dirigida pela professora Ceci Lessa, brasileira nata. Funciona também no mesmo estabelecimento o professor Germano Koppelman, pastor protestante e alemão nato.

Determinei o afastamento desse professor, por ser estrangeiro e por ter mesmo desconfiado de suas atividades no ambiente escolar.

Cumpr-me a v. Excia. que, ao apreender o material incluso, notei grande perturbação, tanto no professor, como em sua filha Dusnelda que o acompanhava e que tentou se apoderar do material, oferecendo-se para levá-lo no interior do prédio, afim de melhor acomodá-lo.

Mandei traduzir alguns dos folhetos inclusos, entre eles o que vai assinalado com lápis vermelho, achando-o bem digno de atenção.

Levo ainda ao conhecimento de v. Excia. que na população escolar do município de São Lourenço encontrei o verdadeiro espírito germânico. Perguntando aos alunos a que nacionalidade pertenciam, responderam-me que eram alemães. Insistindo em saber onde haviam nascido, responderam que em São Lourenço. Perguntando ainda onde ficava situado São Lourenço, responderam-me que ficava no Brasil, mas mesmo assim eram alemães, que não gostavam do Brasil e sim da Alemanha. Isso tudo em presença do professor[...].” FONTE: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Acervo da Delegacia Regional de Ensino, 5 de junho de 1940.

Estudos como (ARRIADA, 2014), (TAMBARA; CARDOSO, 2010), (GOMES, 1994) e (PERES; CARDOSO, 2004) constataram que, desde 1920, as classes docentes não permaneceram passivas, mas se organizaram em pequenos grupos para discutir os

¹²⁷ Periódico Vida Policial, Porto Alegre, 1943, p.3. Citado por LEMOS (2012).

problemas do setor político e educacional. Para ampliar esses debates, um grupo de treze intelectuais fundou a Associação Educacional Brasileira (ABE), no Rio de Janeiro, em 1925. Entre esses membros fundadores estavam: Armanda Álvaro Alberto, Benevenuto Ribeiro, Branca Fialho, Delgado de Carvalho, Edgar Süssekind de Mendonça, Everardo Backeuser, Fernandino Labouriau, Francisco Venâncio Filho, Heitor Lyra da Silva, Levi Fernandes Carneiro, Mário Paula de Brito, Mello Leitão e Othon Leonardos (CARVALHO, 1998). O presidente da ABE, Levi Carneiro, encarregou-se então de estabelecer sessões da Associação Brasileira de Educação pelo Brasil, e em 1926 a proposta surgiu efeito na cidade de Pelotas, com a fundação da Seção Pelotense da Associação Educacional Brasileira (SPABE).

Desenvolvendo o ideário da Escola Nova na cidade de Pelotas, a SPABE desempenhou uma função importante na renovação educacional que transformou radicalmente a mentalidade dos educadores principalmente, após a criação da Associação Sul Rio-Grandense de Professores (ASRP) fundada em 1928 no município de Pelotas.

A Associação Sul Rio-Grandense de Professores visava contribuir na implementação do novo modelo de educação da época, apoiando as necessidades dos educadores e comprometendo-se nos seus estatutos a proteger os direitos e a valorização dos professores. A ASRP acabou se tornando muito ativa no município de Pelotas, convocando reuniões para discutir a reforma educacional e ofertar cursos de aperfeiçoamento para os professores locais (TAMBARA; CARDOSO, 2010, PERES; CARDOSO, 2004). Os membros da liderança da ASRP são, em sua maioria, pertencentes da elite pelotense e ocupavam cargos de destaque na cidade dentre eles encontravam-se: Alcibíades de Oliveira, Artur Brusque, Antero Moreira Leivas, Álvaro Simões Lopes, Balbino Mascarenhas, Milton de Lemos, José Dias da Costa, Edgar Maciel de Sá, Paulo Gastal, José Dias da Costa, Miguel de Souza Soares, Jorge Salis Goulart, Maurício Rodrigues, Silvino Braz Derengowski, Heráclito Brusque, Francisco Paula Alves da Fonseca, João Brum de Azeredo, João Py Crespo, João da Costa Goulart, Manoel Luís Osório, Maria da Glória Pancinha, Maciel Moreira, Leopoldo Gotuzzo, , Luís Assumpção, Júlio de Albuquerque Barros, Gregório Romeu Iruzum, Fernando Luís Osório, Francisco Rheingantz, Edmundo Berchon des Essarts, Victor Russomano,

Manoel Simões Lopes, José Fernandes Duval Júnior, Cássio Tamborindegny, Pedro Luís Osório, Noemia Dias, Luís Carlos Massot, Ernesto Ronna, Silvia Filipposi, Sílvio da Cunha Echenique, Baldomiro Trápaga (ARRIADA, 2014).

Em vista disso, esse estudo se propõe a questionar a atuação dos dirigentes educacionais da Associação Sul Rio-Grandense de Professores (ASRP) durante a era varguista de 1930 a 1945 por meio da história social do campo da educação. Procurando investigar se de fato, a liderança da ASRP atuou como protetora e defensora da classe docente.

DESENVOLVIMENTO

No decorrer da pesquisa foi consultado algumas fontes de pesquisa para ser mais específico, os jornais do município que circularam na cidade de Pelotas sendo eles: Diário Popular e A Opinião Pública ambos se encontram armazenados na Biblioteca Pública de Pelotas. Durante a análise dos periódicos foi possível verificar algumas contribuições da Associação Sul Rio-Grandense de Professores no âmbito da valorização do professorado, melhorias no setor profissional, investimento na qualificação docente e fortalecimento do movimento sindical dos professores.

A Associação Sul Rio-Grandense de Professores buscou celebrar na cidade de Pelotas o “Dia do Professor”, um dia para exaltar a educação e principalmente, homenagear a importância dessa profissão para o progresso do País. No dia 15 de outubro passou a ser comemorado o Dia do Professor e utilizavam dessa data para ampliar os direitos dos professores, um momento de confraternização, debate da classe docente e promover outros setores que contribuiriam para a proteção e defesa dos professores, conforme relatado pelo periódico Diário Popular.

Dia do Professor

Ontem foi o dia consagrado no Rio Grande do Sul aos obreiros infatigáveis da instrução- os professores.

Para estreitar os laços de união e defesa da classe, foi fundada a Associação Sul Rio-grandense de Professores, com o que muito lucrará a instrução e a educação entre nós.

Da illustrada Associação fazem parte distintos elementos do nosso magistério oficial e particular, quer do ensino científico ou literário, quer do artístico e profissional.

Por aclamação foi eleito ontem o Conselho Director do qual fazem parte as exmas. professoras d. d. Jenny Oliveira, Helena Pilmann, Helena Iruzum Passos, Braulinda Fernandes, Aline d' Avila, Joaquim Alves da Fonseca, José Grunwald, Emilio Boekel e Virgilio Carneiro Leão.

Ontem, às 20 horas, no Collegio Elementar Felix da Cunha, deu-se a posse da primeira Directoria. FONTE: DIÁRIO POPULAR, 16 de outubro de 1929 apud LEON, 2008, p.83.

Segundo o autor Sergio Ricardo Pereira Cardoso, há muitas divergências sobre onde começou a prática comemorativa do Dia do Professor, entretanto, Cardoso acredita que ela aconteceu em São Paulo e trazida para o Rio Grande do Sul pelo professor Joaquim Alves da Fonseca, presidente da Associação Sul Rio Grandense de Professores (CARDOSO, 2011, p.152). Vale ressaltar que, durante a década de 1970, o Dia do Professor de Pelotas tornou-se cada vez mais dedicado à busca de melhorias nas condições de trabalho para as classes docentes em termos de remuneração e planejamento de carreira.

No dia do professor, hoje, solenidade, às 16 horas, na Associação Sul-Rio-Grandense de Professores reunirá o magistério municipal, estadual, federal e particular para o conagraçamento da classe pelo transcurso da data. Ótimas perspectivas foram anunciadas ontem, tanto para o magistério municipal: [...] reexame do plano de carreira visando estender benefício ao professor aposentado e concurso para o magistério, em princípio de 1976 (estado) e, remuneração de nível mais alto, ainda na administração atual (município). O problema principal ainda do professor municipal é a remuneração. [...] foi proposta melhores condições de trabalho ao professor e que este objetivo foi levado a efeito. FONTE: Diário Popular, 15 de outubro de 1975.

Durante a implementação do projeto de educação modernista, o Estado exigiu uma maior preparação da classe docente para desempenhar suas atividades profissionais, entretanto, o governo não fornecia subsídios ou mesmo cursos de treinamento e qualificação. As autoras Eliane Peres e Aliana Cardoso em seu estudo “A Expressão da Modernidade Pedagógica em Pelotas: A criação do Grupo Escolar Joaquim Assumpção” destacam essa problemática em seu estudo:

O professorado pelotense foi, também, alvo de preocupações no contexto de renovação pedagógica neste período. Um exemplo disso está expresso no

Relatório da intendência de 1928, que refere-se aos “estabelecimentos dos ‘Cursos de Férias’ destinados a ministrar aos professores uma orientação moderna de ensino”. As aulas ministradas aos professores, de 15 de janeiro a 30 de abril de 1928, segundo o relato do intendente, incluíram um curso de pedagogia, dividido em duas partes: “[...] uma theorica e outra pratica. A parte theorica compreendeu as seguintes théses: ethica pedagógica; o ensino moderno; a escola como aprendizado activo; a hygiene escolar; a cultura physica e seu papel na educação; função social da escola como formadora do idealismo nacional; testes. A parte pratica versou sobre: a compreensão da pedagogia: a organização da aula: a disciplina; methods de alphabetização; estudo e observação pedagogica dos sentidos; a memoria; a imaginação; a educação da vontade; os instinctos e as pendencias; os temperamentos e aptidões individuaes” (PERES; CARDOSO, 2004, p. 101).

Procurando garantir a capacitação e aperfeiçoamento dos professores, a Associação Sul Rio Grandense de Professores promoveu palestras e cursos para todos seus membros associados conforme noticiado no jornal A Opinião Pública de 1931.

Associação Sul Rio Grandense de Professores

Mais uma reunião semanal realizou o Conselho Director desta Associação, tratando desta Associação, tratando de diversas medidas para o seu desenvolvimento, que deverá abranger o Estado todo, fundando-se uma Secção em cada centro escolar.

Continua a despertar interesse da parte do professorado, quer daqui, quer do interior outras localidades.

Mais uma “Palestra” ou Conferencia será realizada pela Associação, no salão da Bibliotheca Publica no dia 26 do corrente, sabbado, às 16 horas, a cargo do professor Emilio Martins Boechel, Director do Collegio Complementar local, que dissertará sobre o thema “Impressões de viagem de estudos às Republicas do Prata”, pelo que se nota grande interesse do professorado.

A “Palestra” será intima, para os consócios, sendo convidadas personalidades do nosso mundo official e imprensa. FONTE: A Opinião Pública, Pelotas, 29 de junho de 1931.

No decorrer do desenvolvimento do trabalho conseguimos identificar as ações da Associação Sul Rio Grandense de Professores em defesa aos professores. A autora Léia Raffi Arnold, em seu Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel) analisou as atas da associação e referiu-se aos fatos ocorridos com a professora D. Maria Amorim associada na ASRP. Na ata nº56, de 5 de julho de 1933, a liderança da associação solicitava apoio da classe docente gaúcha para arrecadar dinheiro para as despesas de advogados contrato pela ASRP para defender

a docente Amorim, que havia sofrido agressão de um aluno na Escola Complementar de Caxias. O objetivo da Associação era punir o responsável pelo ataque a professora Maria Amorim. Diante disso, o professorado se mobilizou para contribuir na defesa da colega. Cinco meses depois, o resultado da sentença foi publicado no Jornal Diário Liberal, o resultado do julgamento chocou a classe docente (ARNOLD, 2006).

Comunico-vos que Dr. Alberto de Brito fez extraordinária emocionante acusação, cumprindo brilhantemente mandato de que foi investido por essa Associação. Não obstante, réu conseguiu escandalosa absolvição. FONTE: JORNAL DIÁRIO LIBERAL, 14 dezembro de 1933.

Ao longo do tempo, a ASRP acabou promovendo uma consciência de classe entre os professores onde ambos começaram a se posicionar publicamente através de manifestações que reivindicavam melhores salários e aumento dos recursos no setor educacional. Na década de 1970, essas ações foram amplamente divulgadas nos jornais da cidade e nota-se a presença e atuação da Associação Sul Rio Grandense de Professores juntamente com o Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS).

“Magistério não quer festa. Quer salário.” O magistério do estado do Rio Grande do Sul, reunido em assembléia geral realizada esta semana, em Porto Alegre, decidiu recusar toda e qualquer homenagem a ser prestada à classe, no próximo dia 15 (quarta-feira), Dia do Professor, como forma de protesto. [...] Ao trazer de Porto Alegre essa decisão soberana da classe, a presidente da Associação Sul-Rio-Grandense de Professores, Jurema Rodrigues da Costa, acrescentou que para reforçar essa conclusão da última assembléia geral de professores, realizada em Porto Alegre, lembra ao magistério de Pelotas e da Zona Sul a importância da classe manter-se fiel e solidária à decisão tomada em assembléia, não só não aceitando homenagens oficiais como qualquer outra manifestação - churrasco, almoço, jantar ou mesmo coquetel. [...] Por sua vez, a Associação Sul-Rio-Grandense de Professores, por endossar essa decisão, suspendeu todas as suas festividades. FONTE: DIÁRIO POPULAR, 10/10/1980

CONCLUSÃO

Constatou-se que, até o momento da investigação, que as lideranças da Associação Sul Rio Grandense de Professores se preocupavam com as lutas da classe docente, atendiam às suas demandas e defendiam os ideais do grupo. Como já mencionado, a ASRP contribuiu para o reconhecimento, profissionalização, melhoria das condições de trabalho e união do magistério pelotense que impulsionou posteriormente,

fundação de sindicatos de professores representado na pelo Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS). Destaca-se, portanto, que a Associação acabou por desempenhar um papel significativo na trajetória da classe docente riograndense, obtendo êxito em suas ações ao cumprir boa parte das ações propostas em seu estatuto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1989.

ARNOLD, Léia Raffi. **Associação Sul Riograndense de Professores (ASRP), o início da busca pela profissionalização de uma classe**. Orientador: Dra. Giana Lange do Amaral / Coorientador: Dr. Elomar Antonio Callegaro Tambara. 2006. 18 f. Monografia (Especialização em Educação-Faculdade de Educação) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2006.

ARRIADA, Eduardo. O Ensino Secundário: Formação e Educação das Elites (1912-1970). In: RUBIRA, Luis (org.). **Almanaque do Bicentenário de Pelotas**. Pelotas: João Eduardo Keiber ME, 2014. v. 3, p. 471-492.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto / Edusp, 1998.

CARDOSO, Sergio Ricardo Pereira. O pensamento dos intelectuais de Pelotas na I Conferência Nacional de Educação. **Anais Eletrônicos: IX Encontro Estadual de História**: Associação Nacional de História Seção Rio Grande do Sul-ANPUHS, Porto Alegre, p. 1-10, 2008.

CARDOSO, Sergio Ricardo Pereira. **Associação Sul Rio-Grandense de professores: um nicho dedesenvolvimento da consciência de classe docente em Pelotas (1929-1979)**. 269 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde Nacional e Fôrma Cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)**. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 2000.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

LEMOS, Vanessa dos Santos. **Propaganda e coerção na política educacional do Estado Novo (1937-1945), em Pelotas/RS**. Pelotas. 182f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós- Graduação em História. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas, 2012.

LEON, Adriana Duarte. **A Profissão Docente na Cidade de Pelotas**: Associação Sul Rio-Grandense de Professores e Associação Católica de Professores (décadas de 1930 e 1940). Orientador: Giana Lange do Amaral. 2008. 116 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008.

LEVINE, Robert M. **O Regime de Vargas**: os anos críticos 1934-1938. Rio de Janeiro, Nova Fronteira S.A., 1980.

LUCA, Tania Regina de. FONTES IMPRESSAS: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: BACELLAR, Carlos; GRESPAN, Jorge; NAPOLITANO, Marcos; JANOTTI, Maria de Lourdes; LUCA, Tania Regina de; BORGES, Vavy Pacheco; ALBERTI, Verena. **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo:Editora contexto, 2008.

PERES, Eliane; CARDOSO, Aliana A. **A Expressão da Modernidade Pedagógica em Pelotas**: A criação do Grupo Escolar Joaquim Assumpção. In: Caderno de História da Educação. n. 03, Jan/Dez, 2004, p. 97-108.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira**- a organização escolar. Campinas: Editora Autores Associados, 1998.

TAMBARA, E. A. C; CARDOSO, Sergio. **O Nascimento e a afirmação da Associação Sul Rio grandense de professores perante a comunidade pelotense** (1920-30). In: Associação e sindicatos de trabalhadores em educação, 2010, Rio de Janeiro. Anais do seminário internacional da rede de pesquisadores sobre associativismo e sindicalismo dos trabalhadores em educação. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2010.v.1.

O HOMOSSEXUAL PÁTICO EM PRIAPO: AS MASCULINDADES ROMANA ‘(A)NORMAIS’

Vitor Naoki Miki Gomes¹²⁸

Resumo: O estudo sobre o homoerotismo na antiguidade ganhou grande folego desde os anos 80. A influência da abordagem utilizada por Foucault, sobre a Grécia e Roma, logrou aprofundamentos no contexto erótico da antiguidade nos anos 90 que se fazem expressivos na atualidade. Entretanto, pensamos ser interessante repensar algumas noções ‘axiomáticas’ provenientes da aplicação do holismo foucaultiano na antiguidade: a (não)categorização sexual de praticantes homoeróticos em identidades sexuais. Assim, percebendo a procura por quebras de ‘normatividades’ eróticas na atualidade enquanto pertinente à investigação histórica, apresentamos o atual texto enquanto síntese da aplicação, no contexto histórico específico da antiguidade romana, do que chamamos por método “*queer*-historiográfico”. Logo, de forma expositiva, trazemos à tona os sujeitos sexuais encontrados em quatro poemas da *Priapea*, livro dedicado ao deus Priapo, composto por oitenta e sei poemas do gênero epigramático, compilado no séc. I a.C. – I d.C. Nesse sentido, objetivamos os sujeitos *pathici*, os alvos das invectivas encontradas no humor priápico, fálico, agressivo e apotropaico; aqueles que, como defendemos, expunham a diversidade identitária sexual romana. Em suma, de forma sintética, expomos a visualização do pático em meio a *Priapea*, ao mesmo passo que, atentamos ao processo de normalização desses sujeitos ‘anormais’, tanto no referente ao âmbito exterior quanto ao interior da ‘paticidade’.

Palavras-chave: Roma Antiga. Estudos *queers*. Homoerotismo. Identidade sexual.

¹²⁸ Bacharel em História pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (PPGH/UFPel). E-mail para contato: miki_naoki@live.com. Bolsista CAPES.

Introdução

Parece ser uma tendência do sujeito (pós)moderno a naturalização da sexualidade, inclusive controvertendo a própria conceitualização da identidade (pós)moderna, ou seja, descentralizada, fragmentada e não essencialista (HALL, 2006, p. 21). A ideia de que nascemos de certa maneira, que nosso corpo e desejo é inato ao nosso ‘núcleo’ psicológico, de que nascemos de alguma forma do jeito que somos, ainda se faz presente na atualidade. Talvez seja dessa forma pois, não percebamos, no corriqueiro, que a sexualidade seja, em realidade, um dispositivo sociocultural, um aparato que tem por objetivo a própria construção de subjetividades eróticas (FOUCAULT, 1988), e, que funciona por mecanismos de inclusão e exclusão, em uma palavra: normalização (FOUCAULT, 1979).

Assim, nesse texto, esperamos reiterar a desnaturalização das noções de sexualidade e de gênero. Entretanto, não desejamos uma extensiva discussão teórica sobre o ‘ser’ sexual ou mesmo propor uma teoria da sexualidade (isso, afinal, como demonstrou Foucault, talvez nem seja possível de se propor). O nosso objetivo se coloca enquanto algo ‘mais simples’. Construir um olhar histórico, teórico e metodológico acerca a construção de subjetividades eróticas. E, a partir desse olhar, demonstrar, sinteticamente a aplicabilidade desse no contexto da antiguidade romana. Portanto, nosso ponto gira em torno da seguinte pergunta: como podemos entender as identidades eróticas para além da sexualidade? Ou seja, como, em períodos históricos anteriores à complexa e extensa redes de discursos que se coadunam-se no dispositivo da sexualidade, e, como, na atualidade, apesar da existência desse aparato produtor de subjetividades, podemos pensar a questão da formação de subjetividades sexuais. Isto é, como podemos pensar a identidade sexual de uma forma *queer* e histórica?

Para tanto, dividimos nosso empenho em três partes. Primeiramente, ressaltamos alguns usos da aplicação dos argumentos de Foucault (1988) nas interpretações históricas. Logo após, expomos o potencial analítico da *queer theory* atrelado a um debate teórico historiográfico, assim propondo um método-teórico *queer*-historiográfico. Em um terceiro momento, de forma esquemática, aplicamos tal abordagem a quatro poemas pertencentes ao livro *Priapea*, livro composto por 86 poemas epigramáticos durante os

séculos I a.C – I d.C. Nesse meio, focando nos sujeitos desvalorizados nesses poemas, apontamos à visualização do corpo pático, enquanto signo de uma identidade sexual ‘anormal’.

Assim, ao aplicarmos o método *queer*-historiográfico, expomos o acesso tanto às lógicas internas de normalização da ‘paticidade’, quanto a sua relação para com o meio social romano no geral, reiterando, ao mesmo tempo, o potencial crítico à atualidade ao se levar à cabo a pesquisa histórica numa perspectiva *queer*.

Foucault, as subjetividades sexuais e o erro dos historiadores

A partir de Foucault, notamos a construção de um “dispositivo histórico”: a sexualidade enquanto uma grande e complexa rede constituída a partir de discursos (FOUCAULT, 1988, p. 100) “heterogêneos, práticas, mecanismo, estruturas e agenciamento político do período moderno”. Em suma, nessa perspectiva, a sexualidade se torna um “aparato para construção de subjetividades” (HALPERIN, 2002, p. 87-88). Logo, percebemos que a preocupação de Foucault se dava mais para com a constituição dos sujeitos do que com a produção de categorias ou classificações sexuais.

Nesse sentido, um grande, e recorrente, equívoco realizado por alguns historiadores ao interpretar Foucault, aponta David Halperin (2002), é a “tendência a tratar a surpreendente determinação de Foucault em escrever a história da sexualidade ‘do ponto de vista de uma história de discursos’ como se tal projeto nada mais fosse do que uma banal preocupação com a representação da sexualidade no discurso [...] (HALPERIN, 2002, p. 87 – Tradução de minha autoria). E assim, focalizando como a sexualidade era representada (ou não) discursivamente em diferentes tempos históricos¹²⁹.

Assim, interpretações, que ocasionam em dois extremos na construção das narrativas históricas acerca o erotismo em épocas pré-modernas: (1) aqueles que

¹²⁹ Além de alguns outros equívocos, tais como “distinções positivistas entre coisas materiais e representações mentais, objetos e palavras, corpos e mentes, natureza e cultura, precisamente aquelas dicotomias metafísicas que o holismo radical de Foucault tinha de fato lhe permitido [...] fugir”, HALPERIN, p. 87).

defendem a distinção entre atos sexuais e identidades sexuais, acreditando que antes da (homo)sexualidade não existiam identidades sexuais *per se*, apenas atos sexuais. (2) Aqueles que transpõem os nossos conceitos de identidades às fontes históricas, como se elas sempre existissem. Notamos, que ambos os extremos se tornam modulares e excludentes às outras possibilidades que não aquelas às quais participamos: não é por ser o erotismo partícipe da constituição de gênero e política que não se cria uma identidade sexual, do mesmo modo, não é apenas porque entendemos que existe um conjunto de discursos que moldam nossos desejos que esse mesmo conjunto existe da mesma forma em todos os períodos históricos (Para exemplos de bibliografia de ambos os extremos: HALPERIN, 2002, p. 90-94).

Entretanto, há discursos ‘quase’ trans-histórico, existentes em todos os tempos históricos, entretanto não da mesma maneira. São as categorias discursivas pré-homossexualidade sobre o sexo masculino e de desvio de gênero: (1) Efeminidade, (2) pederastia ou sodomia ‘ativa’, (3) amizade ou amor masculino, (4) passividade ou inversão (HALPERIN, 2002, p.108 -110). No específico do mediterrâneo antigo, notamos que existe uma consoante, desde tempos quase imemoráveis da era do bronze ao final da antiguidade tardia, comprovado por Robert B. Koehl (1997). Logo, existe uma linearidade nos fundamentos do erotismo masculino que data quase dois milênios. (E em fato, se consideramos continuidades, essa linearidade, de uma forma ou outra, ainda nos acompanha, SEDGWICK, 1990, HALPEIN 2002). Referente ao específico do mediterrâneo antigo. Destacamos que o erótico era estruturado e avaliado de acordo com os graus de adequação às normas sociais, de gênero e do político. Assim, hierarquizado por: gênero, idade e status social. Logo, o sexo era polarizado entre a insertividade e receptividade do falo. Portanto, a distinção erótica se dava pela articulação do poder do falo, não pelos sexos anatômicos ou pela relação de gênero. Nesse sentido, a ênfase estava na relação sexual, não nos atores sexuais (HALPERIN, 1990, p. 30-32; WINKLER, 1990, p. 175-176). Assim, nesses moldes, entendemos que:

"[Relações sexuais] entre duas pessoas do mesmo sexo é uma coisa. Mas amar o mesmo sexo que a si mesmo, ter prazer nesse sexo, é outra coisa, é uma experiência completa, com seus próprios objetos e seus significados, com um modo de vida específico e uma consciência da parte do amante. Essa experiência é complexa, é diversa, assume diferentes formas, muda"

(FOUCAULT, 1994, p. 315-316 – Tradução do Inglês¹³⁰ ao português de minha autoria).

Se a tarefa que nos cabe é explicitar as formas complexas e diversas que o prazer compartilhado em relações entre homens se desenrola em diferentes períodos históricos, portanto, "trata-se de definir sistematicamente diferentes formas históricas de experiência sexual – diferentes modos de ser, diferentes configurações de relações com os outros e consigo mesmo, diferentes articulações de prazer e significado, diferentes formas de consciência" (HALPERIN, 2002, p. 162). Assim, o ponto em questão aqui não é a "temperatura emocional das relações pessoais, mas a estruturação social da vida erótica. Não se trata de escolher entre afeto pessoal e subordinação social como interpretações alternativas e rivais dos mesmos fenômenos", sendo esses "dois lados da mesma moeda" (HALPERIN, 2002, p. 153) Basicamente, em termos mais 'crus', não existe orgasmo sem construção cultural, podendo esse orgasmo ser bem visto ou mal visto pela sociedade. Dessa forma, construindo identidades sexuais normativas ou não normativas. Independente do tempo histórico.

O método queer-histórico

Certo, se não existe uma linearidade entre a homossexualidade e os discursos pré-homossexual inata, perguntamos: como analisar sincronicamente e debater dialogicamente os tipos de identidades sexuais existentes em diferentes tempos históricos? Em outras palavras, como sistematizar o sexo e as identidades sexuais nos termos e lógicas da sociedade estudada e ainda dialogar e sociabilizar essas identidades na atualidade sem ser anacrônico; sem imputar nossas categorias sexuais nas fontes históricas, ou ser, sob o jugo da sexualidade, excludente às possíveis subjetividades eróticas existentes no passado? Essa torna-se uma pergunta pertinente, pois, é uma situação complexa, em ambos os casos podemos acabar por silenciar e apagar identidades eróticas que merecem ter suas vozes registradas. E, mesmo que às encontremos, qual a melhor maneira de as inserir na atualidade?

¹³⁰ Tradução do francês ao inglês por David Halperin (HALPERIN, 2002, p.161).

Nesses pontos, pensamos ser interessante a questão da Queer Theory. Pois essa aponta para uma necessária redefinição do que entendemos por identidade; fragmentando os conceitos de gênero e de sexualidade, na atualidade (BARBO, 2009; OLIVERIA, 2021). Assim, propomos situar um viés teórico construcionista com flexíveis elementos desconstrucionistas (CARDOSO, 2012, p. 05; VAINFAS, 2012, p. 320), pois combinando a valorização de fatos históricos com plurais lógicas ‘erótico-discursivas’, expomos tanto evidências históricas, a identidade sexual dominante, bem atestada nos textos romanos, por exemplo, com agentes extratextuais, acessados pela porta de trás dessa literatura, hostilizados e ameaçados pela própria ideologia dominante. Assim, pensamos uma visão teórica-metodológica que perceba os sujeitos construídos pela estrutura linguística, entretanto, não limitados a ela. Logo, um viés, pós-estruturalista (BRANDÃO, 2015, p. 40).

Dessa maneira, transpomos a questão do indivíduo pós-moderno e a fragmentação da identidade ao olhar histórico. Nesse interim, acomodamos a *queer theory* nesse espaço desconstrutivista e pós-estruturalista. Ou seja, usamos de nossa percepção de uma cultura contemporânea desnecessariamente heteronormativa e homofóbica em prol de uma leitura crítica das fontes históricas, com o objetivo de visualização de transgressões culturais de normas eróticas no contexto específico do Mundo antigo. Priorizando o fato de que, por esses atores agirem fora das normas, em suas vivências, fragmentavam a própria noção de ‘romanidade’. Criando, através de seus corpos, uma semiótica e uma lógica existencial pertencentes a um grupo social: os valorizados negativamente.

Na questão metodológica seguimos Bardã, realizando análise de conteúdo, na técnica de subcategorias de análise (BARDIN, 1977), catalogando diferentes lógicas discursivas, concernentes a diferentes gêneros literários, e às contrapondo às subjetividades, ‘normais’ e ‘anormais’. Além disso, ainda referente à metodologia, no entendimento de devermos dialogar com a ética para com os nossos pares da comunidade científica: objetivando os “valores morais” da construção de narrativas históricas que “afirmam a comunidade”, e ao mesmo tempo, pensar eticamente a “inserção social do conhecimento histórico” (KNAUSS, 2008, p. 146). E, na rigorosidade empírica necessária à construção abrangente da representação histórica; da “alteridade do passado”

realizada pelo discurso histórico (OHARA, 2019, p. 6), pensamos ser interessante a abordagem de uma análise cultural antropológica. Seguindo Clifford Geertz (1993), nos conceitos de “experiencia próxima e experiencia distante” (GEERTZ, 1983, p. 58), como também Pierre Bourdieu (1977), e a noção de “dialógico” – em contraposição ao binarismo referido. Isso é, observando o uso corriqueiros dos conceitos romanos sobre o sexo, atentando aos signos, simbolizações e representações, e contrapondo às nossas noções de sexualidade. Assim, construindo pontes de continuidades e rupturas entre ambos. No sentido de uma análise dialógica, a ideia de redefinição do que entendemos por sexualidade e gênero, promovida pela queer theory, se reitera enquanto profícua. Além de incentivar a aproximação conceitual entre antiguidade e (pós)modernidade, corroborando à inserção social do conhecimento e à alteridade desse passado.

O contexto romano: os ‘(a)normais’ em Priapo

Com tais princípios em mente, vamos a uma breve exposição da aplicabilidade dessas considerações teórico-metodológicas. Assim, destacamos que a documentação da Antiguidade aqui analisada é a *Priapea*, um livro de 86 poemas, composto no século I a.C – I d.C. Os poemas são dedicados a Priapo, um deus menor do panteão grego e romano que se tornou particularmente famoso entre os romanos após o séc. II a.C (RICHILIN, 1992). Em um primeiro momento, destacamos três principais aspectos que são permeados pelo livro, e, que muitas vezes esses se encontram diretamente relacionados. (1) Priapo era deus itifálico, protetor das hortas e dos jardins, assim, era indissociável de seu falo (OLIVA NETO, 2006), (2) tornando-se apotropaico, psicopompo e limítrofe (COZER, 2018). Além disso, (3) torna-se um ideal de masculinidade, uma identidade erótica pela qual o homem romano normativo se pautava (RICHILIN, 1993).

Assim, em caráter sintético – poemas expostos em sequência e analisados conjunto –, selecionamos quatro poemas que exemplificam esses três principais aspectos encontrados na *Priapea* e personificados por Priapo. Priap. 9, poema aretológico, cuja elocução é de Priapo:

Cur obscena mihi pars sit sine veste, requirens?

quaere, tegat nullus cur sua tela deus.

Porque em mim não tem veste a parte obscena,

indagas?

*fulmen habet mundi dominus, tenet illud aperte;
nec datur aequoreo fuscina tecta deo.
nec Mavors illum, per quem valet, occulit ense,
nec latet in tepido Palladis hasta sinu.
num pudet auratas Phoebum portare sagittas?
clamne solet pharetram ferre Diana suam?
num tegit Alcides nodosae robora clavae?
sub tunica virgam num deus ales habet?
quis Bacchum gracili vestem praetendere thyrsos,
quis te celata cum face vidit, Amor?
nec mihi sit crimen, quod mentula semper
aperta est:
hoc mihi si telum desit, inermis ero.*

Indaga se algum deus seus dardos cobre:
às claras o senhor do céu detém seu raio,
não se oculta o tridente ao deus das águas,
nem Marte esconde aquela espada com que é
bravo
nem Palas guarda a lança em dobras tépidas.
Portanto, setas de ouro Febo acaso cora?
Diana sói levar, esconsa, a aljava?
O deus alado vela o caduceu?
Quem viu Baco estender no grácil tirso as
vestes?
E quem, Amor, te viu de rosto oculto?
Não seja crime que meu pau se mostre sempre:
Que se esta lança falta, eu sou inermes.

(OLIVA NETO, 2006, p. 213)

Priap. 49, poema votivo e precatório:

*Laetus Aristagoras natis bene vilicus uvis
de cera facta dat tibi poma, deus.
At tu sacrati contentus imagine pomi
fac veros fructus ille, Priape, ferat.*

Feliz com uvas que nasceram, Aristágoras
Feitor, te dá, ó deus, pomos de cera.
Contente com a imagem de sagrados frutos,
Fá-lo, Priapo, dar-te verdadeiros.

(OLIVA NETO, 2006, p. 229)

Priap. 25, poema ameaçador:

Hoc sceptrum, quod ab arbore est recisum

Este cetro, cortado de uma árvore,

*nulla et iam poterit uirere fronde,
sceptrum, quod pathicae petunt puellae
quod quidam cupiunt tenere reges,
quoi dant oscula nobiles cinaedi,
intra viscera furis ibit usque
ad pubem capulumque coleorum.*

não poderá jamais reverdejar
cetro, que as jovens putas vêm buscar.
Que os reis desejam segurar,
em que dão beijos nobres chupadores,
entre as vísceras de um ladrão irá,
Até meus pelos e meu par de bagos.

(OLIVA NETO 2006, p. 219)

Priap. 26, poema na elocução de Priapo, fala jocosa e precatória, assim, deixa de ser hino:

Porro - nam quis erit modus? - Quirites,
aut praecidite seminale membrum,
quod totis mihi noctibus fatigante
uicinae sine fine prurientes
uernis passeribus salaciores,
aut rumpar nec habebitis Priapum.
Ipsi cernitis, ecfututus ut sim
confectusque macerque pallidusque,
qui quondam ruber et ualens solebam
fures caedere quamlibet ualentes.
Defecit latus et periculosam
cum tussi miser expuo saliuam.

Não mais, Romanos, haverá medida?
Ou decepais o membro seminal –
que vizinhas ardentes, toda noite,
sem fim, aqui vêm esgotar, mais lúbricas
que pássaros na primavera - ou eu
me romperei e não tereis Priapo.
Vede vós mesmos como estou fodido
depauperado, carcomido e pálido!,
eu que antes, rubro e duro, costumava
foder ladrões por mais que fossem duros!
Os flancos doem-me e quando tusso, cuspo,
coitado, uma saliva perigosa.

(OLIVA NETO, 2006, p. 221)

No conjunto dos poemas, encontramos as seguintes subjetividades homoeróticas idealizadas: a identidade do *vir* (WILLIAMS, 2010, p. 144-148), o homem normativo, aquele que mantinha relações de dominância erótica com jovens, mulheres e homens (Priap. 9, 45, 25, 26) e o *puer* (WILLIAMS, 2010, p. 78-84), objeto de desejo do *vir*

(Priap. 25.7 Priap. 26.8). Além das seguintes subjetividades não idealizadas: O “*scortum*”, jovem prostituto, escravo ou liberto, ou mesmo nascido livre (TAYLOR, 1997, p. 356-359) que, nesses casos pode ser representado pelo ladrão eroticamente receptivo (Priap. 25.6). Os “*cinaedi*”, homens que são associados ao comportamento efeminado, ou à receptividade sexual, ou mesmo à luxúria e à insertividade sexual desenfreada (WILLIAMS, 2010, p. 196), logo, tanto receptivos quanto insertivos, ou ambos (Priap. 25.5; Priap. 26). O “*Exolteus*”, prostituto maduro ou homem maduro, escravo ou homem livre, pressuposto insertivo (TAYLOR, 1997, p. 359-361), aqui representados enquanto os ladrões insertivos e masculinos (Priap. 26. 9-10). E o pático, o próprio Priapo (Priap. 26.6.12). Sobre o termo Pático, destacamos ser, em realidade, um alargamento do sentido do termo *pathicus*. Termo que, nas fontes antigas era empregado enquanto substantivo e adjetivo (Cat. 16.14, 57. 1-2). Enquanto adjetivo significava homem eroticamente receptivo, enquanto um substantivo referia-se a um tipo de pessoa. Em Catulo, 16. 14, encontramos: “Meu pau no cu, na boca, eu vou meter-vos”. *Pedicabo ego uos et irrumabo*, se referindo aos *pathici* Aurélio e Furio (forma substancializada) (16.2): “*Aureli pathice et cinaede Furi*”; homens “peludos que joga de cintura já não tem” (16.10-11), “*non dico pueris, sed his pilosis, qui duros nequeunt mouere lumbos*” (OLIVA NETO, 1996, p. 80). Portanto, *pathicus* seria aquele que segue um comportamento “pático” (nossa vernaculização; forma substantivada), significando tanto a qualidade (adjetivo) e comportamento deste indivíduo (forma substantivada). Logo, a partir do pático, perceberemos todo um campo semântico em torno da ideia de comportamento homoerótico não normativo. Um corpo adjeto, atrelado à ‘paticidade’, ou seja, como veremos, participe de uma ‘subcultura’ homoerótica pática.

Em razão de demonstração do método *queer*-historiográfico, expomos que se deve ainda realizar uma análise da aplicação dos termos, como *cinaedi* (Priap. 25.5) *pathicae*, (Priap. 25, 25.3), *ecfututus* (Priap. 26.7), *pallidusque* (Priap. 26.8), *uvalentes* (Priap. 26. 9-10), contrapondo à utilização desses por outros autores, tanto do gênero satírico quanto de outros, por exemplo, em Marcial (Mart. 7.67.4-6), Sêneca (Sen. *Ep.* 47.7), Suetônio (Suet. *Iul.* 2), os contraponto ao que John J. Winkler (1990) chama de “protocolos fundamentais de existência” (WINKLER, 1990, p. 174): as máximas nas quais o erotismo

masculino se desenvolvia, ou seja, as ideologias eróticas que permeavam o ‘senso comum’ grego¹³¹, androcêntrico e falocêntrico.

Uma vez contrapostos diferentes usos (e discursos) referentes aos mesmos termos, analisando diferentes ideologias sexuais e configurações sociais, passaríamos a construção de um corpo homólogo, o corpo pático, para então definir suas lógicas estruturais internas e externas à ‘paticidade’, e expor suas máximas ideológicas, seus próprios protocolos socioerótico. Para, por fim, realizar pontos de diálogos entre a normalização de corpos abjetos da antiguidade com os da atualidade (isto é, corpos *queers*) – feitos que não poderemos realizar no atual recorte. Nesse momento, interessante a nós é percebermos que em apenas quatro poemas, podemos encontrar dois sujeitos eróticos normativos participes de uma identidade sexual normativa, o *vir* e o *puer*. E quatro subjetividades ‘anormativas’ pertencentes a uma identidade erótica, a pática.

Nesse ponto, denotamos ser Rabun Taylor (1997), a partir do texto “*not before sexuality*” de Amy Richilin (1993), defensor da existência de uma subcultura homoerótica pática. Taylor, percebe diversas subjetividades, que, como ele demonstra, compartilhavam do sentimento de serem transgressores das normas sociais (sendo todos esses atores históricos alvos de invectivas falocênicas), e, assim, excluídos da identidade romana tradicional, se auto institucionalizavam em uma própria cultura. Mas, uma cultura que ainda dialogava com a dominante, permitindo indivíduos a transitarem entre as duas. Logo, em nossos termos, uma cultura hegemônica atrelada a hegemonia dominante, dessa forma, tendo sua hegemonia limitada, subjugada pela dominante, daí o prefixo sub. Taylor (1997), não usa a noção de “hegemonia” (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013). Nessa subcultura, se misturam plurais subjetividades, com diferentes ‘postos’/status no geral da sociedade; tais como o *cinaedus*, homem maduro efeminado insertivo do falo ou receptivo; ou ainda viril com inclinações à luxúria, o *mollis* o jovem visto como receptivo, o *exoletus*, prostituto maduro e presumisse, insertivo, o *scortum* um jovem prostituto considerado receptivo do falo, o *draucus*, homem atlético bem dotado, considerado insertivo, o *Gallus* homem eunuco e travestido (que se considerava e era tratado no feminino). E mesmo homens *viris* não exclusivamente homoeróticos, mas que

¹³¹ No caso específico do erotismo romano, Craig Williams (2012) usa a noção de protocolos, os adaptando a roma do século II a.C – II d.C. (WILLIAMS, 2010, p. 15-20).

reproduziam um homoerotismo não normativo. Dessas subjetividades, os emblemáticos à subcultura são os homens que mantinham relações amorosas homoeróticas de longo prazo, emblemáticos, pois, esse tipo de relação borrava os papéis eróticos dispostos no sistema penetrativo. Além de claro os homens adultos efeminados que publicitavam o prazer em serem penetrados. Nesse sentido, o termo *phaticus* descola-se do sentido original: homem eroticamente receptivo, e passa a representar toda uma subcultura homoerótica pática. Logo, uma multidão de subjetividades, que participavam da semiótica pática de diferentes formas e graus, modificando seus estilos de vida de forma assimétrica (uns eram mais reprimidos que outros, tanto no exterior da subcultura, quanto, às vezes, no interior; Petron. 23.3-4, TAYLOR, 1997, p. 328).

Assim, atentando à identidade pática – a partir de uma perspectiva queer historiográfica – objetivamos a construção do corpo pático, explorando a diversidade de subjetividades eróticas dessas subcultura e a maneira pela qual se relacionavam com a sociedade romana. Assim, acessando, na *Priapea*, a lógica interna da subcultura pática: a normalização das subjetividades não normativas na ‘paticidade’. Nesse sentido, o corpo pático estaria:

No vazio da definição de pessoa. Não é absolutamente uma realidade evidente, uma matéria incontestável: o ‘corpo’ existe apenas construído culturalmente pelo homem. É um olhar lançado sobre a pessoa pelas sociedades humanas, que lhe balizam os contornos sem o distinguir, na maior parte do tempo, do homem que ele encarna (LE BRETON, 2011, p. 40).

Logo, percebemos que o humano que encarna os protocolos eróticos, os modifica ao mesmo tempo que o absorve, os simbolizando em seu corpo, criando desvios ‘anormais’, e, ao mesmo passo, novas normalizações. Portanto, “impõe, através dessa medida de ‘valorização’, a restrição de uma conformidade a ser alcançada. Por fim, traça o limite que definirá a diferença em relação a todas as outras diferenças, a fronteira externa do anormal” (FOUCAULT, 1979, P. 182) . Dessa forma, mesmo no interior da ‘paticidade’ o sujeito “compara, diferencia, hierarquiza, homogeneíza, exclui. Numa palavra, normaliza. . . . estes são sinais de adesão em um corpo social homogêneo, mas eles também desempenham um papel na classificação, na hierarquização, e na distribuição de postos” (FOUCAULT, 1979, P. 184).

Considerações Finais

Em suma, ao instrumentalizarmos o pensamento *queer* na historiografia, passamos a acessar as subjetividades eróticas romanas em seus próprios termos (em sua própria lógica sociocultural), e, ao mesmo tempo, pensamos criticamente a inclusão social desse conhecimento, percebendo as continuidades e descontinuidades de discursos eróticos, construindo uma alteridade desse passado eticamente responsável. Dito de outra forma, expor as lógicas internas de inclusão e exclusão de identidade eróticas pré-sexuais, nos incentiva a realizar o mesmo nas nossas próprias constituições subjetivas, corroborando a uma visão crítica da identidade sexual em prol de sociabilidades mais respeitáveis, celebrativas e equitativas da diversidade na atualidade, sendo que, “em certo sentido, o poder da normalização impõe a homogeneidade; mas individualiza tornando possível medir desvios, definir níveis, definir especialidades e tornar as diferenças úteis calibrando-as umas às outras” (FOUCAULT, 1979, p. 184). Em uma palavra, as ‘*queerificando*’, tanto sincronicamente, quanto dialogicamente.

Referências

Documentais:

JUVENAL, **The Sixteen Satires**. Tradução para o inglês de Peter Green. Londres: Penguin Books, 1998.

MARCIAL. **Epigramas**. Introdução e notas de Cristina de Sousa Pimentel; tradução de Delfim Ferreira Leão, José Luís Brandão e Paulo Sérgio Ferreira. Lisboa: Edições 70, vol. I-II, 2000; vol. III, 2001; vol. IV, 2004.

MARCIAL. **Martial Epigrams Book Two**. New York: Oxford University Press, 2004. Introdução, Traduções e comentários por Craig Williams.

OLIVA NETO, João Angelo. **O Livro de Catulo**. São Paulo: Edusp, 1996.

OLIVA NETO, João Angelo. **Falo no Jardim**: priapeia grega, priapeia latina. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

PETRÔNIO. **Satyricon**. Edição bilíngue latim-português. Belo Horizonte: Crisálida, 2004. Tradução: S. B. Bianchet.

SÊNECA. **Edificar-se para a morte**: das cartas morais de Lucílio. Seleção, introdução, tradução e notas de Renata Cazarini de Freitas. Petrópolis: Vozes, 2020.

SUETÔNIO. **Os doze Césares**. Lisboa: Biblioteca Editores Independentes, 2006. Tradução: J. G. Simões.

Bibliografia moderna:

BARBO, Daniel dos Santos. **Cultura política homoerótica entre a Grécia antiga e a (pós)modernidade**: Cientificismo, Literatura e Historiografia. 2009. 270 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Mato Grosso, 2009.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução de: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 1977.

BOURDIEU, Pierre. **Outline of a Theory of Practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977. Translated by Richard Nice.

BRANDÃO, Ramon Taniguchi Piretti. Estruturalismo e pós-estruturalismo: uma arqueologia dos conceitos e o lugar ocupado por Foucault. **Estação Científica**: (UNIFAP), Macapá, v. 5, n. 1, p. 34-46, 01 jan. 2015. Semestral.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CONNELL, R.; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista de Estudos Feministas**, [s. l.], v. 21, n. 1, pp. 241-282, 2013.

COZER, Alexandre. **Os Falos de Priapo e as masculinidades Romanas: sexo, humor e religião na priapeia (circa séc. I d.C.)**. 2018. 148 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná., Curitiba, 2018.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque.

FOUCAULT, Michel. **Discipline and Punish: The birth of the Prison**. Tradução de Alan Sheridan. New York: Vintage, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits**. 1954-1988. Édition de Daniel Defert, François Ewald e Jacques Lagrange. Paris: Gallimard, 1994. 4 v.

GEERTZ, Clifford. **Local Knowledge: Further Essays in Interpretive Anthropology**. New York: BasicBooks, 1983.

HALL, Stuart. **Identidade na Pós Modernidade**. RJ: DP & A, 2006.

HALPERING, David M.; WINKLER, John J.; ZEITLIN, Froma I. **Before Sexuality: The Construction of Erotic Experience in The Ancient Greek World**. New Jersey: Princeton University Press, 1990.

HALPERIN, David. **How to do the History of homosexuality**. Chicago: The University Of Chicago Press, 2002.

KNAUSS, P. Uma história para o nosso tempo: historiografia como fato moral. **História Unisinos**, v. 12, n. 2, p. 140-147, maio-agosto, 2008.

LE BRETON. **Antropologia do Corpo e Modernidade**. Petropolis: Vozes, 2011.

OLIVEIRA, Kris Herik de. Intensos encontros: michel foucault, judith butler, paul b. preciado e a teoria queer. **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 29, n. 1, p. 1-16, 2021.

OHARA, João Rodolfo Munhoz. Ética, escrita e leitura da história: os problemas da expectativa e da confiança. **Revista de História** (São Paulo), n. 178, p. 01-28, 2019 [online].

RICHILIN, Amy. **The Garden of Priapus: Sexuality and Aggression in Roman Humor**. Oxford: Oxford University Press. 1992.

RICHLIN, A. Not before Homosexuality: The Materiality of the Cinaedus and the Roman Law against Love between Men. **Journal of the History of Sexuality**, [s. l.], vol. 3, n. 4, pp. 523-573, 1993.

SEDWICK, Eve Kosofsky. **Epistemology of the closet**. California: University Of California Press, 1990.

TAYLOR, Rabun. Two Pathic Subcultures in Ancient Rome. **Journal of the History of Sexuality**. Texas, pp. 319-371. 1997.

WALTERS, Jonathan. Invading the Roman Body: Manliness and impenetrability in Roman thought. In: Judith Hallet and Marilyn Skinner (org.). **Roman Sexuality**. Princeton: Princeton University Press, 1997, pp. 29-43.

WILLIAMS, Craig. A. **Roman Homosexuality: Ideologies of Masculinity in Classical Antiquity**. New York: Oxford University Press, 2010.

FACETAS DA HONRA NA IMPrensa: O CASO CÂNDIDO DE OLIVEIRA E ALESSANDRO D'ATRI (1888)

Vitor Wieth Porto¹³²

Resumo: Durante o século XIX, a defesa da reputação e honra era uma questão de extrema importância para os homens, uma vez que estava diretamente ligada à construção e manutenção do prestígio social. Os jornais desempenhavam um papel central nesse contexto, sendo considerados verdadeiras "arenas" onde as batalhas pela reputação eram travadas, por meio de acusações, ameaças e difamações. Ao explorar a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, acabamos encontrando fontes que ilustram essa dinâmica social. Neste estudo em particular, escolhemos abordar um caso específico devido à sua riqueza analítica: o rumor de um duelo entre o senador mineiro Cândido de Oliveira e um agente de imigração italiano, Alessandro D'Atri. Esse boato ganhou proporções gigantescas, transformando-se em uma história completamente falsa, mas que oferece uma oportunidade única de análise. Através desse episódio, é possível examinar como a preocupação com a honra levava os homens da época a empregar uma série de artifícios para se protegerem de uma humilhação pública potencializada pela própria imprensa, mesmo que essas estratégias parecessem contraditórias diante do valor tão respeitável (e idealizado) que a honra almejava representar.

Palavras-chave: Honra; Imprensa; Rio de Janeiro.

¹³² Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Mestre e Bacharel em História pela mesma instituição. Pesquisador bolsista pela CAPES. E-mail: vitor.wieth.porto@hotmail.com

Compreender os atos dos indivíduos no passado se faz uma tarefa sempre complexa. Em um ambiente pululado por diversos (e muitas vezes antagônicos) interesses, as ações empregadas em momentos de pressão nem sempre se encaixam em preceitos teóricos e dentro de certos padrões de comportamento observados mediante um contexto específico. No presente trabalho, o qual é um caso específico dentro de uma gama mais ampla de conflitos e contradições que levaram a possibilidade de ocorrer duelos de honra (PORTO, 2022), visa demonstrar como determinadas situações podem levar os indivíduos a se valerem de estratégias que não se encaixam em noções mais “pré-estabelecidas” acerca dos comportamentos balizadores propiciados pela honra. Optaremos por fazer uma exposição e argumentação em cima das notícias encontradas em dois jornais, a *Gazeta de Notícias* e o *Jornal do Comércio*, cruzando-as para adquirir mais informações e construir um panorama mais amplo e complexo sobre a ocorrência que será aqui tratada ao mesmo tempo em que visamos elucidar como o valor da honra era idealizado no seguinte período.

No Rio de Janeiro do ano de 1888, um *peculiar* incidente ocorreu entre o senador liberal Cândido de Oliveira¹³³ e o agente de imigração italiano no Brasil, Alessandro (Alexandre) D’Atri¹³⁴. O conflito teve início a partir da sessão do Senado de 10 de outubro, onde Cândido de Oliveira expôs a péssima administração do ministro do Estrangeiro do período, Antônio da Silva Prado, um conservador, explicitando que o mesmo estava desperdiçando dinheiro público com agentes de imigração duvidosos em locais nada estratégicos para a respectiva função:

Diz o governo que não tem sistema de propaganda pela imigração; criou agentes oficiais, mas alguns deles estão em pontos onde é impossível haver movimento migratório para o Império. Em Paris há um agente vencendo 500\$ mensais e dali não é possível virem imigrantes, porque o francês é o último que abandona a pátria. *Na Itália, há um réu de polícia, o Sr. Alessandro D’Atri, que escreveu a propósito do Brasil um livro intitulado o Sceptico, e recebe do*

¹³³ Cândido Luiz Maria de Oliveira (1845-1919), nascido em Ouro Preto (MG), era bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo e possuiu diversos cargos no judiciário de sua cidade natal, no legislativo e também no executivo, tendo sido Ministro da Guerra e Ministro da Justiça. No período que tratamos, havia sido eleito senador por sua província no ano de 1886 (NOGUEIRA & FIRMO, 1973, p. 308).

¹³⁴ Alessandro (também denominado Alexandre na imprensa brasileira) D’Atri, além de agente de imigração, era também jornalista, segundo o *Jornal do Commercio* (1888a, p. 3). Em artigo acerca de viajantes italianos no Brasil, a historiadora Núncia de Constantino (2012, p. 315) cita o relato de um Alessandro D’Atri (também jornalista) que seria nobre em sua terra natal, um duque casado com uma brasileira e que escreveu no começo do século XX um livro com suas impressões sobre diversas cidades brasileiras. Nos jornais, não encontramos nenhuma relação de nobreza do Alessandro de 1888, o que torna difícil aferirmos tratar-se da mesma pessoa.

Brasil 1:000\$ por mês para fazer propaganda (JORNAL DO COMMERCIO, 1888b, p. 1, grifos nossos).

A observação de Oliveira a respeito das complicações de D'Atri com a lei italiana não havia sido leviana ou imaginada, tendo em vista que a imprensa brasileira já havia republicado uma notícia da *Gazeta Piemontese* sobre uma condenação em Turim de 3 meses de prisão e multa de 250 libras por Alessandro ter difamado um oficial da reserva (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1888a, p. 1). Entretanto, o fato de um senador do Império fazê-la em uma sessão oficial e que acabou por ser ostentada na primeira página do *Jornal do Commercio*, um dos jornais mais importantes da Corte (MARTINS, 2012), certamente propagou um fato indesejado e que atacava diretamente a reputação do agente de imigração. A partir dessa ofensa pública (elemento importante e que será melhor explicitado em breve), D'Atri decide agir, o que podemos ver a partir de uma notícia publicada na edição da *Gazeta de Notícias* do dia 13 de outubro.

Duelo

Consta-nos que o Sr. Alexandre d'Atri, agente de colonização na Europa, por parte do governo do Brasil, dando-se por ofendido com algumas frases que o Sr. conselheiro Cândido de Oliveira proferiu no senado a seu respeito, enviou a S. Ex. um intermediário, pedindo explicações. Parece que as explicações não foram dadas no sentido em que eram exigidas, e que a pendência a resolverá pelas armas (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1888b, p. 1).

Sentindo-se humilhado por Cândido de Oliveira, o italiano decidiu agir em prol de uma retratação. Para conseguirmos entender as razões que o levaram a pedir tais explicações e uma possibilidade de duelo no horizonte, temos que compreender a dinâmica da honra no período. Para Pitt-Rivers (1988), a honra seria o valor que a pessoa tem sobre si e aos olhos da sociedade, sendo uma autoafirmação perante os demais, um direito de orgulho e respeito. Logo, o indivíduo esperava um modo de tratamento respeitoso dos outros, ao mesmo passo que possuía uma conduta que justificasse esse tipo de recepção. Demonstrar uma conduta honrada também estava atrelada a outro conceito que o autor relaciona à honra: o de vergonha. O mesmo (PITT-RIVERS, 1988) encara a vergonha como uma preocupação com a própria reputação, seja como sentimento ou como o reconhecimento público deste. Seria o que tornaria as pessoas sensíveis à pressão da opinião pública, como diante de uma ofensa pessoal ou na própria imprensa, como o presente caso.

Por esse prisma, a partir do momento em que Alessandro sentiu-se desrespeitado pelas palavras do senador, sua honra acabou sendo ferida. A ofensa não se deu somente

dentro do Senado, diante de inúmeras pessoas, mas acabou sendo propagada para além dos seus limites físicos por intermédio da imprensa, intensificando ainda mais a desonra de D’Atri. A partir disso, o homem decidiu resolver a situação de modo direto e privado através da prática do duelo, objetivando diminuir os danos à sua reputação o quanto antes. Tais embates eram práticas de justiça privada que visavam solucionar conflitos do modo mais justo possível, ao mesmo passo que visavam exibir manifestações de virilidade e coragem diante do natural perigo que esse tipo de combate possuía (NYE, 1998; CORBIN, 2013a; GUILLET, 2013). Outro elemento importante para compreender o porquê de Alessandro ter desafiado o parlamentar se dá por suas origens: ao final do século XIX, a Itália era um local em que os duelos eram amplamente disseminados, ao ponto de que a imprensa no país incitava a prática e os jornalistas acreditavam que bater-se era um elemento fundamental para “sacramentá-los” na ocupação (HUGHES, 1998, p. 68). Logo, podemos conjecturar que a ação de D’Atri em desafiar Oliveira era a mais óbvia e natural, tendo em vista que o contexto de sua terra natal no período era muito favorável para que duelos ocorressem (HUGHES, 1998).

De fato, a Itália não era a única nação onde esses embates eram amplamente praticados. A França é, sem dúvida, o maior exemplo (NYE, 1998; GUILLET, 2013), mas não o único. A historiografia demonstra que para além de países europeus como a Alemanha (FREVERT, 1998) e Portugal (RANGEL, 2011), a presença de duelos em países da América Latina como o México (PICCATO, 1999), o Uruguai (PARKER, 1999) e de modo mais significativa, a Argentina (GAYOL, 2008), torna evidente que esse ideal de honra atrelado à uma virilidade masculina é compartilhada por uma “elite cavalheiresca” que acaba se apropriando e adaptando a prática à sua realidade (PICCATO, 1999; PARKER, 2001). No Brasil, esse movimento não se deu na mesma intensidade. Ao contrário do caso italiano e francês, onde os duelos se tornaram um ato “democrático” que uniu a aristocracia e a burguesia em torno do valor da honra (NYE, 1998; HUGHES, 1998), o ideário de honra acabou ficando restrito à uma circunscrita elite intelectual e militar do país que visava ocupar os espaços políticos no período que retratamos (REMEDY, 2009; THOMPSON FLORES & REMEDI, 2021; PORTO, 2022).

1888 foi um ano relevante nesse sentido, pois foi quando encontramos um maior número de eventos nas notícias (4) envolvendo duelos de homens de elite no Rio de Janeiro (PORTO, 2022, p. 119-126). Ao mesmo passo, o Clube de Esgrima e Tiro da

cidade foi fundado em março daquele ano, o que interpretamos como um indicativo de crescente interesse por setores da sociedade da Corte acerca desses combates (PORTO, 2022). Dos quatro eventos que se sucedem em 1888, todos foram abordados pela *Gazeta de Notícias*, enquanto o *Jornal do Commercio* se conteve a falar de somente dois. Por que isso ocorreu? Ao longo do percurso de pesquisa, alguns elementos ajudaram a explicar a indagação. Primeiro, o redator-chefe do impresso, José Ferreira de Araújo, foi protagonista de um duelo próprio dois anos antes, em 1886. O evento acabou se tornando célebre no período, nomeado como Duelo da Ilha D'Água. Além disso, o mesmo estava ativamente engajado na fundação do Clube de Esgrima, sendo seu primeiro vice-presidente. Em conjunto com outros nomes como Pardal Mallet, Germano Hasslocher, Manual Carneiro e José do Patrocínio, o jornalista fazia parte dessa elite intelectual que via na honra (e nos duelos) um modo de ordenação da sociedade brasileira e, portanto, utilizava a imprensa para propagar a prática (PORTO, 2022). A argumentação se torna mais clara ao vermos a resposta dada por Cândido de Oliveira no mesmo dia (13) da publicação da *Gazeta* sobre o desafio feito por Alessandro D'Atri à sua pessoa.

[...] Sr. presidente, em regra não faço obra pelas notícias dos jornais da nossa terra; *sei bem qual é o critério de quase todos eles*. Todavia, um trecho, que li hoje, em um deles, prendendo-se o assunto que foi objeto de debate no senado, entendo que não posso deixar de vir à tribuna dar algumas explicações a respeito. Li hoje na *Gazeta de Notícias* o seguinte: [NOTÍCIA SUPRACITADA]. [...] V. Ex. sabe, Sr. presidente, que ocupando-me em uma das últimas sessões com os negócios da imigração, estranhei que fossem agentes de nosso governo na Itália, estipendiados pelo Estado, *socialistas que se achavam sob a vigilância da polícia*, e citei o nome de um deles. Isto que fiz, Sr. Presidente, era naturalíssimo. Não obstante, o muito que hoje se pretende, creio que ninguém se lembrará de coarctar aos senadores, aos representantes da nação, o amplíssimo direito de apreciar, com a necessária largueza e liberdade, que é condição mesma do mandato, os atos do governo e o seu critério na escolha dos agentes de que vai se servir para o desempenho de um serviço de transcendência e importância da emigração. Ora, quando fiz essa apreciação do indivíduo que na Itália serve o governo e é por ele remunerado, é claro que não era meu fim injuriar ninguém; simplesmente estranhei o fato de ter o governo de um país monárquico como agente seu na Itália um socialista perigoso. O que aconteceu, porém? O nobre ministro da agricultura no dia seguinte [...] e em particular me disse: “V. Ex. falou e ocupou-se ontem do Sr. D'Atri; é um homem perigoso, acautele-se”. Não obstante esta singular declaração, eu esperava que o fato, como tantos outros passasse despercebido e sem valor ou consequência nenhuma. Compreende, pois, o senado que veio hoje surpreender-me a notícia a que aludo e julgo do meu dever declarar que ela é *falsa*, que não tem fundamento. Até esta hora não recebi nenhum intermediário do agente oficial do governo; e desde já me apresso também em assegurar que se para tal fim alguma provocação me fosse dirigida, ela não surtiria efeito. *Não aceito duelos com quem quer que seja, por aquilo que disser ou prática no caráter de senador*. [...] (JORNAL DO COMMERCIO, 1888c, p. 1, grifos nossos).

No início de sua nova exposição, o parlamentar aponta saber quais eram os *critérios* das notícias publicadas nos jornais da Corte. Imediatamente, podemos interpretar que ele se referia ao gosto pela polêmica, visto que isso atrairia a atenção dos leitores. Mesmo que seja uma hipótese plausível, não vemos como a única. Como estamos argumentando, a redação da *Gazeta de Notícias* possuía uma íntima relação com a prática do duelo, vendo-a como um meio moralizador para a disputa de conflitos na sociedade. Portanto, podemos conjecturar que uma publicação afirmando o desafio de D’Atri ao senador visasse fortalecer uma noção de que os duelos se inseriam no Rio de Janeiro como convenção a tal ponto que até mesmo senadores precisavam dar explicações e/ou duelarem diante de ofensas proferidas a outrem. Para além de noticiar um boato, acreditamos que a notícia manifestava um verdadeiro desejo, uma ânsia da *Gazeta* em estabelecer o duelo no contexto que viviam, o que complexifica a natureza e o propósito da notícia.

Como o impresso foi diretamente citado por Cândido de Oliveira, no dia 14 de outubro, posicionou-se diante da fala do político em sua primeira página, reafirmando que não havia publicado nenhum boato ou mentira:

A notícia que ontem demos, de uma pendência entre os Srs. conselheiro Cândido de Oliveira e d’Atri, foi contestada no senado por aquele ilustre cavalheiro. Sentimos que o nosso dever de trazer os leitores informados a respeito de tudo quanto os possa interessar, tivesse causado desgostos particulares a S. Ex. Não era o nosso intento. Mas, mais do que isso, temos o pesar em contestar o que S. Ex. disse ontem no senado, desmentindo a nossa local. Não entraremos na apreciação da opinião que S. Ex. forma pela solução em pendência pelas armas. Todas as opiniões são respeitáveis quando são sinceras. Mas ao lado de S. Ex. está o Sr. Senador Ávila, que pensa diversamente. Para nós, porém, é nesta ocasião perfeitamente indiferente a maneira, por que é julgada no senado a desafronta pelas armas. O que não nos é indiferente, é o desmentido a uma notícia verdadeira, como aquela que publicamos. Em primeiro lugar, não demos como infalível a desafronta como armas; mas que essa seria o deslanche da pendência, se o Sr. d’Atri não obtivesse explicações satisfatórias. Não pediu o Sr. d’Atri explicações? Foram-lhe dadas, e deu-se ele por satisfeito com elas? Essa é a questão. O Sr. d’Atri escreveu uma carta ao Sr. conselheiro Cândido de Oliveira, exigindo essas explicações. Se S. Ex. as deu, pode-se considerar a pendência terminada. Se não as deu, a pendência devia ter a solução que indicamos, segundo a resolução do Sr. d’Atri. Se nas negociações para este caso houvesse alguma intervenção que modificasse as deliberações assentadas, nós nada temos que ver com isso, que em nada afeta a veracidade da nossa notícia (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1888c, p. 1).

A argumentação do periódico, além de reafirmar que Alessandro D’Atri teria enviado uma carta exigindo respostas, coloca que a declaração da possibilidade do duelo

era uma *presunção* do desfecho da contenda, o que vemos como uma saída para manter sua reputação com seus leitores diante do descrédito do senador sobre toda a situação. Não encontramos mais nenhuma resposta de Cândido de Oliveira na imprensa sobre o caso, ao mesmo passo que a *Gazeta de Notícias* não voltou a tocar no assunto nos dias seguintes, o que nos impede de ter algum indício se houve algum encontro entre o senador e o agente de imigração para resolver essa pendência. Pesquisando em outros impressos, não encontramos nenhum posicionamento do ofendido. Entretanto, obtivemos a informação de que Alessandro D’Atri partiu para a Itália no dia 24 de outubro (GAZETA DA TARDE, 1888, p. 1), o que nos leva a crer que o italiano não tenha tido uma reparação da honra apropriada. Tal crença se torna ainda mais forte a partir de outra notícia envolvendo o italiano e duelos, encontrada na edição da *Gazeta de Notícias* de 9 de dezembro de 1888.

Um duelo americano

Com este título dá *Il Secolo*, o importantíssimo jornal de Milão, com grande surpresa do seu digno correspondente nesta Corte, o Sr. F. Turchi, o seguinte estrambótico *canard*:

‘Um grave duelo realizou-se em 15 do passado mês de outubro no Rio de Janeiro, entre o conhecido socialista mantuano Alexandre d’Atri e um senador dali, um tal Sr. Vereyra. Este Sr. Vereyra, adversário do gabinete democrático Prado de Sylva, atacou violentamente em um discurso o Sr. Prado, pela direção que este confiou a d’Atri a colonização italiana, e entendeu dever corroborar o seu ataque, proferindo contra d’Atri as mais sanguinárias contumélias, chamando-o tratante e, pior do que isso, recordando e comentando a seu modo a parte que d’Atri tomou nos famosos fatos de Mântua, e dizendo que em seu próprio país ele era desprezado como toda a canalha socialista e antimonárquica italiana. O fogo discurso provocou uma defesa por parte de Prado, em favor de d’Atri, e a coisa acabou ali, no senado; mas teve fora o seu seguimento no desafio que logo depois d’Atri dirigiu ao insultador. Vereyra a princípio recusou a pedida satisfação, apelando para a sua liberdade de palavra como senador, mas os seus próprios colegas lhe estranharam o procedimento, ele acabou por aceitar o desafio. O duelo foi à pistola e realizou-se a 15 de outubro. Ao primeiro encontro, d’Atri foi ferido no braço esquerdo, com o qual tinha atirado. Ao segundo, d’Atri servia-se do outro braço e deu o troco ao adversário metendo uma bala em cheio no peito. D’Atri teve de sofrer a amputação do braço; e o senador Vereyra, quando as últimas notícias partiram do Rio de Janeiro, estava moribundo’.

Lembram-se os leitores da *Gazeta*, que realmente o Sr. senador Cândido de Oliveira proferiu um discurso não muito amável com o Sr. d’Atri, e que a imprensa chegou a dizer que este senhor o mandara desafiar para um duelo. *A verdade, porém, é que nem chegou a haver desafio*. No entanto, mandam d’aquí ao *Secolo*, que é um jornal sério, um carapetão deste tamanho: D’Atri com o braço amputado, o Sr. Cândido de Oliveira ou Vereyra, como eles dizem, moribundo... um verdadeiro *canard* (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1888d, p. 1, grifos nossos).

Antes de tudo, não podemos ignorar o fato do periódico fluminense ter corroborado com a versão de Cândido de Oliveira, contradizendo a própria versão dada e defendida há mais de um mês, o que fortifica a hipótese levantada anteriormente: noticiar o desafio na presente conjuntura poderia estar mais relacionado à um desejo dos redatores do que à real possibilidade de o duelo ocorrer. Dito isso, prossigamos. A ponto de ser ridicularizado pela própria *Gazeta de Notícias*, o relato que foi publicado na imprensa italiana mudou a questão quase por completo. Desde o tom e conteúdo das ofensas proferidas pelo tal “Vereyra” (que é foneticamente similar a “Oliveira”), até a postura de Alessandro D’Atri, adicionando ainda um trágico desfecho para os dois “duelistas”. Como fizemos questão de notar, o agente de imigração já havia partido do Brasil há um mês e meio. Por que uma trama tão distinta da vista foi publicada no impresso milanês? Poderia ter sido o próprio Alessandro que contou uma versão distinta dos fatos em sua terra natal? Tais questões são explicadas dois dias depois, quando a *Gazeta* expõe melhor o tal “duelo americano”.

Do nosso colega Sr. F. Turchi, recebemos a seguinte carta:

‘Ilmo. Sr. diretor da *Gazeta de Notícias*. – Apresso-me declarar-lhe que o artigo do *Secolo*, de Milão, de 13 e 14 de novembro, sob a rubrica um duelo americano, que põe na berlinda os senadores Prado, Rodrigo Silva e Oliveira, e que desacredita as instituições e os homens políticos do Brasil, não é meu. Parece que aquela falsa notícia foi extraída pelo *Secolo* do jornal *L’Italia all’Ester*, órgão dos interesses brasileiros, dirigido pelo Sr. Alessandro d’Atri, o qual narra a seu modo o fato do duelo, prestando assim um mau serviço à propaganda imigratória e tornando extremamente ridículo o Brasil na Europa. Rio, 10 de dezembro de 1888. – Com muita estima e consideração, amigo e criado, F. Turchi’ (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1888, p. 2, grifos nossos).

Infelizmente, o impresso apontado por Turchi não possui uma série completa disponível na Hemeroteca Digital para o ano de 1888, tendo faltas em vários dias, seja no mês de outubro (quando ocorreu a ofensa à D’Atri e o mesmo se encontrava no Brasil) quanto em dezembro (quando o falso duelo foi noticiado), o que nos impossibilitou de tentarmos descobrir algum posicionamento do agente de imigração ou de outros jornalistas da referida redação. Ainda assim, por meio da correspondência, podemos aferir que D’Atri efetivamente elaborou uma história falsa sobre o ocorrido. A razão para tal provavelmente envolvia o próprio temor do italiano de ser visto como covarde e desonrado em seu próprio país, levando-o assim a mentir em seu próprio jornal para que os periódicos na própria Itália pudessem replicar a história, projetando-o socialmente e mantendo sua reputação enquanto homem. Tal ocorrência nos desvela de maneira

explícita uma indagação que não poderemos ter uma resposta definitiva, mas que suscita à reflexão: até que ponto a mentira não fazia parte das ações e relações desses duelistas?

Mesmo sendo moralmente errado e humilhante quando descoberto, como o presente caso¹³⁵, fabular poderia ser um mecanismo para tentar manter um ideal cavalheiresco diante de contextos frustrantes, como o que estamos abordando. D’Atri, apesar de ter sido ofendido publicamente no Senado e visto tais injúrias a seu respeito circularem na imprensa, não conseguiu ter a reparação que desejava, provavelmente por estar lidando com um homem influente dentro da Corte e que não compartilhava os mesmos preceitos que atrelam a honra ao duelo. Vendo-se alijado de reparar a honra no Rio de Janeiro, levou seus esforços a fazê-lo no país de origem, logo que no mesmo o valor da honra possuía um enorme peso nas relações sociais e apresentava uma “dinâmica social” distinta da brasileira acerca da prática de duelar (HUGHES, 1998; VENDRAME, 2013). De tal maneira, a única alternativa vista por ele deu-se na elaboração de um “carapetão”, como a própria *Gazeta* classificou.

Sendo assim, podemos observar como um contexto desvantajoso para um indivíduo poderia levá-lo a tomar atitudes que fogem por completo da ideia inicial que constitui o “cavalheiro honrado” (HUGHES, 1998) para que possa manter a sua própria pretensão “cavalheiresca”, o que expõe uma profunda contradição. A incongruência de D’Atri explicita um pouco desse universo norteado pela honra e pela vergonha (PITT-RIVERS, 1988), dois conceitos que ajudam a explicar o princípio que leva alguém como Alessandro a agir de “má-fé” para se resguardar de uma opinião pública criada pela própria imprensa que muito provavelmente iria diminuí-lo pelo episódio com Cândido de Oliveira (PITT-RIVERS, 1988; PORTO, 2022). Pela preocupação com a própria reputação, o que era uma grande fonte de ansiedade para os homens ao final do século XIX (CORBIN, 2013b), Alessandro viu-se humilhado nos dois lados do Atlântico. Para proteger a honra, valia tudo: até mesmo desconstruir-se enquanto indivíduo digno dela.

Fontes

¹³⁵ O *Jornal do Commercio* também publicou a respeito do falso duelo mortal alguns dias depois, zombando do ocorrido (JORNAL DO COMMERCIO, 1888, p. 4).

Noticias varias. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 3 Jan 1888a, p. 3. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

Esclarecimentos e... emigração. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 21 Fev 1888a, p. 3. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

Assembleia geral. Senado. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 11 Out 1888b, p. 1. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

Duelo. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 13 Out 1888b, p. 1. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

Assembleia geral. Senado. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 14 Out 1888c, p. 1. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

Duello. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 14 Out 1888c, p. 1. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

Alexandre D'Atri. *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, 22 Out 1888, p. 1. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

Um duelo americano. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 9 Dez 1888d, p. 1. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 11 Dez 1888, p. 2. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

Correspondência do Jornal do Commercio. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 29 Dez 1888, p. 4. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

Referências Bibliográficas

CORBIN, Alain. A virilidade sobre o prisma do naturalismo. In: CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G (org). *História da Virilidade: o triunfo da virilidade, o século XIX*. Petrópolis: Vozes, 2013a.

CORBIN, Alain. A obrigação da virilidade, fonte de ansiedade e angústia. In: CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G (org). *História da Virilidade: o triunfo da virilidade, o século XIX*. Petrópolis: Vozes, 2013b.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Viajantes italianos, imigração e italianidade no Brasil. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 38 (suplemento), 2012, p. S315.

FREVERT, Ute. The taming of the Noble Ruffian: Male violence and Dueling in the Early Modern and Modern Germany. In: SPIERENBURG, Peter (org.). *Men and Violence: gender, honor, and rituals in modern Europe and America*. Columbus: The Ohio University Press, 1998.

GUILLET, François. O duelo e a defesa da honra viril. In: CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G (org.). *História da Virilidade: o triunfo da virilidade, o século XIX*. Petrópolis: Vozes, 2013.

HUGHES, Steven. Men of Steel: Dueling, honor, and politics in Liberal Italy. In: SPIERENBURG, Peter (org.). *Men and Violence: gender, honor, and rituals in modern Europe and America*. Columbus: The Ohio University Press, 1998.

MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos de Império. In: MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tania Regina de (orgs). *História da Imprensa no Brasil*. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2012.

NOGUEIRA, Octaciano & FIRMO, João Sereno. *Parlamentares do Império*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1973.

NYE, Robert. The end of the Modern French Duel. In: SPIERENBURG, Peter (org.). *Men and Violence: gender, honor, and rituals in modern Europe and America*. Columbus: The Ohio University Press, 1998.

PARKER, David. La ley y las “leyes caballerescas”: hacia el duelo legal em el Uruguay, 1880-1920. *Anuario IEHS 14*, p. 295-330, 1999.

PARKER, David. Law, honor, and impunity in Spanish America: The debate over dueling 1870-1920. *Law and History Review*, V. 19, N. 2, 2001.

PICCATO, Pablo. Politics and the Techonology of Honor: Dueling in turn-of-the-century Mexico. *Journal of Social History*, Columbia, v. 33, n. 2, p. 331-354, 1999.

PITT-RIVERS, Julian. Honra e Posição Social. PERISTIANY, John. G. (org.). *Honra e vergonha: valores das sociedades mediterrâneas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2ª Edição, 1988.

PORTO, Vitor Wieth. *A defesa da honra no Império do Brasil: os duelos na Corte pelas páginas do Jornal do Commercio e Gazeta de Notícias (1870-1889)*. 2022. 244 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

RANGEL, Danny Martins. O Código d'honra e as alterações na prática de duelar em Portugal nos séculos XIX-XX. *CEM - Cultura, Espaço e Memória*. N. 2. 2011.

REMEDI, José Martinho Rodrigues. Intelectuais e honorabilidade: o papel dos duelos como forma de pertencimento ao campo social. Caxias do Sul: *MÉTIS: história & cultura*, v. 8, n. 15, 2009.

THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha & REMEDI, José Martinho Rodrigues. Duelos impressos: a circulação de notícias sobre duelos na imprensa brasileira. Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, 1910-1930. *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, Bogotá, v. 48, n. 2, p. 209-240, 2021.

VENDRAME, Maíra Ines. *Ares de Vingança: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre imigrantes italianos no sul do Brasil (1878 1910)*. 2013. 479 f. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

Este Anais compila reflexões desenvolvidas no V Encontro Discente do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) do Instituto de Ciências Humanas (ICH) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Realizado bienalmente, o evento de 2022 teve como tema "Poder, Memória, Intermidialidade e Ensino".

Promovido sob os auspícios do Pós-Graduação e Pesquisas em Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Artes e Linguagem (CEHUS) e pelo ICH, o encontro ocorreu de 30 de novembro a 01 de dezembro de 2022, nos turnos da manhã, tarde e noite. Durante o evento, foram oferecidos minicursos, palestras, conferências e simpósios temáticos.

A relevância do V Encontro Discente do PPGH-UFPel reside não apenas na promoção de debates acadêmicos de alta qualidade, mas também na criação de um espaço vital para a troca de conhecimentos e experiências entre estudantes e pesquisadores. Por sua vez, os textos presentes nestes Anais representam também a diversidade e a profundidade das investigações conduzidas pelos discentes, refletindo temas relevantes e atuais. Ao abordar questões como, por exemplo, preconceito racial, educação feminina na Antiguidade, e a memória do antifascismo, dentre tantos outros temas, os artigos aqui compilados demonstram o compromisso dos pesquisadores com a análise crítica e a produção de conhecimento histórico rigoroso. Estes trabalhos não apenas enriquecem o campo da História, mas também estimulam a reflexão sobre nosso presente e futuro.

